

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

Opções do Plano e Orçamento

—
2026



Contactos

☎ 249 730 060

✉ geral@cimt.pt

🌐 mediotejo.pt





Índice

1. Enquadramento	4
2. O Médio Tejo e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	8
2.1 Onde estamos no Médio Tejo	8
2.2 Alinhamento de objetivos e projetos da CIM Médio Tejo com os ODS	10
3. Objetivos Estratégicos	12
3.1 Objetivo Estratégico 1: Renovação do modelo competitivo regional: internacionalização, investimento e inovação	12
3.2 Objetivo Estratégico 2: Qualidade de vida pela promoção da coesão distintiva: atratividade populacional, inclusão e inovação social	13
3.3 Objetivo Estratégico 3: Qualificação dos recursos por valorização económica e sustentável: ambiente, turismo e produtos endógenos	13
3.4 Objetivo Estratégico 4: Resiliência do território e das suas articulações: afirmação funcional e equilibrada	14
3.5 Objetivo Estratégico 5: Qualidade de acesso pela consolidação de redes: conectividade, acessibilidade e mobilidade	15
3.6 Objetivo Estratégico 6: Governação eficiente e integrada: adaptação estrutural, transição digital, economia do conhecimento e eficiência coletiva	15
4. Projetos	16
4.1 Listagem dos Projetos e Atividades	16
4.2 Fichas de Projeto	21
4.3 Projetos – Resumo das Atividades para 2026	105
5. Recursos Humanos	111
5.1 Mapa de Pessoal 2026 – Nota Explicativa	111
6. Enquadramento Financeiro	119
6.1 Quotização	119
6.2 Projetos – Critérios de Imputação	120
6.3 Projetos – Comparticipação Financeira Solicitada aos Municípios	122
6.4 Política Orçamental	123
6.5 Análise Financeira	125
6.6 Demonstrações Financeiras Previsionais	126
7.1 Estrutura do Mapa de Pessoal	129
7.2 Grandes Opções do Plano	151
7.3 Plano Plurianual de Investimentos	163
7.4 Atividades Mais Relevantes	167
7.5 Orçamento - Resumo	177
7.6 Orçamento da Receita e da Despesa	179
7.7 Orçamento - Resumo por Capítulo	189
7.8 Orçamento - Resumo por Classificação Económica	191
7.9 Orçamento - Resumo por Classificação Orgânica	196
7.10 Orçamento (Valor em GOP e EXTRA-GOP)	198
7.11 Mapas - Demonstrações Financeiras Previsionais	203

1. Enquadramento

As Opções do Plano e Orçamento para o ano económico 2026 e seguintes, representam a execução física e financeira dos projetos intermunicipais apoiados no âmbito do Contrato para o Desenvolvimento e Coesão Territorial celebrado entre a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (CIM Médio Tejo) e a Autoridade de Gestão do Programa Regional Centro 2030, a 08.04.2025, dado que a submissão e/ou aprovação dos mesmos ocorreu apenas no decorrer do ano de 2024 e/ou no ano de 2025.

Este contrato tem uma dotação de fundo de 121.664.089,06€, com o objetivo de financiar o Plano de Ação da Região da região do Médio Tejo para o atual período de programação comunitária, abrangendo intervenções, projetos, investimentos e iniciativas das entidades municipais, intermunicipais e privadas com vista à implementação da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial (EIDT) reconhecida, bem como integra a participação de outros copromotores associados. No ano de 2026, o Programa Regional do Centro 2030 entrará em reprogramação, reentrando-se num período de negociação com a Autoridade de Gestão por forma a garantir um maior alinhamento com as novas prioridades estratégicas da UE, nomeadamente, Habitação Acessível, Competitividade e Descarbonização, Resiliência Hídrica, Defesa e segurança e Transição Energética.

Os projetos/ atividades intermunicipais em curso, e a desenvolver durante o ano de 2026, pela CIM Médio Tejo, relacionam-se também com a promoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 das Nações Unidas. Iniciou-se, com Opções do Plano e Orçamento 2025, um processo de alinhamento entre a atividade da CIM e os ODS, de forma a promover a sua monitorização no território e contribuir para a aceleração dos níveis de execução desta agenda global.

Apesar de não ter expressão financeira nas Opções do Plano e Orçamento para o económico 2026, a CIM Médio Tejo dará continuidade à operacionalização do Protocolo de Cooperação para Projetos de Habitação a Custos Acessíveis do Médio Tejo, celebrado com o IHRU, no valor total de 148.536.052,30€ que consiste na construção ou reabilitação de até 11.32 habitações, destinadas a arrendamento, no âmbito do Programa de Apoio ao Arrendamento. Importa aqui referir que parte do Protocolo será executado no âmbito do Empréstimo BEI contratualizado pelo Governo Português, face ao encerramento, no decorrer do ano de 2026, do Plano de Recuperação Resiliência.

No domínio do turismo, e na sequência da aprovação da candidatura neste âmbito, dar-se-á continuidade à execução do Programa de Ação para os Produtos Turísticos Integrados de Base Intermunicipal do Médio Tejo 2024-2030, em alinhamento com o Referencial Estratégico para o Turismo Centro 2030, e que se pretende concretizar nos próximos anos.

Por outro lado, com a aprovação da candidatura submetida à Linha + Interior Turismo, pretende-se reforçar a promoção do território através do projeto Castelo do Bode 365 que visa a definição de uma estratégia de comunicação integrada para a promoção do lago de Castelo do Bode como destino turístico regional de referência e qualificado para todas as épocas do ano, incluindo ações de marketing que aumentem a sua visibilidade e atratividade, nos contextos nacional e internacional.

No que se refere à Promoção do Sucesso Escolar, têm continuidade as medidas intermunicipais implementadas no âmbito do projeto PEDIME – Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal da Educação do Médio Tejo, que assinala, em 2026, 10 anos de execução. O combate ao abandono escolar e a promoção do bem-estar e sucesso escolar dos alunos mantém-se com a fase IV do PEDIME, em alinhamento com a orientação estratégica definida com escolas, agrupamentos, municípios e demais parceiros.

No âmbito das competências de Autoridade de Transportes delegadas pelos Municípios na CIM Médio Tejo, decorre a gestão do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transporte de Passageiros no Médio Tejo, vigente por um período de 8 anos e explorado pela RMTEJO II – Transportes Rodoviários de Passageiros Unipessoal, Lda. desde agosto de 2023, referente à operação dos serviços regulares de transporte rodoviário coletivo de passageiros, com a marca MEIO.

A CIM Médio Tejo assegura também a aplicação no território do Médio Tejo do Programa Incentiva + TP – Programa de incentivo ao transporte público coletivo de passageiros, através do qual são geridas várias medidas de redução e simplificação tarifária, tais como passe de rede MEIO, passe de linha a 5€, gratuidade nos transportes nos passes urbanos, gratuidade nos passes para + 65 anos e bilhete MEIO a 1,50€. Ainda, com enquadramento na Portaria n.º 7-A/2024, na sua atual redação, que estabelece as regras do passe gratuito para jovens em Portugal, a CIM Médio Tejo assegura a gestão do passe de rede – MEIO Jovem.

Para o ano de 2026, pretende-se desenvolver novas iniciativas de promoção do transporte público e mobilidade sustentável, nomeadamente a atualização do Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes do Médio Tejo; a implementação de medidas que promovam uma mobilidade mais sustentável nas deslocações casa-trabalho, a descarbonização do transporte público bem como a melhoria da informação ao público sobre os serviços de transporte disponíveis na região.

No que se refere ao serviço de Transporte a Pedido, serviço de transporte flexível, em funcionamento desde 2013, e que atualmente envolve 81 circuitos, pretende-se continuar a assegurar a gestão e monitorização destes serviços, bem como desenvolver novas vertentes e modelos de funcionamento do serviço de Transporte a Pedido, nomeadamente a implementação experimental do Meio E, em parceria com Municípios e Juntas de Freguesia e com recurso à utilização de viaturas elétricas, a operacionalização de novo modelo de funcionamento do LINK – Ligações entre cidades e sedes de concelho do Médio Tejo, sem circuitos pré-definidos, com maior grau de flexibilidade em relação aos horários e com maior amplitude de combinações origem-destino possíveis, a desmaterialização de pagamentos, criação de passe mensal e integração tarifária dos serviços de transporte a pedido com a rede MEIO.

No âmbito do sistema Meio B - Sistema Intermunicipal de Bicicletas para Uso Público no Médio Tejo, dá-se continuidade à gestão operacional do serviço, e prevê-se o desenvolvimento de uma segunda fase do projeto, com alargamento do sistema ao concelho de Sardoal e reforço dos equipamentos (estações e bicicletas) disponíveis nos vários concelhos da região. Ainda, pretende-se desenvolver um projeto intermunicipal, através de candidatura em parceria entre a CIM Médio Tejo e os Municípios, visando a concretização de alguns dos percursos cicláveis/ciclovias da rede intermunicipal, sinalizados como prioritários, criando-se no território condições mais favoráveis à utilização quotidiana da bicicleta como modo de transporte.

No âmbito da promoção da competitividade regional, no ano de 2026, dar-se-á continuidade aos trabalhos de concertação estratégica assente na dinamização de iniciativas que visem a coordenação de atores regionais para a atuação conjunta e a dinamização da ação coletiva para o desenvolvimento de processos de descoberta empreendedora, permitindo a identificação de iniciativas de investimento e de oportunidade de financiamento para as empresas e a consolidação de ecossistemas colaborativos nos diferentes domínios de especialização inteligente.

Esta concertação, assente na execução de uma candidatura intermunicipal em copromoção apresentada junto do Centro 2030 - Plataforma Territorial de Descoberta Empreendedora do Médio Tejo - tem como objetivo a promoção e a dinamização de Ecossistemas de Inovação que deverão permitir a capacitação para a especialização

inteligente, a criação de Plataformas de inovação, governação e internacionalização, no sentido de alavancar o crescimento económico da região em 4 domínios prioritários para o processo de descoberta empreendedora: Cultura & Turismo, Energia & Água, Alimentação & Nutrição, Materiais & Tecnologias de Produção.

No domínio da proteção civil, no âmbito da Estratégia 2030 do Médio Tejo, mais concretamente na implementação do Instrumento Territorial Integrado CIM | ITI CIM Médio Tejo, prevê-se a continuidade da aquisição de meios de proteção civil, contribuindo para uma maior eficiência operacional e de gestão aquando da ocorrência de catástrofes em resposta às alterações climáticas, bem como na definição da articulação destes meios entre os diferentes atores regionais, nomeadamente as cooperações de bombeiros, serviços de proteção civil dos municípios e os gabinetes técnicos florestais municipais. Iniciando-se a gestão partilhada dos meios entretanto adquiridos, designadamente elaboração de normas técnicas de utilização.

Destaque-se, ainda, em matéria de proteção civil e florestas, a continuidade da atividade das brigadas de sapadores florestais, bem como da atividade do Gabinete Técnico Florestal Intermunicipal, ambos apoiados pelo Fundo Ambiental, evidenciando a relevância da sua atuação num contexto integrado das várias entidades, Gabinetes Técnicos Florestais (GTF) Municipais, Instituto da Conservação da Natureza e Florestas (ICNF), Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC), Guarda Nacional Republicana (GNR), a Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais (AGIF), Corporações de Bombeiros, entre outras, no sentido de criação/implementação de ações partilhadas/integradas na prevenção de riscos e no planeamento e gestão de meios e mecanismos de apoio à decisão. Neste contexto, será ainda garantida a sustentabilidade do sistema de videovigilância de apoio à tomada de decisão no âmbito dos incêndios rurais realizando a sua manutenção em articulação com a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC).

Nesta temática, saliente-se o arranque de um novo projeto ligado ao Bem-estar animal, passando pela aquisição e gestão partilhada de viatura médico-veterinária, após candidatura já aprovada. Será ainda dada a continuidade de mecanismos de gestão integrada para a deteção e combate da vespa velutina, nomeadamente no que concerne à destruição de ninhos de vespa.

Alinhadas com a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAA 2020), e com o Programa de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas (P-3AC), será dado prosseguimento às ações de boas práticas em matéria de adaptação às alterações climáticas, bem como à promoção de uma economia circular, à redução, reutilização, recuperação e reciclagem de materiais e energia. Neste domínio, pretende-se dar continuidade aos trabalhos do projeto RESIST – Regions for climate change Resilience through Innovation, Science and Technology, aprovado ao Horizonte Europe, esta contempla 4 pilotos, a CIM Médio Tejo integra o piloto do Centro (Portugal).

Nesse âmbito, serão ainda desenvolvidas ações integradas de gestão no âmbito da gestão do arvoredo urbano (Lei n.º 59/2021, de 18 de agosto), nomeadamente o estudo fitossanitário do arvoredo com recursos a equipamentos específicos.

Alinhadas com a Estratégia a nível Europeu e com a Estratégia Nacional para o Hidrogénio (EN-H2), a Região do Médio Tejo pretende dar continuidade dos trabalhos para a criação de cadeia de valor e promover o uso integrado de tecnologias baseadas em células de combustível e em hidrogénio (FCH).

No âmbito do Fundo de Transição Justa, promover-se-á a Agenda de Inovação e Dinamização da Zona Livre Tecnológica de Abrantes (ZLT de Abrantes) que se consubstanciar-se-á na definição de um plano de ação que, no contexto da criação da ZLT de Abrantes, permita o seu posicionamento como motor de investigação,

desenvolvimento e experimentação, mas também enquanto elo chave na promoção da qualificação e capacitação, na atração de investimento para a região e na promoção da resiliência e coesão territorial.

Face à celebração do acordo celebrado entre as Autoridades de gestão dos programas regionais do Centro 2030 e do Alentejo 2030 e as Comunidades Intermunicipais do Oeste (OESTECIM), do Médio Tejo (CIM MÉDIO TEJO) e da Lezíria do Tejo (CIMLT), para a operacionalização da Intervenção Integrada de Base Territorial Oeste e Vale do Tejo (IIBT OVT), no ano de 2026, promover-se-á a estruturação, desenvolvimento e execução do projeto Smart Region OVT enquanto uma das prioridades de desenvolvimento territorial ligadas à transição digital e digitalização territorial, dado que esta dimensão goza de transversalidade entre as 3 NUT'S III (Médio Tejo, Lezíria do Tejo e Oeste), nomeadamente naquilo que respeita à utilização da tecnologia e da inteligência artificial para aprofundar os processos de tomada de decisão das políticas regionais e locais, assim como, proporcionar experiências cada vez mais interativas aos cidadãos.

De facto, a estratégia a desenvolver neste âmbito pretende estar alinhada com a candidatura Médio Tejo + Inteligente aprovada no âmbito da ENTI (Estratégia Nacional de Territórios Inteligentes) da AMA – Agência para a Modernização Administrativa, a executar no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, até junho de 2026, que visa transformar dados em ação, facilitando a vida das pessoas e das empresas através dos dados, numa gestão eficiente e sustentável do território, tendo por base a inovação e a transparência.

No âmbito do domínio da ação social, dar-se-á continuidade da Estratégia Integrada de Combate à Violência Doméstica e de Género no Médio Tejo, assente, também na Resposta de Apoio Psicológico – RAP – a crianças e jovens vítimas de violência doméstica da região do Médio Tejo, atendimento e acompanhamento de vítimas de violência doméstica e o desenvolvimento de dois planos de formação a desenvolver no âmbito dos públicos estratégicos: por um lado a qualificação dos profissionais das diversas áreas com competências em domínios associados à igualdade de género, contra as formas de violência doméstica e violência de género, e combate à discriminação em razão do sexo, orientação sexual, prevenção e combate ao tráfico de seres humanos. sendo estas áreas consideradas estratégicas para uma sociedade mais justa, equitativa e inclusiva; por outro a capacitação de públicos para a cidadania e inclusão, com vista à promoção da inclusão de Pessoas com Deficiência ou Incapacidade | PCDI.

Face à aprovação no decorrer do ano de 2025, pelo Programa Regional Centro 2030, da candidatura que financia o Plano de Formação a ministrar aos trabalhadores associados da CIM Médio Tejo e aos próprios trabalhadores da CIM, dar-se-á continuidade ao desenvolvimento da atividade formativa da CIM Médio Tejo, por forma a aumentar as competências profissionais e pessoais dos trabalhadores da administração local da região, no sentido de aumentar a eficiência e eficácia dos processos de trabalho, e por conseguinte, da prestação de serviço público aos cidadãos e às empresas.

Visando a inovação das políticas, a aprendizagem conjunta e a diversificação dos financiamentos, serão ainda prosseguidos e executados os diferentes projetos de parcerias internacionais em que a CIM participa, nomeadamente ao nível das iniciativas Interreg Europe e Sudoe, Horizon, Erasmus+ e CERV, envolvendo, sempre que possível, os municípios ou outros parceiros da região. Com objetivos de promoção e aprofundamento da cooperação portuguesa, em 2026 procura-se arrancar com a execução da candidatura aprovada pelo Instituto Camões, I.P, que visa a “Criação e Reabilitação do Centro Cívico e Cultural de Baucau (CCCB)”, em Timor-Leste, incluindo atividades de formação associadas.

2. O Médio Tejo e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Em 2025 a CIM Médio Tejo avançou com o processo de localização dos ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) que constituem a Agenda 2030. A intenção deste processo de localização é promover uma intervenção o mais alinhada possível com as prioridades nacionais e globais, de forma a contribuir para acelerar a sua concretização. Neste sentido, as Opções do Plano e Orçamento 2025 apresentavam já os ODS mais visados pelos projetos intermunicipais em desenvolvimento pela CIM Médio Tejo, algo que se procura agora aprofundar nas Opções do Plano e Orçamento 2026, não desligando do que são também os objetivos da própria estratégia Médio Tejo 2030.

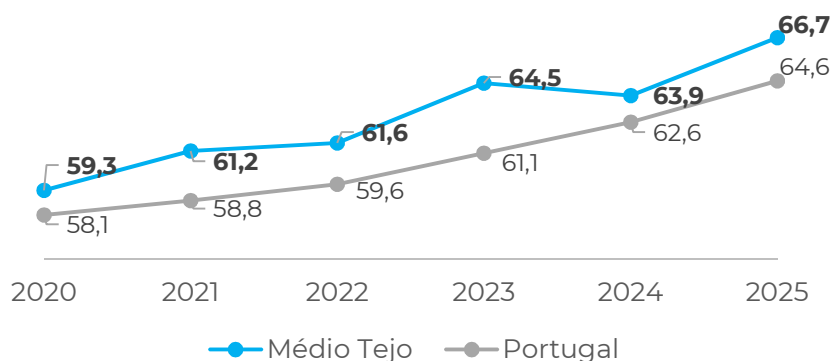
Durante o ano de 2025 foi ainda constituído um grupo de trabalho intermunicipal específico com o objetivo de criação de um modelo de monitorização do Desenvolvimento Sustentável para a região Médio Tejo. Com o apoio do CESOP (Centro de Estudos e Sondagens de Opinião) da Universidade Católica, este grupo tem desenvolvido o modelo adequado à escala da NUTSIII, inovador por poder incluir a monitorização de indicadores que não estão disponíveis à escala municipal, e disponibilizará um conhecimento mais exato da situação de cada ODS, fundamental para a definição de prioridades de intervenção.

2.1 Onde estamos no Médio Tejo

Tendo em consideração a evolução do Índice de Sustentabilidade Municipal¹ produzido pelo CESOP da Universidade Católica, e analisando apenas o índice agregado dos 17 ODS, observamos que o valor do Médio Tejo é sempre ligeiramente superior à média nacional, a que corresponde, globalmente, um maior nível de concretização dos ODS no nosso território face ao todo do país (fig. 1).

Contudo, mais do que esta variação, que foi sendo densificada com a monitorização de um maior número de indicadores associados a cada ODS, o destaque é sobretudo a relativa estagnação do índice, em ambas as escalas regional e nacional, em torno dos 65 pontos². De facto, face aos dados, perspetiva-se difícil chegar a 2030 com um nível de concretização da Agenda 2030 mais relevante, algo que só poderá ser contrariado com uma significativa aceleração da concretização dos ODS.

Fig. 1 - Variação do Índice de Sustentabilidade Municipal, Médio Tejo e Portugal, 2020-2025



¹ Abreu, J., António, J.H.C., Cerol, J., & Ferreira Reis, R. (2025). Índice de Sustentabilidade Municipal 2025. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa. Todos os dados apresentados têm como fonte este documento, com tratamento próprio.

² Numa normalização de indicadores de 0 (zero) a 100 (cem) em que 100 corresponderia a uma concretização total.

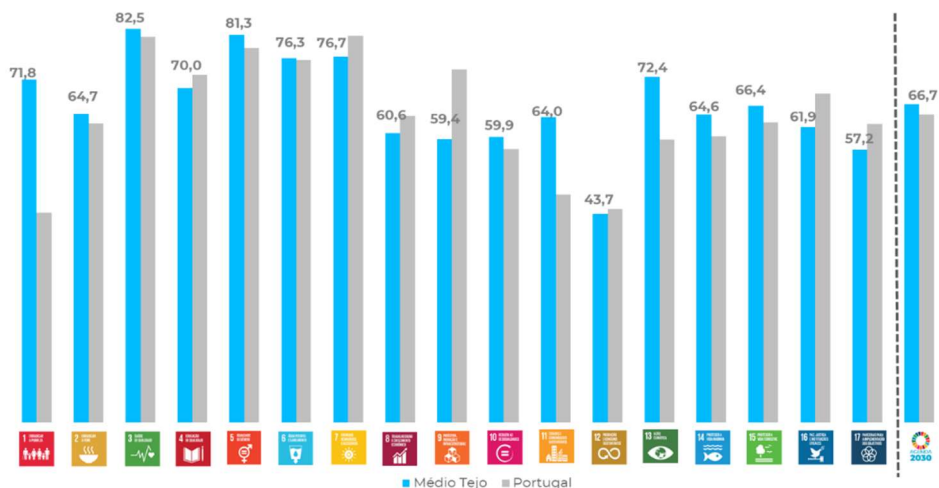
Por dimensões dos ODS e continuando a comparar a concretização entre o Médio Tejo e Portugal (fig.2), globalmente verifica-se que o nosso território apresenta: uma concretização mais relevante nos ODS relativos à dimensão das Pessoas, próxima da realidade nacional e muito superior no ODS 1 (erradicar a pobreza); mais reduzida nos ODS da dimensão Planeta, mas ainda assim superior à realidade nacional; e significativamente menor do que o país no que respeita à dimensão Prosperidade. No caso da Paz e Parcerias, ODS 16 e 17, respetivamente, a concretização no Médio Tejo é também inferior à média nacional.

Fig. 2 – Concretização dos ODS, Médio Tejo e Portugal, 2025



No que respeita à análise por ODS, e comparativamente com a situação do ano passado, mantém-se como mais positivos os resultados dos ODS 1 (erradicar a pobreza), 11 (cidades e comunidades sustentáveis) e 13 (ação climática). É sobretudo relevante a diferença no ODS 1 face à realidade nacional, 71,8 no Médio Tejo e 44 no país, refletindo uma realidade territorial com menores desigualdades, medida em indicadores associados à intensidade de utilização de apoios sociais, aos rendimentos disponíveis ou às despesas municipais na área social (fig.3).

Fig. 3 Concretização dos ODS, Médio Tejo e Portugal, 2025



Entre os ODS que no Médio Tejo apresentam níveis de concretização inferiores à média nacional, mantém-se o destaque do ODS 9 (indústria, inovação e infraestruturas), mas com uma situação muito menos desigual do que em 2024 por já estar atualizado o indicador relativo às emissões de CO₂, e em seguida os ODS 16 (paz, justiça e instituições eficazes) e 17 (parceria para a implementação dos objetivos).

2.2 Alinhamento de objetivos e projetos da CIM Médio Tejo com os ODS

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
OB1: Renovação do modelo competitivo regional: internacionalização, investimento e inovação																	
1. Catalisador Regional para a Inovação e Crescimento do Médio Tejo									●	●		●					

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
OB2: Qualidade de vida pela promoção da coesão distintiva: atratividade populacional, inclusão e inovação social																	
2. Educação de Excelência no Médio Tejo	●			●						●							
3. Saúde no Médio Tejo	●		●							●							
4. Médio Tejo Inclusivo	●		●							●							
5. Estratégia Integrada de Combate à Violência Doméstica e Promoção da Igualdade de Género no Médio Tejo					●					●						●	
6. Parcerias Internacionais e Ações Centralizadas da União Europeia no Médio Tejo										●	●						●
7. Estratégia Intermunicipal de Habitação no Médio Tejo	●									●	●						
8. Projetos de Inovação Social				●				●									●

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
OB3: Qualificação dos recursos por valorização económica e sustentável: ambiente, turismo e produtos endógenos																	
9. Afirmação Territorial do Médio Tejo								●			●	●					
10. Médio Tejo Região de Hidrogénio							●		●		●						
11. Gestão Integrada de Proteção Civil e Florestas											●		●		●		
12. Adaptação às Alterações Climáticas no Médio Tejo				●							●		●				
13. RecolhaBio – Apoio à implementação de Projetos de Recolha Seletiva de Biorresíduos											●	●			●		
14. Comunidade Energia Renovável no Médio Tejo	●						●				●						

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
OB4: Resiliência do Território e das suas Articulações: Afirmação Funcional e Equilibrada																	
15. Estratégia 2030 – Operacionalização e Monitorização no Médio Tejo								●		●	●						



OB5: Qualidade de acesso pela consolidação de redes: conectividade, acessibilidade e mobilidade																
16. Melhoria da Mobilidade no Médio Tejo			●							●	●					
17. Modernização Administrativa no Médio Tejo										●		●			●	



OB6: Governação eficiente e integrada: adaptação estrutural, transição digital, economia do conhecimento e eficiência coletiva																
18. Sistema Integrado de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho no Médio Tejo			●					●							●	
19. Gestão da Formação no Médio Tejo				●				●							●	
20. Smart Region Território Inteligente									●		●				●	
21. Redes de trabalho										●	●					●

- Principal ODS visado
- Outros ODS mais relevantes

3. Objetivos Estratégicos

Os objetivos estratégicos que continuarão a pautar a atividade da CIM Médio Tejo, são o reflexo da estruturação e desenvolvimento de projetos no âmbito do novo período de programação comunitária – Portugal 2030 - assentes na operacionalização da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial do Médio Tejo para o período de programação comunitária 2021-2027, apresentando-se o enquadramento dos projetos e atividades dos diversos serviços da CIM Médio Tejo aos novos objetivos estratégicos (OE), sendo eles:



3.1 Objetivo Estratégico 1: **Renovação do modelo competitivo regional: internacionalização, investimento e inovação**

As intervenções dirigidas à renovação do modelo competitivo regional do Médio Tejo assumem o papel motor da base económica da região como mecanismo indutor de uma dinâmica renovada de atratividade regional, com tónica na captação de investimentos e iniciativas empresariais e na sustentação de um ambiente quotidiano rico no intercâmbio profissional, de negócios e de dinâmicas criativas e de investigação. Por este motivo é considerado uma orientação estratégica motor para o desenvolvimento da região.

A densificação do quadro relacional entre os atores do ecossistema produtivo regional (sistema de ensino, sistema de investigação e conhecimento e base empresarial) deverá permitir aumentar a base de emprego e de iniciativas empresariais na região. O círculo virtuoso estabelecido com o reforço da dinâmica de atratividade residencial que se preconiza no OE2 (em articulação com o OE1) terá reflexos no aumento da massa crítica populacional e no consequente aumento da oferta, em diversificação qualitativa, dos bens e serviços de consumo disponíveis na região (serviços de interesse geral, diversidade cultural e de opções variadas de consumo), com repercussão na densificação da base económica e de emprego.

Assim, a renovação do modelo competitivo regional do Médio Tejo deverá privilegiar um desenvolvimento empresarial promovendo as seguintes iniciativas:

- ✓ Inverter trajetórias de perda de competitividade e de incapacidade de gerar emprego, com reflexos nos argumentos de atração e fixação de população;
- ✓ Desenvolver um ecossistema empresarial propício à transferência de conhecimento, inovação e investigação e à incorporação de valor na atividade empresarial e consequente posicionamento afirmativo no quadro de competição internacional;
- ✓ Promover a captação de empresas, de investimentos, de iniciativas empreendedoras e a criação de postos de trabalho;
- ✓ Qualificar espaços de acolhimento empresarial.

3.2 Objetivo Estratégico 2: Qualidade de vida pela promoção da coesão distintiva: atratividade populacional, inclusão e inovação social

As iniciativas dirigidas à melhoria dos níveis de qualidade de vida do Médio Tejo pela promoção da coesão assumem o papel motor da atratividade do modelo residencial proporcionado pela região como mecanismo indutor de uma dinâmica renovada de fixação e retenção populacional. A capacidade de reter para residir no Médio Tejo a bacia de talentos e de recursos humanos que trabalham e interagem profissionalmente com a região, beneficiará da capacidade de reforçar e dar visibilidade às dinâmicas de vivência em qualidade proporcionadas no Médio Tejo, por referência a uma oferta inequivocamente diversificada de serviços especializados, criativos e estimulantes.

Em termos operativos, o motor indutor de uma atratividade residencial renovada do Médio Tejo beneficiará da concertação das intervenções dos 11 municípios e da CIM Médio Tejo ao nível das operações de revitalização dos espaços urbanos e de afirmação da lógica smart human cities e da eficácia da ligação interativa entre as redes de constelações que caracterizam o Médio Tejo: de cidades médias, de centros urbanos de pequena dimensão inseridos em ambiente rural, e de territórios com relevância natural e patrimonial distintiva, pelos que os vetores estratégicos assentam:

- ✓ Promover a qualidade de vida pela coesão, com tónica no reforço de serviços diferenciadores e funções de valorização do habitat;
- ✓ Fortalecer a atratividade do Médio Tejo como território de primeira opção para viver;
- ✓ Assunção das cidades do Médio Tejo como smart human cities, beneficiando das competências das instituições que estruturam o ecossistema regional de conhecimento, investigação e competências;
- ✓ Assunção dos centros rurais/aldeias e da baixa densidade como espaços de oportunidade e de vantagens diferenciadoras com valores de difícil replicação, onde os atores locais, em articulação entidades relevantes para o desenvolvimento rural, económicos e institucionais (podem assumir-se como anfitriões nestes territórios).

3.3 Objetivo Estratégico 3: Qualificação dos recursos por valorização económica e sustentável: ambiente, turismo e produtos endógenos

A relevância patrimonial do Médio Tejo justifica a importância temática deste OE, pelo que se impõe aumentar o seu retorno em termos de valorização económica e assegurá-lo em condições estritas de resposta convergente com os desafios sociais em matéria de alterações climáticas.

Esta dupla lógica de valorização reconhece que quer os objetivos da sustentabilidade ambiental implícitos aos desafios impostos pelas alterações climáticas (em particular no domínio de uma transição para modelos de produção de eletricidade mais sustentáveis e para a generalização de práticas quotidianas mais sustentáveis, seja na circulação e transporte, seja na gestão do consumo e do desperdício), quer a dinamização turística da região e a valorização dos seus produtos endógenos, convergem na mancha verde da região, na paisagem natural, nos rios e no quadro conjunto de recursos patrimoniais diversos que se distinguem na região.

Neste sentido, o objetivo estratégico visa:

- ✓ Colocar a ecologia e a sustentabilidade ambiental no centro das ações no território, por valorização sustentável dos recursos endógenos e promoção do potencial turístico com base nos fatores patrimoniais e de fruição distintivos;
- ✓ Assumir o desafio de transição de uma economia baseada nos combustíveis fósseis para uma economia do hidrogénio, com base na inovação, conhecimento e investigação, e assegurando mecanismos adequados a uma transição justa;
- ✓ Valorizar o quadro conjunto de recursos do Médio Tejo: as tradições, o património arquitetónico, edificado, ferroviário, industrial, cultural, religioso, natural, ribeirinho, paisagem, floresta, biodiversidade, entre outros

É de salientar que um dos enfoques do presente objetivo estratégico é valorizar o potencial de reutilização das frações biodegradáveis dos resíduos e da biomassa na produção biológica de hidrogénio, em particular, no quadro das opções para a potencial conversão da Central Termoelétrica do Pego para uma economia do hidrogénio e de outras iniciativas associadas à responsabilidade ambiental, em condições de transição justa.

3.4 Objetivo Estratégico 4: **Resiliência do território e das suas articulações: afirmação funcional e equilibrada**

As intervenções dirigidas à resiliência do território do Médio Tejo e da afirmação funcional e equilibrada das suas articulações, traduzem um OE de suporte/articulação, que deverá equilibrar simultaneamente o quadro externo de articulações funcionais do Médio Tejo e o quadro interno de articulação entre os seus municípios.

A nível regional é premente a necessidade de articulação com as CIM`s do Oeste e da Lezíria do Tejo no que concerne, entre outras temáticas, ao ensino, à mobilidade, ao ambiente, à digitalização, às ligações culturais e turísticas e às relações com a Área Metropolitana de Lisboa (AML). A notória existência de vetores de homogeneidade territorial ao longo do eixo do Oeste e Vale do Tejo confere às regiões do Médio Tejo, da Lezíria do Tejo e do Oeste, argumentos de pertinência funcional e operacional na implementação de iniciativas conjuntas em áreas concretas da intervenção municipal, que recomendam uma harmonização estratégica da atuação das três CIM`s.

Em termos internos, a articulação da diversidade territorial do Médio Tejo afigura-se como proveitosa do ponto de vista de afirmação da notoriedade regional e das condições que sustentam a perceção de qualidade de vida, recomendando a definição de padrões de interação que agilizem o desenvolvimento regional e que assegurem a afirmação de um modelo renovado de relacionamentos urbano-rurais.

Finalmente, a resiliência económica, social, territorial e ambiental assume-se como um tema central na trajetória de desenvolvimento da região, em especial, no contexto em que emerge a necessidade da recuperação económica, pós pandemia.

Assim, este objetivo estratégico dirigido à resiliência do território e das suas articulações, externas e internas, com tónica nos mecanismos de afirmação de um quadro renovado de relacionamentos urbano-rurais visa:

- ✓ Construir a posição funcional de articulação regional do Médio Tejo e as ligações temáticas estruturantes com as sub-regiões envolventes;
- ✓ Robustecer os mecanismos de articulação interna à região, dando especial atenção à competitividade urbana, às especificidades rurais, aos diálogos que se podem estabelecer entre estas tipologias territoriais e à diferenciação que a oferta de modos de vida alternativos pode ter na atração de pessoas.

3.5 Objetivo Estratégico 5: **Qualidade de acesso pela consolidação de redes: conectividade, acessibilidade e mobilidade**

As intervenções dirigidas à consolidação da qualidade dos acessos e da conectividade do território do Médio Tejo traduzem um OE de suporte/articulação, quer aos objetivos de dinamização da base económica do Médio Tejo assumidos no OE 1, quer aos objetivos de aumento da atratividade residencial do Médio Tejo assumidos no OE 2, quer aos objetivos de valorização sustentável dos recursos patrimoniais regionais e de dinamização da atratividade turística da região assumidos no OE 3, bem como, ainda aos próprios objetivos de afirmação de um quadro de interação funcional eficaz entre os polos urbanos e regionais da região, as zonas empresariais e os equipamentos estruturantes do sistema logístico rododiferroviário regional.

Com este objetivo estratégico, pretende-se:

- ✓ Promover a conectividade, acessibilidade e mobilidade, transversalmente importante, dada a relevância para agentes económicos, residentes, turistas e como fator de competitividade e atratividade e potenciador de desenvolvimento;
- ✓ Assegurar as condições para que o Médio Tejo seja uma região acessível, onde é possível chegar e circular de forma fácil e sustentável.

3.6 Objetivo Estratégico 6: **Governança eficiente e integrada: adaptação estrutural, transição digital, economia do conhecimento e eficiência coletiva**

Esta orientação estratégica preconiza o aprofundamento do modelo de governação para o horizonte 2030, afirmando-se como suporte efetivo nos processos de adaptação estrutural nos temas-chave da estratégia, contemplando as questões relacionadas com a transição digital e a economia do conhecimento.

O principal objetivo desta orientação estratégica consubstancia-se no seguinte:

- ✓ Governar de forma inteligente, contemplando a ótica da integração, da eficiência coletiva e da crescente importância do digital em todas as dimensões das sociedades - da gestão territorial, à vida quotidiana até aos ganhos de competitividade que promove.

Neste sentido, pretende-se com o presente objetivo estratégico:

- ✓ Organizar a resposta aos temas transversais como a digitalização e a governação multinível, multitemática e multissetorial e a cooperação.
- ✓ Colocar o enfoque também, nos instrumentos comuns de gestão territorial e nas plataformas colaborativas nas dimensões económica, social e turística.
- ✓ Conceder especial atenção à importância do marketing territorial na projeção empresarial, social e turística do território.



4. Projetos

4.1 Listagem dos Projetos e Atividades

As atividades e projetos intermunicipais a desenvolver no ano de 2026 têm enquadramento na estratégia de desenvolvimento da região, incorporando ações que visam contribuir para a concretização das orientações estratégicas definidas para a Estratégia Médio Tejo 2030.

Projetos e Subprojetos	
1. Catalisador Regional para a Inovação e Crescimento do Médio Tejo	
1.1 Promoção de Ecossistemas de Inovação no Médio Tejo Plataforma Territorial de Descoberta Empreendedora do Médio Tejo	
1.2 Ações coletivas de internacionalização	
1.3 CR INOVE - Catalisador Regional de Inovação da Região Centro para a Sub-Região do Médio Tejo	
1.4 Business Boost MT - Impulsionar Negócios com Futuro	
1.5 Zona Livre Tecnológica de Abrantes	
2. Educação de Excelência no Médio Tejo	
2.1 PEDIME - Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal da Educação do Médio Tejo	
3. Saúde no Médio Tejo	
3.1 Unidades Móveis de Saúde no Médio Tejo	
3.2 Estratégia Supramunicipal de Saúde Médio Tejo 2030	
3.3 Valorização e Salvaguarda da Dieta Mediterrânica no Médio Tejo	
4. Médio Tejo Inclusivo	
4.1 Plano Intermunicipal de Desenvolvimento Social e Sustentável Integrado	
4.2 Carta Social Supramunicipal e Plataforma Supraconcelhia do Médio Tejo	
4.3 Plataforma Supraconcelhia do Médio Tejo: Transferência de Competências no Domínio da Ação Social	
4.4 Capacitação de Públicos Estratégicos para a Cidadania e Inclusão, com vista à inclusão de Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (PDCI)	
5. Estratégia Integrada de Combate à Violência Doméstica e Promoção da Igualdade de Género no Médio Tejo	
5.1 Maria III - Estratégia Integrada de Intervenção para a Área da Violência Doméstica e de Género no Médio Tejo e Resposta de Apoio Psicológico para Crianças e Jovens Vítimas de Violência Doméstica	
5.2 Formação de Públicos Estratégicos	
6. Parcerias Internacionais e Ações Centralizadas da União Europeia no Médio Tejo	
6.1 REWARD - Retenção e atração de talentos para a Economia Regional	
6.2 ResilientES - Economia Social	
6.3 HITS - Património, Território, Turismo e Sustentabilidade	
6.4 UNLOCK	
6.5 RESIST	
6.6 Deep Blue Green Exercise	
6.7 TELL - Trans-European Learning Libraries	
6.8 All Crete Blue Green	
6.9 Public L-AI-braries	
6.10 Circular Pedro	
6.11 MyPolis - Citizenship Agents (CERV)	
6.12 Agrupamento Europeu para a Cooperação Territorial INTERPAL - Médio Tejo	
6.13 Centro Cívico e Cultural de Baucau Timor-Leste	
7. Estratégia Intermunicipal da Habitação no Médio Tejo	
7.1 Habitação a Custos Acessíveis no Médio Tejo	
7.2 CIHCA: Carta Intermunicipal de Habitação do Médio Tejo	
8. Projetos de Inovação Social	
8.1 ColorADD	
8.2 Eu conto no Médio Tejo - Assembleia Intermunicipal Jovem	
8.3 Geração Circular - Emprego Inteligente para Jovens	
8.4 Mais IntegrativaMente Prevenção e Combate à Doença Mental Grave	
8.5 RIBA - Uma Start-up social ancorada no Tejo	
8.6 INTEGR-AÇÃO: Agir pela Diversidade	
9. Afirmação Territorial do Médio Tejo	
9.1 Produtos Turísticos Intermunicipais	
9.2 Castelo do Bode 365	
9.3 Estratégias PROVERE	
9.4 Os Bandos - Rota de Arte Contemporânea do Médio Tejo	
10. Médio Tejo Região de Hidrogénio	
10.1 Região do Hidrogénio	
11. Gestão Integrada de Proteção Civil e Florestas no Médio Tejo	
11.1 Gestão Integrada de Proteção Civil e Florestas no Médio Tejo	
11.2 Sistemas de informação, planeamento, monitorização e comunicação no Médio Tejo	
11.3 Detecção e Combate à Vespia Velutina no Médio Tejo	
11.4 Brigadas de Sapadores Florestais do Médio Tejo	
11.5 Bem-estar animal	
12. Adaptação às Alterações Climáticas no Médio Tejo	
12.1 Alterações Climáticas no Médio Tejo	
12.2 Avoredo Urbano do Médio Tejo	
13. RecolhaBio - Apoio à Implementação de Projetos de Recolha Seletiva de Biorresíduos	
14. Comunidade Energia Renovável no Médio Tejo	
15. Estratégia 2030 - Operacionalização e Monitorização no Médio Tejo	
16. Melhoria da Mobilidade no Médio Tejo	
16.1 Transporte a Pedido no Médio Tejo	
16.2 Estrutura Regional de Caminhos e Ciclovias e Promoção dos Modos Suaves no Médio Tejo	
16.3 Autoridade de Transportes do Médio Tejo	
16.4 Estratégia Aeroporto Regional no Médio Tejo	
16.5 Ponte Ciclo-Pedonal no Rio Zêzere	
16.6 Mobilidade Partilhada	
16.7 Meio H	
17. Modernização Administrativa no Médio Tejo	
17.1 Modernização Administrativa - CIM Médio Tejo	
17.2 Integração e Partilha de Serviços - Central de Compras da CIM Médio Tejo	
17.3 Gestão de Contraordenações de estacionamento	
17.4 Economia Circular no Médio Tejo - Compras Públicas Conjuntas	
17.5 Julgados de Paz	
18. Sistema Integrado de Segurança, higiene e Saúde no Trabalho no Médio Tejo	
18.1 Saúde no Trabalho no Médio Tejo	
18.2 Segurança e Higiene no Trabalho no Médio Tejo	
18.3 Prevenção e Controlo da Legionella no Médio Tejo	
18.4 Medidas de Autoproteção	
19. Gestão da Formação no Médio Tejo	
19.1 Formação da Administração Local do Médio Tejo	
19.2 Estágios Curriculares e Profissionais no Médio Tejo	
19.3 Seminários, Workshops e Reuniões Temáticas no Médio Tejo	
20. Smart Region Território Inteligente	
21. Redes de Trabalho	

Abaixo apresenta-se a matriz indicativa do contributo dos projetos e atividades a desenvolver para a estratégia regional, considerando o respetivo encaixe principal no objetivo estratégico e também o contributo significativo em outros objetivos estratégicos.

Contributo dos Projetos Intermunicipais para os Objetivos Estratégicos Médio Tejo 2030						
Projetos	OB1: Renovação do modelo competitivo regional: internacionalização, investimento e inovação	OB2: Qualidade de vida pela promoção da coesão distintiva: atratividade populacional, inclusão e inovação social	OB3: Qualificação dos recursos por valorização económica e sustentável: ambiente, turismo e produtos endógenos	OB4: Resiliência do território e das suas articulações: afirmação funcional e equilibrada	OB5: Qualidade de acesso pela consolidação de redes: conectividade, acessibilidade e mobilidade	OB6: Governança eficiente e integrada: adaptação estrutural, transição digital, economia do conhecimento e eficiência coletiva
1. Catalisador Regional para a Inovação e Crescimento do Médio Tejo						
1.1 Promoção de Ecossistemas de Inovação no Médio Tejo Plataforma Territorial de Descoberta Empreendedora do Médio Tejo	●	○				○
1.2 Ações coletivas de internacionalização	●	○				○
1.3 CR INOVE - Catalisador Regional de Inovação da Região Centro para a Sub-Região do Médio Tejo	●	○				○
1.4. Business Boost MT – Impulsionar Negócios com Futuro	●	○				○
1.5. Zona Livre Tecnológica de Abrantes	●	○				●
2. Educação de Excelência no Médio Tejo						
2.1 PEDIME - Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal da Educação do Médio Tejo		●		○		○
3. Saúde no Médio Tejo						
3.1 Unidades Móveis de Saúde no Médio Tejo		●				○
3.2 Estratégia Supramunicipal de Saúde Médio Tejo 2030		●				○
3.3. Valorização e Salvaguarda da Dieta Mediterrânica no Médio Tejo	○	○	●	○		○
4. Médio Tejo Inclusivo						
4.1 Plano Intermunicipal de Desenvolvimento Social e Sustentável Integrado		●				○
4.2 Carta Social Supramunicipal e Plataforma Supraconcelhia do Médio Tejo		●				○
4.3 Plataforma Supraconcelhia do Médio Tejo: Transferência de Competências no Domínio da Ação Social		●				○
4.4 Capacitação de Públicos Estratégicos para a Cidadania e Inclusão, com vista à inclusão de Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (PDCI)		●				○
5. Estratégia Integrada de Combate à Violência Doméstica e Promoção da Igualdade de Género no Médio Tejo						
5.1 Maria III - Estratégia Integrada de Intervenção para a Área da Violência Doméstica e de Género no Médio Tejo e Resposta de Apoio Psicológico para Crianças e Jovens		●				○
5.2 Formação de Públicos Estratégicos		●				○
6. Parcerias Internacionais e Ações Centralizadas da União Europeia no Médio Tejo						
6.1 REWARD – Retenção e atração de talentos para a Economia Regional	●	○				○
6.2. ResilientES - Economia Social	○	●				○
6.3. HITS – Património, Território, Turismo e Sustentabilidade			●	○		
6.4. UNLOCK	○	○	●	○	○	○

Projetos	OB1: Renovação do modelo competitivo regional: internacionalização, investimento e inovação	OB2: Qualidade de vida pela promoção da coesão distintiva: atratividade populacional, inclusão e inovação social	OB3: Qualificação dos recursos por valorização económica e sustentável: ambiente, turismo e produtos endógenos	OB4: Resiliência do território e das suas articulações: afirmação funcional e equilibrada	OB5: Qualidade de acesso pela consolidação de redes: conectividade, acessibilidade e mobilidade	OB6: Governança eficiente e integrada: adaptação estrutural, transição digital, economia do conhecimento e eficiência coletiva
6.5. RESIST	○	○	●	○	○	○
6.6. Deep Blue Green Exercise		●				
6.7. TELL - Trans-European Learning Libraries	●			○		○
6.8. AI Crete Blue Green		●				
6.9. Public L-A-braries		●				○
6.10. Circular Pedro		●	○			
6.11. MyPolis - Citizenship Agents (CERV)		●				
6.12. Agrupamento Europeu para a Cooperação Territorial INTERPAL - Médio Tejo	○	●				
6.13. Centro Cívico e Cultural de Baucau Timor-Leste	○	○			○	●
7. Estratégia Intermunicipal da Habitação no Médio Tejo						
7.1. Habitação a Custos Acessíveis no Médio Tejo		●		○		
7.2. CIHCA: Carta Intermunicipal de Habitação do Médio Tejo		●				○
8. Projetos de Inovação Social						
8.1. ColorADD		●				
8.2. Eu conto no Médio Tejo – Assembleia Intermunicipal Jovem		●				
8.3. Geração Circular – Emprego Inteligente para Jovens		●	○			
8.4. Mais IntegrativaMente Prevenção e Combate à Doença Mental Grave		●				○
8.5. RIBA – Uma Start-up social ancorada no Tejo	○	●				○
8.6. INTEGRAÇÃO: Agir pela Diversidade		●				
9. Afirmação Territorial do Médio Tejo						
9.1. Produtos Turísticos Intermunicipais	○	○	●	○		○
9.2. Castelo do Bode 365		○	●			○
9.3. Estratégias PROVERE	○	○	●	○		○
9.4. Os Bandos - Rota de Arte Contemporânea do Médio Tejo	○	●		○		



Projetos	OB1: Renovação do modelo competitivo regional: internacionalização, investimento e inovação	OB2: Qualidade de vida pela promoção da coesão distintiva: atratividade populacional, inclusão e inovação social	OB3: Qualificação dos recursos por valorização económica e sustentável: ambiente, turismo e produtos endógenos	OB4: Resiliência do território e das suas articulações: afirmação funcional e equilibrada	OB5: Qualidade de acesso pela consolidação de redes: conectividade, acessibilidade e mobilidade	OB6: Governança eficiente e integrada: adaptação estrutural, transição digital, economia do conhecimento e eficiência coletiva
10. Médio Tejo Região de Hidrogénio						
10.1 Região do Hidrogénio		○	●		○	○
11. Gestão Integrada de Proteção Civil e Florestas no Médio Tejo						
11.1 Gestão Integrada de Proteção Civil e Florestas no Médio Tejo			●		○	○
11.2 Sistemas de informação, planeamento, monitorização e comunicação no Médio Tejo	○		●	○	○	○
11.3 Detecção e Combate à Vespa Velutina no Médio Tejo			●		○	○
11.4 Brigadas de Sapadores Florestais do Médio Tejo	○		●	○	○	○
11.5 Bem-estar animal			●			
12. Adaptação às Alterações Climáticas no Médio Tejo						
12.1 Alterações Climáticas no Médio Tejo			●		○	○
12.2 Arvoredo Urbano do Médio Tejo	○		●	○	○	○
13. RecolhaBio - Apoio à Implementação de Projetos de Recolha Seletiva de Biorresíduos			●			○
14. Comunidade Energia Renovável no Médio Tejo	○		●			○
15. Estratégia 2030 - Operacionalização e Monitorização no Médio Tejo	○	○	○	●	○	○
16. Melhoria da Mobilidade no Médio Tejo						
16.1 Transporte a Pedido no Médio Tejo		●	○		○	
16.2 Estrutura Regional de Caminhos e Cicloviás e Promoção dos Modos Suaves no Médio Tejo		●	○		○	
16.3 Autoridade de Transportes do Médio Tejo		●				
16.4 Estratégia Aeroporto Regional no Médio Tejo	○	●			○	
16.5 Ponte Ciclo-Pedonal no Rio Zêzere			○	○	●	
16.6 Mobilidade Partilhada		●			○	
16.7. Meio H	○	●	○			

Projetos	OB1: Renovação do modelo competitivo regional: internacionalização, investimento e inovação	OB2: Qualidade de vida pela promoção da coesão distintiva: atratividade populacional, inclusão e inovação social	OB3: Qualificação dos recursos por valorização económica e sustentável: ambiente, turismo e produtos endógenos	OB4: Resiliência do território e das suas articulações: afirmação funcional e equilibrada	OB5: Qualidade de acesso pela consolidação de redes: conectividade, acessibilidade e mobilidade	OB6: Governança eficiente e integrada: adaptação estrutural, transição digital, economia do conhecimento e eficiência coletiva
17. Modernização Administrativa no Médio Tejo						
17.1 Modernização Administrativa - CIM Médio Tejo					○	●
17.2 Integração e Partilha de Serviços - Central de Compras da CIM Médio Tejo					○	●
17.3 Gestão de Contraordenações de estacionamento					○	●
17.4 Economia Circular no Médio Tejo - Compras Públicas Conjuntas					○	●
17.5 Julgados de Paz					○	●
18. Sistema Integrado de Segurança, higiene e Saúde no Trabalho no Médio Tejo						
18.1 Saúde no Trabalho no Médio Tejo						●
18.2 Segurança e Higiene no Trabalho no Médio Tejo						●
18.3 Prevenção e Controlo da Legionella no Médio Tejo						●
18.4 Medidas de Autoproteção						●
19. Gestão da Formação no Médio Tejo						
19.1 Formação da Administração Local do Médio Tejo						●
19.2 Estágios Curriculares e Profissionais no Médio Tejo						●
19.3 Seminários, Workshops e Reuniões Temáticas no Médio Tejo						●
20. Smart Region Território Inteligente	○	○	○	○	○	●
21. Redes de Trabalho	○	○	○			●

● Enquadramento principal
○ Enquadramento complementar

4.2 Fichas de Projeto

CATALISADOR REGIONAL PARA A INOVAÇÃO E CRESCIMENTO DO MÉDIO TEJO	
	PROJETO Nº 1
Horizonte temporal: 2017-2030	
Investimento 2026: 535.700,00€	
PROMOÇÃO DE ECOSSISTEMAS DE INOVAÇÃO NO MÉDIO TEJO PLATAFORMA TERRITORIAL DE DESCOBERTA EMPREENDEDORA DO MÉDIO TEJO	
	Subprojeto nº 1.1

Dado o período de programação comunitária 2021-2027 e dos seus objetivos estratégicos, uma das ações que se pretende dinamizar dentro do Contrato para o Desenvolvimento Territorial celebrado entre a CIM Médio e a Autoridade de Gestão do Programa Regional Centro 2030 é a promoção de um dos Objetivos Específicos do Programa Regional do Centro 2030 que é o Objetivo Específico (OE) 1.4 - Desenvolver competências para a especialização inteligente, a transição industrial e o empreendedorismo. No âmbito deste OE, e da tipologia de ação a ele associado (Redes e capacitação institucional RIS3), será apoiado o projeto da CIM Médio Tejo que tem como principal objetivo a concertação estratégica e coordenação de atores, numa lógica de descoberta empreendedora, procurando-se o fortalecimento de redes e de cadeias de valor locais, de forma inovadora, e que permita a sua valorização económica e social.

Para isto ser possível, a CIM Médio Tejo desenvolverá um conjunto de atividades que incorporam uma ou mais das seguintes alíneas:

- i) Dinamização de processos de descoberta empreendedora (EDP), no contexto da hélice quádrupla, permitindo a identificação de desafios locais, de áreas prioritárias de ação e a consequente elaboração de planos de ação e de iniciativas de investimento;
- ii) Coordenação conjunta de atores para a dinamização e implementação conjunta dos planos de ação elaborados através dos processos de descoberta empreendedora descritos em i);
- iii) Dinamização das cadeias de valor identificadas como relevantes para o território, através de iniciativas inovadoras e da demonstração do potencial de I&D&I, promovendo a competitividade local, regional e empresarial;
- iv) Constituição e fortalecimento de redes locais para as áreas de especialização inteligente selecionadas e integração de redes relevantes a nível regional, nacional e / ou europeu;
- v) Planeamento e implementação de modelos de governação que permitam a dinamização das áreas de especialização inteligente selecionadas a nível local, bem como a correta definição e execução dos planos de ação referidos em i) e ii).

Pretende-se que a dinamização de processos coletivos de descoberta empreendedora seja a base do projeto intermunicipal a desenvolver. Como consequência destes processos, pretende-se que a CIM Médio Tejo identifique áreas prioritárias de ação e efetue o delineamento de um plano de ação a ser implementado. Assim, o projeto a ser financiado apoiará a dinamização dos processos de descoberta empreendedora e a implementação do plano de ação definido em conjunto com os agentes locais / regionais.

Neste âmbito, a CIM Médio Tejo submeteu no passado dia 20.10.2025, a candidatura “Plataforma Territorial de Descoberta Empreendedora do Médio Tejo” ao aviso de concurso n.º CENTRO2030-2025-16, em copromoção com a NERSANT - Associação Empresarial da Região de Santarém e a TAGUSVALLEY - Associação para a Promoção e Desenvolvimento do Tecnopolo do Vale do Tejo, com um valor de investimento total elegível de 945.077,75€ (Taxa de comparticipação 85% FEDER), correspondendo à CIM Médio Tejo um investimento de 633.066,00€ e que tem como objetivos:

- ✓ Identificar necessidades, desafios e oportunidades para o território no âmbito dos domínios de especialização;
- ✓ Contribuir para a construção de missões locais e agendas transformadoras nos domínios de especialização do território;
- ✓ Promover o desenvolvimento de produtos, soluções e modelos de negócio inovadores e transformadores;
- ✓ Promover redes colaborativas e a criação/fortalecimento de parcerias;
- ✓ Sensibilizar e mobilizar os agentes da hélice-quádrupla para processos de descoberta e inovação territorial.

A candidatura pretende contribuir para a co-criação de missões locais e de agendas inovadoras em domínios de especialização do território do Médio Tejo, por forma a identificar e explorar as áreas de especialização inteligente, promover a inovação e empreendedorismo, criar redes colaborativas multissetoriais, estimular o surgimento de novos produtos e modelos de negócio, fomentar a experimentação e fortalecer a competitividade territorial. Neste sentido, foram identificados 4 domínios prioritários para o processo de descoberta empreendedora, nomeadamente:

- ✓ Cultura & Turismo;
- ✓ Energia & Água;
- ✓ Alimentação & Nutrição;
- ✓ Materiais e Tecnologias de Produção.

Adicionalmente, foram identificados 4 focos temáticos transversais, designadamente a Inovação, a Transição Industrial, o Empreendedorismo e Logística, que cada agenda de inovação temática deverá dar resposta, bem como 3 princípios transversais, nomeadamente a Sustentabilidade, Tecnologias Digitais e Hélice Quádrupla, por forma a criar uma plataforma territorial de descoberta empreendedora «place-based», que contribua para dar respostas às apostas estratégicas da RIS3 Centro e às novas prioridades da Comissão Europeia. A candidatura terá uma duração de 24 meses (20.10.2025 – 19.10.2027).

É no âmbito da presente candidatura que se encontra em curso o Estudo no âmbito das Energias renováveis e da Sustentabilidade a ser realizado pelo Instituto Politécnico de Tomar (IPT), que tem como objetivo a análise e identificação do potencial territorial da região do Médio Tejo, no que concerne à sustentabilidade/ energias renováveis e que se consubstancia na execução dos seguintes trabalhos:

- ✓ Fase I – Elaboração de diagnóstico territorial da região do Médio Tejo no que diz respeito às energias renováveis e sustentabilidade ambiental;
- ✓ Fase II - Estudo dos potenciais técnicos das energias renováveis na região do Médio Tejo;
- ✓ Fase III - Criação de uma matriz com os fatores de atratividade do Médio Tejo no âmbito das energias renováveis;
- ✓ Fase IV - Definição de um plano de ação para a promoção das energias renováveis na região.

No entanto, face aos trabalhos atrás referidos será, posteriormente, operacionalizado, um plano de ação a médio e longo prazo, consubstanciando-se nas seguintes fases de trabalho:

- ✓ Fase 1 – Definição da metodologia do desenvolvimento e implementação do Plano de Ação da Região do Médio Tejo no âmbito das energias renováveis e da sustentabilidade:
- ✓ Fase 2 –Operacionalização do Plano de Ação da Região do Médio Tejo no âmbito das energias renováveis e da sustentabilidade:
- ✓ Fase 3 – Apoio à Coordenação do Modelo de Governação a ser implementado
- ✓ Fase 4 – Ecossistema Territorial:
 - Apoio à operacionalização do Plano de Ação, dando-se, igualmente, enfoque na definição da estratégia de desenvolvimento/plano estratégico associado ao modelo de gestão da futura Zona Livre Tecnológica de Abrantes, nomeadamente como forma de atratividade para investidores, start-ups, investigação e desenvolvimento, incentivos fiscais, enquadramento e regulamentações ambientais e procedimentos de licenciamento.
- ✓ Fase 5 – Identificação de Oportunidades de Financiamento:
 - Levantamento das diferentes fontes de financiamento disponíveis para projetos de energias renováveis/ sustentabilidade e desenvolvimento regional, incluindo recursos comunitários, fundos nacionais, investimentos privados e parcerias público-privadas.
 - Análise dos mecanismos regulamentares relevantes e recomendações para otimização do acesso a esses recursos, por forma a assegurar o alinhamento do plano de ação com as políticas nacionais e europeias neste âmbito.
- ✓ Fase 6 – Definição e Implementação do Modelo de Monitorização do Plano de Ação e Ajustamentos:
 - Definição de um modelo de monitorização e avaliação contínua com o estabelecimento de indicadores de desempenho e mecanismos de monitorização para acompanhar a implementação do plano de ação e o progresso em direção aos objetivos estabelecidos.
 - Realização de avaliações e comunicações para identificar áreas de melhoria e ajustar a estratégia, conforme necessário.

AÇÕES COLETIVAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO

Subprojeto n.º 1.2

No final do mês de junho de 2024, foi submetida a candidatura Médio Tejo+Internacional em copromoção com a NERSANT - Associação Empresarial da Região de Santarém ao aviso de concurso n.º Centro2030-2024-24 | Ações Coletivas de Internacionalização (taxa de cofinanciamento FEDER a 85%), a qual foi aprovada pela Autoridade de Gestão do Programa Regional Centro2030 a 27.02.2025, e tem por objetivo reforçar o crescimento sustentável e a competitividade das PME, da região do Centro, mais concretamente a região Médio Tejo, bem como a criação de emprego das PME, com o objetivo de reforçar a presença do tecido empresarial regional em cadeias de valor e mercados internacionais, através da promoção da imagem e da oferta da Região do Médio Tejo, tanto a nível nacional e internacional.

É um projeto estruturado por um conjunto de ações com implementação faseada e lógica, com grande foco na promoção da imagem e da oferta da região; na criação e atualização de ferramentas/guias/estudos que potenciem o aumento das exportações da Região; e na criação de redes de contacto para atrair possíveis importadores, subcontratadores e investidores.

Importa destacar o conjunto de ações com mais relevo no âmbito deste projeto:



- ✓ Fichas de importadores, subcontratadores e investidores, relevantes para a oferta da Região dos 4 mercados-alvo;
- ✓ Estudo de identificação dos produtos da Região com maior potencial de entrada nos 4 mercados-alvo;
- ✓ Fichas de mercado para cada produto, num total de 20 por mercado, com informação de "Business Intelligence" (BI);
- ✓ Estudo de potencial de exportação, com os principais potencialidades e respetivos fatores distintivos da Região do Médio Tejo;
- ✓ Brochura de apresentação da Região, da sua oferta e tecido empresarial, bem como das oportunidades de investimento existentes para apresentação a potenciais importadores, subcontratadores e investidores;
- ✓ Produção de um filme de apresentação da Região, da sua oferta e tecido empresarial, bem como das oportunidades de investimento existentes (bilingue) para apresentação a potenciais importadores, subcontratadores e investidores;
- ✓ Atualização e upgrade de Plataforma "Ribatejo Invest" - plataforma eletrónica que tem como objetivo (potenciar e) facilitar as atividades de compra e subcontratação a empresas da Região, bem como apoiar e promover a realização de investimentos estrangeiros na Região;
- ✓ Campanhas de promoção da Região a nível internacional - Realização de Media escort, incluindo publireportagens em revistas especializadas e implementação de estratégia de marketing digital para promoção da Região e das suas oportunidades junto de potenciais importadores, subcontratadores e investidores nos mercados-alvo;
- ✓ Campanhas promocionais na imprensa internacional e de renome (revistas, jornais, canais digitais etc.);
- ✓ ROADSHOW Médio Tejo@Alemanha 2024;
- ✓ Presença na Feira Expo REAL 2024 em Munique;
- ✓ ROADSHOW Médio Tejo@Alemanha 2025;
- ✓ ROADSHOW RIBATEJO@França (Paris) 2025;
- ✓ ROADSHOW RIBATEJO@França 2025;
- ✓ Presença na Feira MIPIM em Cannes 2026;
- ✓ Médio Tejo SUMMIT;

O prazo de execução da candidatura é de 01/07/2024 e 30/06/2026, com um valor de investimento total de 449.889,43€; investimento elegível participado e 439.677,43€ e uma comparticipação FEDER: 373.725,82€ (85%). Do investimento elegível, cabe à CIM Médio Tejo 120.368,32€.

CR INOVE - CATALISADOR REGIONAL DE INOVAÇÃO DA REGIÃO CENTRO PARA A SUB-REGIÃO DO MÉDIO TEJO

Subprojeto nº 1.3

A Região Centro assumiu na “Visão Estratégica para a Região Centro 2030”, a necessidade de aprofundar e intensificar as dinâmicas de inovação para reforçar um modelo territorial mais equilibrado na região, pelo que é fundamental dinamizar e promover as necessárias políticas e programas de proximidade que envolvam as entidades do Sistema Regional de Inovação e o tecido empresarial na promoção da consolidação de um território inovador e mais competitivo.

A CCDRC tem como missão executar as políticas de ambiente, de ordenamento do território e cidades e de desenvolvimento regional, promover a atuação coordenada dos serviços desconcentrados de âmbito regional e apoiar tecnicamente as autarquias locais e as suas associações, ao nível da NUTS II Centro para “Desenvolver e Coordenar o Centro de Portugal”, contribuindo assim para o desenvolvimento do Centro de Portugal e para uma melhor coordenação dos serviços desconcentrados do Estado. A CCDRC no âmbito das suas atribuições pretende promover e intensificar as dinâmicas regionais de inovação.

A recetividade e o compromisso assumido por parte dos Municípios, das entidades representativas do Sistema Regional de Inovação da Região Centro e das Associações Empresariais, no desenvolvimento, implementação do CR Inove- Catalisador Regional de Inovação da Região Centro, constituiu, para a CCDRC uma motivação para a concertação de esforços para a operacionalização da iniciativa.

Assim, o processo formal de constituição do CR Inove, pretende elevar a um patamar institucional as dinâmicas de parcerias já existentes. Deste desafio, surgiu a decisão conjunta de construir o CR Inove que corresponde a um processo estruturado de cooperação promovido pela CCDRC, entre as Comunidades Intermunicipais, Entidades do Sistema Regional de Inovação e Associações Empresariais, entidades que em conjunto, se propõem desenhar e executar um Programa de Ação, centrado nos fatores territoriais de promoção da competitividade e inovação.

Assim, a 21.07.2022, foi celebrado o Protocolo de Cooperação para Criação de Parceria para constituição do CR Inove - Catalisador Regional de Inovação da Região Centro para a Sub-região de Médio Tejo, entre as seguintes entidades:

- ✓ A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro
- ✓ A Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo
- ✓ A Nersant – Associação Empresarial da Região de Santarém
- ✓ A TAGUSVALLEY - Associação para a Promoção e Desenvolvimento do Tecnopolo do Vale do Tejo
- ✓ O Instituto Politécnico de Tomar
- ✓ O CTIC - Centro Tecnológico das Indústrias do Couro
- ✓ O António Jorge Lima da Silva Rosa designado como dinamizador sub-regional que assume uma função essencial na operacionalização do CR Inove, colaborando a título gracioso, com uma função tutelar e de mentoria. O dinamizador irá em articulação com a estrutura de coordenação do CR Inove e com os parceiros sub-regionais, estruturar e acompanhar as tarefas e atividades a desenvolver.

O CR Inove - Catalisador Regional de Inovação do Centro tem como principais objetivos:

- ✓ Contribuir para minimizar os constrangimentos identificados na Estratégia para a Região Centro 2030, no domínio da inovação e competitividade;
- ✓ Potenciar e promover os recursos e competências existentes no domínio da Inovação na Região Centro;

- ✓ Melhorar e promover a interação entre os produtores de conhecimento e tecnologia (entidades do sistema científico e tecnológico) e os seus potenciais tomadores (empresas, entidades da administração pública e do terceiro setor);
- ✓ Contribuir para a internacionalização da Região Centro, ao nível da captação e instalação de capital/empresas e divulgação de competências e recursos em mercados internacionais.

A parceria a celebrar no âmbito do Protocolo fará incidir a sua ação nas seguintes atividades:

- ✓ Conceção e desenvolvimento de iniciativas conjuntas no que concerne às temáticas identificadas como relevantes para o processo de promoção da inovação;
- ✓ Desenvolvimento de processo contínuo de sistematização e atualização de informação e competências das entidades do Sistema Regional de Inovação pertencentes à sub-região;
- ✓ Criação de mecanismos de partilha e divulgação de informação, incluindo de boas práticas como a organização de eventos: seminários, colóquios, conferências ações de sensibilização e outras ações que permitam divulgar o conhecimento produzido no âmbito das temáticas sinalizadas;
- ✓ Promoção do desenvolvimento de conteúdos, instrumentos e metodologias de capacitação de atores e de transferibilidade do know-how, .
- ✓ Preparação de projetos e propostas que possam beneficiar de financiamento público ou privado de carácter nacional, europeu ou internacional.

Para a operacionalização do CR Inove, consideram-se relevantes, a dinamização, de forma faseada, das seguintes atividades:

Na primeira fase:

- ✓ INEC: ideias novas em empresas consolidadas;
- ✓ Auditorias/Diagnósticos a PME;
- ✓ Projetos de formação de interesse regional;

Na segunda fase:

- ✓ Consultório de empresas;
- ✓ Projetos de inovação social;
- ✓ Projetos de I&D de interesse regional;
- ✓ Internacionalização.

Complementarmente, promover-se-ão iniciativas que tenham como objetivo:

- A promoção e dinamização de Ecossistemas de Inovação, assentes na concertação estratégica e coordenação de atores;
- A promoção de iniciativas que visem a coordenação de atores para a atuação conjunta e a dinamização da ação coletiva para o desenvolvimento de processos de descoberta empreendedora, permitindo a identificação de iniciativas de investimento e de oportunidade de financiamento e a consolidação de ecossistemas colaborativos nos diferentes domínios de especialização;
- A capacitação para a especialização inteligente, a dinamização de Plataformas de inovação, de governação e internacionalização, bem como promoverão e dinamizarão ecossistemas de inovação,
- O apoio à criação do próprio emprego através da criação de empresas;
- A criação de novos postos de trabalho, sem termo, associados à criação de novas empresas ou à expansão de empresa existentes;

- O fomento da investigação aplicada, do apoio ao empreendedorismo, da promoção da internacionalização, e da atração de investimento para a região, por forma a aumentar a competitividade e a criação de emprego sustentável e mais qualificado;
- A promoção do empreendedorismo qualificado associado ao conhecimento, potenciando a criação de novas empresas e novos negócios que resultem de projetos de I&D, ou detenham uma componente de forte de valorização do conhecimento, incluindo projetos intensivos em tecnologia e criatividade.

BUSINESS BOOST MT – IMPULSIONAR NEGÓCIOS COM FUTURO

Subprojeto nº 1.4

No âmbito do aviso de concurso n.º CENTRO2030-2025-9 | Ações Coletivas – Empreendedorismo Qualificado associado ao Conhecimento, foi submetida a 23.06.2025, a candidatura Business Boost MT – Impulsionar Negócios com Futuro que visa promover o empreendedorismo qualificado baseado no conhecimento na sub-região do Médio Tejo, contribuindo para o fortalecimento do ecossistema de inovação, a valorização de talento e a criação de novas empresas com potencial económico e social. A proposta surge em resposta a desafios estruturais persistentes no território, como a baixa densidade económica, a escassa articulação entre o sistema científico e tecnológico e o tecido empresarial, a fraca taxa de empreendedorismo qualificado e a ausência de mecanismos estruturados de apoio à criação de empresas inovadoras, sobretudo em contextos de baixa densidade populacional. Face a este enquadramento, a candidatura estrutura-se numa estratégia multicomponente e integrada, com ações que cobrem todo o ciclo do empreendedorismo — da identificação de talento à concretização de negócios sustentáveis. Será desenvolvida de forma colaborativa entre os copromotores, com destaque para a NERSANT, enquanto entidade líder, em articulação com a CIM Médio Tejo, o Instituto Politécnico de Tomar e o TAGUSVALLEY, permitindo uma cobertura eficaz do território e uma mobilização ampla dos recursos existentes.

Este projeto integra as atividades e ações que se focam no empreendedorismo qualificado em quatro setores-chave da RIS3 Centro, visando impacto direcionado:

1. Agroalimentar e Recursos Endógenos: Valorização de produtos regionais com inovação e sustentabilidade.
2. Valorização de Biocompostos: Apoio à bioeconomia e economia circular.
3. Sustentabilidade Ambiental e Energias Renováveis: Soluções inovadoras para desafios ambientais, eficiência e energias limpas.
4. Transformação Digital: Capacitação em tecnologias digitais avançadas, digitalização de processos e criação de negócios digitais.

Assim, o projeto Business Boost MT tem como principais objetivos:

1. Promover o empreendedorismo qualificado na sub-região do Médio Tejo, priorizando os setores de Agroalimentar e Recursos Endógenos, Valorização de Biocompostos, Sustentabilidade Ambiental e Energias Renováveis, e Transformação Digital.
2. Identificar, atrair e mobilizar talentos e ideias empreendedoras, com base em desafios reais do território e nas oportunidades emergentes de mercado nestes quatro setores.
3. Reforçar as competências dos empreendedores, através de ações estruturadas de capacitação, mentoring e desenvolvimento de modelos de negócio.
4. Fomentar a ligação entre o sistema científico-tecnológico e o tecido empresarial, incentivando a co-criação e a transferência de conhecimento.

5. Apoiar a estruturação e aceleração de ideias inovadoras, facilitando o seu percurso até à criação de empresas sustentáveis.
6. Contribuir para a criação de novas empresas, com base em conhecimento e alinhadas com os domínios prioritários da RIS3 Centro, nomeadamente nos quatro setores estratégicos do projeto.
6. Reforçar o ecossistema regional de inovação e empreendedorismo, através da articulação entre entidades públicas, privadas e ensino superior.
7. Promover a coesão territorial, assegurando a descentralização das ações e o envolvimento de diferentes concelhos do Médio Tejo.
8. Divulgar e valorizar os resultados da operação, promovendo a disseminação de boas práticas e o impacto das intervenções realizadas. Podemos afirmar que, através destes objetivos, o projeto Business Boost MT pretende impulsionar de forma concreta e estruturada a dinâmica empreendedora da sub-região do Médio Tejo, criando as condições necessárias para o surgimento de novas iniciativas empresariais, baseadas no conhecimento, na inovação e na colaboração entre os diversos agentes do território.

A candidatura tem como prazo de execução 24 meses (de 05.01.2026 a 04.01.2028), com um valor de investimento total elegível de 299.612,02 €, cabendo à CIM Médio Tejo 69.956,94 €. Aguarda-se pela aprovação da candidatura.

ZONA LIVRE TECNOLÓGICA DE ABRANTES

Subprojeto nº 1.5

No âmbito do Plano para a Transição Justa do Médio Tejo, integrante do Programa Regional do Centro2030, a CIM Médio Tejo, e face à reprogramação do mesmo, aguarda-se pela abertura de um aviso de concurso específico que tem como objetivo o financiamento da dinamização da Zona Livre Tecnológica de Abrantes (ZLT de Abrantes) e seu respetivo plano de ação.

O Decreto-Lei nº 15/2022 estabelece a criação de uma Zona Livre Tecnológica (ZLT) na sub-região do Médio Tejo, mais precisamente no município de Abrantes, destinada ao estabelecimento de projetos de inovação e desenvolvimento para a produção, armazenamento e autoconsumo de eletricidade a partir de energias renováveis, no âmbito do descomissionamento da central termoelétrica a carvão do Pego.

A ZLT de Abrantes é copromovida pelo Município de Abrantes, a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (CIM-MT), o TAGUSVALLEY – Parque de Ciência e Tecnologia, o Instituto Politécnico de Tomar (IPT), a MédioTejo21– Agência Regional de Energia e Ambiente e a NERSANT – Associação Empresarial da Região de Santarém, em alinhamento com a Direção Geral de Energia e Geologia (DGEG), que é a entidade gestora da ZLT.

No contexto da criação da ZLT de Abrantes, é premente o desenvolvimento de um plano de ação que permita o seu posicionamento como motor de investigação, desenvolvimento e experimentação, mas também enquanto elo chave na promoção da qualificação e capacitação, na atração de investimento para a região e na promoção da resiliência e coesão territorial.

Pretende-se que nesta ZLT sejam desenvolvidas atividades de teste e experimentação de tecnologias, produtos e serviços que determinarão a viabilidade de 6 soluções inovadoras que permitam 1) responder a necessidades identificadas no domínio da transição energética e neutralidade carbónica, 2) assegurar o desenvolvimento sustentável e socialmente equitativo, e 3) dar respostas regulatórias adequadas aos novos desafios tecnológicos.

A ZLT irá alavancar as suas valências territoriais e técnicas de modo a criar uma estrutura capaz de atrair entidades que desenvolvam atividade no setor das energias provenientes de todo o território nacional. A ZLT de Abrantes pretende, assim, ser um polo de atração de talento e de empresas, nacionais e internacionais, promotoras do sistema de inovação na qual se insere.

Assim, encontra-se em curso o desenvolvimento da Agenda de Inovação e Dinamização da ZLT de Abrantes que visa definir um racional estratégico para o horizonte 2030, orientando a atuação do ecossistema regional na concretização dos objetivos da ZLT enquanto um instrumento de inovação, descoberta empreendedora e desenvolvimento sustentável. Esta Agenda pretende potenciar a criação de um ambiente favorável ao crescimento de negócios inovadores, com especial ênfase no setor das energias renováveis e nas áreas conexas, promovendo a colaboração entre instituições públicas, privadas e a comunidade científica. Pretende-se, assim, fomentar a transição energética e o desenvolvimento de soluções tecnológicas sustentáveis, consolidando a ZLT como um centro de excelência e de atração de investimento, capaz de impulsionar a competitividade do Médio Tejo e promover a criação de «empregos verdes».

Assim, a definição temática das soluções a testar na ZLT de Abrantes surge do cruzamento entre as três etapas do ciclo de vida da energia:

1. Produção
2. Armazenamento, Transporte e Distribuição
3. Consumo

E quatro fontes de energia renovável:

1. Energia Eólica
2. Energia Solar
3. Biomassa
4. Hidrogénio Verde

Face exposto, e de forma a concretizar a Agenda de Inovação e Dinamização da ZLT de Abrantes, foi desenvolvido o Plano de Ação Estratégico 2030, que estrutura a sua atuação em torno de 3 Pilares Estratégicos agregadores: Coesão Territorial, Transição Justa e Governança. Cada Pilar é articulado em eixos de atuação e objetivos estratégicos que orientam a operacionalização da ZLT, desdobrando-se em ações que permitirão alcançar os 7 Objetivos Estratégicos definidos.

PILAR ESTRATÉGICO	EIXO DE ATUAÇÃO	OBJETIVO ESTRATÉGICO
COESÃO TERRITORIAL	Promover o território	OE1. Alavancar a sub-região do Médio Tejo enquanto <i>hub</i> de referência no desenvolvimento de soluções inovadoras de valorização dos ativos naturais (vento, sol, água, biomassa) e criação de soluções diferenciadas de energia renovável.
	Atrair investimento de impacto	OE2. Atrair empresas e fomentar processos de inovação, aumentando a competitividade e resiliência do tecido empresarial e promovendo a atração de investimento.
	Cooperar	OE3. Valorizar a colaboração entre academia e tecido empresarial e as sinergias entre os setores consolidados do território e os emergentes, promovendo o trabalho em rede e os processos de transferência de conhecimento e tecnologia.
	Empreender e inovar	OE4. Apoiar o empreendedorismo e gerar oportunidades para o surgimento de novos negócios e produtos de valor acrescentado.
TRANSIÇÃO JUSTA	Potenciar o I&D&I	OE5. Promover os processos de I&D&I no domínio das energias renováveis e biomassa no contexto da estratégia de prevenção de fogos rurais, dotando o território das condições infraestruturais e técnico-científicas chave para o desenvolvimento de novas soluções tecnológicas, processos e modelos de negócio de valor acrescentado.
	Qualificar as pessoas	OE6. Criar oportunidades de <i>upskilling</i> e <i>reskilling</i> no território, fomentando a aprendizagem e promovendo o desenvolvimento, atração e retenção de talento.
GOVERNANÇA	Impulsionar a governança colaborativa	OE7. Promover o bom funcionamento da ZLT Abrantes, o sucesso no alcance dos objetivos estabelecidos e a sustentabilidade da mesma.

O Plano de Ação Estratégico 2030 visa criar as condições contextuais e operativas para a ZLT de Abrantes se consubstanciar num instrumento de inovação e desenvolvimento regional.

EDUCAÇÃO DE EXCELÊNCIA NO MÉDIO TEJO

PROJETO N° 2

Horizonte temporal: 2015-2028

Investimento 2026: 783.430,00 €

Pretende-se promover a valorização do Médio Tejo através do reconhecimento de uma educação de excelência nesta região, combatendo o abandono e insucessos escolares por via da estruturação de projetos educativos inovadores que contribuam para o desenvolvimento do potencial de aprendizagem e dos níveis de excelência no ensino.

PEDIME – PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO INTERMUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DO MÉDIO TEJO

Subprojeto nº 2.1

O projeto consubstancia-se num Programa Intermunicipal de Promoção do Sucesso Escolar, o qual, no Médio Tejo, tem a designação de PEDIME.

As intervenções a desenvolver têm como objetivo contribuir para aumentar o sucesso educativo, reduzir as saídas precoces do sistema educativo, promover o enriquecimento das aprendizagens, melhorar as condições pessoais e sociais de aprendizagem, estimular o envolvimento da comunidade na promoção da educação e reforçar a equidade no acesso à educação pré-escolar e aos ensinos básico e secundário.

O projeto PEDIME tem vindo a ser desenvolvido desde o ano letivo 2016/2017, envolvendo dezenas de atividades municipais e intermunicipais, nomeadamente ao nível do planeamento estratégico multinível; intervenção precoce e inclusão; promoção da cultura científica e tecnológica, das artes e das competências metacognitivas, aproximação dos alunos à comunidade local, empreendedorismo e sustentabilidade, iniciativas de apoio à comunidade pré-escolar, entre outras.

Este projeto encontra-se previsto no âmbito do Investimento Territorial Integrado do Médio Tejo contratualizado com a Autoridade de Gestão do Centro 2030, sendo uma das atividades intermunicipais enquadradas na candidatura PEDIME Médio Tejo – Fase 4 a apresentar junto do Centro 2030, correspondendo aos anos letivos 2025/2028.

Tendo por base os dados preliminares da atualização do diagnóstico educativo do Médio Tejo e em resultado da auscultação dos representantes dos municípios, AE/ENA, CFAE, IPT, alunos e de outras entidades regionais parceiras, foram definidos os seguintes objetivos para a fase IV do PEDIME:

- 1) Promover competências de bem-estar e aprendizagem ao longo da vida, desenvolvendo diferentes literacias, de modo que todos sejam competentes para enfrentar os desafios futuros, profissionais e de exercício de uma cidadania plena.
- 2) Incrementar a qualidade do sucesso escolar assegurando uma Educação Inclusiva, concretizando o princípio da equidade educativa por via de ações de apoio a crianças e jovens vulneráveis, quer do ponto de vista das especificidades pessoais, quer familiares e sociais.
- 3) Promover aprendizagens de qualidade onde cada comunidade e território se constituem como espaços de aprendizagem por excelência, catalisando compromissos e formas de colaboração entre escolas e outras entidades, através de projetos de educação formal e não formal.

Para a prossecução dos mesmos, os agrupamentos de escolas / escolas não agrupadas, os municípios e a Comunidade Intermunicipal definiram cinco eixos de intervenção: Inclusão & Equidade; Território & Diversificação de Espaços de Aprendizagem; Inovar & Integrar literacias; Bem-estar & Projetos de vida; e Qualidade & sustentabilidade: gestão, monitorização e divulgação.

A candidatura refere-se ao PEDIME – Fase 4 – anos letivos 2025-2028, serão propostas medidas a dinamizar por 12 entidades beneficiárias (Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, Municípios de Abrantes, Alcanena, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Mação, Ourém, Sardoal, Tomar, Torres Novas e Vila Nova da Barquinha).

As medidas intermunicipais que são promovidas pela CIM Médio Tejo são:

- ✓ Correção da acuidade visual e auditiva;
- ✓ Programa visitas de estudo;
- ✓ Ciência Viva Médio Tejo (Sessões de preparação de visitas de estudo para educadores e professores;
- ✓ Programa Experiência Viva [realização de visitas e atividades experimentais]; Conversas com investigadores);
- ✓ Mochila Cultural Médio Tejo;
- ✓ Encontro com Escritores Contemporâneos;
- ✓ Programa Espetáculos de teatro;
- ✓ Experimenta+ciência;
- ✓ Educação para a Transição Digital;
- ✓ Projeto Piloto sobre Orientação e Desenvolvimento de Competências de Gestão de Carreira;
- ✓ PISA para as Escolas;
- ✓ Programa Seminários.

No âmbito dos objetivos do projeto, prevê-se ainda a continuidade em 2026 de atividades tidas como relevantes no contexto da promoção do sucesso educativo, tais como:

- ✓ Conselho de Desenvolvimento Intermunicipal da Educação e Rede Colaborativa de Escolas do Médio Tejo;
- ✓ Subscrição anual do PressReader;
- ✓ WikimédioTejo;
- ✓ RAMPEEC – Recursos de Apoio à Mudança de Práticas do Ensino Experimental das Ciências;
- ✓ Antecipação das Necessidades de Qualificação e Concertação da Oferta Formativa numa lógica de valorização das ofertas formativas profissionalizantes;
- ✓ Observatório Intermunicipal da Educação.

SAÚDE NO MÉDIO TEJO

PROJETO Nº 3

Horizonte temporal: 2016-2030

Investimento 2026: 76.100,00 €

UNIDADES MÓVEIS DE SAÚDE NO MÉDIO TEJO

Subprojeto nº 3.1

No âmbito da operação da CIM Médio Tejo “Unidades Móveis para Cuidados de Saúde na Comunidade” aprovada a 06.02.2017, pela Autoridade de Gestão do PO Regional do Centro 2020, nos termos do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da CIM Médio Tejo e do Aviso de Concurso N.º CENTRO-42-2016- 01 – Infraestruturas de Saúde, a CIM Médio Tejo desenvolveu um procedimento de contratação pública para adquirir treze viaturas ligeiras elétricas, as quais foram disponibilizadas aos Centros de Saúde da Região do Médio Tejo a 27.06.2017, tendo sido celebrados para o efeito, protocolos de colaboração com a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P. (ARSLVT) e a Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, EPE (ULS Castelo Branco).

Na sequência da celebração dos protocolos, ficou definido que a CIM Médio Tejo asseguraria o devido procedimento de contratação pública para aluguer das baterias elétricas para garantir a devida operacionalização

das viaturas, sendo posteriormente, ressarcida de tais encargos, pela ARSLVT e a ULS Castelo Branco. Este processo continuará em curso no ano de 2025, após celebração de adenda de contrato (o contrato terminou a 12.06.2022), tendo-se negociado o preço contratual, por forma a estar em consonância com os Km efetivamente incorridos pelas viaturas que se demonstraram ser bem menores do que os 120.000Km, inicialmente, contratualizados. Sendo assim, o preço contratual passou de um valor global de 80.184,00€ para 55.141,20€, para um prazo de execução de 60 meses.

ESTRATÉGIA SUPRAMUNICIPAL DE SAÚDE MÉDIO TEJO 2030

Subprojeto nº 3.2

O "Plano Local de Saúde 2024-2030" (PLS 2024-2030) a ser promovido pela ULS Médio Tejo foi apresentado no passado dia 18 de fevereiro de 2025, na sede da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, em Tomar.

Este plano, o primeiro na região após a reforma do SNS de 2024, define estratégias inovadoras, focadas nos principais desafios de saúde identificados e priorizados. O cancro da traqueia, brônquios e pulmão, as doenças cerebrovasculares, o cancro de mama, o suicídio e os acidentes de viação são os cinco maiores problemas da região.

Com foco na promoção da saúde, prevenção e tratamento, o PLS 2024-2030 prevê a definição de planos de ação específicos, que vão envolver a promoção da saúde, a prevenção da doença, o tratamento e reabilitação e, também a investigação, e será implementado de forma gradual, com monitorização contínua e adaptação às necessidades da comunidade. O plano reflete o compromisso com resultados concretos para melhorar a saúde da população da região e tem como um dos parceiros estratégicos na sua implementação, a CIM Médio Tejo.

Neste sentido, a CIM Médio Tejo enquanto parceira em algumas áreas estratégicas, em infra, tem de promover, a definição de planos de ação específicos para cada umas delas, sendo ao todo, 23 áreas:

A1. Definição e implementação de campanhas de literacia sobre tabagismo envolvendo a comunidade (escolas, autarquia, e outras instituições locais) | Problema Neoplasia da Traqueia, Brônquios e Pulmão

A3. Eliminação das infraestruturas com amianto | Problema Neoplasia da Traqueia, Brônquios e Pulmão

A4. Sensibilização dos Serviços de Segurança e Saúde no Trabalho para o tabagismo | Problema Neoplasia da Traqueia, Brônquios e Pulmão

A5. Definição e implementação de campanhas de literacia sobre o abuso de álcool, alimentação, exercício físico e abuso de substâncias envolvendo a comunidade (escolas, CIM Médio Tejo e outras instituições locais) (Doenças Cerebrovasculares

A6. Implementação de ambientes saudáveis

A7. Sensibilização para a adesão ao "Projeto Cidades Saudáveis" com uma abordagem integrada e integrativa (ver exemplo de Atlas dos Municípios Saudáveis)

A8. Aplicação criteriosa da lei pelos responsáveis do licenciamento de estabelecimentos de "fast food" e outros perto das escolas | Doenças Cerebrovasculares

A9. Integração de mediadores municipais interculturais, de modo a facilitar a inclusão da população migrante nas várias estratégias a adotar | Doenças Cerebrovasculares

A11. Criação de campanhas de sensibilização relativas aos vários determinantes | Neoplasia da Mama

- A12. Incentivo de atividades que promovam a integração social, como grupos de apoio e eventos comunitários | Suicídio
- A13. Desenvolvimento de programas de bem-estar emocional em contextos profissionais | Suicídio
- A14. Criação de uma campanha para desconstruir preconceitos e estigmas em torno da saúde mental | Suicídio
- A15. Desenvolvimento de campanhas de sensibilização/educação/demonstração de segurança rodoviária | Acidentes Rodoviários
- B4. Reforço de recursos humanos nas áreas da nutrição, educação física, fisioterapia, psicologia e ação social | Doenças Cerebrovasculares
- B12. Prevenção do abuso de álcool e drogas | Acidentes de transporte
- B13. Reforço da sinalização rodoviária | Acidentes de transporte
- B14. Aumento da fiscalização rodoviária | Acidentes de transporte
- B15. Identificação dos “pontos negros” rodoviários e avaliação de alternativas | Acidentes de transporte
- B18. Reforço da existência de desfibriladores automáticos externos em espaços públicos, nomeadamente onde existe maior acumulação de população/eventos de massas | Doenças Isquémicas Cardíacas
- B19. Apoio à CIM Médio Tejo com o cumprimento de boas práticas na promoção de eventos de massas | Doenças Isquémicas Cardíacas
- B23. Promoção de ações de formação a aplicadores de fitofármacos | Neoplasia dos Tecidos Linfáticos e Hematopoiéticos |
- B24. Reforço da literacia sobre o uso correto de pesticidas, herbicidas | Neoplasia dos Tecidos Linfáticos e Hematopoiéticos
- B25. Fiscalização da venda de pesticidas | Neoplasia dos Tecidos Linfáticos e Hematopoiéticos

VALORIZAÇÃO E SALVAGUARDA DA DIETA MEDITERRÂNICA NO MÉDIO TEJO

Subprojeto nº 3.3

No contexto da Dieta Mediterrânica, decorrente do anúncio de abertura de período de apresentação de candidaturas - N.º 07 / Medida 20.2.4 / 2021- ASSISTÊNCIA TÉCNICA ao PDR 2020, Área 4 – Observação da agricultura e dos territórios rurais, Área temática Inovação foi promovida a candidatura Literacia Alimentar & Dieta Mediterrânica no Médio Tejo.

A candidatura foi uma parceria entre os Gabinetes de Apoio Locais do Médio Tejo (ADIRN, PINHAL MAIOR e TAGUS) e a CIM Médio Tejo, incindido nas áreas da Alimentação Sustentável e Dieta Mediterrânica, dotando os recursos humanos necessários à implementação do plano de ação e ancorada territorialmente em técnicos de ligação dos GAL (Gabinetes de Apoio Local), responsáveis pela interlocução com as entidades locais (Autarquias, IPSS, Agrupamentos de Escolas, produtores e suas organizações) e pela programação do plano de ação.

No ano de 2026, pretende-se reativar a continuidade da dinamização da Estratégia Literacia Alimentar & Dieta Mediterrânica no Médio Tejo, nomeadamente participação das atividades promovidas pelos GAL`s e operacionalizar a ações decorrentes da assinatura do Pacto de Milão sobre Política de Alimentação Urbana.

O Milan Urban Food Policy Pact é um protocolo internacional lançado em 2015 com o objetivo de enfrentar os desafios relacionados com os sistemas alimentares urbanos. Assinado por cidades e regiões de todo o mundo, este

pacto constitui uma ferramenta prática de trabalho para os territórios subscritores, oferecendo um quadro de ação com 37 medidas recomendadas, organizadas em 6 categorias, e indicadores concretos para monitorizar o seu progresso

Esta missão insere-se na estratégia da CIM Médio Tejo de promover a transição ecológica, a resiliência territorial e o desenvolvimento sustentável dos seus municípios inspirando a construção de estratégias locais de política alimentar, reforçar redes de cooperação e capacitar os técnicos e decisores da região do Médio Tejo para os desafios do futuro no setor agroalimentar, oferecendo aprendizagens valiosas para definir estratégias locais que promovam sistemas alimentares mais justos, resilientes e sustentáveis.

MÉDIO TEJO INCLUSIVO

PROJETO Nº 4

Horizonte temporal: 2018-2026

Investimento 2026: 57.750,00 €

O projeto Médio Tejo Inclusivo pretende contribuir para dar resposta aos desafios que se colocam a uma região com uma população cada vez mais envelhecida, que pretende promover a atratividade esvaziada das zonas de baixa densidade e reacender a capacidade de atrair população para os polos urbanos. As preocupações do foro social têm vindo a complexificar-se, sendo notória a necessidade de conjugação de competências entre entidades que já têm vindo a promover, operacionalmente a sintonização de intervenções, mas que necessitam formalizar esse vínculo de atuação conjunta e robustecer a oferta integrada de competências, em matéria de inclusão e apoio aos novos fenómenos de pobreza. Este projeto ambiciona responder a estes desafios através de iniciativas que ultrapassam a mera resposta concelhia a constrangimentos que são inegavelmente regionais. Neste sentido, os objetivos deste projeto incidem sobre a estruturação de redes de cooperação e articulação de competências entre entidades e recursos para a promoção da inclusão e combate à pobreza que atuem numa lógica supramunicipal.

O projeto engloba a definição conjunta e concertada de ações, que integram o Plano Intermunicipal de Desenvolvimento Social Integrado, nomeadamente ao nível da redução da pobreza, do desemprego e da exclusão social, mas também efeitos preventivos gerados através de ações da animação das comunidades e da indução de processos de mudança, com vista à melhoria das condições de vida das populações. Engloba, igualmente, a identificação e reconhecimento das iniciativas de inovação e empreendedorismo social no Médio Tejo enquanto mecanismo para a criação de emprego e estímulo da competitividade da região e a promoção do envelhecimento ativo. O projeto pretende ainda incluir intervenções dirigidas a uma saudável integração da comunidade cigana e emigrantes no território, o apoio a uma vida independente para as pessoas com deficiência e o apoio a serviços básicos e respostas sociais de proximidade, inclusão social e luta contra a pobreza.

PLANO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E SUSTENTÁVEL INTEGRADO

Subprojeto nº4.1

A CIM Médio Tejo encontra-se, juntamente, com as equipas municipais da ação social, a atualizar o Plano Intermunicipal de Desenvolvimento Social e Sustentável Integrado do Médio Tejo | MT-PIDSSI, que constitui o segundo documento de referência estratégica para a ação conjunta da Rede Social Intermunicipal do Médio Tejo, para o período temporal 2025-2027, após uma primeira edição, que vigorou no período temporal 2018-2022.

O MT|PIDSSI procura promover a Coesão Social Territorial do Médio Tejo, tendo as áreas sociais e o Desenvolvimento Social como ponto de partida e como uma das componentes fundamentais do

Desenvolvimento Sustentável, assumido como a condição do Bem-Estar, da Felicidade e do Bem Viver de toda a população.

Nesse sentido, o principal objetivo do MT-PIDSSI é o de promover o Desenvolvimento Social, enquanto componente do Desenvolvimento Sustentável, no conjunto da Região do Médio Tejo, através de:

- ✓ Identificação de problemas e necessidades conjuntas, de todos ou de alguns municípios;
- ✓ Partilha de experiências, de respostas e de “boas práticas”, entre os vários municípios, que permitam aprendizagens comuns, podendo inspirar novos tipos de intervenção, a serem adotados nos vários territórios;
- ✓ Definição e partilha de respostas conjuntas e sobretudo de respostas intermunicipais, que ganhem escala na construção conjunta e/ou que só façam sentido nessa dimensão, como, por exemplo, nos casos de Casas-Abrigo, para Vítimas de Violência Doméstica, ou de respostas, nas áreas da Saúde Mental, do Alcoolismo, do Tratamento de Toxicodependências ou das Deficiências;
- ✓ Partilha de métodos de Intervenção Social e Comunitária, não só a partir das Equipas Sociais Municipais, mas também das outras entidades, públicas e privadas, que intervêm nas áreas sociais, no seu sentido mais amplo (desde a Ação Social, propriamente dita, à Segurança, passando pela Educação, Emprego e Saúde), incluindo portanto, quer os serviços públicos desconcentrados, quer as organizações particulares da chamada Economia Social e Solidária, que intervêm nestas áreas, no fundo, as entidades que fazem parte das Redes Sociais Locais, de cada concelho;
- ✓ Apoio ao Desenvolvimento Social e Sustentável de cada concelho e aos seus principais instrumentos - Diagnóstico Social, PDS - Plano de Desenvolvimento Social (e suas componentes, como, por exemplo, os PMIND - Planos Municipais para a Igualdade e a Não Discriminação, os PAIMH - Planos de Ação para a Igualdade entre Mulheres e Homens, os PAVMVD - Planos de Ação para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e à Violência Doméstica, os PAOIEC - Plano de Ação de Combate à Discriminação em Razão da Orientação Sexual, Identidade e Expressão de Género e Características Sexuais e os PAPCTSH - Plano de Ação para a Prevenção e o Combate ao Tráfico de Seres Humanos), ajudando na sua conceção, planeamento e execução, através da partilha de ideias e das aprendizagens comuns;
- ✓ Apresentação de candidaturas conjuntas a programas europeus ou nacionais, que permitam projetos comuns, que beneficiem as comunidades da Região e de cada um dos seus concelhos.

O seu objetivo geral consiste, pois, em completar e reforçar uma Governança Local Partilhada e Participativa para a Coesão Social e Territorial de nível local e intermunicipal, ou seja, a existência de políticas e de medidas sociais, em parceria e de forma participada, que visem a promoção da Coesão Social e Territorial do Médio Tejo no seu todo e nos seus onze concelhos, através da sinergia de ações, soluções e recursos, a nível intermunicipal.

O MT-PIDSSI tem como objetivos específicos principais, os seguintes:

- ✓ Reforçar as respostas locais, proporcionando-lhes mais Eficácia, mais Eficiência, mais Coerência e mais Sustentabilidade, através da criação de sinergias e das aprendizagens conjuntas e ainda da aquisição de escala, nalgumas respostas sociais;
- ✓ Promover a Coesão Social Territorial e o Desenvolvimento Sustentável (e o Desenvolvimento Social, dentro deste) nos onze concelhos e no território conjunto do Médio Tejo;

- ✓ Estimular dinâmicas de Desenvolvimento Local, importantes para estes onze concelhos e para a sua articulação, em termos do Médio Tejo;
- ✓ Ensaiai estratégias de Governança Local (e Intermunicipal) Partilhada e Participativa, como experiências de Inovação Social e Política, para o século XXI;
- ✓ Maximizar o aproveitamento das candidaturas aos Fundos Comunitários, disponíveis no quadro do Portugal 2030.

CARTA SOCIAL SUPRAMUNICIPAL E PLATAFORMA SUPRACONCELHIA DO MÉDIO TEJO

Subprojeto nº4.2

No âmbito da publicação do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, que visa a concretização da transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da ação social e da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, que estabelece o quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, em matéria de ação social, é estabelecido que cabe aos órgãos das entidades intermunicipais, entre outras, elaborar as cartas sociais supramunicipais, para identificação de prioridades e respostas sociais a nível intermunicipal.

Além da elaboração das cartas sociais supramunicipais, cada município terá também que elaborar a sua Carta Social Municipal (CSM), cujos principais objetivos são:

- ✓ Contribuir para melhorar o Bem-Estar da Comunidade e nomeadamente disponibilizando informações para responder às suas necessidades sociais fundamentais;
- ✓ Promover e favorecer o Trabalho em Parceria entre as instituições e serviços, públicos e privados, que intervêm no território e organizam respostas para as necessidades sociais da Comunidade;
- ✓ Conjuguar e completar os instrumentos e processos de Desenvolvimento Social e Sustentável do território, promovidos no âmbito das Redes Sociais, em particular articulando com o Diagnóstico Social e com o Plano de Desenvolvimento Social (ou sustentável).

O Decreto-Lei n.º 55/2020 consagra a transferência de várias competências para as entidades intermunicipais no domínio da ação social, a saber:

- ✓ Participar na organização dos recursos e no planeamento das respostas e equipamentos sociais ao nível supraconcelhio, exercendo as competências das plataformas supraconcelhias e assegurando a representação das entidades que as integram;
- ✓ Elaborar as cartas sociais supramunicipais, para identificação de prioridades e respostas a nível intermunicipal.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 115/2006 de 14 de junho, as competências das plataformas supraconcelhias são:

- a) Debater estratégias para a concretização do PNAI - Plano Nacional de Ação para a Inclusão no território;
- b) Garantir a harmonização e articulação das iniciativas desenvolvidas pelas diferentes parcerias de âmbito concelhio, que atuam no plano social;
- c) Promover reuniões temáticas sectoriais para aprofundar o conhecimento e análise dos problemas sociais do território, tendo em conta a dimensão de género;

- d) Analisar e promover a resolução ou o encaminhamento para o nível nacional dos problemas que lhe forem apresentados pelos diferentes CLAS da plataforma, concretizando o princípio da subsidiariedade;
- e) Promover a circulação de informação pertinente pelas entidades que compõem os CLAS da plataforma.

PLATAFORMA SUPRACONCELHIA DO MÉDIO TEJO: TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS NO DOMÍNIO DA AÇÃO SOCIAL**Subprojeto n.º 4.3**

Na sequência da publicação da Lei n.º 50/2018 de 16 de agosto de 2018 foi estabelecido o quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, concretizando os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local. Nos termos do n.º 1 do artigo 4.º da referida Lei é enunciado que a “a transferência das novas competências, a identificação da respetiva natureza e a forma de afetação dos respetivos recursos são concretizadas através de diplomas legais de âmbito setorial relativos às diversas áreas a descentralizar da administração direta e indireta do Estado, os quais estabelecem disposições transitórias adequadas à gestão do procedimento de transferência em causa.”

Neste sentido, foi publicado no dia 12 de agosto de 2020, o Decreto-Lei n.º 55/2020 que concretiza a transferência de competências para os órgãos das entidades intermunicipais no domínio da ação social.

O referido Decreto-Lei consagra também a transferência de várias competências para as entidades intermunicipais, as quais constituem um instrumento de reforço da cooperação intermunicipal, que passa pela participação na organização dos recursos e no planeamento das respostas e equipamentos sociais ao nível supraconcelhio, pelo exercício das competências das plataformas supraconcelhias e pela elaboração de cartas sociais supramunicipais para a identificação de prioridade e respostas sociais a nível intermunicipal.

Assim, o artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 55/2020 apresenta as competências a serem transferidas para a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (CIM MÉDIO TEJO), no domínio da ação social, a saber:

- ✓ Participar na organização dos recursos e no planeamento das respostas e equipamentos sociais ao nível supraconcelhio, exercendo as competências das plataformas supraconcelhias e assegurando a representação das entidades que as integram;
- ✓ Elaborar as cartas sociais supramunicipais, para identificação de prioridades e respostas a nível intermunicipal.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 115/2006 de 14 de junho, as competências das plataformas supraconcelhias são:

- a) Debater estratégias para a concretização do PNAI - Plano Nacional de Ação para a Inclusão no território;
- b) Garantir a harmonização e articulação das iniciativas desenvolvidas pelas diferentes parcerias de âmbito concelhio, que atuam no plano social;
- c) Promover reuniões temáticas sectoriais para aprofundar o conhecimento e análise dos problemas sociais do território, tendo em conta a dimensão de género;
- d) Analisar e promover a resolução ou o encaminhamento para o nível nacional dos problemas que lhe forem apresentados pelos diferentes CLAS da plataforma, concretizando o princípio da subsidiariedade;
- e) Promover a circulação de informação pertinente pelas entidades que compõem os CLAS da plataforma.

CAPACITAÇÃO DE PÚBLICOS ESTRATÉGICOS PARA A CIDADANIA E INCLUSÃO, COM VISTA À INCLUSÃO DE PCDI

Subprojeto nº 4.4

A CIM Médio Tejo submeteu, no passado dia 17.10.2025, a candidatura ao Aviso PESSOAS-2025-05 | Capacitação de públicos estratégicos para a cidadania e inclusão, com vista à inclusão de Pessoas com Deficiência ou Incapacidade | PCDI, que tem como objetivo promover a sensibilização e capacitação das PCDI e suas famílias, profissionais e agentes de vários setores (público, social e privado), com atribuições e/ou responsabilidades na promoção da cidadania e dos direitos das PCDI para uma sociedade mais inclusiva, nas mais diversas áreas, com o objetivo de promover decisões, práticas e ações que concretizem o desígnio da inclusão das PCDI, com vista à sua autonomização, considerando as suas características específicas, as comunidades onde estão inseridas e os respetivos contextos de vida.

São elegíveis ações que visem a sensibilização e a capacitação de PCDI e suas famílias, bem como profissionais e outros agentes com funções ou responsabilidades na promoção da cidadania e de uma sociedade mais inclusiva, nas mais diversas áreas, designadamente da justiça, das forças de segurança, da saúde, da educação, da intervenção e ação social, das entidades do setor social, das associações e das ordens profissionais, com vista à inclusão de PCDI.

As ações previstas visam dotar os e as participantes de conhecimentos sobre o paradigma dos direitos humanos das Pessoas com deficiência, o que é a autorrepresentação, autonomia, vida independente e participação das PCDI nos diversos contextos de vida, bem como transferir para os seus domínios de ação pessoal e profissional a promoção de direitos das Pessoas com deficiência.

A calendarização para a execução da operação é de 24 meses (01.01.2026 a 31.12.2027) e a mesma tem como investimento total previsível 53.554,20€ e uma comparticipação FSE+ de 45.521,07€ (taxa de cofinanciamento 85%).

ESTRATÉGIA INTEGRADA DE COMBATE À VIOÊNCIA DOMÉSTICA E PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE GÉNERO NO MÉDIO TEJO

PROJETO Nº 5

Horizonte temporal: 2020-2030

Investimento 2026: 48.589,00 €

MARIA III | ESTRATÉGIA INTEGRADA DE INTERVENÇÃO PARA A ÀREA DA VIOÊNCIA DOMÉSTICA E DE GÉNERO NO MÉDIO TEJO | RESPOSTAS DE APOIO PSICOLÓGICO NA REGIÃO DO MÉDIO TEJO

Subprojeto nº5.1

A candidatura MARIA III | Estratégia Integrada de Intervenção na Área da Violência Doméstica e de Género no Médio Tejo e RAP | Resposta de Apoio Psicológico e Psicoterapêutico do Médio Tejo, submetida ao AVISO PESSOAS-2023-4, aprovada e em execução desde 01.07.2023, tem como principal objetivo dar continuidade às intervenções iniciadas no âmbito dos projetos Maria – POISE-03-4437-FSE-000119 e Maria II - POISE – 03 – 4437 – FSE –000257 – executados no âmbito do Portugal 2020, continuando a apoiar as respostas das Estruturas Municipais de Apoio e Acompanhamento a Vítimas de Violência Doméstica | Espaços M – Serviço de Apoio à Vítima e das redes locais de resposta integrada à problemática da VDG na região do Médio Tejo.

Procedeu-se à contratação de uma psicóloga e de uma jurista, com o perfil técnico previsto em sede de aviso de concurso, para reforço na valência do apoio psicológico e do apoio jurídico, garantindo assim, o apoio direto e especializado às vítimas de violência doméstica e violência de género, nas Estruturas de Atendimento.

Com a presente candidatura continuou-se também a apoiar as valências específicas existentes nas Estruturas de Atendimento da RNAVVD relativas às Respostas de Apoio Psicológico para crianças e jovens vítimas de violência doméstica | RAP, através da equipa técnica já constituída, para o apoio psicológico e psicoterapêutico a crianças e jovens vítimas de violência doméstica, com o recurso a metodologias de intervenção individual ou em grupo, baseadas em abordagens especializadas, como as abordagens psicoterapêuticas focadas no trauma.

Com o seu desenvolvimento, pretende-se concretizar os seguintes objetivos gerais:

- ✓ Consolidar as respostas municipais e intermunicipais ao nível das intervenções no âmbito do atendimento, acompanhamento e apoio especializados a vítimas de violência doméstica e violência de género, nas valências de apoio psicológico, social e jurídico;
- ✓ Combater o fenómeno da violência doméstica e de género na região do Médio Tejo;
- ✓ Aumentar o número de casos reportados de violência doméstica e de género na região do Médio Tejo;
- ✓ Apoiar as valências específicas existentes nas Estruturas de Atendimento da RNAVVD relativas às Respostas de Apoio Psicológico para crianças e jovens vítimas de violência doméstica | RAP, através da equipa técnica já constituída, para o apoio psicológico e psicoterapêutico;
- ✓ Desenvolver atividades de informação, sensibilização e prevenção primária na área de intervenção da Estrutura e exclusivamente relacionada com a dimensão de apoio a vítimas de violência doméstica e violência de género;
- ✓ Preparar e editar materiais formativos e informativos de suporte às atividades exclusivamente relacionadas com violência doméstica e/ou violência de género.

A presente candidatura, após republicação do aviso n.º PESSOAS-2023-4, permitindo que os prazos de execução das operações aprovadas passassem para até um máximo de 36 meses, terá o seu término a 30.06.2026.

FORMAÇÃO DE PÚBLICOS ESTRATÉGICOS

Subprojeto nº5.2

A CIM Médio Tejo encontra-se a preparar uma candidatura ao Aviso PESSOAS-2025-6 | Formação de Públicos Estratégicos (prazo limite de submissão 15.12.2025), que tem como objetivo a qualificação dos profissionais das diversas áreas com competências em domínios associados à igualdade de género, contra as formas de violência doméstica e violência de género, e combate à discriminação em razão do sexo, orientação sexual, prevenção e combate ao tráfico de seres humanos, sendo estas áreas consideradas estratégicas para uma sociedade mais justa, equitativa e inclusiva.

São elegíveis as seguintes ações de formação que concorram para os objetivos da ENIND e do V Plano de Ação para a Prevenção e o Combate ao Tráfico de Seres Humanos 2025-2027:

- ✓ Ações de formação no domínio da promoção da igualdade entre mulheres e homens, incluindo em matéria de prevenção e combate à discriminação salarial, ao assédio no local de trabalho e à segregação sexual das escolhas educativas e das profissões, em matéria de promoção da proteção na parentalidade e conciliação da vida profissional, pessoal e familiar, e em matéria de representação equilibrada na tomada de decisão, e tendo em conta uma perspetiva interseccional;

- ✓ Ações de formação no domínio da prevenção e combate a todas as formas de violência contra as mulheres e violência doméstica, incluindo a violência no namoro, a violência sexual, a perseguição, a violência nas novas tecnologias, a violência obstétrica, o assédio, e as práticas tradicionais nefastas como a mutilação genital feminina, incluindo em matéria de estratégias e programas de prevenção, e de intervenção junto de públicos particularmente vulneráveis em razão da idade, da deficiência, da origem nacional, racial e étnica, da orientação sexual, da identidade e expressão de género, e das características sexuais, entre outros, e tendo em conta uma perspetiva interseccional;
- ✓ Ações de formação no domínio da prevenção e combate à discriminação em razão designadamente do sexo, orientação sexual, identidade e expressão de género, e características sexuais, incluindo a discriminação múltipla e interseccional (no cruzamento destes e/ou com outros fatores de discriminação como a origem racial e étnica, cor, nacionalidade, ascendência, território de origem, idade e deficiência);
- ✓ Ações de formação no domínio da prevenção e combate ao tráfico de seres humanos, e tendo em conta uma perspetiva interseccional.

A formação dos e das profissionais da administração pública nestas áreas deve potenciar em especial as seguintes capacidades:

- ✓ Identificar estereótipos de género, promover comportamentos não discriminatórios e atuar para a igualdade;
- ✓ Reconhecer precocemente sinais de violência doméstica e violência de género e atuar de forma eficaz;
- ✓ Reconhecer precocemente sinais de tráfico de seres humanos e atuar com vista a identificação das situações;
- ✓ Aplicar a legislação de forma adequada e sensível, garantindo a proteção das vítimas;
- ✓ Prestar um apoio qualificado e multidisciplinar às vítimas, minimizando a revitimização;
- ✓ Promover a sensibilização e mudança de mentalidades, contribuindo para uma cultura de tolerância zero à violência doméstica e violência de género.

Neste sentido a formação a desenvolver, suportada em referenciais formativos aprovados pela Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG), deverá ser prioritariamente dirigida a:

- ✓ Profissionais não especializados/as: profissionais de serviços e organismos da Administração Pública Central e Local, que, tendo uma intervenção de carácter genérico no âmbito das respetivas atribuições, tomem, ou sejam suscetíveis de vir a tomar, conhecimento de uma situação que pode configurar VMVD ou TSH. Estes profissionais devem adquirir as seguintes competências essenciais: Identificação da situação de violência (screening); Atendimento; Identificação do risco; Referenciação para profissionais ou serviços especializados.
- ✓ Profissionais especializados/as: profissionais de serviços e organismos da Administração Pública Central e Local que prestem serviço público, que, em cada uma das áreas de atuação, intervêm de forma especializada cada vez que seja identificada, por si ou por profissionais não especializados/as, uma situação de VMVD e TSH. No âmbito das respetivas atribuições, estes/as profissionais devem adquirir as competências referidas para os/as profissionais não especializados, bem como: Avaliação e gestão do risco; Avaliação das necessidades da vítima e prestação de apoio; Proteção e segurança adequadas; Elaboração de plano de segurança; Articulação com a Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica (RNAVVD); Articulação com a Rede de Apoio e Proteção a Vítimas de Tráfico (RAPVT).

A calendarização para a execução da operação é de 24 meses, não podendo ultrapassar como data de conclusão 30.06.2028. A candidatura tem como investimento total previsível 44.964,71€ e uma comparticipação FSE+ de 38.220,00€ (taxa de cofinanciamento 85%).

PARCERIAS INTERNACIONAIS E AÇÕES CENTRALIZADAS DA UNIÃO EUROPEIA NO MÉDIO TEJO

PROJETO Nº 6

Horizonte temporal: 2024-2029**Investimento 2026: 588.878,00 €**

Trata-se de um conjunto de projetos enquadrados no contexto das parcerias e internacionalização da intervenção da CIM Médio Tejo, visando o reforço de competências, a partilha de experiências e a melhoria das políticas desenvolvidas, e tendo por fim último a melhoria dos serviços e da qualidade de vida na região. Os temas em foco são diversificados e tocam diferentes áreas de intervenção, incluindo desenvolvimento económico, economia social, economia circular, educação, desporto, bibliotecas, cidadania, e ainda a cooperação.

REWARD – RETENÇÃO E ATRAÇÃO DE TALENTOS PARA A ECONOMIA REGIONAL

Subprojeto nº 6.1

O projeto REWARD (Retaining and attracting knowledge workers and skills for regional development) é uma rede de 9 parceiros de 7 países financiada pelo programa Interreg Europe, coordenada pela região finlandesa de Savonlinna, e que tem como objetivo a partilha de boas práticas, definição de planos para maximizar as condições de retenção e atração de talento e de trabalhadores qualificados na economia regional.

A execução é entre abril de 2024 e junho de 2028, e inclui 4 grupos de trabalho: colaboração universidade – indústria, empreendedorismo e apoio às empresas; adaptação a novas formas de trabalho; e qualidade de vida e atratividade regional, tendo ficado a CIM Médio Tejo como coordenadora deste último, com atividades a decorrer em 2027. Na região, os parceiros da CIM na execução do projeto são os membros do CR Inove.

O projeto tem um investimento total previsto de 2.195.465,00 €, dos quais 236.588,00 € correspondem à CIM Médio Tejo. O cofinanciamento da União Europeia é de 80% através do FEDER.

Em 2026 manter-se-ão as atividades regulares, com a realização de reuniões de stakeholders locais, a participação no encontro inter-regional, previsto para decorrer na Irlanda sob o tema das novas modalidades de trabalho, e ainda ao início da preparação dos trabalhos que a CIM Médio Tejo coordenará em 2027, relativos à dimensão da qualidade de vida e atratividade regional.

RESILIENTES - ECONOMIA SOCIAL

Subprojeto nº 6.2

Rede de 10 parceiros de Espanha, Portugal e França, financiada pelo Interreg Sudoe tendo em vista a promoção da Economia Social como motor de desenvolvimento socioeconómico das áreas rurais e não urbanas do espaço SUDOE. Iniciou em 01.06.2025 e tem execução até 30.05.2028.

Entre as atividades inclui-se, entre outras, a realização de diagnósticos territoriais em cada região relativos à situação e legislação aplicável na área da economia social, o mapeamento dos atores relevantes, a criação de “terceiros lugares” de economia social, a definição de metodologias para transferência de boas práticas ou a concretização de ações piloto

O projeto tem um investimento total previsto de 1.687.725,35 €, dos quais 170.999,11 € correspondem à CIM Médio Tejo. O cofinanciamento da União Europeia é de 75% através do FEDER.

Os 3 GAL (ADIRN, Tagus e Pinhal Maior) ficaram definidos como parceiros da CIM Médio Tejo na execução, pelo que, em 2026 se prevê o seu envolvimento nas atividades do projeto, assim como, a participação nas atividades internacionais planeadas como a prevista para França em fevereiro, e os trabalhos de diagnóstico e levantamentos a aplicar sobre o setor da economia social no Médio Tejo.

HITTS – PATRIMÓNIO, TERRITÓRIO, TURISMO E SUSTENTABILIDADE

Subprojeto nº 6.3

O projeto HITTS (Heritage Innovation, Territory, Tourism and Sustainability), é financiado pelo programa Interreg Sudoeste e constitui-se como rede de 8 parceiros, de Portugal, França e Espanha, coordenada por entidade espanhola, com o objetivo de promover o património e a cultura, e a sua reutilização como promotores do turismo sustentável.

Os três GAL do Médio Tejo, ADIRN, Tagus e Pinhal Maior, são parceiros locais da CIM na sua execução. O projeto tem execução entre janeiro de 2024 e dezembro de 2026, e a CIM Médio Tejo, não tendo nenhum projeto piloto previsto, incidirá a sua intervenção no Enoturismo, e a sua promoção, como fator de sustentabilidade para a atividade turística regional.

UNLOCK

Subprojeto nº 6.4

O Projeto UNLOCK – Project Partnership Agreement foi submetido ainda em 2022, em candidatura apresentada ao Interreg Europe, a qual foi aprovada no decorrer de fevereiro de 2023 e decorre até 2027.

Este projeto nasceu derivado em que muitas regiões da Europa estão a desenvolver ou a preparar-se para criar economias locais de hidrogénio verde, os chamados vales do hidrogénio, que incluem iniciativas para a mobilidade inteligente e verde, a economia circular e a adaptação às alterações climáticas. A maior parte destes vales de hidrogénio é liderada pela indústria, enquanto a participação das PME é bastante limitada. Além disso, parece que as PME locais não estão conscientes das oportunidades e dos possíveis desafios que se abrem com o desenvolvimento das economias locais de hidrogénio.

As autoridades políticas podem desempenhar um papel importante tanto na sensibilização das PME para as novas oportunidades como na facilitação da participação das PME nas economias locais de hidrogénio verde, ou seja, libertando o potencial das economias regionais de hidrogénio para as PME. Ajustando e melhorando os instrumentos de política regional existentes no que diz respeito ao desenvolvimento de novas realidades económicas - a economia local do hidrogénio verde - as autoridades públicas regionais incentivarão o crescimento sustentável, a competitividade das PME e a criação de emprego nas PME.

Neste contexto, o consórcio estabelecido representa as regiões europeias que partilham a questão comum do desenvolvimento regional do crescimento sustentável, pelo que as PME concorrem com a criação de emprego dentro das PME nas economias H2 verdes regionais em desenvolvimento.

O consórcio, composto por autoridades políticas responsáveis, universidades e partes interessadas relevantes de diferentes regiões europeias que desenvolvem economias H2 verdes locais, visa melhorar os instrumentos políticos regionais com vista ao reforço do crescimento sustentável, da competitividade das PME e da criação de emprego nas PME. Através da partilha de experiências e da participação em atividades de aprendizagem em comum, as regiões, juntamente com as partes interessadas relevantes e apoiadas pelos conhecimentos

especializados das universidades envolvidas, identificarão boas práticas políticas e retirarão ensinamentos políticos para o reforço do crescimento sustentável, da competitividade das PME e da criação de emprego nas economias H2 verdes em rápido desenvolvimento.

O projeto integra 9 parceiros: Hanze University of Applied Sciences Groningen, Líder da Candidatura; Province of Fryslân, Puglia Region, Podkarpackie Region, DITNE (Italian National Energy Technological Cluster), Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, Mallorca Island Council; Region Västernorrland; Ånge municipality, e recentemente o Instituto Politécnico de Tomar (IPT), os quais pretendem prover entre si boas práticas na implementação destes projetos.

No ano de 2026, prevê-se que a Região do Médio Tejo acompanhe as boas práticas dos vários parceiros, participando na próxima visita do projeto ao parceiro em Ånge municipality and Västernorrland region (APA) – na Suécia e apoio na capacitação prevista no IPT.

RESIST

Subprojeto nº 6.5

No âmbito da adaptação às alterações climáticas foi submetida ao programa Horizonte Europa, da Comissão Europeia, a candidatura RESIST - Regions for climate change Resilience through Innovation, Science and Technology, ao H2020 - HORIZON-MISS-2021-CLIMA-02-04. A candidatura contempla 4 pilotos, sendo que a CIM Médio Tejo integra o piloto do Centro de Portugal.

A candidatura foi aprovada em julho de 2022, em que, o piloto do Centro de Portugal visa aumentar a resiliência do território regional do Médio Tejo e Região de Coimbra às alterações climáticas, promovendo uma melhor utilização do solo, a gestão florestal e a circularidade dos bio-resíduos verdes, através da recuperação energética da biomassa agroflorestal.

Com o objetivo de acelerar a transformação e aumentar a capacidade de adaptação de 12 regiões europeias vulneráveis às alterações climáticas, o projeto RESIST prevê o desenvolvimento de projetos demonstradores de inovação em quatro regiões e a transferência de conhecimento e soluções inovadoras para outras oito regiões.

No total integram a candidatura cerca de 56 entidades (de 15 países) e um investimento total de 26 milhões de euros (mais de 5,6 milhões de euros para Portugal).

Pretende-se promover a cocriação de novas políticas locais de incentivo ao reflorestamento de áreas ardidas, e potenciar a sua implementação, tanto em espaços públicos como privados, com o apoio de uma ferramenta digital.

Parte da biomassa verde resultante das atividades de gestão agroflorestal será valorizada pela conversão em gases renováveis. Esse combustível será eventualmente utilizado para transportar a biomassa agroflorestal até a biorrefinaria, onde será convertida em gases renováveis (metano, hidrogénio), garantindo assim a sustentabilidade do processo.

Integram o piloto do Centro sete parceiros: CIM Médio Tejo, CIM Região de Coimbra, CCDR Centro, Instituto Politécnico de Portalegre (IPP), Médio Tejo 21, Forestwise (cluster florestal) e BLC3 (centro tecnológico).

No orçamento não estão a ser considerados os custos indiretos aprovados na candidatura que se consideram ser na ordem dos 97.500,00€, referente a 25% das despesas elegíveis apresentadas.

O projeto iniciou-se em 2023 e tem um período de execução de cinco anos, pelo que, para o ano de 2026, prevê-se a elaboração de plano de gestão florestal para áreas piloto do projeto (municípios de Mação e Sardoal)

selecionadas, as quais integram potencial de constituição de Áreas Integradas de Gestão da Paisagem ou Condomínios de aldeia e o início dos testes na biorrefinaria do Instituto Politécnico de Portalegre, bem como promover o envolvimento dos proprietários na implementação da estratégia, no sentido de se manterem as atividades de gestão de combustível e reconversão das áreas, quer pela criação de mosaicos, bem como faixas de interrupção.

DEEP BLUE GREEN EXERCISE**Subprojeto nº 6.6**

Projeto financiado pelo programa Erasmus+ Desporto, incluindo a promoção de atividades desportivas em espaço natural como fatores de bem-estar, no âmbito das Semanas Europeias do Desporto 2025 e 2026, tendo em especial atenção grupos de população mais vulneráveis. Decorre de projeto anterior desenvolvido com os mesmos parceiros (Grécia, Itália e Malta) e objetivos similares.

A execução decorre entre 1 de junho de 2025 e 30 de novembro de 2026, 18 meses e um financiamento total de 200.000,00 €, dos quais 47.368,00 € é o montante de subvenção atribuído à CIM Médio Tejo para fazer face às despesas de organização de atividades, deslocações para reuniões e atividades de comunicação.

Em 2026, prevê-se repetir a dinamização de atividades durante a Semana Europeia do Desporto 2026, conforme ocorrido no ano de 2025, e a participação em reunião final do projeto a decorrer em Itália.

TELL - TRANS-EUROPEAN LEARNING LIBRARIES**Subprojeto nº 6.7**

Projeto financiado pelo programa Erasmus+, projetos de cooperação na educação de adultos, e que inclui a Rede de Bibliotecas Públicas do Médio Tejo numa parceria europeia que trabalha as prioridades europeias para o setor das bibliotecas, no período de programação europeia 2028-2035.

O projeto tem uma execução prevista de 24 meses, tendo-se iniciado em 01.11.2024 e durará até 31.10.2026. A subvenção total atribuída é de 400.000,00 €, mas a participação da CIM Médio Tejo é muito residual, tendo uma atividade de formação e aplicação de metodologias prevista agora para 2026. Ainda durante o ano de 2026 prevê-se que um ou dois técnicos de bibliotecas da Rede de Bibliotecas Públicas do Médio Tejo possam vir a frequentar os cursos de inverno previstos a realizar. Neste sentido, cabe à CIM Médio Tejo o valor de 13.213,00 €.

ALL CRETE BLUE GREEN**Subprojeto nº 6.8**

Projeto financiado pelo programa Erasmus+ Desporto, na sequência dos projetos Blue Green Exercise e Deep Blue Green Exercise, incluindo atividades de formação online, participação em evento em Creta durante a Semana Europeia do Desporto 2026 e atividades durante a Semana Europeia do Desporto 2027 em todos os territórios da parceria, que incluirá um total de 13 parceiros e uma execução em 18 meses, com arranque em maio de 2026 e uma subvenção para a CIM Médio Tejo de 15.000,00 €.

PUBLIC L-AI-BRARIES**Subprojeto nº 6.9**

Projeto financiado pelo programa Erasmus+, parcerias de pequena escola na educação de adultos, e que inclui a Rede de Bibliotecas Públicas do Médio Tejo numa parceria bilateral com o Sistema Bibliotecário Valle Seriana (Itália), visando a capacitação dos bibliotecários das duas redes parceiras no âmbito da inteligência artificial generativa.

O projeto é coordenado pela entidade italiana e tem execução de 16 meses, entre 01.02.2025 e 31.05.2026. A subvenção atribuída é de 60.000,00 €, cabendo à CIM Médio Tejo um total de 20.802,25 €.

No final de março de 2026 decorrerá ainda uma visita de bibliotecários do Médio Tejo à região de Bérghamo, de forma a visitar as bibliotecas e a rede dos parceiros, e a participar em mais atividades de formação presenciais que se encontram previstas na candidatura.

CIRCULAR PEDRO**Subprojeto nº 6.10**

Projeto Erasmus+ Juventude, parcerias de pequena escala na área da juventude, coordenado pela CIM Médio Tejo com outros três parceiros (Turquia, Alemanha e Países Baixos), de trabalho conjunto sobre promoção dos princípios de economia circular junto de funcionários e intervenientes na área da juventude. A execução está prevista para decorrer em 18 meses, de 01.09.2025 até 28.02.2027. A subvenção é de 60.000,00 €, cabendo à CIM Médio Tejo um total de 15.396,00 €.

Para além de reuniões e atividades de formação online, o projeto inclui 4 atividades de formação presenciais, cada uma centrada numa preocupação com a circularidade: moda, alimentação, transporte e trabalho. Ao longo do projeto, será criado um mundo circular virtual através do Minecraft Education Edition, em que a figura transversal é uma personagem ficcionada, o Pedro. A primeira atividade presencial reunirá os parceiros em Tomar, em janeiro, seguindo-se depois a participação da CIM Médio Tejo com 2 a 3 pessoas nas atividades previstas para a Turquia (abril), Berlim (junho) e Roterdão (setembro).

MYPOLIS - CITIZENSHIP AGENTS (CERV)**Subprojeto nº 6.11**

Parceria financiada pelo programa CERV, parceria com 12 organizações de seis países, visa a promoção da cidadania ativa junto dos jovens em contexto escolar, com utilização de ferramenta digital e inovadora com conteúdos sobre a Europa, os valores democráticos, ou o processo decisório, e partilha de experiências entre participantes. O projeto é coordenado pela Associação Discurso Paralelo no âmbito da sua metodologia MyPolis, e tem execução entre julho de 2024 e 30.04.2026. A subvenção total atribuída foi de 314.215,00 €, cabendo à CIM Médio Tejo uma subvenção de 13.000,00 €.

AGRUPAMENTO EUROPEU PARA A COOPERAÇÃO TERRITORIAL INTERPAL - MÉDIO TEJO**Subprojeto nº 6.12**

Dinamização do instrumento de cooperação bilateral estabelecido com a Diputación de Palencia, visando, a sua operacionalização nas áreas definidas: competitividade e emprego; ambiente, património e prevenção de riscos naturais, cooperação socioeconómica e institucional. Em 2026, prevê-se a manutenção deste instrumento de cooperação visando, tão breve quanto possível, a sua operacionalização, na sequência do solicitado por aquela região, para que pudéssemos iniciar a colaboração após o período de execução do NextGenerationEU.

CENTRO CÍVICO E CULTURAL DE BAUCAU | TIMOR-LESTE**Subprojeto nº 6.13**

A CIM Médio Tejo promoverá no âmbito de uma candidatura submetida e aprovada pelo Instituto Camões, I.P, a “Criação e Reabilitação do Centro Cívico e Cultural de Baucau (CCCCB)” que tem como objetivo promover o desenvolvimento social e cultural de Baucau, reforçando a coesão territorial e a participação cívica da população através da criação de um centro multifuncional que una cultura, educação e cidadania, pelo que se pretende alcançar os seguintes objetivos específicos.

1. Reabilitar um edifício de valor patrimonial português para fins cívico-culturais;
2. Criar uma biblioteca pública local;

3. Promover a formação, a inclusão social e a identidade cultural, com ênfase nos valores da sustentabilidade e da democracia participativa.

A candidatura tem entidades parceiras, a proponente: Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (CIM MÉDIO TEJO – Portugal), a coproponente: Instituto Nacional da Administração Pública (INAP – Timor-Leste) e como parceiro local a Autoridade Municipal de Baucau, com o seguinte orçamento associado, no total de 300.000,00€:

- ✓ Camões, I.P.: 150.000 € (50%)
- ✓ CIM Médio Tejo: 120.000 € (40%)
- ✓ INAP: 30.000 € (10%)
- ✓ O projeto tem a duração de 30 meses (Out. 2025 – Mar. 2028)

Pretende-se alcançar os seguintes resultados:

- ✓ Edifício reabilitado e funcional;
- ✓ Biblioteca criada e catálogo digital implementado;
- ✓ Formação de 12 técnicos timorenses em Portugal (on-the-job training em municípios do Médio Tejo);
- ✓ Oficinas culturais e de cidadania em Baucau;
- ✓ Sustentabilidade assegurada através de gestão local e receitas próprias (aluguer, eventos, parcerias).

Os beneficiários do presente projeto são:

- ✓ Diretos: jovens (8–25 anos), professores, agentes culturais, funcionários públicos;
- ✓ Indiretos: cerca de 10.000 pessoas da comunidade de Baucau.

ESTRATÉGIA INTERMUNICIPAL DA HABITAÇÃO NO MÉDIO TEJO

PROJETO N° 7

Horizonte temporal: 2020-2030

HABITAÇÃO A CUSTOS ACESSÍVEIS NO MÉDIO TEJO

Subprojeto n° 7.1

No dia 23 de junho de 2023, foi celebrado entre o IHRU e a Comunidade intermunicipal do Médio Tejo o Protocolo de Cooperação para Projetos de Habitação a Custos Acessíveis do Médio Tejo.

As habitações a implementar na região do Médio Tejo se destinam a oferta habitacional com rendas acessíveis para famílias que não encontram respostas no mercado tradicional por incompatibilidade entre os seus rendimentos e os valores de renda praticados, pelo que o Protocolo celebrado assenta no seguinte:

- ✓ Construção ou reabilitação, de até cerca de 1.132 habitações;
- ✓ Destinadas a arrendamento, no âmbito do Programa de Apoio ao Arrendamento;
- ✓ O valor total estimado dos projetos a promover em execução do Protocolo é de cerca 148.536.052,30€;

- ✓ Os investimentos do IHRU são financiados pelo empréstimo concedido no âmbito do investimento i05 – Parque Público de Habitação a Custos Acessíveis da componente 02 – Habitação do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR);
- ✓ A cooperação objeto do Protocolo é implementada mediante a celebração de acordos de colaboração entre o IHRU, a CIM Médio Tejo e o Município territorialmente competente;
- ✓ Cada acordo de colaboração define o projeto, o n.º de habitações do projeto, o modelo e o montante estimado do financiamento e a responsabilidade do município pela execução das infraestruturas.

No âmbito do Protocolo celebrado cada uma das partes tem as seguintes obrigações:

- a) Ao IHRU, I.P. verificar a adequação de cada projeto às condições e prazos aplicáveis no quadro do empréstimo do PRR e, no caso em que entenda existir incompatibilidade, propor aos outros Outorgantes a exclusão desse projeto da lista constante do Anexo ou a sua substituição por outro;
- b) À CIM Médio Tejo, agir como interlocutor dos municípios junto do IHRU, I.P., e assegurar a articulação e monitorização das atuações dos municípios necessárias ao pontual cumprimento do presente Protocolo, bem como acompanhar a execução global do mesmo, e, nesse âmbito, comunicar ao IHRU, I.P. qualquer vicissitude ou desvio de que tenha conhecimento que se repercuta na referida execução;
- c) À CIM Médio Tejo ou ao Município, no exercício do mandato que lhe seja conferido pelo IHRU, I.P., observar o cumprimento de todas as condições a este exigidas enquanto Beneficiário Direto do Investimento RE-C02-i05 do PRR.

A execução física dos projetos de habitação a custos acessíveis tem de estar concluída até 31 de março de 2026.

CIHCA: CARTA INTERMUNICIPAL DE HABITAÇÃO DO MÉDIO TEJO

Subprojeto nº 7.2

Atualmente, a importância da habitação na política pública europeia tem-se constituído um desafio estrutural e societal, pelo que a Comissão Europeia tem desenvolvido desde o ano de 2025 a recolha de opiniões sobre o Plano Europeu para a Habitação Acessível tratando-se de uma iniciativa que pretende responder à crise no setor. Esta iniciativa pretende recolher as opiniões dos cidadãos da União Europeia, das empresas, das autoridades públicas, da sociedade civil e de outras partes interessadas sobre a habitação, a fim de contribuir para o desenvolvimento do plano europeu para a habitação a preços acessíveis e para combater a crise da habitação. O objetivo da Comissão Europeia é delinear o primeiro Plano Europeu de Habitação a Preços Acessíveis que tentará dar resposta à crise habitacional que afeta milhões de pessoas em toda a UE. Ajudará os países, as regiões e as cidades da UE a aumentar a oferta de habitação sustentável e a preços acessíveis e melhorará o acesso das pessoas necessitadas à habitação, nomeadamente abordando os desafios estruturais e desbloqueando o investimento público e privado.

A iniciativa relativa à habitação a preços acessíveis (Affordable Housing) foi anunciada na estratégia da Comissão para a vaga de renovação na Europa, que tem por objetivo tornar os edifícios mais ecológicos, criar emprego e melhorar a vida das pessoas. Esta estratégia pretende, pelo menos, duplicar as taxas de renovação na UE, eliminando os obstáculos de longa data à renovação eficiente em termos energéticos e de recursos, bem como melhorando a reutilização e a reciclagem. Além disso, esta iniciativa está alinhada e reforça a política de coesão, uma vez que apoia estratégias de desenvolvimento local e confere poderes às autoridades locais na gestão dos fundos.

Assim, hoje é incontornável, a nível local, nacional e europeu, que a habitação, a custos acessíveis, se tornou num dos principais focos de preocupação e reivindicação social. Com a aprovação da Lei de Bases da Habitação (Lei n.º 83/2019, de 3 de setembro). “Incumbe ao Estado estabelecer a criação de um sistema de acesso à habitação com renda compatível com o rendimento familiar”, estabelecendo que “todos têm direito, para si e para sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar”.

Com a aprovação da Lei supra referida, foi estabelecido a exigência da elaboração das Cartas Municipais de Habitação (CMH) - o instrumento municipal de planeamento e ordenamento territorial em matéria de habitação, a articular, no quadro do Plano Diretor Municipal (PDM), com os restantes instrumentos de gestão do território e demais estratégias aprovadas ou previstas para o território municipal.

Alguns municípios do Médio Tejo já elaboraram, ou estão em fase procedimental de elaboração das suas Cartas Municipais de Habitação. Sendo assim, estão criadas as condições para se trabalhar, à escala intermunicipal, no domínio da habitação, a custos acessíveis, a Carta Intermunicipal de Habitação, por forma a estruturar de forma estratégica e coesa, a habitação a preços acessíveis na região do Médio Tejo, por forma a antecipar e dar resposta à política pública europeia em curso. Os trabalhos de elaboração da Carta Intermunicipal da Habitação do Médio Tejo iniciaram-se em setembro de 2025 e terão a sua continuidade no decorrer do ano de 2026.

PROJETOS DE INOVAÇÃO SOCIAL

PROJETO Nº 8

Horizonte temporal: 2024-2029

Investimento 2026: 153.955,00€

No contexto do Portugal 2030, o Programa Portugal Inovação Social constitui um recurso relevante no âmbito da criação de soluções inovadoras para diversas problemáticas sociais.

Os projetos são promovidos por empresas, associações e entidades do setor social, desenvolvendo e dinamizando o empreendedorismo, a inovação social e o investimento de impacto no país, e contribuindo para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em linha com os princípios do Pilar Europeu dos Direitos Sociais.

A CIM Médio Tejo, assume-se como investidor social (complementando o financiamento europeu com 20% a 30% do total das operações), nos seguintes projetos já aprovados:

COLORADD

Subprojeto nº 8.1

Programa de rastreios do daltonismo no 1.º ciclo, contacto e aprendizagem do alfabeto das cores, o código ColorADD, visando promover escolas inclusivas para todos, prevenindo situações de bullying e de vulnerabilidade, contribuindo dessa forma para o sucesso educativo. Continuidade da metodologia já aplicada no ciclo de financiamento anterior.

Execução do projeto: 36 meses.

Promotor: Associação ColorADD.Social.

Investimento da CIM Médio Tejo: €27.000,00

EU CONTO NO MÉDIO TEJO – ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL JOVEM**Subprojeto nº 8.2**

Trata-se de uma metodologia para trabalhar as questões da participação e da cidadania, com três níveis e fases de intervenção em cada ano: escolas, fase municipal e fase intermunicipal. Envolvimento de todas as escolas com 3.º ciclo e secundário, chegando-se a uma fase intermunicipal com 250 jovens.

Execução do projeto: 36 meses.

Promotor: MYPolis – Associação Discurso Paralelo

Investimento CIM Médio Tejo: €46.800,00

GERAÇÃO CIRCULAR – EMPREGO INTELIGENTE PARA JOVENS**Subprojeto nº 8.3**

Intervenção junto de jovens desempregados e à procura do primeiro emprego (EMPREGO JOVEM), no sentido de os capacitar com competências diferenciadoras nas áreas da sustentabilidade e inteligência artificial para com essas competências diferenciadas permitir elevar a sua capacidade de atratividade no mercado de trabalho e assim promover a sua integração na vida ativa.

Execução do projeto: 36 meses.

Promotor: Tagusvalley

Investimento CIM Médio Tejo: €20.908,87

MAIS INTEGRATIVAMENTE | PREVENÇÃO E COMBATE À DOENÇA MENTAL GRAVE**Subprojeto nº 8.4**

O projeto “Mais IntegrativaMente” consubstancia-se uma Iniciativa de Inovação e Empreendedorismo Social (IIES).

Trata-se de um projeto, aprovado a financiamento no âmbito do Portugal 2030, pela AFMMT | Associação de Saúde Mental do Médio Tejo, do qual a CIM Médio Tejo é investidor social.

Este projeto surge da necessidade de intervir eficazmente nas situações de doença mental grave, em indivíduos clinicamente estabilizados, mas socialmente isolados. A doença mental, que pode condicionar profundamente a vida das pessoas, está associada a um sofrimento intenso, que dificulta a realização de tarefas básicas e aumenta o isolamento.

O mesmo destina-se a 130 pessoas com doença mental, com idade igual ou superior a 18 anos, sinalizadas pelos 11 municípios da Região do Médio Tejo.

A proposta do projeto Mais IntegrativaMente visa melhorar o acompanhamento institucional, descentralizando e aproximando os serviços às pessoas com doença mental, mas não só, pretende ainda capacitar o público-alvo com ferramentas que permitam melhorar a sua qualidade de vida.

Mentes na Estrada (ME) oferece apoio psicoterapêutico ao doente prevenindo crises e regressões na saúde mental, o que resultará numa diminuição da afluência às estruturas locais, o que por sua vez diminui a sobrecarga das mesmas.

Espaço Integra T (EI) são espaços sócio-ocupacionais para reabilitação, empoderamento de pessoas com perturbações mentais, através da terapia ocupacional, com o objetivo de autonomizar estes indivíduos através da interação social, terapêutica e psicológica.

MoviMenta-T (MT) é a iniciativa que compreende atividades que promovem o movimento da população alvo, numa ação de promoção de vínculos sociais (combatendo o isolamento social) e a atividade física (Natação, Equitação, Dança, Ginástica/Trampolim, Orientação e Mindfulness) uma vez que esta não só afeta o corpo a nível físico, mas também a nível psicológico.

Programa Literacia em Saúde Mental (PL) visa atuar no domínio da promoção da saúde mental e numa lógica de prevenção e intervenção precoce. Serão dirigidos à comunidade educativa, envolvendo os alunos do 5ºano ao 12º ano de escolaridade. Esta atividade contará com a participação de alguns beneficiários que partilharão a sua Perspetiva de viver com a doença na 1.ª Pessoa, pois falar dos problemas ajuda não só os ouvintes como também ajuda à inclusão do público-alvo.

O projeto envolverá várias entidades locais, que em cooperação permitirão uma intervenção mais próxima e mais eficiente, resultando assim numa solução estruturada para o problema identificado.

O projeto “Mais IntegrativaMente” tem um prazo de execução de 36 meses, no período compreendido entre 2025 a 2027.

RIBA – UMA START-UP SOCIAL ANCORADA NO TEJO

Subprojeto nº 8.5

RIBA – Uma Start-up social ancorada no Tejo” trata-se de uma iniciativa de Inovação e Empreendedorismo Social, promovida pela NERSANT e pela empresa coordenadora ADORIOR – Assessoria Económica, Lda. tendo a CIM Médio Tejo se constituído como investidor Social, assumindo o compromisso de cofinanciar a implementação deste plano de desenvolvimento até ao montante de 68.000,00 €, tendo como prazo de execução os anos de 2024 a 2027.

O projeto foi candidatado e aprovado no âmbito do instrumento Centros para o Empreendedorismo de Impacto do Centro 2030.

A iniciativa RIBA – Uma Start-up social ancorada no Tejo trata-se de uma candidatura conjunta entre a ADORIOR e a NERSANT a implementar na região Centro e Alentejo, que privilegiará a partilha de recursos, nomeadamente ao nível da equipa técnica.

Esta iniciativa surge com o propósito claro de contribuir para a mitigação de dois problemas sociais principais, designadamente o desemprego, por um lado, e o emprego precário, por outro. De acordo com dados disponibilizados a novembro de 2023 (Barómetro Centro de Portugal, novembro 2023), a taxa de desemprego da região Centro fixou-se em 5%, verificando-se um aumento face ao período anterior. Já o emprego precário refere-se a formas de emprego caracterizadas por condições de trabalho instáveis, inseguras ou mesmo inadequadas, tais como, contratos de trabalho temporários, baixos salários, os chamados “falsos recibos verdes”, inexistência ou baixos benefícios, insegurança no emprego ou ainda situações de funções inadequadas face às competências e *know-how* do recurso humano.

Não obstante, estas problemáticas encontram-se associadas a outros problemas e vulnerabilidades sociais que também importam mitigar, na medida em que situações de desemprego ou de trabalho precário potenciam cenários de insegurança económica/dificuldades económicas e social dos trabalhadores, problemas de saúde mental (como stress, ansiedade, depressão), desintegração familiar e social, bem como aumento da desigualdade e da pobreza.

Este projeto prevê assim, a criação de um centro de empreendedorismo social, tradicionalmente designado por incubadora social, onde serão disponibilizados serviços de incubação, aceleração, de capacitação e sensibilização.

Através desta combinação, acreditamos poder oferecer um melhor serviço junto aos empreendedores e potenciar o impacto dos seus projetos.

A solução proposta materializa-se, na criação e dinamização de uma incubadora social aberta à comunidade, empreendedores, investidores sociais e outros agentes estratégicos que trabalham e colaboram no desenvolvimento de soluções inovadoras e diferenciadas o que, por seu turno, permitirão responder/mitigar problemas sociais.

São objetivos da RIBA:

- Apoiar o desenvolvimento de projetos estruturados, diferenciados e inovadores e com impacto social positivo na comunidade e na economia;
- Estimular a inovação e o empreendedorismo social de impacto;
- Incubar novos modelos de organização social.

Neste sentido, estão previstos três eixos de atuação:

- ✓ Incubação: que poderá ser física e/ou digital. A incubação física traduz-se, na implantação de espaços de acolhimento, colocados ao dispor dos beneficiários onde estes recebem apoio presencial, com vista a transformar as suas ideias em potenciais projetos de inovação social. Por sua vez, a incubação digital visa, igualmente, garantir o apoio dos beneficiários, neste caso em concreto através do desenvolvimento de uma plataforma dedicada;
- ✓ Aceleração: através da realização de 3 edições de programas de aceleração (com uma duração de 3 meses cada) que visa apoiar os(as) empreendedores(as) e incubados(as) a desenvolver os seus projetos, ideias ou negócios num curto espaço de tempo. Este programa é fundamental, na medida em que contempla ações de capacitação e processos de mentoria (especializada e adaptada às necessidades de cada um), ao mesmo tempo, que potencia as redes de contactos e as sinergias;
- ✓ Capacitação: traduz-se na operacionalização de um programa (contemplando 18 ações), estruturado a partir de áreas de saber cruciais ao desenvolvimento de um projeto social, e que tem como objetivo, capacitar os(as) empreendedores(as), dotando-os de ferramentas e metodologias, com vista a estimular o seu processo de criação e desenvolvimento de negócios na área da economia social.

Ao nível da incubação que tanto pode ser digital como física, e como a incubação física consiste na disponibilização de um espaço físico, com vista à implementação de um projeto social ou ao desenvolvimento de um projeto já existente, esta poderá ocorrer num espaço dedicado ou num espaço comum colaborativo em formato de *coworking*, pelo que a CIM Médio Tejo com os seus 2 espaços -Entroncamento e Tomar, encontra-se completamente disponível além de ser investidor social, apoiar outras iniciativas prementes para a execução física do projeto.

Assim, o programa aqui definido tem como características:

- Apoiar na validação do modelo de negócio e promover a implementação de estratégias de crescimento;
- Garantir apoio técnico e consultoria aos participantes, com recurso a orientação de mentores e especialistas em áreas relevantes para o desenvolvimento do negócio, através da realização de workshops e sessões de mentoria;
- Apoiar na captação de financiamento e de clientes;
- Promover redes de contactos de mentores, especialistas e parceiros;

- Apoiar na expansão do negócio e internacionalização (se aplicável).

Neste sentido, a iniciativa destina-se a um público-alvo bastante abrangente e que contempla desempregados ou ainda empregados, mas que por motivos de carência económica, descontentamento ou inadequação das funções, se encontrem em situação de vulnerabilidade. Desta forma, o público-alvo enquadra-se em diferentes segmentos nomeadamente jovens NEET, adultos empregados e desempregados em idade ativa, não excluindo, no entanto, outros segmentos sociais que revelem interesse nesta iniciativa numa lógica de inclusão.

Território abrangido: Médio Tejo, em particular nos municípios de Abrantes, Alcanena, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Ourém, Tomar, Torres Novas e Vila Nova da Barquinha. Nesta fase, não se prevê a intervenção direta e formal no concelho de Mação e Sardoal, no entanto pretende-se desenvolver parcerias com outras incubadoras que se poderão traduzir numa partilha de know-how e recursos.

O centro de empreendedorismo a criar também contribui para o desenvolvimento de um ecossistema empreendedor na região Centro, conectando empreendedores, investidores, mentores e outros o que, por seu turno, poderá concorrer para atrair mais talentos e investimentos, criando assim um ciclo de criação de emprego e de crescimento económico.

INTEGR-AÇÃO: AGIR PELA DIVERSIDADE

Subprojeto n.º 8.6

O projeto tem como objetivo a sensibilização de alunos do 1.º ciclo do ensino básico para a integração de crianças migrantes e de etnia cigana, capacitando e empoderando os mesmos com mais e melhores ferramentas facilitadoras de maiores níveis de aceitação e integração, em contexto escolar.

Execução do projeto: 24 meses.

Promotor: Betweien – Challenge and Success, Lda.

Investimento da CIM Médio Tejo: € 39.969,20

AFIRMAÇÃO TERRITORIAL DO MÉDIO TEJO

PROJETO N.º 9

Horizonte temporal: 2000-2027

Investimento 2026: 1.907.017,00€

O objetivo principal do projeto consiste na afirmação territorial da região do Médio Tejo enquanto destino seguro, qualificado, diversificado e sustentável, através da promoção e divulgação das competências e recursos endógenos do território, com enfoque na promoção do turismo, na utilização das novas tecnologias da informação e da comunicação, como instrumento e suporte essencial à projeção do Médio Tejo, no marketing territorial como ferramenta estratégica de promoção territorial e na aposta na programação cultural e na formação de novos públicos como contributos para a fruição cultural e inclusão para todos.

PRODUTOS TURÍSTICOS INTEGRADOS

Subprojeto n.º 9.1

A candidatura Produtos Turísticos Integrados do Médio Tejo 2030, foi submetida em março de 2025 e aprovada pelo Centro 2030 em setembro de 2025, visa promover e consolidar o Médio Tejo como um destino turístico de excelência através do desenvolvimento de produtos turísticos intermunicipais, e tem como principais objetivos

aumentar a atratividade e competitividade da região, com um enfoque em estratégias de sustentabilidade, digitalização e inovação que contribuam para uma oferta turística diferenciadora e de qualidade.

Tendo em conta o desfasamento temporal entre a submissão da candidatura e a aprovação da mesma, prevê-se que possa existir a necessidade de contemplar execução em 2027.

Este projeto decorre na sequência de um contexto de trabalho conjunto que tem vindo a ser promovido nos últimos anos, no âmbito da estratégia integrada de desenvolvimento regional do Médio Tejo, e em particular do Programa de Ação para os Produtos Turísticos Integrados do Médio Tejo, desenvolvido no período 2017-2023.

Tirando partido do trabalho já desenvolvido, e de acordo com o carácter único e diferenciador dos produtos turísticos intermunicipais do Médio Tejo, o projeto visa impulsionar o turismo na região, através do desenvolvimento e promoção de três produtos turísticos principais:

- ✓ Turismo Religioso, centrado no Santuário de Fátima;
- ✓ Turismo Cultural, com a Rota dos Templários;
- ✓ Turismo Criativo, que promove atividades culturais interativas e o envolvimento da comunidade

Neste contexto, prevê-se para o próximo ciclo de investimentos neste domínio, a realização das seguintes ações:

1. Estruturação de Produtos Turísticos;
2. Qualificação e inovação da Oferta Turística;
3. Promoção Turística;
4. Monitorização dos resultados do projeto, alinhados com a estratégia regional do Centro.

A candidatura inclui ainda a dinamização da programação cultural em rede Caminhos, e a iniciativa cultural Paisagem em Construção, com envolvimento da Rede de Museus do Médio Tejo.

Ainda, pretende-se dar continuidade ao trabalho em parceria com o Turismo de Portugal, Entidade Regional de Turismo do Centro de Portugal e outros parceiros, que tem vindo a ser realizado no âmbito da Rede Nacional da Rota dos Templários e do Caminho de Fátima do Médio Tejo.

CASTELO DE BODE 365

Subprojeto nº 9.2

No âmbito do Turismo Náutico, foi aprovada a candidatura “Castelo de Bode 365” apresentada ao Turismo de Portugal. Este projeto visa a definição de uma estratégia de comunicação integrada para a promoção do lago de Castelo do Bode como destino turístico regional de referência e qualificado para todas as épocas do ano, incluindo ações de marketing que aumentem a sua visibilidade e atratividade, nos contextos nacional e internacional, e potenciem a comercialização de produtos combinados entre os vários ativos do património natural, cultural e de turismo desportivo, náutico, de natureza e gastronómico que estão associados a este território específico.

O projeto assenta em 2 componentes principais:

- ✓ Componente 1 – Desenvolvimento de Estratégia e Campanha de Comunicação Castelo do Bode 365
- ✓ Componente 2 - Consultoria de apoio à implementação do projeto

O grande objetivo do projeto assenta na promoção do Lago de Castelo do Bode enquanto destino de eleição em qualquer época do ano, explorando as diversas valências e todo o potencial turístico do lago e da sua envolvente, combatendo deste modo a sazonalidade.

Em 2026, a CIM Médio Tejo pretende também reunir condições para dar sequência aos trabalhos de dinamização da Estação Náutica de Castelo do Bode, em resultado do processo de renovação da certificação efetuado em 2024.

ESTRATÉGIAS PROVERE

Subprojeto nº9.3

Neste período de programação a CIM Médio Tejo participa, enquanto entidade parceira, em vários projetos PROVERE, nomeadamente Aldeias de Xisto, Center-Geoparks, Fileira dos Vinhos das Regiões Vitivinícolas da Região Centro, Náutica de Interior do Centro de Portugal, Portugal Romano, e Agenda para valorização dos territórios termais.

Em função dos planos de ação e de investimento que venham a ser aprovados no âmbito destas candidaturas, serão programadas e desenvolvidas as atividades com participação da CIM Médio Tejo no âmbito destes projetos.

OS BANDOS" - ROTA DE ARTE CONTEMPORÂNEA DO MÉDIO TEJO

Subprojeto nº9.4

Projeto submetido ao GEPAC (Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais) para, ao abrigo do regime de Autorização de Residência para Atividade de Investimento, produzir e instalar uma obra de arte pública polinuclear, com abrangência aos 11 concelhos, intitulada “Os Bandos” – Rota de Arte Contemporânea do Médio Tejo.

MÉDIO TEJO REGIÕES DE HIDROGÉNIO

PROJETO Nº 10

Horizonte temporal: 2019-2030

Investimento 2026: 54.500,00 €

Na sequência de um desafio colocado em 2017 pela Fuel Cells and Hydrogen & Joint Undertaking (FCH2 JU), a CIM Médio Tejo, no sentido desta região ser pioneira, tem trabalhado neste tema, designadamente, na promoção da utilização do Hidrogénio no Médio Tejo, de modo a facilitar a disseminação a nível regional e nacional da informação, de ações e de projetos sobre este combustível, de modo a impulsionar toda uma cadeia de valor, investidores, empresas e parceiros, nomeadamente do sistema científico e tecnológico sobre esta temática.

A CIM Médio Tejo assinou um Memorando de Entendimento com a FCH2 JU, estabeleceu um Protocolo de Colaboração com a Associação Portuguesa para a Promoção do Hidrogénio (AP2H2), promoveu a constituição de um Grupo de Trabalho envolvendo especialistas e entidades, com o objetivo de diligenciar reflexões sucessivas e recolhas de visões globais, sectoriais e restritas e explorar a adesão voluntária de empresas e participantes.

Como resultado do trabalho do Grupo de Trabalho foi estabelecido elaborar um documento intitulado “Hidrogénio - Propostas para um Plano de Ação 2020-2030,” como contributo para o arranque das ações e projetos a desenvolver com todos os potenciais *stakeholders* a envolver.

No ano de 2020 a CIM Médio Tejo, na sequência de submissão de candidatura ao H2020, foi uma das entidades selecionadas juntamente com 11 outras regiões europeias, para integrar o PDA – Project Development Assistance. Este programa tem como objetivo apoiar Regiões no desenvolvimento de projetos, atribuindo a estas, Empresas Consultoras com experiência e conhecimento, na área de planeamento e desenvolvimento de projetos no âmbito do hidrogénio. Na sequência da sua elaboração, pretende-se dar continuidade às opções nele elencadas.

Ainda no decorrer do ano de 2020 a CIM Médio Tejo obteve parecer favorável na manifestação de interesse para a participação no futuro Projeto de Interesse Europeu Comum (IPCEI) Hidrogénio.

Decorrente destas ações foram apresentadas várias candidaturas (UNLOCK, CARDINALE e Hy2Market) a diferentes programas tendo algumas delas sido aprovadas.

Neste contexto, e em linha com a estratégia da Região do Médio Tejo para a mobilidade e sustentabilidade do território, considerando os investimentos previstos para a região do Médio Tejo no âmbito do Fundo para uma Transição Justa 2021-2027, pretende-se promover a existência no território de condições para o fornecimento e abastecimento de hidrogénio a viaturas movidas a hidrogénio, para utilização no serviço público de transporte de passageiros do Médio Tejo.

GESTÃO INTEGRADA DE PROTEÇÃO CIVIL E FLORESTAS NO MÉDIO TEJO

PROJETO Nº 11

Horizonte temporal: 2021-2030

Investimento 2026: 1 170 674,00€

O projeto tem como objetivo a implementação de ações integradas, no âmbito da gestão das florestas e proteção civil, dando assim continuidade à estratégia da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo e dos seus onze municípios.

- ✓ Promover a operacionalização dos investimentos considerados no Instrumento Territorial Integrado CIM | Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo | ITI CIM Médio Tejo (ITI CIM), no âmbito da gestão integrada de meios da proteção civil;
- ✓ Acompanhar e colaborar na implementação do sistema nacional de gestão integrada de fogos rurais (SGIFR), concretizado no Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais (PNGIFR), mais concretamente desenvolver/acompanhar os trabalhos da Comissão Sub-regional de gestão integrada de fogos rurais do Médio Tejo e da Comissão Regional de gestão integrada de fogos rurais de Lisboa e Vale do Tejo. Apoio na monitorização do Programa Sub-Regional de Ação e Programa Regional de Ação (Decreto-Lei nº82/2021, de 13 de outubro) e Programas Municipais de Execução;
- ✓ Operacionalizar a Estrutura Técnica Florestal Intermunicipal – Gabinete técnico Florestal Intermunicipal (GTFi);
- ✓ Operacionalizar as atividades de Brigadas de Sapadores Florestais, sob titularidade da CIM Médio Tejo;
- ✓ Articular de forma conjunta os vários municípios numa lógica de gestão/prevenção/reordenamento florestal integrado;
- ✓ Acompanhar/monitorizar a rede de vigilância do sistema integrado de videovigilância para a prevenção de incêndios florestais, já implementados na área do Médio Tejo;
- ✓ Promover a gestão integrada de combate a espécies invasoras.
- ✓ Promover o Bem-estar animal.

Estes objetivos são concretizados através dos seguintes subprojetos.

GESTÃO INTEGRADA DE PROTEÇÃO CIVIL E FLORESTAS NO MÉDIO TEJO

Subprojeto nº11.1

O subprojeto gestão integrada de proteção civil e florestas, integra a gestão integrada e operacionalização das ações de Proteção Civil e Florestas através mitigação das consequências resultantes das alterações climáticas, aumentando a segurança territorial e o nível de resiliência a eventos extremos de incidência local.

Neste âmbito, poder-se-á destacar as seguintes atividades:

➤ Gestão integrada de meios da proteção civil | ITI CIM Médio Tejo (ITI CIM)

Encontra-se em execução ações para a aquisição de meios de proteção civil considerados no Investimento Territorial Integrado - ITI CIM Médio Tejo, o qual prevê investimentos territoriais de gestão intermunicipal. Neste ponto, salienta-se o facto da Estratégia do Médio Tejo também ela ter por base uma estratégia de implementação integrada e inclusiva, dado que a mesma tem por objetivo a redução de custos de contexto e economias de escala, pelo facto de prever uma gestão partilhada dos meios de proteção civil a adquirir entre as várias corporações de bombeiros no Médio Tejo sob articulação do Comando Sub-regional de Emergência e Proteção civil do Médio Tejo.

Neste âmbito, a CIM Médio Tejo pretende submeter terceira candidatura ao aviso nº CENTRO2030-2024-37 - Proteção civil e gestão integrada de riscos - ITI CIM em articulação com outros beneficiários (municípios), tendo para o efeito, já submetido parecer junto da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC), sendo que ainda ter-se-á que submeter outros pedidos a esta Edilidade, na qualidade de entidade competente para planear, coordenar e executar a política nacional de proteção civil, demonstrando a necessidade e oportunidade dos investimentos que se pretendem realizar.

Os investimentos previstos são os seguintes:

- Tablets para apoio à decisão das corporações de bombeiros;
 - Aquisição de equipamentos de proteção individual multifuncionais para Vila Nova da Barquinha e Mação;
 - Aquisição de aricas (Equipamento de proteção individual estrutural) para Mação;
 - Aquisição de tendas modulares de emergência e respetivos equipamentos em resposta a catástrofes;
 - Ações de divulgação;
 - Aquisição de geradores em resposta a catástrofes;
 - Sistema redundante de comunicação satélite;
 - Apoio na edificação da unidade local de formação de Caxarias, a promover pelo município de Ourém e a Associação de Bombeiros;
 - Apoio na remodelação da Base de apoio logístico do Comando Sub-regional de Emergência e Proteção Civil do Médio Tejo, na Praia do Ribatejo, Vila Nova da Barquinha, a promover pelo município.
 - Análise de outras necessidades exemplo, veículos tanques táticos florestais;
- Sistema nacional de gestão integrada de fogos rurais (SGIFR), operacionalização da Comissão Sub-regional de Gestão Integrada de Fogos Rurais do Médio Tejo (CSubR GIFR MT)

Neste contexto, pretende-se dar continuidade, ao acompanhamento das políticas florestais e desenvolvimentos no âmbito da implementação do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (SGIFR), as quais têm enquadramento no Decreto-lei nº 82/2021 de 13 de outubro, por via do Gabinete técnico florestal intermunicipal.

Ao nível sub-regional, pretende-se dar continuidade aos trabalhos que têm vindo a ser desenvolvidos no âmbito da Comissão Sub-regional de gestão integrada de fogos rurais do Médio Tejo e da Comissão Regional de gestão

integrada de fogos rurais de Lisboa e Vale do Tejo, designadamente na elaboração/revisão/monitorização do Programa Sub-regional de ação, do Programa Regional de ação do SGIFR, respetivamente, bem como apoio na elaboração dos Programas municipais de execução.

Entre outras ações, a Comissão sub-regional de gestão integrada de fogos rurais do Médio Tejo tem que:

- ✓ Pronunciar-se sobre os Programas Municipais de execução, promover, acompanhar e monitorizar o desenvolvimento das ações dos programas municipais de execução;
- ✓ Adaptar, as áreas prioritárias de prevenção e segurança (APPS) à realidade territorial e necessidades de priorização das ações de proteção contra incêndios rurais, segundo metodologia aprovada pela Comissão Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais (CSubR GIFR), sob proposta do ICNF, I. P., da ANEPC e da DGT, em articulação com a AGIF, I. P. (Decreto-Lei nº 49/2022 de 19 de julho).

De salientar que, ao nível deliberativo, quem preside à CSubR GIFR MT é o Presidente do Conselho Intermunicipal da CIM Médio Tejo, contudo ao nível técnicos todos os trabalhos têm sido articulados entre a Coordenadora da AGIF e o gabinete técnico florestal Intermunicipal da CIM Médio Tejo.

Na sua decorrência pretende-se implementar, em articulação com a Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais (AGIF), projeto-piloto resultante de contrato interadministrativo, celebrado entre a CIM Médio Tejo e a AGIF, no âmbito da promoção de ações de sensibilização e comunicação de proximidade para redução de ignições na sub-região do Médio Tejo.

SISTEMA DE INFORMAÇÃO, PLANEAMENTO, MONITORIZAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO MÉDIO TEJO

Subprojeto nº11.2

Este subprojeto visa dar continuidade ao acompanhamento/monitorização do sistema de videovigilância de apoio à tomada de decisão, no âmbito dos incêndios rurais implementado na região do Médio Tejo, pretendendo-se, assim, dar continuidade à sustentabilidade do sistema realizando a sua manutenção em articulação com a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC).

Neste âmbito, foi celebrado protocolo de parceria entre a CIM Médio Tejo e o Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA), no sentido de avaliar os moldes de integração das estações meteorológicas implementadas nas Torres de videovigilância na rede de estações do IPMA.

Recorde-se que a CIM Médio Tejo procedeu em 2017 à ampliação e modernização da rede de vigilância na aquisição de dados do sistema integrado de videovigilância para a prevenção de incêndios florestais, já implementados, na altura, na área do Médio Tejo, a qual abrange dois Distritos, Santarém e Castelo Branco.

No âmbito da referida ampliação dotou-se o território da Região do Médio Tejo de 12 Torres de vigilância de apoio à decisão (TVDA), e procedeu-se à requalificação/restruturação de 2 Centros de Comando e Controlo (CGC) implementados nos CDOS de Santarém e Castelo Branco, bem como, a implementação de sistema de comunicações entre as várias infraestruturas. A sua ação conjunta permite uma tomada de decisão mais eficaz, eficiente e sustentável, bem como garante medidas preventivas em matéria de incêndios florestais, em complementaridade com os sistemas do mesmo tipo que já se encontravam em operação antes da sua implementação.

DETEÇÃO E COMBATE À VESPA VELUTINA NO MÉDIO TEJO

Subprojeto nº11.3

O subprojeto deteção e combate à vespa velutina visa a criação de mecanismos de gestão integrada de forma a diminuir o impacto causado pela vespa velutina nas zonas onde já se encontra instalada, prevenir a disseminação

da espécie para outras áreas e erradicar novos focos na região do Médio Tejo. Este subprojeto foca-se na destruição de ninhos integrada de âmbito intermunicipal, contemplando atualmente 8 municípios, estando a gestão a cargo da CIM Médio Tejo, em estreita colaboração com os Municípios, visto que são estes que procedem às notificações das ocorrências.

Ressalva-se a importância da gestão integrada das entidades que administram o território no exercício das competências que lhes estão atribuídas, as quais, no âmbito dos serviços a prestar, necessitam de ferramentas, informação e conhecimentos que lhes permitam uma maior eficiência, eficácia, flexibilidade e qualidade dos serviços, geração de sinergias, obtendo-se assim melhores níveis de eficiência, uso, gestão e sustentabilidade dos recursos.

No que respeita à monitorização e acompanhamento dos trabalhos, o projeto assenta em ferramentas criadas a partir dos serviços online da plataforma de sistemas de informação geográfica da CIM Médio Tejo, a qual permite que, quem anda em campo, através de aplicativo móvel, mantenha o sistema atualizado, em tempo real, isto é, nos trabalhos de campo este deverá colocar o registo da deteção (destruição/remoção do ninho (localização geográfica), permitindo acompanhar e conhecer a dispersão dos ninhos no decorrer da sua execução e o seu estado face à notificação, assim como uma panóplia de indicadores em função dos dados obtidos.

Para o ano de 2026, prevê-se a continuidade do procedimento de intervenção/destruição de ninhos de vespa velutina iniciado em agosto de 2024 e tramitação de novo procedimento de contratação por esgotamento da bolsa dos 3000 ninhos previstos no atual procedimento.

BRIGADAS DE SAPADORES FLORESTAIS DO MÉDIO TEJO

Subprojeto nº11.4

O subprojeto Brigadas de sapadores florestais pretende o desenvolvimento, gestão integrada e operacionalização das ações inerentes às Brigadas de Sapadores Florestais.

As duas Brigadas de Sapadores Florestais (6 equipas, 30 trabalhadores, um deles líder de brigada), constituídas no âmbito do Fundo Ambiental e sob a gestão partilhada com o ICNF, realizam ações de silvicultura, silvicultura preventiva, redes de defesa da floresta, instalação e manutenção da rede primária e secundária de faixas de gestão de combustível, consolidação e pós-fogo, estabilização de emergência, sensibilização da população, primeira intervenção em incêndios rurais, operações de rescaldo e vigilância.

A sua atividade de silvicultura realiza-se mediante plano de atividades, articulado com os municípios e ICNF, o qual é submetido em plataforma do ICNF, e a sua monitorização efetuada mediante apresentação de relatórios de atividades ao longo do ano, na referida plataforma do ICNF.

Paralelamente a estas ações, existe ainda verificação da operacionalidade do equipamento individual e coletivo, bem como a necessidade de manutenção ou substituição, no caso de perda ou deterioração grave, ou sempre que não assegure a funcionalidade e segurança da brigada de sapadores florestais, bem como, revisões/manutenções das seis viaturas, trator e robot afetos à sua atividade.

BEM-ESTAR ANIMAL

Subprojeto nº11.5

No âmbito do Bem-estar animal a CIM Médio Tejo submeteu no final de 2025 candidatura ao aviso da DGAV - Programa de Concessão de Incentivos Financeiros para Investimento em Infraestruturas de Bem-Estar Animal.

Neste contexto, pretende-se em 2026 a aquisição de uma viatura médico-veterinárias adaptável, com o respetivo equipamento cirúrgico, área de recuperação para animais, com o intuito de dar resposta a nível da região ao bem-

estar animal. A CIM Médio Tejo pretende assim promover a sua gestão partilhada entre os vários CRO existentes na região.

ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS NO MÉDIO TEJO

PROJETO N° 12

Horizonte temporal: 2024-2029

Investimento 2026: 131.000,00€

O projeto tem como objetivo a implementação de ações em matérias de adaptação às alterações climáticas, dando assim prosseguimento à estratégia da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo e dos seus municípios nos últimos anos. Em suma, este projeto é um projeto de continuidade.

Salienta-se que a CIM Médio Tejo operacionalizou, no passado, ao abrigo do Programa Operacional Sustentabilidade e Uso do Recursos (POSEUR), candidaturas neste âmbito, designadamente em matéria de implementação de boas práticas, divulgação e sensibilização junto de escolas, bem como a elaboração do Plano Intermunicipal de adaptação às alterações climáticas do Médio Tejo, o qual despoletou a possibilidade de submissão de várias candidaturas, permitindo assim a operacionalização das ações e medidas neste apontadas.

ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS NO MÉDIO TEJO

Subprojeto n° 12.1

Nos últimos anos, em consonância com as recentes políticas no âmbito as alterações climáticas, têm sido desenvolvidas diversas ações nesta área no Médio Tejo, pelo que em 2026 pretende-se de continuidade a estas ações, nomeadamente:

- Monitorização/revisitação do Plano intermunicipal de adaptação às alterações climática do Médio Tejo/ Interligação com os PMAC's (Planos Municipais de Ação Climática)

A elaboração do Plano Intermunicipal de adaptação às alterações climática do Médio Tejo, incorporou na sua conceção uma estratégia intermunicipal integrada de adaptação às alterações climáticas perfilando-se as estratégias municipais alicerçadas num melhor conhecimento das alterações climáticas a nível intermunicipal e municipal com vista à elaboração de estratégias locais de adaptação.

Neste contexto, pretende-se dar continuidade à monitorização das medidas/opções de adaptação/mitigação elencadas do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas elaborado no âmbito do POSEUR.

O objetivo é articular com as medidas integradas nos vários planos municipais de ação climática, previstos na Lei de bases do clima, Lei n°98/2021, de 31 de dezembro, efetuando, em complemento, uma revisitação ao Plano Intermunicipal de Adaptação às alterações climáticas do Médio Tejo.

Pretende-se ainda:

- ✓ dar continuidade à implementação e acompanhamento das ações de boas práticas em matéria de adaptação às alterações climáticas;
- ✓ promover ações de uma Economia Circular - redução, reutilização, recuperação e reciclagem de materiais e energia. Tendo por base o aumento populacional, o crescimento da procura e consequente pressão nos recursos naturais, urge a necessidade de implementar medidas que apontem para a sustentabilidade dos

recursos naturais, o avançar para uma economia mais "verde" que assegure o desenvolvimento económico, a melhoria das condições de vida e de emprego, bem como a regeneração do "capital natural".

➤ Recolha e valorização de resíduos

Em linha com as preocupações cada vez mais emergentes relativas às alterações climáticas, e com a introdução de cadeias de valor assentes na economia circular, pretende-se dar sequência à análise com vista à implementação de circuitos/projetos intermunicipais neste âmbito, nomeadamente os relacionados com os resíduos de construção e demolição (RCD).

Pretende-se, assim, a implementação de ações abrangentes, não restringindo o uso do recurso em ações de gestão de resíduos e de reciclagem, visando uma ação mais ampla, designadamente na otimização da utilização desses recursos, com o objetivo de manter os produtos e materiais durante o maior tempo possível no ciclo económico.

Este desenvolvimento encontra-se em linha com a ITI – CIM Médio Tejo, no âmbito da gestão integrada de nível intermunicipal no âmbito da tipologia de ação – mitigação e adaptação climática.

➤ Projetos/Candidaturas europeias no âmbito das alterações climáticas

Em consonância com as políticas Europeias no âmbito das alterações climáticas, as quais presentemente têm um grande peso nas orientações comunitárias, têm sido desenvolvidas diversas ações nestas áreas.

Destaque para a assinatura da Carta de Missão Europeia: Adaptação às alterações climáticas ("EU Missions Adaptation To Climate Change"), por parte da CIM Médio Tejo em julho de 2022, cujos objetivos passam:

- ✓ Por criar uma comunidade de práticas em matéria de adaptação às alterações climáticas;
- ✓ Por apoiar a concretização do Pacto Ecológico Europeu e da Estratégia de Adaptação às Alterações Climáticas;

Para as regiões signatárias (pelo menos 291 regiões da EU) da carta, os benefícios são os seguintes:

- ✓ Aconselhamento e orientação da Plataforma de Implementação da Missão MIP4Adapt;
- ✓ Oportunidades de financiamento da investigação e inovação para participar em grandes ações de inovação, projetos-piloto e demonstrações (orçamento do programa Horizonte Europa para 2023-2024: 138 milhões de euros);
- ✓ Apoio através da comunidade de práticas sobre a adaptação às alterações climáticas;
- ✓ Ajuda atuando como bancos de ensaio para soluções de adaptação inovadoras;
- ✓ Oportunidades de criação de redes, aprendizagem e intercâmbio de experiências entre regiões, autoridades locais e comunidades;
- ✓ Apoio à participação dos cidadãos no processo de tomada de decisões;
- ✓ Participação no Fórum de Missão anual;
- ✓ Visibilidade para as regiões e autarquias locais participantes.

Neste contexto, foi promovida em 2024/2025 a execução de candidatura - Assistência Técnica da Missão climática a qual terminou em 2025, pretendendo-se dar continuidade aos trabalhos da Missão enquanto entidade signatária.

ARVOREDO URBANO DO MÉDIO TEJO**Subprojeto nº 12.2**

O presente subprojeto pretende promover ações integradas de gestão no âmbito da Lei nº 59/2021, de 18 de agosto - gestão do arvoredo urbano, prevendo-se:

- Dar apoio na manutenção da plataforma de gestão do arvoredo urbano resultante do levantamento do inventário do arvoredo público de gestão municipal (cadastro), levado a cabo pela CIM Médio Tejo, para os municípios da região, ao nível da sua disponibilidade ao munícipe (online), bem como gestão interna das ações municipais (e.g. poda, abate);
- Elaboração e realização de procedimento de contratação pública para realização de diagnóstico fitossanitário com recursos a metodologias específicas, visando a avaliação do estado de saúde do arvoredo urbano. Para tal, serão utilizados instrumentos específicos para o efeito (eg. Resistógrafo), e elaborado relatório, permitindo a medição da resistência interna da madeira através de perfurações de baixa invasividade. Este método possibilita a deteção de cavidades, podridões e outras anomalias internas não visíveis externamente, contribuindo para decisões fundamentadas quanto à manutenção ou remoção de árvores em risco.

Para além destas ações será ainda preconizada:

- A pronúncia da Comunidade Intermunicipal sobre a conformidade do regulamento municipal, de cada município, prevista no referido diploma legal, ou identificação de eventuais imprecisões do regulamento.

RECOLHABIO – APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS DE RECOLHA SELETIVA DE BIORRESÍDUOS**PROJETO Nº 13****Horizonte temporal: 2022-2029**

No decorrer do ano de 2026, decorrerá o programa RecolhaBIO – Apoio à implementação de projetos de recolha seletiva de biorresíduos, referente ao ano de 2025, no âmbito do Decreto-Lei n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro, que prevê a devolução pelo Fundo Ambiental da TGR aos Municípios, em função das suas políticas de gestão de resíduos. Para que essa devolução ocorra de forma célere e consubstanciada, o Fundo Ambiental, à imagem do ocorrido para o RecolhaBio dos anos de 2022, 2023 e 2024, continuará a contar com a colaboração ativa das CIM's nos processos de candidaturas a promover pelos Municípios.

Importa referir que em outubro de 2025, a CIM Médio Tejo foi notificada, pela Agência para o Clima - ApC, I.P. – Fundo Ambiental, da prorrogação de prazo da execução material e financeira do programa RecolhaBio 2023-2024, devendo as CIM/AM apresentar os seus relatórios finais até 30 de setembro de 2026, em virtude da demora com os procedimentos de contratação pública (agravados por ausência de propostas ou contestação dos resultados) e a dificuldade de entrega de bens /serviços pelos fornecedores, que sucessivamente não conseguem cumprir os prazos que propõem, por falta de recursos humanos qualificados, materiais e equipamentos.

A objetivo é que o Fundo Ambiental faça a devolução da TGR aos Municípios, em função das suas políticas de gestão resíduos. Para que essa devolução ocorra de forma célere e consubstanciada, o Fundo Ambiental celebra um Protocolo com cada uma das CIM's, por cada um dos anos, que colaborarão ativamente na apreciação e

acompanhamento dos projetos a promover pelas entidades elegíveis. Para o efeito, a CIM Médio Tejo receberá de assistência técnica um valor de 10.000€, para cada um dos programas RecolhaBio. O valor disponível para as candidaturas da região do Médio Tejo é ponderada em função da população residente e do n.º de habitantes nas freguesias verdes por CIM (em alinhamento PERSU 2030). Com a celebração dos Protocolos, a Agência para o Clima - ApC, I.P. – Fundo Ambiental procederá à transferência do montante global da verba atribuída para a CIM Médio Tejo.

Havendo lugar a reembolso fixo para cada município deixa de fazer sentido o processo de candidatura. A CIM Médio Tejo deverá assegurar os pagamentos aos municípios mediante apresentação de faturas/recibos que comprovem a despesa efetuada com o objetivo de diminuir a deposição de resíduos em aterro, aumentado a recolha seletiva e a valorização desses resíduos, acompanhado de um Relatório das atividades /projetos executados e indicação das metas alcançadas, conforme definido no modelo de relatório em anexo ao protocolo.

COMUNIDADE ENERGIA RENOVÁVEL NO MÉDIO TEJO

PROJETO N.º 14

Horizonte temporal: 2023-2027

Investimento 2026: 68.135,00 €

Considerando a importância no processo de transição energética em curso a nível nacional e europeu, com vista à descarbonização da economia, a crescente procura de energia por um lado, e a preocupação na redução da pegada carbónica com recurso a fontes produtivas mais limpas por outro, com este projeto pretende-se dar uma resposta integrada a esse paradigma promovendo ações no sentido de constituir uma Comunidade de Energia Renovável, em rede de CER municipais, com gestão agregada a nível intermunicipal.

As CER baseiam-se numa comunidade prosumer, isto é, são comunidades constituídas por um conjunto de consumidores que, através de uma instalação partilhada, produzem parte ou, no limite, a totalidade da energia elétrica que consomem, através de recursos renováveis, a baixo custo, e que, consequentemente, reduzem significativamente a fatura energética e têm enquadramento no Decreto-Lei n.º 162/2019 de 25 de outubro e Decreto-Lei n.º 15/2022, de 14 de janeiro.

No que respeita à constituição da CER, os participantes deverão constituir uma sociedade que será a proprietária do centro electroprodutor. Deverá ser criada uma entidade gestora por forma a gerir o ativo, os fluxos energéticos e os fluxos financeiros. O centro electroprodutor irá produzir e injetar a energia elétrica na rede elétrica. Os participantes irão consumir a energia através do seu comercializador de energia elétrica. No final, através de uma chave de partilha, são realizados os devidos balanços entre a produção e o consumo.

Neste contexto, foi avaliada numa primeira fase o modelo organizacional que melhor responde às necessidades da Região, para o efeito. Primeiramente, foram avaliadas as necessidades de consumo dos vários municípios e o potencial de produção para autoconsumo dentro da comunidade, no sentido de implementar o projeto, pretendendo-se desenvolver/promover a continuidade das ações para a implementação de CER com gestão agregada a nível intermunicipal, em função do diagnóstico efetuado, isto é, elaboração do modelo de gestão da CER, desenvolvimento de protocolo/contrato entre as entidades participantes, contrato de sociedade da entidade dedicada à gestão agregada, contrato de gestão agregada, contrato de gestão da CER, Regulamento interno da CER, pelo que estas ações deverão ter expressão em 2026.

ESTRATÉGIA 2030 – OPERACIONALIZAÇÃO E MONITORIZAÇÃO NO MÉDIO TEJO

PROJETO N.º 15

Horizonte temporal: 2019-2030**Investimento 2026: 476.936,00€****Estratégia de Desenvolvimento Territorial da Região do Médio Tejo 2021-2027**

No ano de 2021, iniciou-se um novo período de programação comunitária, cuja operacionalização, apesar dos atrasos verificados, iniciou-se, de facto, no ano de 2024, pelo que no quadro da preparação do próximo período de programação dos fundos estruturais, foi definida a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial do Médio Tejo que assenta na definição e na elaboração de um instrumento de orientação estratégica para a Região do Médio Tejo no âmbito da Estratégia Portugal 2030.

Considerando as opções programáticas do Acordo de Parceria Portugal 2030, ao nível de NUTS III, as estratégias de desenvolvimento territorial serão concretizadas através de:

- 1) Instrumento Territorial Integrado CIM (ITI CIM), que contribui para o reforço das redes sub-regionais e intermunicipais e articulação urbano-rural, assente em 3 eixos:
 - i) na reorganização e qualificação da oferta e provisão dos serviços públicos e coletivos de interesse geral de nova geração, alinhada com os desafios da tripla transição (climática, digital e demográfica), promovendo a adequada articulação funcional urbano-rural. Neste eixo, inserem-se investimento no âmbito das infraestruturas de educação; infraestruturas de cuidados de saúde primários; equipamentos sociais, excluindo os que promovam a institucionalização de utentes, e pequenas intervenções no domínio da requalificação e modernização de equipamentos desportivos para reforço da coesão social; mobilidade a pedido/transporte flexível (alinhada com a provisão de Serviços de Interesse Geral - SIG); administração local mais próxima dos cidadãos e das empresas, incluindo a instalação de Espaços do cidadão nas freguesias; eficiência energética na administração pública, nas IPSS e na habitação social, contribuindo também para o combate à pobreza energética; ciclo urbano da água – abastecimento em baixa e gestão de resíduos (subinvestimentos em baixa); promoção do sucesso educativo; habitação social e a custos acessíveis; e provisão de meios materiais para a proteção civil.
 - ii) no reforço dos nós do sistema urbano policêntrico e suas interconexões, de modo a aumentar a competitividade, a digitalização e descarbonização dos centros urbanos. Este eixo assente na prossecução de investimentos relacionados com mobilidade urbana/intermunicipal multimodal sustentável; cidades digitais; valorização ambiental e paisagística de corredores verdes em contexto urbano; intervenções que promovam a mitigação e adaptação climática; reabilitação e regeneração urbanas, com enfoque nos desafios associados à atração de população para os centros urbanos, à provisão de espaços inclusivos e acessíveis e que potenciem a mobilidade intra e interurbana, incluindo através da apropriação do conceito de novo Bauhaus europeu e prosseguindo, também, objetivos de eficiência energética; autoconsumo e comunidades de energia renovável; promoção e dinamização de ecossistemas de inovação, (sobretudo, mobilizando as tipologias de apoios à criação, transferência e aplicação de conhecimento e ações e equipamentos de apoio à competitividade).
 - iii) na dinamização e valorização dos ativos territoriais, que tornam os territórios mais resilientes e atrativos, nomeadamente, sistema de incentivos às empresas de base territorial; sistema de apoio ao empreendedorismo, incluindo o empreendedorismo jovem, e à criação de emprego; infraestruturas não

tecnológicas de apoio à competitividade; refuncionalização de equipamentos coletivos e qualificação de espaço público visando a sua acessibilidade, segurança e inclusão (nestes casos, dirigidas, preferencialmente, aos centros complementares dos PROT); valorização cultural e do património (histórico e natural) e da qualificação da oferta para o reforço do papel da cultura e afirmação de identidade; património cultural e museus; conservação da natureza e da biodiversidade e património natural de âmbito municipal; estruturação de produtos turísticos com vista à criação de destinos turísticos de dimensão sub-regional e local numa lógica de sustentabilidade, combatendo a sazonalidade e fomentando a criação de novos modelos de negócio que respondam às tendências do mercado e intervenções que fomentem relações de cooperação transfronteiriça alinhadas com a Estratégia Comum de Desenvolvimento Transfronteiriço.

- 2) ITI Redes Urbanas, que visam garantir capacidade de inovação, polarização do desenvolvimento económico, social e cultural e estruturar redes de Centros Urbanos que possam implementar estratégias conjuntas, com vista a fortalecer a sua competitividade no seu posicionamento internacional.
- 3) Parcerias para a Coesão urbanas – instrumento novo e experimental, promovido por entidades territoriais (podendo envolver outros agentes locais) relevantes, em função do desafio identificado, focado em intervenções transversais da esfera municipal (infra NUTS III), complementares aos instrumentos definidos nas alíneas 1) e 2), para a densificação de intervenções e reforço de redes de atores sub-regionais.
- 4) ITI temáticas ou funcionais – é uma abordagem com intervenção focada num tema/território definidos, tendo por base uma estratégia coletiva comum desenvolvida pelas entidades territoriais relevantes. Pretende reforçar o trabalho em rede, dar escala sub-regional ou inter-regional aos investimentos e fomentar a mobilização de financiamento de outros objetivos estratégicos e de outros fundos. Para tal, impõe-se a definição, para além da estratégia, de um modelo de governança e a identificação de domínios claros de intervenção estruturantes, não sobreponíveis com outros instrumentos.
- 5) Valorização de recursos endógenos – mantendo o foco no instrumento PROVERE (desenhado com base na articulação de atores em torno de recursos territoriais no período 2007-2013 e ajustado em 2014-2020), implementado através de estratégias/planos de ação desenvolvidos por entidades territoriais relevantes e podendo envolver outros atores.
- 6) Parcerias para a Coesão não urbanas – instrumento novo e experimental, promovido entidades territoriais (podendo envolver outros agentes locais) relevantes, em função do desafio identificado, focado em intervenções transversais da esfera municipal para a densificação de intervenções e reforço de redes de atores sub-regionais que reforcem a articulação rural/urbano, com envolvimento das ADL.

Face ao exposto, e dada a celebração do Acordo de Parceria e definição dos diversos Programas Regionais e Temáticos, a CIM Médio Tejo irá, no ano de 2026, dar continuidade aos trabalhos de implementação de acompanhamento e gestão várias opções programáticas, nomeadamente no que concerne aos ITI CIM Médio Tejo, ITI OVT, ITI Pinhal Interior e PROVERE.

Investimento Territorial Integrado | Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo | ITI CIM Médio Tejo

Após a conclusão da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial (EIDT) da Região do Médio Tejo para o período de programação comunitária 2021-2027, tendo a mesma sido articulada e integrada na estratégia regional da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, I.P. (CCDRC, IP) suportada num intenso processo de auscultação de atores estratégicos regionais, foi celebrado a 08.04.2024, entre a CIM Médio Tejo e a Autoridade de Gestão do Centro 2030, o Contrato para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da CIM Médio Tejo que abrange intervenções das entidades municipais, intermunicipais e privadas com vista à implementação da

IDT reconhecida, bem como integra a participação de outros copromotores associados. A dotação de fundo constante no Contrato para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo totaliza o valor de 121.664.089,06 euros, repartido entre 115.235.517,63 euros de FEDER e 6.428.571,43 euros de FSE+, distribuído pelas seguintes tipologias de ação:

Tipologia de Ação	Dotação de Fundo
1.2 Digitalização da administração pública local	337 500,00 €
1.3 Sistema de incentivos base territorial e AAE nova geração e espaços de coworking	9 672 884,24 €
1.4 Dinamização de ecossistemas de inovação	535 714,29 €
2.1 Eficiência energética em edifícios da Administração pública local	11 301 661,43 €
2.2 Autoconsumo e Comunidades de Energia Renovável	300 000,00 €
2.4 Meios materiais para a proteção civil	6 244 178,57 €
2.5 Ciclo urbano da água em baixa (sistemas municipais)	14 909 661,63 €
2.6 Gestão de resíduos: subinvestimentos em baixa	3 900 857,14 €
2.7 Conservação da natureza, biodiversidade e património natural	11 585 650,65 €
2.8 Mobilidade urbana suave	8 689 568,62 €
4.k Programas Intermunicipais de Promoção do Sucesso Educativo	6 428 571,43 €
5.1 Contratos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial	47 757 841,06 €
Total	121 664 089,06 €

Nos termos do Contrato para o Desenvolvimento e Coesão Territorial, a CIM Médio Tejo constituiu-se como Organismo Intermédio, dando cumprimento à Deliberação n.º 06/2024/PRM da Comissão Interministerial de Coordenação do Portugal 2030 Permanente que homologou a lista de organismos intermédios do Programa Operacional Regional do Centro 2030, pelo que a CIM Médio Tejo tem como obrigações, enquanto organismo intermédio:

- Exercer as funções e tarefas de gestão das operações respeitando o modelo e o sistema de gestão e controlo adotado pela AG do CENTRO 2030;
- Cumprir os resultados contratualizados para o Programa;
- Cumprir os prazos fixados para análise e decisão das candidaturas definidos pela AG do CENTRO 2030, de acordo com o estabelecido no Decreto-Lei n.º 20-A/2023, de 22 de março;
- Colaborar com a AG do CENTRO 2030 na avaliação do risco de fraude;
- Implementar o modelo de governação previsto no Plano de Ação do ITI CIM;
- Implementar as medidas antifraude que sejam adotadas pela AG do CENTRO 2030, nos termos da alínea t) do n.º 1 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 5/2023;

- g) Implementar os procedimentos definidos pela AG do CENTRO 2030 para que todos os documentos de despesa e das auditorias sejam conservados em conformidade com o disposto no Regulamento de Disposições Comuns, nomeadamente para garantir uma pista de auditoria adequada, ou com as disposições legais nacionais, quando estas imponham prazos mais alargados;
- h) Assegurar a recolha e o tratamento de dados físicos, financeiros e estatísticos sobre a execução do programa, necessários para a elaboração dos indicadores de acompanhamento e para os estudos de avaliação estratégica e operacional;
- i) Disponibilizar ao beneficiário um documento sobre as condições de apoio para cada operação, que inclua os requisitos específicos aplicáveis aos produtos a fornecer ou aos serviços a prestar no âmbito da operação, o plano de financiamento e o prazo de execução;
- j) Colaborar na implementação do plano global de comunicação do Portugal 2030, em geral, e do plano de comunicação do CENTRO 2030, em particular;
- k) Colaborar na implementação do plano global de avaliação do Portugal 2030, em geral, e do plano de avaliação do CENTRO 2030, em particular;
- l) Assegurar os registos necessários para o arquivo eletrónico dos dados de cada operação, para os exercícios de monitorização, avaliação, gestão financeira, certificação, e auditoria, incluindo, se for caso disso, os dados sobre os participantes individuais nas operações;
- m) Submeter-se aos procedimentos de controlo e auditoria;
- n) Implementar um sistema de gestão e controlo de acordo com o modelo adotado pela AG do CENTRO 2030, em linha com as orientações técnicas emitidas pelo órgão de coordenação técnica;
- o) Cumprir a regulamentação específica aplicável, os regulamentos e orientações técnicas dos órgãos de certificação e pagamento, as orientações técnicas do órgão de coordenação técnica, bem como as orientações e recomendações da AG do CENTRO 2030;
- p) Assegurar, em articulação com a AG do CENTRO 2030, a programação e o cumprimento do respetivo plano anual de avisos para apresentação de candidaturas;
- q) Garantir o cumprimento dos requisitos em matéria de informação e publicidade estabelecidos no plano global de comunicação do PT 2030 e nos normativos europeus e nacionais aplicáveis, informando os potenciais promotores e o público em geral nas ações de comunicação, sobre os apoios concedidos ao abrigo do CENTRO 2030;
- r) Assegurar a realização de ações de divulgação do CENTRO 2030, que sejam aprovadas pela AG do CENTRO 2030;
- s) Emitir pareceres que se revelem necessários às decisões da AG do CENTRO 2030, no ciclo de vida das candidaturas e projetos, de forma fundamentada e após audição dos beneficiários, nos prazos a definir no Manual de Procedimentos;
- t) Assegurar mecanismos internos de gestão que previnam, monitorizem e promovam a regularização de projetos em situação de incumprimento, nomeadamente ao nível do atraso no início da execução, regularização de adiantamentos e apresentação de pedidos de pagamentos;
- u) Reunir regularmente com a AG do CENTRO 2030, com vista à monitorização da execução do presente contrato;
- v) Assegurar os resultados e os níveis de serviço a alcançar, que justificam a assunção das funções e tarefas de gestão;
- w) Garantir o cumprimento dos objetivos e dos indicadores de realização e de resultado a alcançar, quantificados para as operações;

- x) Verificar o cumprimento das regras europeias e nacionais, designadamente nos domínios da concorrência, contratação pública, conflito de interesses, do ambiente e da igualdade de oportunidades nos termos descritos no “Manual de Procedimentos”, devendo nos pareceres e relatórios que emita mencionar expressamente os termos em que tal verificação foi efetuada e a conclusão fundamentada sobre a mesma e que serão disponibilizados no Sistema de Informação a utilizar para o efeito.
- y) Colaborar com a AG do CENTRO 2030, em articulação com o órgão de coordenação técnica, na produção de conteúdos para o Portal dos Fundos Europeus.
- z) Apreciar as queixas, reclamações e relatórios relacionados com o eventual incumprimento da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia e da CNUDPD no âmbito de operações apoiadas pelos fundos europeus, em articulação com a Direção-Geral da Política de Justiça e o Instituto Nacional para a Reabilitação, I. P., respetivamente, para posterior informação ao comité de acompanhamento sobre as mesmas por parte da AG do CENTRO 2030.
- aa) Colaborar com a AG do CENTRO 2030 no desenvolvimento e implementação, em articulação com o organismo de coordenação técnica, do roteiro para a capacitação do conjunto dos interlocutores em matérias de fundos europeus, incluindo ações de capacitação.

A CIM Médio Tejo é ainda responsável pelo cumprimento das obrigações previstas nas disposições legais ou regulamentares que de forma direta ou indireta se relacionem com o exercício das funções e tarefas de gestão atribuídas ao abrigo do presente contrato.

A atuação da CIM Médio Tejo no âmbito do contrato rege-se pelos princípios e orientações técnicas ou de gestão que se encontrem definidos pela AG do CENTRO 2030.

Constituem, ainda, obrigações da CIM Médio Tejo, no âmbito da implementação do Plano de Ação e na seleção das operações:

- i) A aplicação do princípio de não prejudicar significativamente (do no significant harm), nomeadamente garantindo a aplicação dos requisitos regulamentares que resultaram da avaliação deste princípio efetuada para o Programa;
- ii) O contributo direto para os objetivos climáticos, através de mecanismos que asseguram o cumprimento das normas e prioridades da União Europeia em matéria de clima e ambiente nas infraestruturas apoiadas, garantindo assim que a dotação contratualizada contribui para o tagging climático;
- iii) A consideração, quando aplicável, dos princípios subjacentes à iniciativa New European BAUHAUS, dado o carácter integrado, urbano e sustentável do instrumento territorial que o Plano de Ação corporiza, com particular relevo nas iniciativas regeneração e qualificação urbana;
- iv) A complementaridade e articulação entre fontes de financiamento europeias, nomeadamente o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), com enfoque especial na dimensão das infraestruturas e equipamentos escolares, centros de saúde e habitação social.

As funções ou tarefas de gestão a serem exercidas pela CIM Médio Tejo, nos termos do contrato são as seguintes:

- a) Aplicar, após aprovação pelo Comité de Acompanhamento do Centro 2030, a metodologia e os critérios utilizados na seleção das operações, que devem observar os seguintes requisitos:
 - i) Garantir o contributo das operações para a realização dos objetivos e resultados específicos das prioridades relevantes;
 - ii) Sejam transparentes e não discriminatórios, nomeadamente assegurando o respeito pela Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, em especial na promoção da igualdade de género

entre homens e mulheres e da igualdade de oportunidades e não discriminação, e pelos princípios da igualdade, da equidade e das acessibilidades das pessoas com deficiência nos termos da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CNUDPD);

- iii) Respeitem os princípios gerais previstos no artigo 2.º do Decreto-Lei nº 5/2023;
- iv) Garantam a eficiência da utilização dos recursos financeiros públicos, aferindo a razoabilidade financeira das candidaturas à luz, sempre que aplicável, de valores de referência de mercado.
- b) Apreciar a elegibilidade e o mérito das candidaturas a financiamento pelo programa e verificar se as operações a selecionar correspondem ao âmbito do fundo ou dos fundos em causa, se contribuem para os objetivos do programa e se têm enquadramento nas elegibilidades específicas do programa, adequação técnica para prossecução dos objetivos e finalidades específicas visadas, demonstração objetiva da sua viabilidade e sustentabilidade económica e financeira;
- c) Verificar a capacidade administrativa, financeira e operacional dos beneficiários antes da operação ser aprovada, quando aplicável;
- d) Verificar a realização efetiva dos produtos e serviços cofinanciados, a obtenção dos resultados definidos aquando da aprovação e o pagamento da despesa declarada pelos beneficiários, bem como a sua conformidade com a legislação aplicável, com o programa e com as condições de apoio da operação, através da realização de verificações no local baseadas, nomeadamente, no risco;
- e) Garantir verificações de gestão baseadas nos riscos e proporcionais aos riscos identificados ex-ante, em linha com o modelo de risco estabelecido no artigo 43.º do Decreto-Lei nº 5/2023;
- f) Assegurar os registos necessários para o arquivo eletrónico dos dados de cada operação, para os exercícios de monitorização, avaliação, gestão financeira, certificação, e auditoria, incluindo, se for caso disso, os dados sobre os participantes individuais nas operações;
- g) Assegurar a recolha e o tratamento de dados físicos, financeiros e estatísticos sobre a execução do programa, necessários para a elaboração dos indicadores de acompanhamento e para os estudos de avaliação estratégica e operacional;
- h) Assegurar o funcionamento de um sistema de gestão, bem como de um sistema de controlo interno que previna e detete irregularidades, permita a adoção das medidas corretivas oportunas e adequadas e a validação das despesas, assegurando que a autoridade de gestão e o órgão de certificação recebem todas as informações necessárias sobre os procedimentos e verificações levados a cabo em relação às despesas com vista ao seu reembolso pela Comissão Europeia;
- i) Participar na elaboração a descrição do sistema de gestão e de controlo do programa em linha com as orientações técnicas emitidas pelo órgão de coordenação técnica.

Para o efeito, a CIM Médio Tejo afeta uma estrutura de recursos humanos ao exercício das tarefas e funções de gestão, objeto do contrato em causa.

No ano de 2026, face à reprogramação em curso do Programa Regional Centro 2030, por forma a incorporar as propostas da Comissão Europeia para a Revisão Intercalar da Política de Coesão que engloba a reorientação para 5 novas prioridades estratégicas (Competitividade e Descarbonização; Habitação Acessível; Resiliência Hídrica; Transição Energética; Defesa e Segurança), o ITI CIM Médio Tejo vai entrar, igualmente, em reprogramação, por forma a ser adequado para estas novas prioridades.

Investimento Territorial Integrado | Comunidades Intermunicipais da Lezíria do Tejo, do Médio Tejo e Oeste | ITI OVT

A 22.12.2020, o governo em conjunto com as CIM da Lezíria do Tejo, Médio Tejo e Oeste, assinaram um memorando em que se reconhece que a área geográfica correspondente ao território das Comunidades Intermunicipais da Lezíria do Tejo, do Médio Tejo e do Oeste apresenta uma identidade própria, com dinâmicas relevantes na esfera de articulação com a Região de Lisboa e Vale do Tejo, no contexto das grandes regiões capitais europeias e de valorização do seu potencial de interface entre a Europa e o Mundo e em que se entende que estão reunidas as condições para o desenvolvimento de um contrato programa que vise alcançar os seguintes objetivos:

- ✓ Desenvolver uma Estratégia Integrada para a área geográfica correspondente ao território das Comunidades Intermunicipais da Lezíria do Tejo, do Médio Tejo e do Oeste, que contemple as seguintes componentes:
 - Uma abordagem integrada para a área geográfica em causa;
 - Uma análise das necessidades de desenvolvimento e das potencialidades comuns do território considerado;
 - A descrição de uma abordagem integrada destinada a responder às necessidades e potencialidades comuns de desenvolvimento identificadas;
 - Uma descrição do envolvimento dos parceiros na elaboração e execução da estratégia;
 - Um plano que contemple as principais ações e investimentos estruturantes de interesse comum, a respetiva calendarização e uma estimativa dos recursos financeiros envolvidos;
 - Um modelo de governação, com gestão própria, envolvida e participativa, assessorada por uma estrutura de apoio técnico exclusiva para o efeito.
- ✓ Identificar, consensualizar e agilizar as condições de operacionalização e financiamento de um conjunto de projetos que se revelem indispensáveis e, por isso, estruturantes para a concretização da Estratégia acima referida;
- ✓ Agilizar e incentivar a criação e desenvolvimento de mecanismos de confiança e parceria, em particular entre as entidades da administração pública central e da administração pública local, que possam vir a permitir a médio prazo, novas soluções de organização territorial mais robustas.

Para assegurar a realização dos objetivos acima referidos estabeleceram-se os seguintes compromissos:

- As Comunidades Intermunicipais da Lezíria do Tejo, do Médio Tejo e do Oeste, comprometem-se a liderar o processo de criação e estruturação de uma Intervenção Integrada, tendo por base o desenvolvimento de uma estratégia comum ao seu território e o quadro regulamentar que vier a ser definido;
- O Governo prevê a inclusão de uma Intervenção Integrada que abranja as três NUTS III referidas no Acordo de Parceria para o período de programação 2021-2027 dos fundos europeus;
- O Governo e as Comunidades Intermunicipais promoveram a constituição de um grupo técnico de trabalho, com o objetivo de propor o conteúdo e texto final do contrato de programa a celebrar e que deve assegurar o desenvolvimento das seguintes atividades:

- ✓ Acompanhar e apoiar a elaboração da estratégia e do Programa conjunto com incidência no território das Comunidades Intermunicipais da Lezíria do Tejo, do Médio Tejo e do Oeste;
- ✓ Diligenciar, no âmbito dos documentos de suporte à programação, a operacionalização desta iniciativa;
- ✓ Mobilizar para este debate os atores e os programas que se venham a demonstrar relevantes;
- ✓ Proporcionar e diligenciar a realização de reuniões com as várias áreas de Governo, para a identificação de eventuais mecanismos de financiamento para os investimentos estruturantes;
- ✓ Mobilizar, em áreas setoriais em que se venha a demonstrar exequível, a articulação de intervenções de forma a reduzir as interações entre diferentes níveis da administração central do Estado.

A Estratégia Integrada para a área geográfica correspondente ao território das Comunidades Intermunicipais da Lezíria do Tejo, do Médio Tejo e do Oeste, assenta em 5 dimensões chave (D1 a D5) e 12 áreas temáticas (T1 a T12) tidas como cruciais para o processo de desenvolvimento territorial integrado da região.

Áreas temáticas relevantes na estratégia territorial integrada



Tendo em conta os desafios territoriais e as ambições de desenvolvimento integrado das regiões de Lezíria do Tejo, Médio Tejo e Oeste para o horizonte 2021-2027, foram definidas 5 agendas operacionais, indicadas na figura abaixo. Estas agendas cruzam os temas que importa construir em cooperação, orientando-os para a ação e assumindo-se como áreas prioritárias para o conjunto destas regiões. Estas agendas operacionais têm implícita a organização dos grandes temas de desenvolvimento em áreas mais focadas e integradas e que estão a ser operacionalizadas por um conjunto de programas temáticos e respetivas iniciativas estruturantes, consideradas basilares no desenvolvimento conjunto da região do Oeste e Vale do Tejo (OVT).

Agendas operacionais

A1	Uma região inovadora e competitiva
A2	Uma região de excelência ambiental e patrimonial
A3	Uma região digital e de inteligência territorial
A4	Uma região de talento e capacitada
A5	Uma região coesa e conectada

Para o efeito, no seio do grupo de trabalho constituído, foram consensualizados os programas de intervenção do futuro Investimento Territorial Integrado. A definição dos programas de intervenção seguiu três princípios orientadores. Em primeiro lugar, os programas incidem sobre áreas diferenciadoras da região OVT, consideradas basilares para o desenvolvimento integrado e partilhado entre a Lezíria do Tejo, o Médio Tejo e o Oeste. Em segundo lugar, dizem respeito a áreas cruciais para a promoção conjunta da competitividade e coesão territorial. Por fim, incluem temas partilhados nas respetivas estratégias das três regiões e que devem ser operacionalizados através de um conjunto de iniciativas estruturantes desenvolvida em conjunto ou que apresentam uma área de influência, ou raio de ação que afeta a generalidade da região. Neste sentido, os programas de intervenção são:

PI 1. Promoção do Cluster Agroindustrial da região OVT - Iniciativas que têm como objetivo promover o desenvolvimento do setor agroindustrial da região OVT, consolidando as vocações produtivas distintivas desta região.

PI 2. Reforço da competitividade e da atratividade empresarial - Estratégia sustentada de atração de investimento e internacionalização, de promoção do conhecimento, de recuperação e consolidação do tecido empresarial da região e de apoio ao empreendedorismo.

PI 3. Afirmação como região de sustentabilidade ambiental - Promoção da resiliência do território, tornando-o capaz de responder preventivamente aos desafios resultantes da descarbonização, de combate e mitigação dos efeitos das alterações climáticas e da valorização sustentável dos recursos naturais.

PI 4. Digitalização e Modernização Administrativa - Criação de uma região inteligente, capaz de responder de forma integrada e em tempo real aos diferentes desafios de desenvolvimento urbano e territorial, aposta em soluções inovadoras e diferenciadoras e promoção da transição e transformação digital da região e da conectividade associada às redes.

PI 5. Valorização do potencial turístico - Promoção do turismo e da visitação na região OVT, explorando o potencial turístico dos seus elementos patrimoniais e culturais, a complementaridade dos diferentes produtos turísticos presentes no território e a integração nas dinâmicas do arco patrimonial da região de Lisboa.

PI 6. Reforma do Estado - Território OVT como piloto numa nova interação entre a administração central e a administração local, através do desenvolvimento de mecanismos de confiança e parceria que possam vir a permitir a médio prazo novas soluções de organização territorial mais robustas.

Após a conclusão da Estratégia Integrada para a área geográfica correspondente ao território das Comunidades Intermunicipais da Lezíria do Tejo, do Médio Tejo e do Oeste, foi publicado, em 01.03.2024, o convite para apresentação do Plano de Ação para operacionalização do Instrumento Territorial Integrado Temático (Investimento Integrado de Base Territorial do Oeste e Vale do Tejo)

A proposta de Plano de Ação para operacionalização do Instrumento Territorial Integrado Temático (Investimento Integrado de Base Territorial do Oeste e Vale do Tejo) foi submetida a 12.04.2024, com uma dotação de fundo de 23.500.000,00€. Após análise e envio de contrapropostas por parte das Autoridades de Gestão dos Programas Regionais do Alentejo 2030 e Centro 2030, o Plano de Ação proposto pelas CIM's Oeste, Médio Tejo e Lezíria do Tejo foi aprovado pela Comissão Diretiva da Autoridade de Gestão (AG) do ALENTEJO 2030, em 20 de março de 2025, e pela Comissão Diretiva da Autoridade de Gestão (AG) do CENTRO 2030, em 24 de março de 2025.

Face ao exposto, no passado dia 10.04.2025, foi celebrado o Acordo entre as Autoridades de Gestão dos Programas Regionais do Alentejo 2030 e Centro 2030 e as Comunidades Intermunicipais do Oeste, do Médio Tejo e da Lezíria do Tejo, com o objetivo de operacionalizar o Plano de Ação do Investimento Territorial Integrado Temático | Investimento Integrado de Base Territorial do Oeste e Vale do Tejo, pelo que as dotações de fundo, por CIM e projetos por tipologia de ação consubstanciam-se, no seguinte:

NUTS II	NUTS III	Fundo (€)	Fundo (%)
Centro	Médio Tejo	7 750 000 €	33,0%
Centro	Oeste	7 750 000 €	33,0%
Alentejo	Lezíria do Tejo	8 000 000 €	34,0%
		23 500 000 €	100,0%

Designação	Tipologia de Ação (TA)	Tipologia de Intervenção (TI)	Tipologia de Operação (TO)	CIM	Fundo
O 1.1.1. Sistema de incentivos regional adaptado à realidade regional	Investimento empresarial produtivo (RSO1.3)	Investimentos de base territorial (RSO1.3)	Criação, expansão ou modernização de micro e pequenas empresas (SI)	Oeste	1 000 000,00 €
				Médio Tejo	1 000 000,00 €
				Lezíria do Tejo	1 000 000,00 €
O 1.2.1. Projeto Grow Investment – Gabinete de promoção e apoio ao investimento	Qualificação e internacionalização das empresas	Qualificação e internacionalização das empresas	Ações coletivas - Internacionalização das empresas	Oeste	500 000,00 €
				Médio Tejo	500 000,00 €
O 2.1.1. Criação de redes regionais de ciclovias e percursos pedonais (p.e. Rotas do Tejo e Oeste)	Intervenções não urbanas	Respostas locais a desafios territoriais específicos	Respostas locais a desafios territoriais específicos	Médio Tejo	2 100 000,00 €
				Lezíria do Tejo	4 300 000,00 €
O 2.1.1. Criação de redes regionais de ciclovias e percursos pedonais (p.e. Rotas do Tejo e Oeste)	Conservação da natureza, biodiversidade e património natural	Conservação da natureza, biodiversidade e património natural	Infraestruturas verdes	Médio Tejo	1 500 000,00 €
				Lezíria do Tejo	1 000 000,00 €
O 2.1.2. Projeto de valorização ambiental, incluindo o património natural, a orla costeira e o potencial económico do mar	Intervenções não urbanas	Respostas locais a desafios territoriais específicos	Respostas locais a desafios territoriais específicos	Oeste	1 000 000,00 €
O 2.1.2. Projeto de valorização ambiental, incluindo o património natural, a orla costeira e o potencial económico do mar	Conservação da natureza, biodiversidade e património natural	Conservação da natureza, biodiversidade e património natural	Infraestruturas verdes	Oeste	750 000,00 €
O 2.1.2. Projeto de valorização ambiental, incluindo o património natural, a orla costeira e o potencial económico do mar	Conservação da natureza, biodiversidade e património natural	Conservação da natureza, biodiversidade e património natural	Proteção e conservação da natureza e da biodiversidade	Oeste	750 000,00 €
O 3.1.1. Centro de inteligência territorial (CIT)	Qualificação e internacionalização das empresas	Qualificação e internacionalização das empresas	Ações coletivas - Internacionalização das empresas	Oeste	25 000,00 €
				Médio Tejo	25 000,00 €
O 3.1.1. Centro de inteligência territorial (CIT)	Qualificação e internacionalização das empresas	Qualificação e internacionalização das empresas	Ações coletivas - Qualificação das empresas	Oeste	25 000,00 €
				Médio Tejo	25 000,00 €
O 3.1.1. Centro de inteligência territorial (CIT)	Digitalização na Administração Pública (Regional, Local e CCDR)	Digitalização para a eficiência de serviços aos cidadãos e empresas	Cidades Inteligentes	Oeste	100 000,00 €
				Médio Tejo	100 000,00 €
				Lezíria do Tejo	150 000,00 €
O 3.1.2. Criação de um Observatório de Acompanhamento das Dinâmicas Regionais (OADR)	Qualificação e internacionalização das empresas	Qualificação e internacionalização das empresas	Ações coletivas - Qualificação das empresas	Oeste	50 000,00 €
				Médio Tejo	50 000,00 €
O 3.1.2. Criação de um Observatório de Acompanhamento das Dinâmicas Regionais (OADR)	Digitalização na Administração Pública	Digitalização para a eficiência de serviços aos cidadãos e empresas	Cidades Inteligentes	Lezíria do Tejo	50 000,00 €
O 3.1.3. Smart region	Qualificação e internacionalização das empresas	Qualificação e internacionalização das empresas	Ações coletivas - Internacionalização das empresas	Oeste	425 000,00 €
				Médio Tejo	425 000,00 €
O 3.1.3. Smart region	Qualificação e internacionalização das empresas	Qualificação e internacionalização das empresas	Ações coletivas - Qualificação das empresas	Oeste	475 000,00 €
				Médio Tejo	475 000,00 €
O 3.1.3. Smart region	Digitalização na Administração Pública (Regional, Local e CCDR)	Digitalização para a eficiência de serviços aos cidadãos e empresas	Infraestruturas, desmaterialização de processos internos, serviços Web/online aos cidadãos e empresas e cibersegurança	Oeste	1 900 000,00 €
				Médio Tejo	1 900 000,00 €
				Lezíria do Tejo	1 300 000,00 €
O 5.1.4. Estudos setoriais e temáticos sobre a região OVT	Intervenções não urbanas	Estratégias de marketing e dinamização territorial	Estratégias de marketing e dinamização territorial	Lezíria do Tejo	200 000,00 €
O 5.1.4. Estudos setoriais e temáticos sobre a região OVT	Intervenções não urbanas	Respostas locais a desafios territoriais específicos	Respostas locais a desafios territoriais específicos	Oeste	200 000,00 €
				Médio Tejo	200 000,00 €
Total Fundo					23 500 000,00 €

No ano de 2026, iniciar-se-ão os trabalhos de execução das iniciativas de investimento enquadráveis em cada um dos programas de intervenção e que constituem o ITI OVT, aguardando-se à data da elaboração do presente documento, a abertura dos primeiros avisos de concurso.

Programa de Revitalização do Pinhal Interior | ITI Pinhal Interior

O Programa de Revitalização do Pinhal Interior pretende dar uma resposta concertada dos Municípios do Pinhal Interior derivada de uma reflexão conjunta, visando adotar medidas de prevenção estrutural e de relançamento da economia, promovendo uma gestão florestal sustentada e o aumento da resiliência económica e social do território, através do:

- ✓ Desenvolvimento de um projeto-piloto que promova o reordenamento sustentado da floresta, através de medidas de gestão integrada, valorizando as ações que promovam as funções ecológicas, sociais e culturais dos espaços florestais, em articulação com a implementação de medidas de prevenção e gestão estratégicas de risco de incêndio; e
- ✓ Desenvolvimento de uma estratégia de desenvolvimento económica e social nas regiões afetadas tendo em vista a atração e a fixação de investimento produtivo, que propicie a diversificação da atividade económica e a valorização dos recursos endógenos, designadamente da fileira florestal, da agricultura e do património paisagístico (turismo), qualificando e aumentando a oferta de bens e serviços de modo a contribuir para a criação de emprego sustentado e para a melhoria das condições de vida das populações.

Neste contexto, no ano de 2022, no âmbito da Intervenção Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior, foi aprovado protocolo entre as cinco CIM's (CIM Médio Tejo, CIM Beira Beixa, CIM Beiras e Serra da Estrela, CIM Região de Coimbra e CIM Região de Leiria) com o objetivo de operacionalizar a estratégia integrada; identificar, consensualizar e agilizar as condições de operacionalização e financiamento de um conjunto de projetos que se revelem indispensáveis; agilizar e incentivar a criação e desenvolvimento de mecanismos de confiança e parceria, em particular entre as entidades da administração pública central e da administração pública local, que possam vir a permitir, a médio prazo, novas soluções de organização territorial mais robustas.

São abrangidos por este Programa os municípios de Mação e Sardoal. Nesse sentido, em 2026, dar-se-á continuidade ao acompanhamento do desenvolvimento e operacionalização do Plano de ação estratégico da ITI do Pinhal Interior.

Plano de Recuperação e Resiliência

O Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) é um programa nacional que implementa um conjunto de reformas e investimentos para recuperar o crescimento económico após a pandemia de COVID-19. Financiado pelo Mecanismo de Recuperação e Resiliência da União Europeia, visa tornar o país mais sustentável, digital e resiliente, através de projetos até 2026 em áreas como saúde, economia, educação e infraestruturas. Assim, a CIM Médio Tejo, juntamente com os seus 11 municípios, continuarão a acompanhar a execução do PRR no território, sendo o ano de 2026 o prazo limite de conclusão dos projetos financiados no âmbito do PRR.

Fundo de Transição Justa

Com o objetivo de reconverter a indústria de produção de energia com base em combustíveis fósseis, tais como o carvão, mas também os setores da habitação e dos transportes, foi criado o Fundo de Transição Justa, como uma das formas de concretizar o Pacto Ecológico Europeu, que tem como objetivo criar uma economia competitiva e que trave as alterações climáticas e crie o rumo à neutralidade carbónica em 2050. Na região do Médio Tejo ainda existia uma central a carvão (Pego – Abrantes), tendo o Governo Português, em conformidade com os objetivos do Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050, procedeu ao desmantelamento da Central em novembro de 2021. Face ao impacto económico e social que esse desmantelamento acarretou para a nossa região – os postos de

trabalho da Central do Pego correspondiam a quase 3 % do número total de pessoas empregadas no concelho, foi criado o Fundo para uma Transição Justa que visa concentrar a sua intervenção nas regiões que iam ter impactos com a implementação de tais compromissos com vista à neutralidade carbónica 2050.

Para fazer face a estes desafios, identificaram-se necessidades de investimento altamente prioritárias, para tornar as economias destas regiões, onde se inclui a Região do Médio Tejo, mais modernas e competitivas, com base em investimentos sustentáveis, e ajudar estas regiões a absorver as mudanças estruturais ocasionadas pela transição. Neste sentido, a CIM Médio Tejo, no ano de 2026, continuará a acompanhar os trabalhos na definição e apoio de ações enquadradas no Plano Territorial de Transição Justa do Médio Tejo, que é parte integrante do Programa Regional do Centro 2030, tendo o mesmo sido alvo de reprogramação, face às inúmeras propostas apresentadas pela CIM Médio Tejo para se proceder à adequação do Plano às necessidades efetivas sentidas no território, pelo que as ações enquadradas no mesmo passaram a ser as seguintes:

- Diversificar a atividade económica do território, através de:

- Projetos de investimento produtivo que concretizem a produção de novos bens e serviços alinhados com a transição climática e energética e com claro foco no apoio à produção tecnologicamente avançada – medida de curto prazo;
- Reforço da capacitação empresarial para o desenvolvimento de bens e serviços, através do investimento empresarial em atividades inovadoras e qualificadas que contribuam para sua progressão na cadeia de valor – medida de curto prazo;
- Apoio a projetos de empreendedorismo de base local, nomeadamente para a criação do próprio emprego, criando caminhos alternativos para a sua reinserção profissional – medida de médio prazo.

- Apoiar a formação, requalificação e reconversão de recursos humanos, através da:

- Promoção da oferta formativa necessária à atualização das competências e fixação de recursos humanos, de forma a responder ao aumento da procura de mão de obra qualificada no território resultante do investimento na sua diversificação económica. No domínio da qualificação/reconversão para inserção profissional da mão-de-obra disponível, torna-se igualmente necessário proceder à antecipação de competências exigidas pelo mercado de trabalho nos próximos anos. Neste domínio, pretende-se apostar no investimento público que apoie a qualificação e requalificação das pessoas do território nas áreas e tecnologias mais estratégicas para a transição justa do território. Esse investimento público será concretizado na construção de novas instalações (construção e equipamento) para a Escola Superior de Tecnologia de Abrantes, do Instituto Politécnico de Tomar – medida de médio prazo;

- Afirmar o território como um polo de inovação e desenvolvimento no domínio das energias renováveis, por via de investimento público, através de:

- Apoio à gestão, dinamização e operacionalização da Zona Livre Tecnológica (ZLT) de Abrantes, destinada a projetos de inovação e desenvolvimento para a produção, armazenamento e autoconsumo de eletricidade a partir de energias renováveis – medida de médio e longo prazo;
- Projetos de investimento em equipamentos tecnológicos essenciais à operacionalização da ZLT de Abrantes e investimentos na implantação de tecnologias, bem como em sistemas e infraestruturas para energias limpas a preços acessíveis, incluindo tecnologias de armazenamento de energia, e para a redução das emissões de gases com efeito de estufa – medida de médio e longo prazo;

- Apoio a investimentos na mobilidade local inteligente e sustentável, incluindo a descarbonização do setor dos transportes locais e das suas infraestruturas – medida de longo prazo.

MELHORIA DA MOBILIDADE NO MÉDIO TEJO

PROJETO N.º 16

Horizonte temporal: 2009-2030

Investimento 2026: 13.188.708,00€

TRANSPORTE A PEDIDO NO MÉDIO TEJO

Subprojeto n.º 16.1

O Transporte a Pedido no Médio Tejo é um serviço de transporte flexível que visa aumentar a cobertura da rede de transportes públicos coletivos em funcionamento, numa perspetiva de complementaridade à oferta de transporte regular, contribuindo para o cumprimento dos níveis mínimos do serviço público de transporte de passageiros definidos no âmbito do Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros. Trata-se de um serviço que se encontra em funcionamento desde 2013 e que tem vindo a contribuir para a inclusão social das populações residentes em zonas mais rurais, possibilitando a deslocação para a sede de freguesia e concelho, bem como o acesso aos equipamentos e serviços essenciais. Nos últimos anos, com a implementação dos circuitos LINK – Ligações entre cidades e sedes de concelho da região, tem-se visado também para a melhoria conectividade regional, com ligações rápidas e mais diretas entre concelhos, captando assim utilizadores para o transporte público em detrimento do transporte individual.

Atualmente encontram-se em funcionamento 81 circuitos de Transporte a Pedido, sendo assegurados pelos serviços da CIM Médio Tejo as tarefas de informação e apoio ao cliente; atendimento e gestão de reservas; contratação, monitorização e fiscalização dos contratos de prestação de serviços com operadores de táxi; revisão periódica dos serviços; monitorização e avaliação; reporte e prestação de informação às entidades de regulação e supervisão.

Os serviços de transporte a pedido no Médio Tejo têm vindo a apresentar crescentes níveis de utilização por parte da população, registando atualmente uma média mensal em torno dos 4000 passageiros/mês.

Para o ano de 2026, pretende-se desenvolver novas vertentes e modelos de funcionamento do serviço de Transporte a Pedido, nomeadamente:

- **Transporte a Pedido - Meio E:**

Projeto piloto de realização de serviços de transporte a pedido com meios próprios, em parceria com Municípios e Juntas de Freguesia, com recurso à utilização de viaturas elétricas, contribuindo para a prossecução dos objetivos da descarbonização e mobilidade sustentável e promovendo a adequação da oferta de serviços de transporte a pedido às necessidades da população, em particular no que se refere às ligações aos serviços de saúde.

Numa primeira fase prevê-se o desenvolvimento do projeto piloto nos concelhos de Alcanena e de Vila Nova da Barquinha, concelhos onde se tem verificado alguma dificuldade na contratação de operadores de táxi para a realização dos serviços de transporte a pedido, decorrentes da escassez de operadores de táxi em algumas zonas,

bem como da dificuldade por parte dos operadores existentes em conciliar os serviços de transporte flexível com a atividade normal de táxi em alguns horários de funcionamento do serviço.

Numa segunda fase, e em função dos instrumentos financeiros disponíveis, pretende-se avaliar a possibilidade de adquirir viaturas elétricas para promover a descarbonização dos serviços LINK – Ligações entre cidades e sedes de concelho do Médio Tejo, considerando que se trata de uma vertente do serviço que realiza deslocações entre concelhos, com um número significativo de km realizados por dia, sendo portanto uma tipologia de serviço onde se revela ter maior impacto as iniciativas de descarbonização do transporte a pedido.

- **Transporte a Pedido – LINK *:**

Implementação experimental de novo modelo de funcionamento do LINK – Ligações entre cidades e sedes de concelho do Médio Tejo, sem circuitos pré-definidos, com maior grau de flexibilidade em relação aos horários e com maior amplitude de combinações origem-destino possíveis. Com este novo modelo de funcionamento, pretende-se melhorar a qualidade do serviço prestado, com otimização das rotas em percursos mais diretos. Os serviços serão geridos através de uma nova plataforma de reservas, disponibilizando-se também uma nova interface para reserva on-line por parte dos passageiros, mais intuitiva, funcional e adaptada às necessidades atuais.

Ao longo do ano de 2026, pretende-se avaliar a possibilidade de implementar este novo modelo de funcionamento em outras zonas de operação, designadamente em serviços de Transporte a Pedido de âmbito concelhio.

- **Passe Mensal LINK**

Considerando que as tarifas atualmente disponíveis nos serviços de transporte a pedido não se adequam a utilizações muito frequentes, englobando apenas bilhetes simples e multiviagens de 10 unidades, e que no serviço LINK tem-se verificado um número significativo de passageiros que utilizam o serviço para deslocações casa – trabalho/escola, prevê-se a implementação do passe mensal nestes serviços.

- **Integração Bilhética com o Serviço Regular MEIO**

Na sequência dos processos de redução e simplificação tarifária que se têm vindo a implementar no último ano nos serviços de transporte público regular, foram criados passes de rede MEIO, possibilitando a deslocação entre qualquer origem-destino no território do Médio Tejo. Neste contexto, e numa lógica de complementaridade entre a rede de transporte regular e a rede de transporte a pedido em funcionamento no Médio Tejo, prevê-se avançar com processo de integração de bilhética do serviço de transporte a pedido com o serviço público rodoviário coletivo de passageiros concessionado pela CIM Médio Tejo, de modo a possibilitar a criação de um passe de rede regional que abranja quer os serviços MEIO como os serviços de Transporte a Pedido necessários à deslocação das pessoas.

- **Desmaterialização dos Pagamentos**

Pretende-se avançar com investimentos na desmaterialização dos pagamentos no serviço de Transporte a Pedido, com o objetivo de modernizar e facilitar o acesso ao serviço por parte dos utilizadores. Atualmente, o pagamento continua a ser realizado exclusivamente em numerário e a bordo, junto do motorista, o que se revela desajustado face às exigências atuais de comodidade, segurança e digitalização. Assim, está prevista a implementação de soluções que permitam o pagamento através de meios eletrónicos, como MB Way, cartões bancários ou outras formas digitais, promovendo uma experiência mais eficiente, segura e adaptada às necessidades dos cidadãos.

- **Informação ao Público – Disponibilização de informação dinâmica, em tempo real, do serviço LINK**

Ainda, pretende-se avançar com investimentos na melhoria da informação ao público nos serviços de Transporte a Pedido, com especial enfoque, nesta fase, no serviço LINK. Este investimento visa a disponibilização de informação em tempo real sobre a localização das viaturas, permitindo aos passageiros acompanhar o percurso e aceder à estimativa da hora de chegada às respetivas paragens de embarque. Esta medida tem como objetivo aumentar a previsibilidade, confiança e conveniência na utilização do serviço, promovendo a melhoria dos padrões de qualidade deste tipo de transporte público e respondendo às expectativas dos utilizadores em matéria de informação acessível, atualizada e fiável.

ESTRUTURA REGIONAL DE CAMINHOS E CICLOVIAS E PROMOÇÃO DOS MODOS SUAVES NO MÉDIO TEJO

Subprojeto nº 16.2

No âmbito da mobilidade ativa, pretende-se dar continuidade às iniciativas de promoção da mobilidade ciclável no Médio Tejo. Em 2024 foi implementada uma primeira fase do serviço Meio B - Sistema Intermunicipal de Bicicletas para Uso Público no Médio Tejo, abrangendo 11 municípios (Alcanena, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Mação, Ourém, Sertã, Tomar, Torres Novas, Vila de Rei e Vila Nova da Barquinha) e envolvendo a aquisição e instalação 68 estações de carregamento com 453 docas. Atualmente, o sistema integra 362 bicicletas elétricas Meio B e funciona de forma integrada com o sistema municipal BUE, do Município do Entroncamento.

O sistema Meio B apresenta uma média mensal de cerca de 6.000 subscrições ativas (anuais, mensais e ocasionais) com níveis de utilização em torno das 2.000 viagens/mês, disponibilizando na região uma solução prática e sustentável para a realização de deslocações de último quilómetro ou de curta distância, promovendo a intermodalidade com outros modos de transporte nas cadeias de viagem mais longas e respondendo, simultaneamente, às necessidades de mobilidade quotidiana dentro dos concelhos ou entre localidades próximas.

Em 2026, será dada continuidade à gestão operacional deste sistema, incluindo os serviços de manutenção preventiva e corretiva, contratação de seguros de responsabilidade civil relativos à utilização da bicicletas, operações de redistribuição das bicicletas, serviços de atendimento e apoio ao cliente, fiscalização e monitorização, instrução e acompanhamento de procedimentos administrativos de contraordenação das regras de utilização fixadas no regulamento intermunicipal de utilização do sistema e ainda iniciativas de promoção e divulgação do sistema Meio B e ações de sensibilização para o adequado uso dos equipamentos.

Ainda, e com enquadramento no Investimento Territorial Integrado da CIM Médio Tejo, contratualizado com o Centro2030, pretende-se avançar com os seguintes subprojetos, visando promover a mobilidade ativa no território do Médio Tejo:

- **Meio B – Fase 2:**

Desenvolvimento de uma segunda fase do sistema Meio B, com alargamento do sistema ao concelho de Sardoal e reforço dos equipamentos (estações e bicicletas) disponíveis nos vários concelhos da região, prevendo-se a instalação de 37 novas estações, com mais 213 docas, e aquisição de mais 107 bicicletas elétricas.

- **Rede Intermunicipal de Percursos Cicláveis no Médio Tejo – Fase 1:**

Na sequência do Estudo da Rede de Percursos Cicláveis no Médio Tejo, recentemente elaborado, pretende-se desenvolver um projeto intermunicipal, através de candidatura em parceria entre a CIM Médio Tejo e os Municípios, visando a concretização de alguns dos percursos cicláveis/ciclovias da rede intermunicipal, sinalizados como prioritários, criando-se no território condições mais favoráveis à utilização quotidiana da bicicleta como modo de transporte. No âmbito deste projeto em parceria, serão executadas, numa primeira fase, as intervenções

da rede ciclável que apresentam, atualmente, maturidade mais avançada, com projetos técnicos de execução concluídos ou em fase final de conclusão. Em relação a alguns percursos cicláveis de âmbito intermunicipal, que carecem ainda de aprofundamento de estudos técnicos, a CIM Médio Tejo procederá à aquisição de serviços especializados para a elaboração dos programas-base e em sequência dos respetivos projetos técnicos de execução.

AUTORIDADE DE TRANSPORTES DO MÉDIO TEJO

Subprojeto n.º 16.3

No quadro do Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros, a CIM Médio Tejo exerce atualmente as competências de Autoridade Intermunicipal de Transportes para o serviço público de transporte de passageiros dos seus onze Municípios e ainda dos Municípios de Sertã e Vila de Rei, nos termos do contrato interadministrativo de delegação de competências celebrado, e envolvendo a organização e planeamento da rede de transporte público, a exploração do serviço público de transporte de passageiros através de meios próprios ou de atribuição a operadores de transporte, a determinação das obrigações de serviço público e o financiamento das mesmas em responsabilidade solidária com os Municípios, aprovação dos tarifários e atribuição de compensações decorrentes de medidas de redução tarifária, informação e divulgação do serviço público de transporte, entre outras.

Neste contexto, a CIM Médio Tejo assegura a gestão do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transporte de Passageiros do Médio Tejo, vigente por um período de 8 anos e explorado pela RMTEJO II – Transportes Rodoviários de Passageiros Unipessoal, Lda., desde agosto de 2023, referente à operação dos serviços regulares de transporte rodoviário coletivo de passageiros, com a marca MEIO. Estes serviços de transporte englobam mais de 380 linhas de âmbito municipal, intermunicipal e inter-regional, incluindo os serviços urbanos nas cidades de Abrantes, Tomar, Ourém e Fátima e ainda o serviço de transporte escolar especializado do Município de Alcanena, envolvendo a realização de cerca de 4 milhões de km por ano.

No âmbito das competências de Autoridade Intermunicipal de Transportes, a CIM Médio Tejo assegura ainda a aplicação no território do Médio Tejo do Programa Incentiva + TP – Programa de incentivo ao transporte público coletivo de passageiros, através do qual é possível financiar medidas tais como a redução e simplificação das tarifas praticadas, o reforço ou expansão da oferta, investimento em sistemas de bilhética, sistemas de gestão e sistemas de informação ao público, elaboração de planos de mobilidade, inquéritos sobre a mobilidade e campanhas de promoção do transporte público, entre outras medidas no quadro de competências das Autoridades de Transportes.

Neste contexto, a CIM Médio Tejo assegura a gestão, entre outras, das medidas de redução e simplificação tarifária implementadas ao abrigo do Programa Incentiva + TP, tais como passe de rede MEIO, passe de linha a 5€, gratuidade nos transportes nos passes urbanos, gratuidade nos passes para + 65 anos e bilhete MEIO a 1,50€, envolvendo a monitorização e apuramento mensal das compensações ao Operador e elaboração dos reportes anuais necessários para financiamento das medidas e para supervisão pela entidade reguladora.

Ainda, no contexto da operacionalização da Portaria n.º 7-A/2024, na sua atual redação, que estabelece as regras do passe gratuito para jovens em Portugal, a CIM Médio Tejo assegura a gestão das medidas implementadas no território do Médio Tejo, designadamente passe de rede – MEIO Jovem, envolvendo a monitorização e apuramento mensal das compensações ao Operador, reporte ao Instituto da Mobilidade e dos Transportes para financiamento da medida e elaboração dos reportes anuais necessários à supervisão pela entidade reguladora.

Para o ano de 2026, pretende-se desenvolver novas iniciativas de promoção do transporte público e mobilidade sustentável, nomeadamente:

- **Atualização do Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes do Médio Tejo:**

No seguimento da publicação, em agosto de 2024, do guião do Instituto da Mobilidade e dos Transportes (IMT) com orientações para a elaboração de Planos de Mobilidade Urbana Sustentável (PMUS), a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo irá prosseguir com os trabalhos de atualização do Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes do Médio Tejo, inicialmente elaborado em 2016. Esta atualização surge da necessidade de alinhar o planeamento estratégico da mobilidade regional com os novos paradigmas de mobilidade sustentável e inteligente, promovendo uma mobilidade mais eficiente, inclusiva e ambientalmente responsável. O novo plano integrará uma abordagem abrangente e multidimensional, com base nos princípios definidos pelo IMT, incluindo a caracterização geral da região, bem como o aprofundamento de soluções integradas e inovadoras em domínios como a mobilidade flexível, a mobilidade suave (pedonal e ciclável), a rede viária e estacionamento, o transporte público rodoviário, as interfaces e intermodalidade, a logística urbana, os sistemas inteligentes de transportes (ITS), e a qualidade do ambiente urbano. Este processo envolverá uma forte articulação intermunicipal e a auscultação de stakeholders locais e regionais, assegurando que o plano reflita as necessidades reais do território e contribua para a concretização das metas nacionais e europeias de descarbonização e transição energética.

- **Mobilidade Empresarial:**

Com base no estudo piloto em curso, centrado na Zona Industrial de Tramagal, que contempla o diagnóstico da situação atual e das necessidades de mobilidade dos trabalhadores de grandes polos empregadores, a CIM Médio Tejo pretende dar seguimento à definição e implementação de medidas que promovam uma mobilidade mais sustentável e eficiente em contexto empresarial. Este trabalho, desenvolvido em estreita articulação com as principais empresas da região, visa estruturar uma resposta multimodal, ajustada aos horários, fluxos e localização dos trabalhadores. Em 2026, está previsto o avanço para uma fase de implementação experimental da solução definida, que poderá incluir a reorganização de horários e circuitos de transporte público, a criação de serviços dedicados ou flexíveis, bem como a promoção de soluções de mobilidade partilhada ou modos suaves de deslocação, com o objetivo de reduzir a dependência do transporte individual motorizado e fomentar práticas de mobilidade mais sustentáveis e integradas.

- **MEIO a Pedido:**

Tendo em conta que a atual rede de transporte público no Médio Tejo encontra-se essencialmente vocacionada para dar resposta às necessidades da população estudante, importa agora alargar o seu âmbito de resposta, promovendo a sua adaptação às dinâmicas de mobilidade de outros segmentos da população, nomeadamente os trabalhadores. Nesse sentido, pretende-se analisar a viabilidade de implementar medidas que garantam uma maior regularidade e disponibilidade dos serviços ao longo de todo o ano, reduzindo a sazonalidade atualmente associada aos períodos letivos.

Uma das soluções em análise passa por manter em funcionamento, durante as os períodos de férias escolares, algumas das linhas que hoje operam apenas em tempo de aulas, mas adotando um modelo de ativação sob reserva prévia por parte dos utilizadores, à semelhança do que acontece com o serviço de Transporte a Pedido. Esta abordagem permitirá otimizar recursos, assegurando simultaneamente uma resposta mais abrangente,

flexível e eficaz às necessidades da população ativa, contribuindo para a melhoria da coesão territorial e para a promoção de uma mobilidade mais inclusiva e sustentável.

- **Interoperabilidade e Integração Bilhética:**

Em função dos desenvolvimentos que se vierem a verificar no desenvolvimento e operacionalização do projeto de interoperabilidade entre sistemas de bilhética a nível nacional, designado 1Bilhete.pt, que está a ser promovido pelo Instituto de Mobilidade e Transportes, IP, a CIM Médio Tejo dará continuidade à sua participação enquanto Autoridade de Transportes aderente, com vista a promover a integração dos serviços MEIO neste projeto.

- **Informação ao Público:**

Em 2026, a CIM Médio Tejo pretende reforçar significativamente a qualidade e abrangência da informação ao público relativa ao serviço público de transporte de passageiros na região. Este esforço incidirá sobre várias dimensões, suportes e canais de comunicação, assegurando a disponibilização de informação clara, atualizada e acessível, tanto nos terminais e principais paragens, como através de plataformas digitais e suportes físicos informativos.

Tendo em conta a expectativa de que, durante o ano de 2026, estejam finalmente reunidas as condições técnicas para a integração e transmissão em tempo real de dados operacionais por parte dos sistemas da Concessionária, está prevista a disponibilização de uma plataforma digital de transporte público do Médio Tejo. Esta plataforma agregará informação relativa aos diversos serviços de transporte disponíveis na região — incluindo transporte regular, transporte a pedido, serviços de bikesharing e outras soluções complementares — constituindo-se como um primeiro passo concreto no caminho para o desenvolvimento de um sistema de mobilidade integrada no Médio Tejo.

Esta iniciativa visa não só melhorar a experiência do utilizador, promovendo maior previsibilidade e confiança no sistema, como também criar as bases para a futura implementação de soluções intermodais, serviços de planeamento de viagem personalizados e integração tarifária regional.

- **Plataforma Data 4 Mobility:**

No âmbito da transição digital e da modernização dos processos de planeamento e gestão da mobilidade, a CIM Médio Tejo pretende dar continuidade ao desenvolvimento do projeto-piloto Data 4 Mobility – Plataforma Analítica Integrada de Inteligência Territorial. Esta iniciativa visa a criação de uma plataforma digital avançada, concebida para integrar, analisar e interpretar dados territoriais e operacionais relevantes na área da mobilidade e dos transportes.

A plataforma constituirá uma ferramenta estratégica de apoio à monitorização contínua dos padrões de mobilidade na região, permitindo identificar tendências, avaliar o desempenho dos serviços e fundamentar, com base em evidência, propostas e decisões relativas à implementação de novas soluções de transporte e de mobilidade sustentável.

Com este projeto, pretende-se dotar a CIM Médio Tejo de uma capacidade acrescida de resposta ao contexto dinâmico de desenvolvimento da região, promovendo uma abordagem mais eficaz, eficiente e adaptativa no planeamento das políticas públicas de mobilidade, com impactos positivos na coesão territorial, na sustentabilidade ambiental e na qualidade de vida das populações.

ESTRATÉGIA AEROPORTO REGIONAL NO MÉDIO TEJO

Subprojeto nº 16.4

No âmbito do interesse na potenciação da mobilidade aérea na região do Médio Tejo, foi desenvolvido em 2021 pela empresa TiS.PT o estudo técnico preparatório sobre a viabilidade de aproveitamento do Aeródromo de Tancos para implementação de um aeroporto civil, em coexistência com a atividade militar. O estudo desenvolvido foi apresentado junto do Ministério da Defesa e do Ministério das Infraestruturas, bem como a outras entidades responsáveis, tal como ANAC, NAV Portugal. Em sequência, foi tomada posição formal do Ministério da Defesa, que manifestou a sua anuência ao uso civil do aeródromo militar de Tancos. Neste contexto, prevê-se manter as diligências e os desenvolvimentos possíveis com vista à continuidade do projeto.

PONTE CICLO-PEDONAL NO RIO ZÊZERE

Subprojeto nº 16.5

No âmbito da estratégia referente ao Instrumento Territorial Integrado Temático, mais concretamente ao Instrumento Integrado de Base Territorial do Oeste e Vale do Tejo (IIBT OVT), foi considerado, no objetivo específico Infraestruturas Vedadas (RSO 2.7), objetivo (O 2.1.1.) - Criação de redes regionais de ciclovias e percursos pedonais (p.e. Rotas do Tejo e Oeste) do Plano de Ação, o projeto Ponte Ciclo - Pedonal sobre o Rio Zêzere.

O Projeto Ponte Ciclo-Pedonal sobre o Rio Tejo, prevê a execução de uma nova ligação entre as duas margens do Rio Zêzere, indo ao encontro da importância que a ligação pedonal e ciclável tem vindo a assumir no Médio Tejo. Esta irá potenciar a ligação entre a Vila de Constância e o Centro Náutico na margem oposta ao rio, no município de Vila Nova da Barquinha e a foz do rio onde se desenvolve a Grande Rota do Tejo. Neste contexto, atendendo a que a ponte irá interligar dois municípios, prevê-se que a CIM Médio Tejo promova a elaboração do projeto de execução em articulação com os referidos municípios e dê início à tramitação procedimental de forma a iniciar a infraestrutura.

MOBILIDADE PARTILHADA

Subprojeto nº 16.6

No âmbito da estratégia de promoção de novas soluções de mobilidade, com foco na sustentabilidade e inclusão, pretende-se avaliar a possibilidade de desenvolver um projeto piloto de mobilidade partilhada, inspirado em boas práticas de outras regiões europeias de baixa densidade. Este projeto visa a implementação de um sistema de carpooling estruturado e facilitado tecnologicamente, que potencie a partilha de viagens em automóvel privado como uma alternativa viável ao uso do transporte individual. Esta iniciativa pretende reforçar as soluções de mobilidade disponíveis no território do Médio Tejo e atrair diferentes perfis de utilizadores que atualmente possam não dispor de resposta adequada nas soluções de transporte público existentes.

MEIO H

Subprojeto nº 16.7

No âmbito dos projetos em curso no contexto da estratégia da Região do Médio Tejo para a mobilidade e sustentabilidade do território, e considerando os investimentos previstos para a região do Médio Tejo, no âmbito do Fundo para uma Transição Justa 2021-2027, pretende promover a existência no território de condições para o fornecimento e abastecimento de hidrogénio a viaturas movidas a hidrogénio, para utilização no serviço público de transporte de passageiros do Médio Tejo.

Assim, no contexto da estratégia da Região do Médio Tejo para a mobilidade e sustentabilidade do território, e considerando os investimentos previstos realizar pelo Operador de Serviço Público de Transporte para aquisição de viaturas a hidrogénio, a CIM Médio Tejo pretende apoiar esta medida de descarbonização e transição

energética, avaliando no quadro do Contrato de Concessão, a compensação das obrigações de serviço público inerentes ao diferencial de custos de operação pelo consumo de hidrogénio face aos custos com consumo de diesel, das viaturas movidas a hidrogénio que vierem a ficar afetas à Concessão do Serviço Público de Transporte de Passageiros do Médio Tejo.

Ainda, tendo presente os objetivos da Estratégia Nacional para o Hidrogénio e as metas previstas para a produção e uso de hidrogénio verde, bem como a expectativa de que venha a ser disponibilizado apoio financeiro a investimentos na mobilidade local inteligente e sustentável, incluindo a descarbonização do setor dos transportes locais, no âmbito do Fundo para uma Transição Justa 2021-2027, prevê-se a possibilidade de apresentar candidatura com vista à aquisição de autocarros movidos a hidrogénio, a afetar ao serviço público de transporte de passageiros no Médio Tejo.

MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA NO MÉDIO TEJO

PROJETO N.º 17

Horizonte temporal: 2016-2030

Investimento 2026: 461.086,00 €

Pretende-se dar continuidade à estratégia da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo e dos seus onze municípios no que concerne ao desenvolvimento de iniciativas de modernização, reestruturação e simplificação administrativa, com vista à melhoria da prestação dos serviços municipais/ intermunicipais, de forma generalizada, aos cidadãos e às empresas, e também garantir novas formas de governabilidade assentes em economias de escala. Para que o resultado esperado seja alcançado, é necessário dar continuidade de modo mais eficaz ao desenvolvimento de serviços partilhados, integrados, inovadores ao nível de resposta eficiente e eficaz aos cidadãos e às empresas, no sentido de incrementar a produtividade, de motivar os diferentes serviços que constituem a administração local e racionalizar os modelos de organização e gestão autárquica.

MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA – CIM MÉDIO TEJO

Subprojeto n.º17.1

Visa a implementação de um apoio tecnológico atualizado ao nível dos equipamentos, com o objetivo de reestruturar as infraestruturas, potenciar serviços partilhados e uma maior capacidade de gestão, assente em economias de escala. Para o efeito, pretende-se dar continuidade ao contrato de licenciamento do software Microsoft para os municípios e para a CIM Médio Tejo e reestruturar o parque informático da CIM Médio Tejo, ao nível do hardware e software.

INTEGRAÇÃO E PARTILHA DE SERVIÇOS - CENTRAL DE COMPRAS DA CIM MÉDIO TEJO

Subprojeto n.º17.2

A Central de Compras da CIM Médio Tejo (CC- CIM Médio Tejo) foi constituída em junho de 2011, como uma das grandes experiências de serviços partilhados ao nível das compras públicas. Por este motivo, um dos seus objetivos é a difusão das novas práticas desmaterializadas de relacionamento da administração local com a economia, estimulando o desenvolvimento do tecido económico.

Para o efeito, foi desenvolvida uma plataforma de suporte à atividade da Central de Compras da CIM Médio Tejo, enquanto espaço privilegiado de comunicação e divulgação das atividades da Central de Compras. A mesma

pretende funcionar como ferramenta de gestão colaborativa, onde se destaca a disponibilização de documentos (resultados das negociações, templates para levantamento de necessidades, comunicados periódicos, minutas, peças concursais, entre outros), além de assegurar um espaço reservado de reposição de documentação necessária à instrução dos processos de compra dos municípios.

É de registar a preocupação da Central de Compras do Médio Tejo na total desmaterialização do relacionamento entre a equipa da Central de Compras e as suas entidades aderentes, bem como, com os vários fornecedores interessados nos processos de negociação.

Assim, é objetivo dar continuidade à Central de Compras da CIM Médio Tejo enquanto uma das iniciativas de serviços partilhados efetivos, na área das compras, por forma, a alcançarem-se maiores economias de escala entre as entidades aderentes da mesma. Neste sentido, a Central de Compras da CIM Médio Tejo pretende a prossecução dos seguintes objetivos:

- ✓ Estabelecer a estratégia e as políticas de compra e de sourcing para as categorias de bens e serviços superiormente determinados;
- ✓ Promover e assegurar a agregação de necessidades de compra das entidades adjudicantes abrangidas, incluindo a consolidação do planeamento de necessidades, a análise, normalização e standardização de especificações de produtos e serviços a adquirir;
- ✓ Estimar o valor do potencial de poupança a obter, através da agregação de necessidades de compra das entidades adjudicantes abrangidas;
- ✓ Conduzir processos negociais, no que respeita às categorias de produtos e serviços definidos como transversais e proceder, quando aplicável, à gestão dos respetivos contratos e relações com fornecedores;
- ✓ Monitorizar o desempenho da função compras eletrónicas da CIM Médio Tejo e avaliar o impacto (poupanças) dos processos de negociação centralizada desenvolvidos pela mesma;
- ✓ Promover junto das entidades adjudicantes abrangidas a utilização dos serviços da Central de Compras da CIM Médio Tejo;
- ✓ Elaborar e promover normas, regras e procedimentos que simplifiquem e racionalizem os processos de aquisição e aprovisionamento;
- ✓ Definir critérios de compra e de aquisição de bens e serviços em articulação com as deliberações do Conselho Intermunicipal; e
- ✓ Apoiar as áreas de aprovisionamento das entidades adjudicantes abrangidas que pretendam desenvolver processos de negociação municipais (não transversais), bem como disponibilizar a plataforma tecnológica para a execução deste tipo de negociação.

Face aos trabalhos desenvolvidos pela Central de Compras da CIM Médio Tejo, enquanto uma boa prática de integração e partilha de serviços, procurar-se-á, dar continuidade ao desenvolvimento de iniciativas de integração e partilha de serviços nas áreas de compras públicas, serviços jurídicos, ordenamento do território, entre outras, com o objetivo de uniformizar e racionalizar processos municipais, tendo em conta a melhoria da prestação do serviço público aos cidadãos e às empresas.

A Central de Compras, para além de outros acordos quadro já em vigor, está a desenvolver contactos no sentido de implementar uma estrutura centralizadora de competências aquisitivas capaz de definir as linhas de atuação por forma a reduzir os custos energéticos, em concreto com a Eletricidade e o Gás.

Com a celebração destes acordos quadro as entidades aderentes da Central de Compras, designadamente os municípios do Médio Tejo, podem iniciar procedimentos por Ajuste Direto ou Consulta Prévia independentemente do seu valor, tornando assim os procedimentos mais céleres e benéficos para as entidades aderentes.

GESTÃO DE CONTRAORDENAÇÕES DE ESTACIONAMENTO

Subprojeto n.º17.3

A Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, “Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais”, vem estabelecer o respetivo quadro de transferências para as autarquias locais e entidades intermunicipais.

Dispõe o n. 1 do artigo 4.º que a transferência das novas competências, a identificação da respetiva natureza e a forma de afetação dos respetivos recursos são concretizados através de diplomas legais de âmbito setorial.

No caso concreto, Decreto-Lei n.º 107/2018, de 29 de novembro, que concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio do estacionamento público.

O Decreto-lei n.º 76/2022, de 31 de outubro, procedeu à primeira alteração ao Decreto-lei n.º 107/2018, de 29 de novembro, passando a permitir aos municípios integrantes das entidades intermunicipais delegar todas as competências em matéria de estacionamento público, designadamente na instrução dos processos de contraordenação e na decisão do processo e aplicação de coimas e custas.

Os municípios podem delegar nas comunidades intermunicipais, através da celebração de contratos interadministrativos, desde logo regulados no artigo 120.º do Regime Jurídico das Autarquias locais, as respetivas competências em matéria de serviços públicos, designadamente a prevista no art.º 27.º da Lei Quadro da Transferência de Competências para as Autarquias Locais, referente às competências nos procedimentos contraordenacionais rodoviários em matéria de estacionamento público;

Manifestaram interesse em delegar competências à CIM Médio Tejo, os Municípios, a saber: Abrantes, Alcanena, Constância, Ferreira do Zêzere, Mação, Sardoal e Vila Nova da Barquinha.

Para instrução dos processos de contraordenação, decisão do processo e aplicação de coimas e custas, a CIM Médio Tejo adquiriu uma Plataforma Informática de Gestão Integrada de Contraordenações.

Atualmente a CIM Médio Tejo, já está a instruir e tramitar os processos de contraordenação de acordo com os autos de contraordenação que chegam à CIM Médio Tejo enviados pelos agentes fiscalizadores, designadamente a Polícia de Segurança pública, Guarda Nacional Republicana e Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (ANSR).

Com o objetivo de tornar a tramitação dos processos mais célere a CIM Médio Tejo está a estabelecer ligação através de uma ligação informática com o município de Constância, para que aquela possa aceder à informação dos autos de contraordenação através da ANSR, de uma forma mais rápida e não ter de aguardar que as entidades Fiscalizadores enviem para a ANSR, esta remeta posteriormente para as entidades fiscalizadores e só posteriormente o envio para a CIM Médio Tejo.

ECONOMIA CIRCULAR NA REGIÃO DO MÉDIO TEJO COMPRAS PÚBLICAS CONJUNTAS

Subprojeto nº17.4

Pretende-se dar continuidade à implementação de iniciativas que vão ao encontro do Plano Intermunicipal para a Economia Circular na região do Médio Tejo elaborado, no ano de 2019, que assenta nos seguintes eixos de atuação em matéria de economia circular:



Dada a definição e a elaboração da Estratégia para o Desenvolvimento Territorial da Região do Médio Tejo para o período de programação comunitária 2021-2027, a Economia Circular foi explanada como um dos objetivos específicos da Estratégia da Região do Médio Tejo, para o período de programação comunitária 2021-2027, pelo que se ambiciona dar continuidade à inclusão de critérios de circularidade nos Acordos Quadro a desenvolver em 2026, e promover junto das Entidades Aderentes da Central de Compras da CIM Médio Tejo a aplicação de critérios de circularidade nas suas aquisições, bem como, adoção de boas práticas da economia circular.

A CIM Médio Tejo, subscreveu no ano de 2024, a 2ª edição do Pacto Institucional para a Valorização da Economia Circular (Pacto) da CCDR Centro, pelo que no ano de 2026, continuar-se-á a desenvolver as seguintes iniciativas contratualizadas:

- 1) Elaborar Plano de gestão dos resíduos de construção e demolição (RCD's)
- 2) Desenvolver procedimento de contratação pública de resposta à receção, tratamento e valorização dos RCD's
- 3) Preparar/ Desenvolver ações de sensibilização e envolvimento social em matéria da gestão dos resíduos de construção e demolição

JULGADOS DE PAZ

Subprojeto nº17.5

A Lei n.º 78/2001/, de 13 de julho veio regular a Organização, Competência e Funcionamento dos Julgados de Paz e a tramitação dos processos bem, como da sua competência, sendo a mesma alterada pela Lei n.º 54/2013, de 31 de julho.

A atuação dos Julgados de Paz é vocacionada para permitir a participação cívica dos interessados e estimular a resolução de litígios por acordo das partes, tendo como princípios orientadores o da Simplicidade, Adequação, Informalidade, Oralidade e Economia Processual.

Algumas das vantagens do recurso a Julgados de Paz relacionam-se com o facto de estes serem um meio alternativo de resolução de litígios, com apenas 1% de recursos, os custos serem muito inferiores, o tempo de resolução dos litígios ser muito inferior e ser uma Jurisdição optativa, no entanto obrigatória para o demandado.

A criação de um Julgado de Paz com competência ao nível do território abrangido pelos municípios do Médio Tejo, vai permitir servir melhor as populações desta região, dotando-as de um serviço de justiça de proximidade, apto a solucionar conflitos, que, a manterem-se poderão contribuir para uma deterioração da paz social

No que respeita à Organização e Funcionamento dos Julgados de Paz, estes podem dispor de uma ou mais secções, que devem dispor de um serviço de atendimento e um serviço de apoio administrativo, podendo os mesmos ser comuns às secções existentes. Os Julgados de Paz não têm quadro de pessoal.

- **Criação dos Julgados de Paz**

A Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto (Lei-quadro da transferência de competências para as Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, no artigo 35º estatui, que, é da competência dos municípios e dos órgãos das entidades intermunicipais a elaboração de propostas para a definição da rede de Julgados de Paz, ex vi alínea c) do artigo 2.º do decreto-Lei n.º 101/2018 de 29 de novembro (diploma setorial)

O Processo Administrativo de criação e instalação do Julgado de Paz obedece a algumas formalidades das quais se destacam:

- Deliberação do Conselho Intermunicipal para a criação e instalação do Julgado de Paz;
- Deve essa deliberação ser posteriormente enviada à Secretaria de Estado da Justiça; Direção Geral da Política de Justiça;
- Todo o processo é desenvolvido entre a Comunidade Intermunicipal e a Direção Geral da Política de Justiça

Neste sentido, e por forma a dar início à instalação dos Julgados de Paz na Região do Médio Tejo, foi aprovado na reunião do Conselho Intermunicipal de 25.07.2024, a sua criação.

Posteriormente a este ato de aprovação da criação dos Julgados de Paz para a Região do Médio Tejo a CIM Médio Tejo encetou contactos com o Ministério da Justiça e respetiva Secretaria de Estado que tutela esta matéria, no qual manifestou o seu interesse na criação dos Julgados de Paz com competência territorial ao nível da sua região, estando a aguardar pela comunicação do referido Ministério e assim poder-se avançar com a sua criação e implementação.

SISTEMA INTEGRADO DE SEGURANÇA, HIGIENE E SAÚDE NO TRABALHO NO MÉDIO TEJO

PROJETO N.º 18

Horizonte temporal: 2017-2029

Investimento 2026: 72.600,00€

SAÚDE NO TRABALHO NO MÉDIO TEJO

Subprojeto n.º18.1

As atividades a desenvolver no âmbito deste subprojeto contemplam:

- ✓ Visitas aos locais de trabalho;

- ✓ Consultas médicas, realização de exames complementares de diagnóstico e preenchimento de fichas de aptidão;
- ✓ Apresentação de um relatório de progresso trimestral;
- ✓ Recolha de dados e sua organização para se obter elementos estatísticos relativos à saúde no trabalho.

SEGURANÇA E HIGIENE NO TRABALHO NO MÉDIO TEJO

Subprojeto nº18.2

As atividades a desenvolver no âmbito deste subprojeto contemplam organização de documentos, relatórios, estatísticas dos acidentes de trabalho e sinistralidade, extintores, auditorias técnicas, ações de formação, e as demais incumbências da SHT.

Para o ano de 2026, prevê-se que a CIM Médio Tejo, dê continuidade à segurança e higiene no trabalho, nos termos legais em vigor.

PREVENÇÃO E CONTROLO DA LEGIONELLA NO MÉDIO TEJO

Subprojeto nº18.3

A prevenção e o controlo da bactéria *Legionella* é assegurada por planos de prevenção e controlo, e a elaboração desses planos deve basear-se numa análise de risco, a qual observa, os aspetos legais constantes na Lei nº 52/2018.

Os Planos devem manter-se atualizados e serem revistos sempre que necessário em face de uma análise de risco, em 2024, a CIM Médio Tejo em articulação com um conjunto de municípios aderentes, definiram uma estratégia integrada para a elaboração dos planos de prevenção e controlo da *Legionella*, pelo que em 2026 prevê-se a criação de condições para a implementação dos planos de prevenção elaborados.

MEDIDAS DE AUTOPROTEÇÃO

Subprojeto nº18.4

No âmbito da aceitação/ transferência de competências para as Autarquias Locais, nomeadamente nas áreas da Educação e Saúde, os municípios da região do Médio Tejo têm sido confrontados de que não existem quaisquer Medidas de Autoproteção | Planos de Emergência dos Edifícios transferidos para a esfera municipal, pelo que a situação carece de regularização célere, dado que em caso de risco e/ou ocorrência de acidentes graves ou catástrofes, a responsabilidade pelo facto da inexistência de Planos de emergência será imputada, à data de hoje, aos municípios.

Neste sentido, e perante a preocupação de tal facto da inexistência de Medidas de Autoproteção | Planos de emergência em edifícios que são agora da responsabilidade dos municípios, face à aceitação/ transferência de competências, foi efetuada uma auscultação/ diagnóstico de situações igualmente existentes nos vários municípios do Médio Tejo, por forma a avaliar a pertinência de desenvolvimento de um procedimento de contratação pública conjunto para regularização das mesmas, pelo que no ano de 2026 será desenvolvido, pela CIM Médio Tejo, no sentido de encontrar maiores economias de escala, um procedimento de contratação pública neste sentido para regularizar as situações de inconformidades verificadas.

Os planos de emergência de proteção civil são documentos formais nos quais as autoridades de proteção civil, nos seus diferentes níveis, definem as orientações relativamente ao modo de atuação dos vários organismos, serviços e estruturas a empenhar em operações de proteção civil. Os planos de emergência de proteção civil são, assim, documentos desenvolvidos com o intuito de organizar, orientar, facilitar, agilizar e uniformizar as ações necessárias à resposta. Como tal, deverão permitir antecipar os cenários suscetíveis de desencadear um acidente grave ou

catástrofe, definindo, de modo inequívoco, a estrutura organizacional e os procedimentos para preparação e aumento da capacidade de resposta à emergência. A ativação de um plano de emergência de proteção civil visa assegurar a colaboração das várias entidades intervenientes, garantindo a mobilização mais rápida dos meios e recursos afetos ao plano e uma maior eficácia e eficiência na execução das ordens e procedimentos previamente definidos. A eficaz gestão de uma situação de emergência de proteção civil só é possível através de um bom planeamento e deve ter por base um plano de emergência simples, flexível, dinâmico, preciso e adequado às características locais. Por outro lado, o seu conteúdo não pode assumir-se como irrevogável, devido às constantes mudanças sociais, geográficas, técnicas, logísticas e mesmo operacionais, as quais terão de ser constantemente refletidas no documento, numa lógica de melhoria contínua. Os critérios e as normas técnicas para a elaboração e operacionalização de planos de emergência de proteção civil, independentemente da sua finalidade e âmbito territorial, são fixados pela Resolução n.º 30/2015, de 7 de maio, da Comissão Nacional de Proteção Civil (CNPC).

GESTÃO DA FORMAÇÃO NO MÉDIO TEJO

PROJETO N.º 19

Horizonte temporal: 2023-2030

Investimento 2026: 125.936,00 €

A CIM Médio Tejo é uma entidade formadora certificada pela Fundação FEFAL - Fundação para os Estudos e Formação nas Autarquias Locais e ministra formação para os trabalhadores dos seus municípios associados, bem como, para os trabalhadores da própria CIM Médio Tejo.

Com o desenvolvimento da sua atividade formativa, a CIM Médio Tejo pretende continuar a contribuir, de forma decisiva, para a construção de uma cultura de formação e valorização profissional capaz de promover a qualificação dos trabalhadores da Administração Local da Região do Médio Tejo, dando resposta às necessidades sentidas pelos trabalhadores municipais aquando o desenvolvimento das suas atividades em contexto de trabalho. Desta forma, através do investimento direto no crescimento pessoal, profissional e organizacional das pessoas, pretende-se contribuir, de forma indireta, para o aumento da competitividade regional.

A atividade formativa levada a cabo pela CIM Médio Tejo, que visa a melhoria das competências pessoais e profissionais dos trabalhadores da Administração Local é definida e construída através da auscultação das necessidades municipais, pretendendo-se alcançar os seguintes objetivos:

- ✓ aumentar a qualificação, assumindo a formação como um dos fatores críticos de sucesso para a modernização da Administração Pública, mediante a qualificação de dirigentes e trabalhadores;
- ✓ potenciar a qualificação dos recursos humanos e que a formação se assuma como uma ferramenta potenciadora de melhoria de capacidades e ganhos ao nível do desempenho profissional;
- ✓ definir estratégias conjuntas para apresentação de candidaturas no âmbito do Fundo Social Europeu;
- ✓ promover a integração dos jovens no mercado de trabalho, designadamente dos recém-licenciados em áreas de interesse para a CIM Médio Tejo; e
- ✓ fomentar a troca de experiências dos trabalhadores de várias áreas dos Municípios Associados e CIM Médio Tejo, para resolução de algumas dificuldades encontradas em ambiente de trabalho.

FORMAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL DO MÉDIO TEJO

Subprojeto nº 19.1

O desenvolvimento de ações de formação aos trabalhadores da Administração Local da Região do Médio Tejo constitui uma das atividades da CIM Médio Tejo, sendo que para o efeito é necessário a definição de um Plano de Formação estruturante, capaz de responder às necessidades sentidas pela CIM Médio Tejo e pelos seus municípios.

Foi submetida a 28 de março de 2025 uma candidatura ao Aviso CENTRO20230-2024-39 no sentido de obter financiamento para a sua atividade formativa, a qual teve a sua decisão de aprovação a 18 de agosto de 2025, denominada por Formação dos Trabalhadores da Administração Pública Local na Região do Médio Tejo, com os seguintes valores:

- ✓ Custo Total Elegível: 740 815,06€
- ✓ Fundo | Taxa de cofinanciamento FSE+ de 85%: 629 692,80€

As ações de formação aprovadas em sede de candidatura foram:

Área de Formação	Ação de Formação	Carga Horária	N.º de Ações	Total Carga Horária
Administração Autárquica	Competências para reorganização e inovação nos serviços públicos	21	2	42
Imagem, Atendimento e Protocolo	Gestão de redes sociais e novas formas de comunicação	21	2	42
	Técnicas de Atendimento ao Público	14	2	28
	Marketing Digital Territorial	14	1	14
Gestão de Projetos	Submissão pedidos pagamento/ Balcão dos Fundos	14	2	28
	Financiamento, Organização e Montagem de Candidaturas a Outros Programas de Financiamento	21	2	42
	Financiamento, Organização e Montagem de Candidaturas a Fundos Comunitários	21	2	42
	Regras de Publicitação e Divulgação de Projetos Financiados por Fundos Comunitários	14	2	28
	Gestão de projetos e candidaturas	21	2	42
	Princípio DNSH "Do No Significant Harm" O princípio de 'não prejudicar significativamente'	7	4	28
Gestão Financeira e Contabilidade Autárquica	Responsabilidade Financeira na Contratação Pública	14	3	42
	O Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) nos Municípios	14	2	28



	Contabilidade Pública Contabilidade de Gestão	14	2	28
	Contabilidade Orçamental	14	3	42
	Contabilidade de Custos	14	2	28
	Consolidação de Contas	14	2	28
	Lei 75/2013, de 12 de setembro O Regime Jurídico das Autarquias Locais	14	2	28
	Regime de IVA aplicável à Administração Pública Local	14	2	28
	Administração Financeira e Património	14	2	28
Gestão das Pessoas	SIADAP Decreto-Lei n.º 12/2024, de 10 de janeiro	14	2	28
	SIADAP Gestão por Objetivos	14	2	28
	SIADAP Acompanhamento e Avaliação	14	2	28
	Gestão de Equipas	21	2	42
	Entrevista de Avaliação de Competências	21	1	21
	Lei 7/2009 de 12 de fevereiro Código do Trabalho	14	2	28
	A Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas em Articulação com os Novos Diplomas Legais com Impacto Remuneratório	21	2	42
	Curso Dirigentes	160	1	160
	Dinâmica de Grupos/Equipas	14	2	28
Direito Administrativo	Código do Procedimento Administrativo CPA	14	2	28
	Código dos Contratos Públicos	14	3	42
	Código dos Contratos Públicos Elaboração de Cadernos de Encargos	14	3	42
	Código dos Contratos Públicos Análise de Propostas	14	3	42
	Código dos Contratos Públicos Revisão de Preços	14	3	42
	Código dos Contratos Públicos Gestão e Fiscalização de Empreitadas	14	3	42



	Gestor do Contrato – Artigo 290-A do CCP Competências do Gestor de Procedimento	14	2	28
	Novo Regime do Projeto de Execução (Portaria n.º 255/2023) e o seu Impacto nas Empreitadas de Obras Públicas	14	2	28
	Revisão de preços das empreitadas de obras públicas, de obras particulares e de aquisição de bens e serviços Dec. Lei 06/2004 alterado pelo Decreto-Lei n.º 73/2021, de 18 de agosto	14	2	28
	Erros e Omissões, Trabalhos Complementares e Alterações Contratuais nos Contratos de Empreitadas de Obras Públicas	14	2	28
	Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais no Território Continental	14	2	28
	Decreto Lei 102-D/2020, de 10 de dezembro Regime Geral de Gestão de Resíduos	14	1	14
	Decreto Lei n.º 75/2015, de 11 de maio Licenciamento Único Ambiental	14	2	28
	Regime Jurídico da Proteção de Dados RJPD	21	2	42
	Regime Geral de Prevenção da Corrupção	21	2	42
	Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional (REN) e assuntos relacionados	14	1	14
Gestão Cultural e Desenvolvimento Sócio-Cultural	Produção e programação cultural	14	2	28
	Gestão de Organizações e Projetos Culturais	14	2	28
	Planeamento Estratégico em Organizações Culturais	14	2	28
	Programas e Instrumentos de Financiamento da Cultura	14	2	28
	Conceção, Desenho e Desenvolvimento de Projetos Culturais	14	2	28
	Estatuto Profissional da Cultura	7	1	7
Mobilidade / Transportes	Comunicação de ofertas de transportes públicos	14	1	14
	Gestão de Parques de Estacionamento	14	1	14
	Gestão de Frota	14	1	14
Gestão Territorial e Urbanismo	SIMPLEX do Urbanismo Decreto-Lei n.º 10/2024	14	3	42
	Contraordenações (e embargos)	14	2	28



	Planeamento e Ordenamento do Território	14	2	28
	Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril Licenciamento Zero	14	2	28
	SIR Sistema de indústria responsável	14	2	28
	Desempenho Energético em Edifícios de Habitação	14	2	28
	Acessibilidades Quadro Legislativo, Regulamentar e Normativo de Segurança	21	2	42
	Regime Jurídico de acesso e exercício a atividades de comércio, Serviços e Restauração Indústria, Licenciamentos e Segurança de instalações RJACSR	14	2	28
	Reabilitação Urbana Novo regime	14	3	42
	Arrendamento Acessível Habitação a custos controlados	14	1	14
	Novo Regime de Obras Coercivas	14	2	28
Gestão, Planeamento e Promoção Turística	Desenvolvimento e comunicação de produtos turísticos	14	2	28
	Inglês Avançado Na ótica de atendimento ao público	21	2	42
	Francês Iniciação Na ótica de atendimento ao público	21	2	42
	Inglês Iniciação Na ótica de atendimento ao público	21	2	42
	Regime Jurídico dos Empreendimentos Turísticos	14	2	28
Arquivos	Arquivística	14	2	28
	MyDoc na vertente do Serviço de Arquivo	32	2	64
	Portaria n.º 112/2023 Aprova o Regulamento para a Classificação e Avaliação da Informação Arquivística da Administração Local	7	2	14
	Preservação Digital	14	2	28
	Acesso à informação LADA	14	2	28
Segurança e Higiene no Trabalho	Coordenação de Segurança em Projeto e Obra	14	1	14
	Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho Quadro Legislativo, Regulamentar e Normativo	7	2	14



Sistemas de Informação Geográfica	Formação SIG/ QGIS	14	2	28
	Integração e disponibilização de informação geográfica Online em ArcGis	7	2	14
	Introdução aos SIG, ArcGIS e ArcGIS Pro Fluxos de Trabalho Essenciais	7	2	14
	Recolha e Gestão de Dados com o ArcGIS	16	2	32
Modernização Administrativa Sociedade de Informação e Inovação	Excel Iniciação	21	3	63
	Excel Avançado	21	3	63
	Planos de Trabalhos em Microsoft Project	21	2	42
	Word Iniciação	14	1	14
	Word Avançado	21	2	42
	Novas Tecnologias da Comunicação	14	2	28
	MyDoc MGD em geral	14	10	140
	CYPECAD Cálculo de Estruturas de Edifícios	21	1	21
	CYPE 3D METAL	21	1	21
	Autocad 3 D Profissionais e Atualizações	36	1	36
	Administração de Sistemas Híbridos Microsoft	7	1	7
	Desenvolvimento e programação de APPs Mobile (Android/iOS)	7	1	7
	Noções Básicas de Cibersegurança	7	9	63
	Adobe Acrobat Formulários, segurança e assinaturas digitais	21	1	21
	Formação certificada em Adobe Indesign (nível avançado)	18	1	18
	Formação certificada em Adobe Illustrator (nível avançado)	18	1	18
	Formação certificada em Adobe After Effects nível médio Avançado	28	1	28
	CHAT GPT	7	2	14



	Power Point	7	1	7
	Introdução à Inteligência Artificial	28	2	56
	Power Bi Elaboração de Dashboards Nível 1	14	2	28
Ação Educativa e Educação	Boas práticas no relacionamento com crianças NEE	35	2	70
	Gestão da transferência de competências O novo quadro de competências na gestão do sistema educativo	14	2	28
	Organização de serviços de Apoio à Família e Complementares à Educação Formal	14	3	42
	Educação Alimentar em Meio Escolar	14	2	28
Ação Social	Técnico de Apoio à Vítima TAV	90	2	180
	Estatuto de Cuidador Informal	21	2	42
	Estatuto do Maior Acompanhado	21	2	42
	Prestações sociais e respetivos Enquadramentos legais	7	2	14
	Competências Multiculturais	7	2	14
	Francês Iniciação Na ótica de atendimento ao público	21	2	42
	Inglês Iniciação Na ótica de atendimento ao público	21	2	42
	Competências no âmbito do género e igualdade de oportunidades	14	2	28
	Desenho de Planos Intermunicipais de Combate à Pobreza	60	1	60
	Atendimento e Intervenção com famílias	7	2	14
	Avaliação e Gestão de Risco	14	2	28
Gestão de Infraestruturas Desportivas	Gestão de Instalações Desportivas	40	1	40
Proteção Civil	Floresta Urbana Gestão, Manutenção e Avaliação do Risco	38	1	38
	Avaliação e Reabilitação Sísmica de Edifícios Microcredenciação	15	1	15
	Comunicações no âmbito da proteção civil	25	1	25

	Gestão de ocorrências	14	1	14
	Fogo controlado/supressão	7	1	7
	Formação na Área Específica de SCIE para Elementos dos Corpos de Bombeiros	90	1	90
	Gestão otimizada de espaços verdes, escolha de plantações adequadas	21	2	42
Sustentabilidade e Instrumentos de Gestão Ambiental	Agenda 2030 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e Pacto Ecológico Europeu	14	2	28
	ISO 37120 Comunidades sustentáveis	55	2	110
Qualidade	Implementação de Sistemas Gestão da Qualidade segundo a norma ISO 9001	50	1	50
	Controle de Qualidade de Pavimentos Rodoviários	28	1	28
Total			253	4422

Com a implementação da presente candidatura, pretende-se alcançar os seguintes objetivos:

- ✓ Aumentar a qualificação, assumindo a formação como um dos fatores críticos de sucesso para a modernização da Administração Pública Local, mediante a qualificação de eleitos, dirigentes e trabalhadores;
- ✓ Potenciar a qualificação dos recursos humanos e que a formação se assuma como uma ferramenta potenciadora de melhoria de capacidades e ganhos ao nível do desempenho profissional, fomentando a criatividade, a inovação, o espírito de iniciativa, o espírito crítico e a qualidade dos recursos humanos da Administração Pública Local;
- ✓ Definir estratégias conjuntas para desenvolvimento profícuo das competências dos recursos humanos no seu contexto de trabalho;
- ✓ Fomentar a troca de experiências dos recursos humanos de várias áreas da Administração Pública Local, para resolução de dificuldades encontradas em ambiente de trabalho.
- ✓ Contribuir para a eficiência, a eficácia e a qualidade dos serviços, nomeadamente no contexto das transições digital e climática;
- ✓ Modernizar a CIM Médio Tejo e os seus onze municípios associados interligando o desenvolvimento de competências com a melhoria das práticas de gestão, de tecnologia e de qualidade, articulando as três principais dimensões de intervenção: pessoas, organização e tecnologia;
- ✓ Dar continuidade à criação de redes de cooperação permanentes e fomentar a inovação e a utilização de “boas práticas”;
- ✓ Gerar massa crítica e competências transversais, para além do horizonte do financiamento desta candidatura;
- ✓ Demonstrar e disseminar os resultados e as “boas práticas”;
- ✓ Alterar a “cultura organizacional” das instituições para melhor servir os cidadãos e as empresas, contribuindo para a eficiência, a eficácia e a qualidade dos serviços;
- ✓ Otimizar e simplificar os processos e criar sinergias intermunicipais e municipais;
- ✓ Otimizar os tempos de resposta da Autarquia, eliminando fluxos, circuitos inúteis e trabalho duplicado;

- ✓ Garantir ganhos de eficiência administrativa e funcional;
- ✓ Promover uma maior produtividade humana, administrativa e técnica;
- ✓ Melhorar a qualidade do serviço público prestado;
- ✓ Desenvolver, monitorizar e implementar formas e meios com vista a medir e a avaliar o desempenho dos processos, da prestação dos serviços públicos e da satisfação dos utentes;
- ✓ Incrementar a competitividade ao nível local, regional e nacional.

ESTÁGIOS CURRICULARES E PROFISSIONAIS NO MÉDIO TEJO

Subprojeto nº19.2

Através dos estágios curriculares e profissionais a CIM Médio Tejo pretende contribuir para o aperfeiçoamento das competências socioprofissionais dos jovens quadros qualificados, através da frequência de um estágio em contexto real de trabalho, bem como facilitar a jovens licenciados, técnicos e técnicos profissionais um primeiro contacto com a vida ativa, proporcionando uma experiência de trabalho que se refletirá no seu currículo para o ingresso na integração no mundo do trabalho. Relativamente aos Estágios Profissionais, aguarda-se abertura de avisos de concurso neste âmbito para apresentação de candidaturas para a sua implementação.

SEMINÁRIOS, WORKSHOPS E REUNIÕES TEMÁTICAS NO MÉDIO TEJO

Subprojeto nº19.3

A dinamização de seminários, workshops e reuniões temáticas, é uma das formas que a CIM Médio Tejo tem desenvolvido para se encontrar novas formas de partilha de conhecimento e discussão/reflexão entre os trabalhadores da Administração Local da Região do Médio Tejo. De facto, trata-se, igualmente, de uma forma de motivar o encontro entre os vários trabalhadores das Autarquias Locais, para que possam debater, confrontar e procurar soluções a problemas concretos da sua atividade laboral, encontrar métodos de trabalho coesos a toda a Região e partilhar experiências para que possam fazer face à complexidade e aos desafios decorrentes do desenvolvimento das suas atividades.

SMART REGION | TERRITÓRIO INTELIGENTE

PROJETO Nº 20

Horizonte temporal: 2020-2030

Investimento 2026: 2.515.801,00 €

- SMART REGION OVT

Reconhecendo que a área geográfica correspondente ao território das Comunidades Intermunicipais da Lezíria do Tejo, do Médio Tejo e do Oeste apresenta uma identidade própria, com dinâmicas relevantes na esfera de articulação com a Região de Lisboa e Vale do Tejo e, simultaneamente, constatando a relevância, papel e condições que as Intervenções Integradas de Base Territorial criam para o desenvolvimento regional, o Governo, através dos ministros responsáveis pelas áreas da Coesão Territorial, Planeamento e Modernização do Estado e da Administração Pública e as Comunidades Intermunicipais da Lezíria do Tejo, do Médio Tejo e do Oeste, estabeleceram um memorando de entendimento visando o desenvolvimento de um contrato programa que pretende alcançar os seguintes objetivos:

- ✓ Desenvolver uma Estratégia Integrada para a área geográfica correspondente ao território das Comunidades Intermunicipais da Lezíria do Tejo, do Médio Tejo e do Oeste;

- ✓ Identificar, consensualizar e agilizar as condições de operacionalização e financiamento de um conjunto de projetos que se revelem indispensáveis e, por isso, estruturantes para a concretização da Estratégia acima referida; e
- ✓ Agilizar e incentivar a criação e desenvolvimento de mecanismos de confiança e parceria, em particular entre as entidades da administração pública central e da administração pública local, que possam vir a permitir a médio prazo, novas soluções de organização territorial mais robustas.

Neste sentido, e no âmbito da Intervenção Integrada de Base Territorial da Lezíria do Tejo, Médio Tejo e Oeste encontram-se foram definidas Agendas Estratégicas, em que uma delas assenta numa “Região Digital e de Inteligência Territorial”, englobando um conjunto de ações que visam a transição e a transformação digital da região e a conectividade associada às redes, pressupondo:

- ✓ a digitalização territorial ou horizontal, incluindo conceitos de *smart cities/regions*, de inteligência territorial e de sensorização do território;
- ✓ a digitalização das instituições, nomeadamente das empresas, das entidades públicas, das escolas e da proteção civil;
- ✓ a digitalização setorial, com destaque para a cultura e turismo e os transportes e mobilidade; e
- ✓ a modernização administrativa.

Nesta agenda está necessariamente incluído o investimento em infraestruturas tecnológicas, a dinamização de redes digitais e a promoção de um ecossistema atrativo para empresas tecnológicas.

Assim sendo, no ano de 2026, iniciar-se-ão os trabalhos com vista à implementação do Plano de ação constante no Acordo Celebrado entre as Autoridades de Gestão do Programas Regionais Alentejo2030 e Centro 2030 e as CIM's Oeste, Lezíria do Tejo e Médio Tejo, que consiste, na materialização das prioridades de desenvolvimento territorial ligadas à transição digital e digitalização territorial, dado que esta dimensão goza de transversalidade entre as 3 NUT's III, nomeadamente naquilo que respeita à utilização da tecnologia e da inteligência artificial para aprofundar os processos de tomada de decisão das políticas regionais e locais, assim como proporcionar experiências cada vez mais interativas aos cidadãos. A modernização administrativa também é uma temática transversal e comum a toda a administração pública, porquanto urge a introdução de mecanismos cada vez mais eficientes e responsivos perante as necessidades dos cidadãos no acesso aos serviços públicos. Neste contexto, a digitalização dos serviços públicos assume particular prioridade.

Neste sentido, e aguardando-se pela abertura do aviso de concurso à data de elaboração do presente documento, promover-se-á, no ano de 2026, o início da execução do projeto da Smart Region OVT que assenta na prossecução do tratamento de dados em sistemas de informação geográfica, de forma a criar um sistema agregado do ecossistema de pessoas, projetos e recursos para apoiar a construção de territórios mais resilientes e sustentáveis.

O tratamento de informação integrado, através de plataformas interoperáveis entre si, permitirá o desenvolvimento de novas dinâmicas de crescimento no território das Comunidades Intermunicipais da Lezíria do Tejo, do Médio Tejo e do Oeste, apoiado nas várias vertentes como seja na transição energética, crescimento digital, economia circular, agroalimentar, mobilidade, entre outras.

- TERRITÓRIO INTELIGENTE | MÉDIO TEJO ONLINE 2030

A estratégia de modernização administrativa levada a cabo pela Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo e dos seus 11 municípios além de continuar na desmaterialização, disponibilização e prestação de serviços públicos digitais, reforçando, igualmente, a disponibilidade e o fomento da utilização de serviços em rede da Administração Pública e melhorando a sua eficiência com a integração de soluções atualizadas e reforço de novas funcionalidades às já existentes, pretende acelerar a transformação digital na gestão operacional dos municípios, no planeamento e desenvolvimento territorial inteligente. De facto, esta estratégia só será possível, com a implementação de novas formas de governabilidade, promoção de mais ganhos de escala, reduzindo custos, efetuando a devida gestão da mudança face aos serviços públicos, atualmente disponibilizados e a disponibilizar no futuro. Assim sendo, a estratégia desenvolvida a partir do ano de 2025, pretende estar alinhada com a ENTI (Estratégia Nacional de Territórios Inteligentes). A Estratégia Nacional para os Territórios Inteligentes (ENTI), aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 176/2023 de 18 de dezembro de 2023, é um referencial para acelerar a transformação digital na gestão operacional dos municípios, no planeamento e desenvolvimento territorial inteligente. A ENTI obedece a um quadro de referência conceptual e metodológico que integra, de forma holística, os vários blocos de análise de um ecossistema Territórios Inteligentes e sistematiza a visão global definida para a ENTI, assentando nas seguintes áreas:

- ✓ Ambiente
- ✓ Economia
- ✓ Governança
- ✓ Mobilidade
- ✓ Qualidade de Vida
- ✓ Sociedade

Esta estratégia pretende promover a partilha de recursos, dados e conhecimentos a nível municipal, regional e nacional, através de uma comunidade aberta, onde as barreiras administrativas não são uma restrição e a tecnologia é um facilitador para decisões mais eficientes, sustentáveis e facilitadoras da vida dos cidadãos. Complementarmente, pretende-se promover o financiamento de plataformas que se destinam ao maior número possível de municípios, privilegiando as candidaturas das CIM ou Áreas Metropolitanas.

Encontrou-se a decorrer o prazo para apresentação de candidaturas até ao dia 15 de novembro de 2024, o Aviso de Concurso N.º 01/C19-i08/202 que tem como objetivo financiar a aquisição e desenvolvimento de novas PGU, a evolução das existentes e ainda a aquisição de plataformas verticais de suporte à atividade da Administração Pública Local. A CIM Médio Tejo submeteu a candidatura Médio Tejo + Inteligente, dentro do prazo, com o objetivo de promover a implementação de uma Plataforma de Gestão Urbana (PGU), por forma a permitir a integração de diferentes fontes de dados referentes ao território, nomeadamente dados em bruto e em tempo real provenientes de diversos sistemas, como plataformas verticais, ou fontes externas de dados e sensores. As PGU permitem também fazer a monitorização desses dados (ex.: criando alarmística) e disponibilizar informação de suporte à decisão aos seus diferentes tipos de utilizadores. No dia 05.02.2025, a CIM Médio Tejo foi notificada da proposta de decisão de aprovação da candidatura, com um valor de investimento financiado de 1.641.000,00€ (Taxa de financiamento de 100%).

Os verticais propostos e aprovados são os seguintes:

CIM Médio Tejo – Verticais Estratégicas

1. Mobilidade Inteligente
 - Gestão dos Transportes e Estacionamento
2. Turismo Inteligente
 - Fluxo de Pessoas e Turistas
3. Ambiente e Proteção Civil
 - Monitorização do Ambiente e Proteção Civil

Municípios – Verticais Operacionais

1. Eficiência Energética dos Edifícios Públicos Municipais e Iluminação Pública
2. Gestão dos Apoios Sociais
3. Gestão de Ativos – Equipamentos públicos, acesso a multibancos, casas-de-banho públicas, entre outros, utilizando a georreferenciação
4. Rega Inteligente
5. Gestão de Resíduos Urbanos
6. Saúde e Bem-Estar inteligente – monitorização da população idosa isolada
7. Gestão de ocorrências na perspetiva da gestão dos equipamentos públicos, como por exemplo, as infraestruturas escolares
8. Monitorização da qualidade de ar no interior dos edifícios

De acordo com os marcos e metas relevantes para comprovar a execução do PRR, e conforme constante no Aviso de concurso, a execução física do projeto tem de ser até 31 de março de 2026, sendo que a sua execução financeira poderá ser até 30 de junho de 2026, com a apresentação de todas as faturas e despesas até esta data.

Face ao exposto, no ano de 2026, no âmbito da ENTI, a CIM Médio Tejo e os seus municípios promoverão a conclusão do projeto, financiado pelo PRR, que fomentará a implementação de Plataformas de Gestão Urbana (PGU) que são peças essenciais para que a administração pública local tenha, cada vez mais, os seus processos de decisão suportados em dados.

- DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS DE GESTÃO TERRITORIAL

O subprojeto visa implementar/dar continuidade ao Sistema de Gestão de Informação das dinâmicas territoriais, hoje, numa sociedade cada vez mais “web”, com a disponibilização de diferentes ferramentas e recursos online, o acesso a ferramentas e serviços online assume muita importância, em que os dados essencialmente geográficos revestem-se de elevada relevância nas tomadas de decisão.

Assim, pretende-se que os serviços online da plataforma implementada se mantenham disponíveis (exemplo: plantas de localização online, discussão pública de planos, faixas de gestão de combustíveis, gestão do arvoredo urbano, no apoio em reuniões do grupo de trabalho, como por exemplo no apoio da Comissão Sub-regional do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (SGIFR) no âmbito da elaboração do Programa Sub-regional de ação da região do Médio Tejo, entre outras) permitindo a disponibilização de ainda mais informação, indo totalmente de encontro ao reforço da disponibilidade e fomento da utilização de serviços em rede da Administração Pública e melhorar a sua eficiência, sendo que se prevê, em 2026, em função do crescente aumento do número de utilizadores internos da CIM Médio Tejo e municípios uma revisão à necessidade de adaptação do projeto.

Neste contexto pretende-se garantir a sustentabilidade da plataforma de sistema de informação geográfica, de salientar que desde o ano de 2019 foram solicitadas e emitidas através da plataforma online no Internet Data Center 928.960 plantas de localização, sendo que no ano de 2025 (até outubro) esse valor já ultrapassou as 165.000.

REDES DE TRABALHO

PROJETO Nº 21

Horizonte temporal: 2017-2030

- **Rede Intermunicipal de Bibliotecas Públicas:** Grupo de trabalho cooperativo criado com o objetivo de desenvolver projetos em parceria, trocar experiências e ensinamentos com o intuito final de consolidar os públicos existentes e atrair novos utilizadores das bibliotecas públicas.
- **Rede Museus do Médio Tejo:** Grupo de trabalho que integra museus, núcleos museológicos, coleções visitáveis, centros interpretativos e sítios de cariz museológico/patrimonial, tutelados por entidades públicas, privadas e associativas da região do Médio Tejo, com o objetivo de estimular o trabalho em rede e promover a valorização e coesão do território.
- **Grupo de Trabalho de Turismo:** Plataforma de trabalho, de base intermunicipal, com vista a contribuir para a definição e operacionalização de estratégias no setor turístico para a região do Médio Tejo.
- **Grupo do hidrogénio:** A região vê com grande interesse a cooperação com outras regiões do hidrogénio e os Hydrogen Valley, visando aumentar a cadeia de valor e de consolidação da atração de investimento inovador, na cadeia de valor de hidrogénio. Neste contexto, foi criado o grupo de trabalho do hidrogénio, o qual pretende dinamizar a região do Médio Tejo enquanto Valley de Hidrogénio. Integram este grupo, para além da CIM Médio Tejo, vários parceiros, como sejam a CCDR Centro, o Instituto Politécnico de Tomar, o Instituto Politécnico do Portalegre, a MédioTejo21 – Agência Regional de Energia e Ambiente do Médio Tejo e Pinhal Interior Sul, a Rodoviária do Tejo, Associação Portuguesa para a promoção do hidrogénio, a Smartenergy, e a Endesa. As experiências resultantes do projeto UNLOCK, têm sido partilhadas no seio deste grupo.
- **Grupo do ambiente:** Este grupo surgiu da necessidade de dinamizar estratégias conjuntas em matéria do ambiente, como seja alinhar atuação no âmbito da mitigação e adaptação das alterações climáticas, promoção da economia circular, nomeadamente no que respeita à valorização dos resíduos, como por exemplo os RCD's – resíduos de construção e demolição, gestão do arvoredo urbano, entre outros. Fazem parte deste grupo de trabalho a CIM Médio Tejo e os representantes dos vários municípios, pontualmente alguns assuntos são partilhados/promovidos conjuntamente com outras entidades, como seja a APA – Agência Portuguesa do Ambiente.
- **Grupo Floresta e Proteção civil:** Este grupo surgiu da necessidade de dinamizar estratégias conjuntas em matéria de florestas e proteção civil, como seja articular procedimentos no que respeita à implementação do sistema de gestão integrada de fogos rurais na sub-região (SGIFR), articulação do plano de atividades das brigadas de sapadores florestais, combate à vespa velutina, entre outros. Fazem parte deste grupo de trabalho a CIM Médio Tejo e os representantes dos vários municípios designadamente Gabinetes técnicos florestais municipais e Coordenadores municipais de proteção civil, pontualmente alguns assuntos são partilhados/promovidos conjuntamente com outras entidades, como seja o ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, ANEPC – Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, por via do Comando Sub-Regional de Emergência e Proteção Civil.

- **Bit Talks no Médio Tejo: Conversas Informáticas** tem como objetivo fomentar e incentivar o contacto e a partilha de experiências entre as várias equipas de informáticos dos municípios, através da realização de um espaço de partilha através de encontros regulares, num ambiente informal, mas cheio de conteúdo, que favoreça o debate, análise, avaliação e discussão construtiva de vários temas no âmbito das competências e responsabilidades que nos dias de hoje as equipas e serviços informáticos têm nas organizações como os Municípios e CIM's. Neste sentido, o objetivo é que estes encontros sejam realizados ao longo do ano, num encontro de conversa, e que seja acolhido por um dos municípios da CIM Médio Tejo, sendo também o organizador a propor o tema a analisar e respetiva agenda, abrindo assim maior espaço ao debate aberto.
- **Cabinets de Apoio ao Investidor:** A dinamização desta rede de trabalho assenta na estratégia regional para garantir a atração, retenção e o desenvolvimento de investimentos no Médio Tejo. Procura a promoção da coordenação e integração de políticas públicas, dinamização de um apoio especializado e resposta rápida a possíveis investidores na região, promoção da competitividade assente na identificação de oportunidades. O objetivo é criar um ecossistema propício para investimentos sustentáveis, gerando crescimento económico e desenvolvimento na região do Médio Tejo.
- **Arquivos Municipais do Médio Tejo:** O Grupo de Trabalho (GT-AM) dos Arquivos Municipais do Médio Tejo, tem como objetivo discutir e partilhar experiências e desenhar metodologias de intervenção comuns para a salvaguarda da consulta da informação e preservação da mesma para o futuro, viabilizando-se assim, a definição de atividades estratégicas para a correta gestão documental dos serviços municipais e a consolidação dos Arquivos Municipais da região.
- **O Grupo de Trabalho dos Técnicos Municipais ligados à Ação Social:** foi responsável pela elaboração do Plano Intermunicipal de Desenvolvimento Social Integrado, encontrando-se atualmente em curso a sua atualização face aos novos desafios societais. Este grupo foca-se em várias áreas como:
 - ✓ Identificação de necessidades: avaliar as necessidades sociais da região do Médio Tejo;
 - ✓ Planeamento de ações concertadas: desenvolver programas e iniciativas na área social;
 - ✓ Mobilização de Recursos: desenvolver redes de trabalho e parcerias e avaliar recursos financeiros ou materiais, nomeadamente financiamento comunitário para implementação das medidas constantes no Plano Intermunicipal de Desenvolvimento Social Integrado;
 - ✓ Execução de Projetos: acompanhar e implementar as candidaturas aprovadas no âmbito do Portugal 2030, bem como analisar a eficácia e eficiência no que concerne à descentralização de competências na área social;
 - ✓ Avaliação e Monitorização dos resultados: medir a eficácia das ações realizadas e monitorizar os resultados alcançados.

Encontram-se ainda a ser dinamizadas as seguintes comissões:

- **Comissão de acompanhamento dos contratos de concessão de distribuição de eletricidade:** Esta Comissão foi constituída a 9 de janeiro de 2024, conforme acordo celebrado entre a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) e E-REDES – Distribuição de Eletricidade, S.A. celebrado, a 13 de dezembro de 2022, ao abrigo do disposto no nº 5 do artigo 285º do Decreto-Lei nº 15/2022, de 14 janeiro. Integram esta Comissão 4 representantes da E-Redes e 4 representantes dos municípios.
- **Comissão sub-regional de gestão integrada de fogos rurais do Médio Tejo:** Esta Comissão foi constituída a 17 de fevereiro de 2024, conforme o disposto no Decreto-Lei nº 82/2021, de 13 outubro e tem por objetivo dinamizar o funcionamento do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (SGIFR) ao nível



técnico e deliberativo da Sub-região. Integram esta Comissão, cerca de 36 entidades, o presidente da entidade intermunicipal (que preside), o coordenador regional da AGIF, I. P., um representante das Forças Armadas, os comandantes de destacamento da GNR com responsabilidade na sub-região, os comandantes territoriais da PSP com responsabilidade na sub-região, o comandante sub-regional da ANEPC, um representante da Liga dos Bombeiros Portugueses, o representante da gestão do fogo rural do ICNF, I. P., um representante da DRAP respetiva (CCDR), um representante dos serviços desconcentrados da DGAV, um representante de cada um dos municípios abrangidos, um representante por concessionário ou entidade gestora de serviços públicos de transporte e distribuição de energia elétrica, de transporte e de distribuição de gás, de comunicações e outros serviços de utilidade pública.

4.3 Projetos – Resumo das Atividades para 2026

Projetos e Subprojetos		Resumo das atividades para 2026
1. Catalisador Regional para a Inovação e Crescimento do Médio Tejo		
1.1	Promoção de Ecossistemas de Inovação no Médio Tejo Plataforma Territorial de Descoberta Empreendedora do Médio Tejo	Desenvolvimento de competências para a especialização inteligente, a transição industrial e o empreendedorismo, tendo como principal objetivo a concertação estratégica e coordenação de atores, numa lógica de descoberta empreendedora, procurando-se o fortalecimento de redes e de cadeias de valor locais, de forma inovadora, e que permita a sua valorização económica e social.
1.2	Ações coletivas de internacionalização	Dinamização de um conjunto de ações com implementação faseada e lógica, com grande foco na promoção da imagem e da oferta da região; na criação e atualização de ferramentas/guias/estudos que potenciem o aumento das exportações da Região; e na criação de redes de contacto para atrair possíveis importadores, subcontratadores e investidores.
1.3	CR INOVE - Catalisador Regional de Inovação da Região Centro para a Sub-Região do Médio Tejo	Minimização dos constrangimentos identificados na Estratégia para a Região Centro 2030, no domínio da inovação e competitividade; Potenciar e promover os recursos e competências existentes no domínio da Inovação na Região Centro;
1.4	Business Boost MT – Impulsionar Negócios com Futuro	Melhorar e promover a interação entre os produtores de conhecimento e tecnologia (entidades do sistema Estímulo e apoio ao empreendedorismo qualificado e inovador em quatro setores-chave (Agroalimentar e Recursos Endógenos, Valorização de Biocompostos, Sustentabilidade Ambiental e Energias Renováveis e Transformação Digital), identificados como estratégicos para a região e alinhados com as prioridades da RIS3 Centro
1.5	Zona Livre Tecnológica de Abrantes	Desenvolvimento de um plano de ação que, no contexto da criação da ZLT de Abrantes, permita o seu posicionamento como motor de investigação, desenvolvimento e experimentação, mas também enquanto elo chave na promoção da qualificação e capacitação, na atração de investimento para a região e na promoção da resiliência e coesão territorial.
2. Educação de Excelência no Médio Tejo		
2.1	PEDIME - Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal da Educação do Médio Tejo	Atividades intermunicipais, nomeadamente Correção da Acuidade Visual e Auditiva, Programa de Visitas de Estudo, Ciência Viva Médio Tejo, Mochila Cultural Médio Tejo, Programa de espetáculos de teatro, Encontros com Escritores contemporâneos, Experimenta + Ciência, Educação para a Transição Digital, Projeto Piloto Orientação e Desenvolvimento de Competências de Gestão de Carreira, PISA para as Escolas, Programa de Seminários, entre outras.
3. Saúde no Médio Tejo		
3.1	Unidades Móveis de Saúde no Médio Tejo	Após a aquisição de 13 viaturas ligeiras e elétricas para serem utilizadas como unidades móveis de intervenção precoce/ cuidados de saúde na Comunidade, pretende-se garantir o devido funcionamento das viaturas ao fim que foram afetas, através da locação financeira de baterias elétricas. Este projeto encontra-se em articulação com a ARSLVT e a ULS Castelo de Branco.
3.2	Estratégia Supramunicipal de Saúde Médio Tejo 2030	Definição da Estratégia Supramunicipal de Saúde (ESS) enquanto instrumento de planeamento estratégico vital e essencial para garantir que a CIM Médio Tejo do Médio Tejo cumpra as suas obrigações legais de promoção de uma abordagem coordenada e eficaz à saúde pública a nível supramunicipal, homologada com as diretrizes nacionais e regionais.
3.3	Valorização e Salvaguarda da Dieta Mediterrânica no Médio Tejo	Acompanhamento das ações locais na dinâmica da Literacia Alimentar & Dieta Mediterrânica no Médio Tejo. Apoio na dinamização da Estratégia para Valorização e Salvaguarda da Dieta Mediterrânica Região de Lisboa e Vale do Tejo, conforme Plano de Ação.
4. Médio Tejo Inclusivo		
4.1	Plano Intermunicipal de Desenvolvimento Social e Sustentável Integrado	Continuidade aos trabalhos de atualização do Plano que se consubstancia no planeamento estratégico com os Municípios e Parceiros, avaliando-se a todo o tempo eventuais oportunidades de financiamento que possibilitem avançar com as iniciativas conjuntas constantes no mesmo, eventualmente através de apoios financeiros que possam a vir a ser colocados à disposição no âmbito do PRR e do Portugal 2030. Promover a transferência de
4.2	Carta Social Supramunicipal e Plataforma Supraconcelhia do Médio Tejo	Elaboração da carta social supramunicipal, para identificação de prioridades e respostas sociais a nível intermunicipal. Participação na organização dos recursos e no planeamento das respostas e equipamentos sociais ao nível supraconcelhio, exercendo as competências da plataforma supraconcelhia e assegurando a representação das entidades que a integra.
4.3	Plataforma Supraconcelhia do Médio Tejo: Transferência de Competências no Domínio da Ação Social	
4.4	Capacitação de Públicos Estratégicos para a Cidadania e Inclusão, com vista à inclusão de Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (PDCI)	Sensibilização e capacitação das Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (PDCI) e suas famílias, profissionais e agentes de vários setores (público, social e privado), com atribuições e/ou responsabilidades na promoção da cidadania e dos direitos das PDCI para uma sociedade mais inclusiva.

Projetos e Subprojetos	Resumo das atividades para 2026
5. Estratégia Integrada de Combate à Violência Doméstica e Promoção da Igualdade de Género no Médio Tejo	
5.1 Maria III - Estratégia Integrada de Intervenção para a Área da Violência Doméstica e de Género no Médio Tejo e Resposta de Apoio Psicológico para Crianças e Jovens Vítimas de Violência Doméstica	Continuidade do apoio às respostas das Estruturas Municipais de Apoio e Acompanhamento a Vítimas de Violência Doméstica Espaços M – Serviço de Apoio à Vítima e das redes locais de resposta integrada à problemática da VDC na região do Médio Tejo e às valências específicas existentes nas Estruturas de Atendimento da RNAVVD relativas às Respostas de Apoio Psicológico para crianças e jovens vítimas de violência doméstica RAP, através da equipa técnica já constituída.
5.2 Formação de Públicos Estratégicos	Qualificação dos profissionais das diversas áreas com competências em domínios associados à igualdade de género, contra as formas de violência doméstica e violência de género, e combate à discriminação em razão do sexo, orientação sexual, prevenção e combate ao tráfico de seres humanos, sendo estas áreas consideradas estratégicas para uma sociedade mais justa, equitativa e inclusiva.
6. Parcerias Internacionais e Ações Centralizadas da União Europeia no Médio Tejo	
6.1. REWARD – Retenção e atração de talentos para a Economia Regional	Rede de 9 parceiros de 7 países financiada pelo programa Interreg Europe, coordenada pela região finlandesa de Savonlinna, e que tem como objetivo a partilha de boas práticas, definição de planos para maximizar as condições de retenção e atração de talento e de trabalhadores qualificados na economia regional.
6.2. ResilientES - Economia Social	Rede de 10 parceiros de Espanha, Portugal e França, financiada pelo Interreg Sudoe tendo em vista a promoção da Economia Social como motor de desenvolvimento sócio-económico das áreas rurais e não urbanas do espaço SUDOE. Tem execução até 30.05.2028.
6.3. HITS – Património, Território, Turismo e Sustentabilidade	Rede de 8 parceiros de Espanha, Portugal e França, financiada pelo programa Interreg Sudoe e em execução até 31/12/2026. O HITS tem o objetivo global de valorizar as singularidades culturais, naturais e patrimoniais das áreas rurais do espaço SUDOE, para potenciar um turismo sustentável.
6.4. UNLOCK	Acompanhamento das ações a promover no âmbito de candidatura UNLOCK aprovada no âmbito do Programa Interreg Europe, nomeadamente participação de ações de boas práticas com os parceiros do projeto e parceiros/stakeholders regionais.
6.5. RESIST	Promoção das ações inerentes à candidatura RESIST- Valorização da biomassa (resíduo florestal). Pretende-se efetuar gestão integrada de combustíveis, bem como promover que a biomassa verde (resíduo florestal) resultante das atividades de manejo agroflorestal seja valorizada pela conversão em gases renováveis. Dar continuidade às ações de gestão de combustível nas áreas piloto.
6.6. Deep Blue Green Exercise	"Deep Blue Green Exercise", financiado pelo programa Erasmus+ Desporto, incluindo a promoção de atividades desportivas em espaço natural como fatores de bem-estar, no âmbito das Semanas Europeias do Desporto.
6.7. TELL - Trans-European Learning Libraries	"Trans-European Learning Libraries" (TELL), financiado pelo programa Erasmus+, e que inclui a Rede de Bibliotecas Públicas do Médio Tejo numa parceria europeia que trabalhará as prioridades europeias para o setor das bibliotecas no período de programação europeia 2028-2035.
6.8. All Crete Blue Green	"All Crete Blue Green", financiado pelo programa Erasmus+ na sequência dos projetos Blue Green Exercise e Deep Blue Green Exercise, incluindo evento em Creta em 2026 e atividades durante a Semana Europeia do Desporto 2027 nos territórios da parceria.
6.9. Public L-AI-braries	"Public L-AI-braries" financiado pelo programa Erasmus+. Inclui a Rede de Bibliotecas Públicas do Médio Tejo numa parceria com o Sistema Bibliotecário Valle Seriana (Itália) visando a capacitação dos bibliotecários no âmbito da inteligência artificial generativa.
6.10. Circular Pedro	"Circular Pedro", projeto Erasmus+ coordenado pela CIM Médio Tejo com outros três parceiros (Turquia, Alemanha e Países Baixos), de trabalho conjunto sobre promoção dos princípios de economia circular junto de funcionários na área da juventude.
6.11. MyPolis - Citizenship Agents (CERV)	"MyPolis - Citizenship Agents", financiado pelo programa CERV, parceria com organizações de seis países, visa a promoção da cidadania ativa junto dos jovens em contexto escolar, com utilização de ferramenta digital e inovadora com conteúdos sobre a Europa, os valores democráticos, ou o processo decisório, e partilha de experiências entre participantes.

Projetos e Subprojetos		Resumo das atividades para 2026
6.12. Agrupamento Europeu para a Cooperação Territorial INTERPAL - Médio Tejo		Dinamização do instrumento de cooperação bilateral estabelecido com a Diputación de Palencia, visando, a sua operacionalização nas áreas definidas: competitividade e emprego; ambiente, património e prevenção de riscos naturais, cooperação socioeconómica e institucional.
6.13. Centro Cívico e Cultural de Baucau Timor-Leste		Manutenção deste instrumento de cooperação bilateral estabelecido com a Diputación de Palencia, visando, a promoção do desenvolvimento social e cultural de Baucau, reforçando a coesão territorial e a participação cívica da população através da criação de um centro multifuncional que una cultura, educação e cidadania. Projetos do Programa Europa Criativa, candidaturas ao programa da União Europeia de apoio aos sectores culturais e criativos.
7. Estratégia Intermunicipal da Habitação no Médio Tejo		
7.1. Habitação a Custos Acessíveis no Médio Tejo		Operacionalização do Protocolo de Colaboração celebrado com o IHRU a 23 de junho de 2023, para projetos de habitação acessível na região do Médio Tejo, assente na construção ou reabilitação, de até cerca de 11.32 habitações, destinadas a arrendamento, no âmbito do Programa de Apoio ao Arrendamento, bem como acompanhamento dos projetos a serem transitados e executados no âmbito do empréstimo BEI contratualizado para o efeito.
7.2. CIHCA: Carta Intermunicipal de Habitação do Médio Tejo		Elaboração da Carta Intermunicipal de Habitação a Custos Acessíveis – Médio Tejo 2035 com o objetivo de estruturar de forma estratégica e coesa, a habitação a preços acessíveis na região do Médio Tejo, por forma a antecipar e dar resposta à política pública europeia em curso.
8. Projetos de Inovação Social		
8.1. ColorADD		Programa de rastreios do daltonismo no 1.º ciclo, contacto e aprendizagem do alfabeto das cores, o código ColorADD, visando promover escolas inclusivas para todos, prevenindo situações de bullying e de vulnerabilidade, contribuindo dessa forma para o sucesso educativo. Continuidade da metodologia já aplicada no ciclo de financiamento anterior.
8.2. Eu conto no Médio Tejo – Assembleia Intermunicipal Jovem		Trata-se de uma metodologia para trabalhar as questões da participação e da cidadania, com três níveis e fases de intervenção em cada ano: escolas, fase municipal e fase intermunicipal. Envolvimento de todas as escolas com 3.º ciclo e secundário, chegando-se a uma fase intermunicipal com 250 jovens.
8.3. Geração Circular – Emprego Inteligente para Jovens		Intervenção junto de jovens desempregados e à procura do primeiro emprego (EMPREGO JOVEM) no sentido de os capacitar com competências diferenciadoras nas áreas da sustentabilidade e inteligência artificial para com essas competências diferenciadas permitir elevar a sua capacidade de atratividade no mercado de trabalho e assim promover a sua integração na vida ativa.
8.4. Mais IntegrativaMente Prevenção e Combate à Doença Mental Grave		Dinamização do projeto, aprovado no âmbito do Portugal 2030, pela AFMMT – Associação de Saúde Mental do Médio Tejo, do qual a CIM Médio Tejo é investidor social, o qual destina-se a 130 pessoas com doença mental, com idade igual ou superior a 18 anos, sinalizadas pelos 11 municípios da Região do Médio Tejo.
8.5. RIBA – Uma Start-up social ancorada no Tejo		Iniciativa de Inovação e Empreendedorismo Social, promovida pela NERSANT e pela empresa coordenadora ADORIOR – Assessoria Económica, Lda. tendo a CIM Médio Tejo se constituído como investidor Social e tem como principal objetivo a criação de uma incubadora social, onde serão disponibilizados serviços de incubação, aceleração, de capacitação e sensibilização.
8.6. INTEGR-AÇÃO: Agir pela Diversidade		O projeto tem como objetivo a sensibilização de alunos do 1.º ciclo do ensino básico para a integração de crianças migrantes e de etnia cigana, capacitando e empoderando os mesmos com mais e melhores ferramentas facilitadores de maiores níveis de aceitação e integração, em contexto escolar.
9. Afirmação Territorial do Médio Tejo		
9.1. Produtos Turísticos Intermunicipais		Promoção e consolidação do Médio Tejo como um destino turístico de excelência através do desenvolvimento de produtos turísticos intermunicipais, e tem como principais objetivos aumentar a atratividade e competitividade da região, com um enfoque em estratégias de sustentabilidade, digitalização e inovação que contribuam para uma oferta turística diferenciadora e de qualidade.

Projetos e Subprojetos		Resumo das atividades para 2026
	9.2 Castelo do Bode 365	Definição de uma estratégia de comunicação integrada para a promoção do lago de Castelo do Bode como destino turístico regional de referência e qualificado para todas as épocas do ano, incluindo ações de marketing que aumentem a sua visibilidade e atratividade, nos contextos nacional e internacional, e potenciem a comercialização de produtos combinados entre os vários ativos do património natural, cultural e de turismo desportivo, náutico, de natureza e gastronómico que estão associados a este território específico.
	9.3 Estratégias PROVERE	Promoção de um conjunto de ações e práticas voltadas para o desenvolvimento de redes de trabalho intermunicipais, com foco em promover a gestão integrada e a cooperação das regiões.
	9.4. Os Bandos - Rota de Arte Contemporânea do Médio Tejo	Proposta de investimento ao abrigo do Programa ARI (Programa Autorização Residência por Investimento - Golden Visa Cultural) submetida ao GEPAC. Desenvolvimento de uma rota de arte pública a implementar com a instalação de 11 peças da autoria de Cristina Rodrigues, uma em cada um dos municípios do Médio Tejo.
10. Médio Tejo Região de Hidrogénio		
	10.1 Região do Hidrogénio	Dinamização em articulação com os parceiros locais no âmbito da promoção do hidrogénio na Região do Médio Tejo
11. Gestão Integrada de Proteção Civil e Florestas no Médio Tejo		
	11.1 Gestão Integrada de Proteção Civil e Florestas no Médio Tejo	Operacionalização dos investimentos considerados na estratégia da CIM do Médio Tejo - Investimentos Territoriais Integrados. Desenvolvimento e operacionalização das ações inerentes ao Gabinete Técnico Florestal Intermunicipal. Acompanhamento das Comissões Sub-regionais, de nível técnico e deliberativo do Médio Tejo, do SGIFR - Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais, apoio na revisão e monitorização do Programa Sub-regional de Ação e monitorização do Programa Regional de Ação da LVT, bem como apoio na elaboração dos Programas municipais de execução. Promover a articulação conjugada com os vários parceiros no sentido de criação/ implementação de ações conjugadas na prevenção de riscos e no planeamento e gestão de meios; Promoção de adaptação das florestas às alterações climáticas e mitigação dos seus efeitos.
	11.2 Sistemas de informação, planeamento, monitorização e comunicação no Médio Tejo	Continuação das ações de manutenção/atualização do sistema de videovigilância florestal implementado.
	11.3 Deteção e Combate à Vespa Velutina no Médio Tejo	Acompanhamento das ações inerentes à Vespa Velutina
	11.4 Brigadas de Sapadores Florestais do Médio Tejo	Acompanhamento da atividade das Brigadas de Sapadores Florestais
	11.5 Bem-estar animal	Aquisição de viatura médico- veterinária para apoio dos Centros existentes na Sub-região.
12. Adaptação às Alterações Climáticas no Médio Tejo		
	12.1 Alterações Climáticas no Médio Tejo	Acompanhamento das ações de adaptação às alterações climáticas da União Europeia, no âmbito da assinatura da Carta de Missão climática.
	12.2 Arvoredo Urbano do Médio Tejo	Gestão integrada do estudo da fitossanidade do arvoredo urbano

Projetos e Subprojetos		Resumo das atividades para 2026
13. RecolhaBio - Apoio à Implementação de Projetos de Recolha Seletiva de Biorresíduos		Financiamento de investimentos já realizados, a realizar ou a decorrer e que tenham um contributo positivo para o aumento da quantidade e qualidade da reciclagem dos resíduos recolhidos seletivamente, promovendo a redução da deposição de resíduos em aterro. Financiamento de projetos ou de iniciativas que incidam no aumento da capacidade das entidades gestoras, de titularidade municipal, para assegurar o desvio na origem e a recolha seletiva de resíduos urbanos, com particular ênfase nos biorresíduos, devendo incluir infraestruturação e aquisição de equipamentos associados a esse serviço e, subsidiariamente, a sensibilização dos utilizadores para melhorar as suas práticas.
14. Comunidade Energia Renovável no Médio Tejo		Promoção de ações que visem a operacionalização de Comunidade Energética Renovável de gestão agregada de âmbito intermunicipal.
15. Estratégia 2030 - Operacionalização e Monitorização no Médio Tejo		Implementação da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial do Médio Tejo que assenta na definição, na elaboração e execução de um instrumento de orientação estratégica para a Região do Médio Tejo no âmbito da Estratégia Portugal 2030. Exercício da delegação de competências na CIM Médio Tejo, enquanto organismo intermédio, pela Autoridade de Gestão do Programa Regional do Centro 2030.
16. Melhoria da Mobilidade no Médio Tejo		
16.1 Transporte a Pedido no Médio Tejo		Assegurar a gestão e monitorização do serviço de Transporte a Pedido Desenvolver o Transporte a Pedido MeioE Implementação experimental de novo modelo de funcionamento do LINK Implementar o passe mensal LINK Integração Bilhética com o Serviço Regular MEIO Desmaterialização dos Pagamentos Disponibilização de informação ao público, em tempo real, do serviço LINK
16.2 Estrutura Regional de Caminhos e Ciclovias e Promoção dos Modos Suaves no Médio Tejo		Assegurar a gestão e monitorização do Sistema MeioB Implementar a fase 2 do sistema Meio B Elaboração de programas-base de percursos cicláveis intermunicipais e em sequência dos respetivos projetos técnicos de execução
16.3 Autoridade de Transportes do Médio Tejo		Assegurar a gestão, monitorização e fiscalização do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transporte de Passageiros do Médio Tejo Aplicação do programa Incentiva + TP Aplicação da Portaria n.º 7-A/2024 (passe jovem gratuito) Atualização do Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes do Médio Tejo Definição e implementação de medidas que promovam uma mobilidade empresarial mais sustentável Implementação experimental dos serviços Meio a Pedido, no período de férias escolares Apoio e articulação no âmbito do projeto Meio 0°C – Zero Carbono Disponibilização de uma plataforma digital de transporte público do Médio Tejo Desenvolvimento da plataforma Data 4 Mobility
16.4 Estratégia Aeroporto Regional no Médio Tejo		Articulação e diligências com vista à continuidade do projeto
16.5 Ponte Ciclo-Pedonal no Rio Zézere		Promoção da elaboração do projeto de execução em articulação com os municípios envolvidos. Início dos trabalhos decorrentes à sua execução.
16.6 Mobilidade Partilhada		Avaliar a possibilidade de desenvolver um projeto piloto de mobilidade partilhada
16.7. Meio H		Em função das oportunidades de financiamento do FTJ, apresentação de candidatura e início de procedimento com vista à aquisição de 6 autocarros movidos a hidrogénio para afetação ao serviço público de transporte de passageiros.
17. Modernização Administrativa no Médio Tejo		
17.1 Modernização Administrativa - CIM Médio Tejo		Atualização das infraestruturas tecnológicas e implementação de projetos na área da modernização administrativa.

Projetos e Subprojetos		Resumo das atividades para 2026
172	Integração e Partilha de Serviços - Central de Compras da CIM Médio Tejo	Projeto de serviços partilhados ao nível das compras públicas, com vista ao desenvolvimento e celebração de Acordos Quadro nos termos da legislação em vigor e realizar negociações informais para análise de mercado e alcance das melhorias económicas de escala. Pretende-se que o exemplo da Central de Compras da CIMT seja extensível a outras áreas - serviços jurídicos, ordenamento do território e uniformização e racionalização de processos municipais, com vista à melhoria da prestação do serviço público aos cidadãos e às empresas - enquanto formas de integração e partilha de serviços.
173	Gestão de Contraordenações de estacionamento	Concretização do quadro de transferência de competências para a CIM Médio Tejo no domínio do estacionamento público.
174	Economia Circular no Médio Tejo - Compras Públicas Conjuntas	Promoção do Plano Intermunicipal de Economia Circular para a Região do Médio Tejo, definindo um plano de ação tendo em consideração a Estratégia 2030, bem como, dar continuidade à adoção de critérios de economia circular nas compras públicas. Promoção do Pacto Institucional para a Valorização da Economia Circular (Pacto) da CCDR Centro.
175	Julgados de Paz	Contratação de juristas para prestar apoio jurídico necessário ao Juiz de Paz.
18. Sistema Integrado de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho no Médio Tejo		
181	Saúde no Trabalho no Médio Tejo	Promoção de ações e acompanhamento do projeto de saúde no trabalho no Médio Tejo que visa uma melhoria contínua e monitorização constante da saúde no trabalho de todas as entidades e municípios envolvidos.
182	Segurança e Higiene no Trabalho no Médio Tejo	Promoção de ações e acompanhamento do projeto de segurança e higiene no trabalho no Médio Tejo que visa uma melhoria contínua e monitorização constante das ações de segurança e higiene no trabalho de todas as entidades e municípios envolvidos.
183	Prevenção e Controlo da Legionella no Médio Tejo	Implementação dos planos de prevenção e controlo da Legionella no Médio Tejo, com vista a minorar e prevenir surtos ou clusters da bactéria, nos municípios e entidades envolvidas.
184	Medidas de Autoproteção	Elaboração das Medidas de Autoproteção e Planos de Emergência dos Edifícios transferidos para a esfera municipal, no âmbito da aceitação/ transferência de competências para as Autarquias Locais, nomeadamente nas áreas da Educação e Saúde.
19. Gestão da Formação no Médio Tejo		
191	Formação da Administração Local do Médio Tejo	Ministração de ações de formação aos trabalhadores da Administração Local da Região do Médio Tejo para que os mesmos sejam dotados das devidas competências profissionais, com vista ao desenvolvimento profícuo das suas atividades.
192	Estágios Curriculares e Profissionais no Médio Tejo	Através dos estágios curriculares e profissionais, a CIMT pretende contribuir para o aperfeiçoamento das competências socioprofissionais dos jovens quadros qualificados, através da frequência de um estágio em contexto real de trabalho, bem como facilitar a jovens licenciados, técnicos e técnicos profissionais um primeiro contacto com a vida ativa, proporcionando uma experiência de trabalho que se refletirá no seu currículo para o ingresso na integração no mundo do trabalho.
193	Seminários, Workshops e Reuniões Temáticas no Médio Tejo	Com a dinamização de seminários, workshops e reuniões temáticas, a CIM Médio Tejo pretende contribuir para um melhor esclarecimento de diversas matérias que interfiram com a realidade da Administração Local, bem como motivar o encontro entre os vários trabalhadores das Autarquias Locais, para que possam debater, confrontar e procurar novos caminhos, parceiros e experiências na vertente da administração pública, para fazer face à
20. Smart Region Território Inteligente		Dinamização de conjunto de ações que visam a transição e transformação digital e a conectividade associada às redes digitalização territorial, nomeadamente naquilo que respeita à utilização da tecnologia e da inteligência artificial para aprofundar os processos de tomada de decisão das políticas regionais e locais, assim como proporcionar experiências cada vez mais interativas aos cidadãos. Promoção da Estratégia Nacional de Territórios Inteligentes com a implementação da Plataforma de Gestão Urbana (PGU). Manutenção dos sistemas geográficos implementados.
21. Redes de Trabalho		Dinamização das redes de trabalho municipais e outros parceiros locais e regionais, no sentido de partilhar recursos, conhecimentos e experiências para resolver problemas/ desafios comuns e/ ou promover o desenvolvimento regional. Essas redes envolvem a troca de boas práticas, a execução de projetos/ iniciativas intermunicipais e a mobilização de recursos para ações que beneficiem a região como um todo.

5. Recursos Humanos

A CIM Médio Tejo tem como grande objetivo estratégico fomentar e incrementar a competitividade e a coesão territorial da região do Médio Tejo, de forma a estimular a inovação e a afirmação desta região.

Por forma a alcançar este grande objetivo e a dimensão de trabalho, ao nível da exigência do mesmo, é imprescindível que a CIM Médio Tejo conte com meios humanos adequados e motivados, pois estes são o elemento mais importante na fórmula de sucesso desta entidade.

5.1 Mapa de Pessoal 2026 – Nota Explicativa

Enquadramento Legal

A gestão de recursos humanos de um órgão ou serviço é efetuada em função dos postos de trabalho constantes do seu mapa de pessoal.

O mapa de pessoal assume-se, portanto, como uma ferramenta fundamental de gestão e planeamento dos recursos humanos, sendo o documento que concretiza a previsão do número e a caracterização dos postos de trabalho necessários para assegurar a prossecução das atividades do órgão ou serviço, durante o ano a que se refere.

A elaboração do mapa de pessoal, decorre da aplicação dos artigos 28º e 29º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho – LTFP, o qual deve prever as atividades de natureza permanente ou temporária, considerando a missão, as atribuições, os objetivos fixados, as competências das unidades orgânicas e os recursos financeiros disponíveis.

O mapa de pessoal é aprovado pela entidade competente para a aprovação da proposta de orçamento, dela fazendo parte integrante e é afixado no órgão ou serviço e inserido na sua página eletrónica, conforme determina o n.º 4 do artigo 29º da LTFP.

Cada posto de trabalho previsto no mapa de pessoal, deve ser caracterizado em função:

- ✓ Da atribuição, competência ou atividade que o seu ocupante se destina a cumprir ou executar;
- ✓ Do cargo ou da carreira e categoria que lhes correspondam;
- ✓ Dentro de cada carreira e, ou, categoria, quando imprescindível, da área de formação académica ou profissional de que o seu ocupante deva ser titular; e
- ✓ Do perfil de competências transversais da respetiva carreira ou categoria, regulamentado por portaria do membro do Governos responsável pela área da Administração Pública e complementado com as competências associadas à especificidade do posto de trabalho.

Estrutura

A estrutura do mapa de pessoal da CIM Médio Tejo contempla as diferentes modalidades de relação jurídica de emprego público existentes e previstas, nomeadamente, os contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado e a termo resolutivo incerto.

Não são consideradas as prestações de serviços, pois não se consubstanciam trabalho subordinado.

Os postos de trabalho integrados no presente mapa de pessoal encontram-se divididos em:

- ✓ **P** - Postos de Trabalho Providos – Correspondem aos postos de trabalho dos trabalhadores em exercício efetivo de funções;
- ✓ **O** - Postos de Trabalho Ocupados – Correspondem aos postos de trabalho ocupados por trabalhadores que se encontram a exercer outras funções, mas que reservam o seu lugar de origem no mapa de pessoal;
- ✓ **AP** - Postos de Trabalho a prover - Correspondem a postos de trabalho para os quais se prevê a abertura de procedimentos Concursais, ou de procedimentos Concursais a decorrer ou já programados.

Tratando-se de um documento previsional, o Mapa de pessoal implica uma avaliação das possibilidades de recrutamento, programando-se a abertura dos procedimentos concursais necessários nas áreas mais deficitárias, onde as dificuldades se fazem sentir com maior intensidade, com opção sempre que possível e nos termos das exigências legais, pelo preenchimento de postos de trabalho por reserva de recrutamento relativamente a procedimentos concursais que decorram.

Importa clarificar que, o Mapa de Pessoal não se pode confundir com os recursos humanos em efetividade de funções, pois como já referido anteriormente, o Mapa de Pessoal constitui sim uma previsão de postos de trabalho e não corresponde necessariamente ao número de trabalhadores ao serviço.

Desta forma e, de acordo com o acima referido, apresenta-se um quadro resumo que sistematiza os recursos humanos em efetividade de funções na CIM Médio Tejo:

cargo/carreira/categoria	Postos de Trabalho em efetividades de funções			TOTAL
	CTFP Tempo Indeterminado	CTFP Termo Resolutivo Incerto	Nomeação/ Comissão Serviço	
Dirigente			2	2
Dirigente intermédio de 1.º grau			1	1
Dirigente intermédio de 2.º grau			3	3
Dirigente intermédio de 3.º grau (Coordenador de Gabinete)			1	1
Técnico Superior	21	3		24
Especialista de Sistemas e Tecnologias de Informação	1			1
Assistente Técnico	4			4
Assistente Operacional	29			29
Total	55	3	7	65

Proposta

A proposta de Mapa de Pessoal para 2026, que se apresenta e submete à apreciação do Conselho Intermunicipal e da Assembleia Intermunicipal, resulta de um diagnóstico das necessidades verificadas nas várias unidades orgânicas, considerando a manifesta necessidade de reforço, sendo imprescindível ao seu funcionamento, para a prossecução das atribuições da CIM Médio Tejo.

Da análise do mapa e no que diz respeito aos postos de trabalho a extinguir e a prover, as variações observadas em relação ao mapa anterior, são, decorrentes da dinâmica de entradas e saídas dos trabalhadores, bem como da necessidade em aumentar o número de recursos humanos, conforme já referido, havendo a destacar o seguinte:

Extinção de Postos de Trabalho

Não existiu qualquer extinção de posto de trabalho.

Postos de Trabalho a Prover

- ✓ **1 lugar de Técnico Superior – Área de Economia/ Gestão de Empresas / Finanças/ Administração Pública**, para a Divisão de Desenvolvimento Territorial e Políticas Intermunicipais - Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado.

A respetiva contratação justifica-se pela necessidade de dar resposta às acrescidas obrigações da CIM Médio Tejo, na área da Educação e na área de Turismo e Cultura, entre outros projetos e atividades, cujos recursos humanos existentes são insuficientes para assegurar todo o volume de trabalho inerente, nomeadamente, no desenvolvimento das tarefas associadas à gestão das candidaturas, gestão financeira, entre outras. Importa referir que este posto de trabalho já se encontrava contemplado em mapas anteriores, contudo, o mesmo não foi ocupado.

- ✓ **1 lugar de Técnico Superior – Área da Educação**, para a Divisão de Desenvolvimento Territorial e Políticas Intermunicipais - Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado.

Considerando que a CIM Médio Tejo tem vindo a desenvolver nos últimos anos, perspetivando-se a continuidade para o futuro, de projetos intermunicipais no domínio da promoção do sucesso escolar, abrangendo um conjunto alargado de atividades e um intenso trabalho de acompanhamento e articulação com municípios, agrupamentos de escolas, parceiros e entidades institucionais, e tendo presente o contexto de descentralização de competências neste domínio, considera-se necessário a criação de um posto de trabalho na área da educação. Importa referir que este posto de trabalho já se encontrava contemplado em mapas anteriores, contudo, o procedimento não foi aberto.

- ✓ **1 lugar de Técnico Superior – Área da Mobilidade e Transportes**, para a Divisão de Mobilidade e Transportes - Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado.

Importa proceder a esta contratação devido à atual dimensão das competências da CIM Médio Tejo na área da Mobilidade e Transportes, bem como ao nível das competências da autoridade de transportes, incluindo a gestão técnica do serviço de transporte a pedido. Face à complexidade técnica de algumas tarefas/responsabilidades, bem como dimensão financeira, há a necessidade objetiva de reforço de recursos

humanos nesta área. Importa referir que este posto de trabalho já se encontrava contemplado em mapas anteriores, contudo, o procedimento não foi aberto.

- ✓ **1 lugar de Técnico Superior - Área de Direito**, para o Gabinete Jurídico e Auditoria - Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado.

A Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, [Lei-Quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais], vem estabelecer o quadro de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais.

A transferência de competências é concretizada através de diplomas legais de âmbito setorial relativos às diversas áreas a descentralizar.

Dispõe o artigo n.º 35.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, que é da competência dos municípios e dos órgãos das entidades intermunicipais a elaboração de propostas para a definição da rede dos Julgados de Paz.

O Decreto-Lei n.º 101/2018, de 29 de novembro, concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e entidades intermunicipais no domínio da justiça, ao abrigo do artigo 35.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto.

A Lei n.º 78/2001, de 13 de julho veio regular a Organização, Competência e Funcionamento dos Julgados de Paz e a tramitação dos processos bem, como da sua competência, sendo a mesma alterada pela Lei n.º 54/2013, de 31 de julho.

A atuação dos Julgados de Paz é vocacionada para permitir a participação cívica dos interessados e estimular a resolução de litígios por acordo das partes, tendo como princípios orientadores o da Simplicidade, Adequação, Informalidade, Oralidade e Economia Processual.

Por tudo o exposto, é necessário a CIM Médio Tejo proceder à contratação de juristas para prestar apoio jurídico necessário ao Juiz de Paz. Importa referir que este posto de trabalho já se encontrava contemplado em mapas anteriores, contudo, o mesmo não foi ocupado.

- ✓ **1 lugar de Técnico de Sistemas e Tecnologias de Informação**, para a Divisão de Administração, Finanças e Contratualização - Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado.

A estratégia de modernização administrativa levada a cabo pela Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo e dos seus 11 municípios além de continuar na desmaterialização, disponibilização e prestação de serviços públicos digitais, reforçando, igualmente, a disponibilidade e o fomento da utilização de serviços em rede da Administração Pública e melhorando a sua eficiência com a integração de soluções atualizadas e reforço de novas funcionalidades às já existentes, pretende acelerar a transformação digital na gestão operacional dos municípios, no planeamento e desenvolvimento territorial inteligente. De facto, esta estratégia só será possível, com a implementação de novas formas de governabilidade, promoção de mais ganhos de escala, reduzindo custos, efetuando a devida gestão da mudança face aos serviços públicos, atualmente disponibilizados e a disponibilizar no futuro. Assim sendo, a estratégia a desenvolver, iniciada no ano de 2025, pretende estar alinhada com a ENTI (Estratégia Nacional de Territórios Inteligentes) da AMA – Agência para a Modernização Administrativa – que visa transformar dados em ação, facilitando a vida das pessoas e das

empresas através dos dados, numa gestão eficiente e sustentável do território, tendo por base a inovação e a transparência.

No ano de 2026, no âmbito da ENTI, a CIM Médio Tejo e os seus municípios executarão um projeto, a ser financiado pelo PRR, que fomentará a implementação de Plataformas de Gestão Urbana (PGU) que são peças essenciais para que a administração pública local tenha, cada vez mais, os seus processos de decisão suportados em dados. As PGU permitem a integração de diferentes fontes de dados referentes ao território, nomeadamente dados em bruto e em tempo real provenientes de diversos sistemas, como plataformas verticais, ou fontes externas de dados e sensores. As PGU permitem também fazer a monitorização desses dados e disponibilizar informação de suporte à decisão aos seus diferentes tipos de utilizadores.

No âmbito da Intervenção Integrada de Base Territorial da Lezíria do Tejo, Médio Tejo e Oeste, promover-se-á a implementação de um Plano de ação que consiste, na materialização das prioridades de desenvolvimento territorial ligadas à transição digital e digitalização territorial, dado que esta dimensão goza de transversalidade entre as 3 NUT'S III, nomeadamente naquilo que respeita à utilização da tecnologia e da inteligência artificial para aprofundar os processos de tomada de decisão das políticas regionais e locais, assim como proporcionar experiências cada vez mais interativas aos cidadãos. Neste sentido, promover-se-á o desenvolvimento e a execução do projeto da Smart Region OVT que assenta na prossecução do tratamento de dados em sistemas de informação geográfica, de forma a criar um sistema agregado do ecossistema de pessoas, projetos e recursos para apoiar a construção de territórios mais resilientes e sustentáveis.

Considerando o aumento de volume de trabalho acima exposto, torna-se premente proceder à ocupação deste posto de trabalho. Importa referir que este posto de trabalho já se encontrava contemplado em mapas anteriores, contudo, o procedimento não foi aberto.

- ✓ **1 lugar de Técnico Superior – Área de Turismo**, para a Divisão de Desenvolvimento Territorial e Políticas Intermunicipais - Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado.

A respetiva contratação justifica-se pela necessidade de dar resposta às acrescidas obrigações da CIM Médio Tejo, nomeadamente na área de Turismo e Cultura, entre outros projetos e atividades, cujos recursos humanos existentes são insuficientes para assegurar todo o volume de trabalho inerente, nomeadamente, no desenvolvimento de iniciativas de valorização dos recursos turísticos existentes na Região, garantindo o crescimento e a importância do setor do Turismo no Médio Tejo.

- ✓ **1 lugar de Técnico Superior – Área de Comunicação**, para o Gabinete de Comunicação e Imagem - Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado.

Considerando a necessidade em assegurar a gestão da imagem da CIM Médio Tejo e as relações comunicacionais, bem como a organização de eventos e a promoção turística das diversas atividades desenvolvidas e, verificando-se atualmente que os recursos humanos afetos à prossecução destas tarefas, são insuficientes para o adequado desenvolvimento dos trabalhos, torna-se premente proceder a este recrutamento.

De referir ainda que, para além destes procedimentos concursais a prover, encontram-se ainda a decorrer os seguintes procedimentos concursais, que se julga estarem concluídos apenas em 2026:

- ✓ 1 lugar de Especialista de Sistemas e Tecnologias de Informação - Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado.
- ✓ 1 lugar de Técnico Superior - Área de Engenharia Civil - Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado.

Postos de Trabalho Ocupados

No que concerne aos postos de trabalho Ocupados, a CIM Médio Tejo tem no seu mapa de pessoal:

- ✓ 1 Técnica Superior a exercer funções de Diretora de Departamento (Dirigente Intermédio de 1.º grau), em regime de substituição, através de despacho do Primeiro Secretário Executivo, nos termos do disposto no artigo 19.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto e no disposto na Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, ambas na sua atual redação e até à realização do concurso previsto no artigo 11.º da Lei n.º 77/2015, de 29 de julho na sua versão atualizada;
- ✓ 2 Técnicas Superiores a exercer funções de Chefe de Divisão, (Dirigente Intermédio de 2.º grau), em regime de substituição, através de despacho do Primeiro Secretário Executivo, nos termos do disposto no artigo 19.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto e no disposto na Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, ambas na sua atual redação e até à realização do concurso previsto no artigo 11.º da Lei n.º 77/2015, de 29 de julho na sua versão atualizada;
- ✓ 1 Técnico Superior a exercer funções de Coordenador de Gabinete (equivalente a Dirigente intermédio de 3.º grau), através de despacho do Primeiro Secretário Executivo, nos termos do disposto no artigo 20.º do Regulamento Orgânico Interno e respetiva Matriz de Pessoal da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo;
- ✓ 1 Técnico Superior a exercer funções na Câmara Municipal de Sever do Vouga, em regime de mobilidade interna na categoria.

Há ainda a referir que, o mapa de pessoal deve refletir de forma mais exata o conteúdo funcional dos postos de trabalho, pelo que, o anexo ao mapa de pessoal da CIM Médio Tejo, descreve de forma genérica e não exaustiva, as atribuições, competências e atividades que os trabalhadores exercem no seu posto de trabalho, bem como as atividades inerentes aos postos de trabalho ocupados e a ocupar, todos previstos no mapa de pessoal para 2026.

Resumo do Mapa de Pessoal 2026

O seguinte quadro resume pretende fazer uma súmula da distribuição por cargo/carreira/categoria dos postos de trabalho providos, a prover e ocupados na CIM Médio Tejo:

cargo/carreira/categoria	Postos de Trabalho				
	P - Providos			AP - A Prover	O - Ocupados
	CTFP Tempo Indeterminado	CTFP Termo Incerto	Nomeação	CTFP Tempo Indeterminado	CTFP Tempo Indeterminado
Dirigente			2		
Dirigente intermédio de 1.º grau (Diretor Departamento)			1		
Dirigente intermédio de 2.º grau (Chefe de Divisão)			3		
Dirigente intermédio de 3.º grau (Coordenador de Gabinete)			1		
Técnico Superior	21	3		7	5
Especialista de Sistemas e Tecnologias de Informação	1			1	
Técnico de Sistemas e Tecnologias de Informação				1	
Assistente Técnico	4				
Assistente Operacional	29				0
Sub-Total	58		7	9	5
Total	65			9	5

Acresce referir que o mapa de pessoal considera a Estrutura Organizacional de natureza mista e respetivo Regulamento Interno - Regulamento n.º 557/2025, publicado na 2ª série do Diário da República, n.º 87, de 07 de maio de 2025.

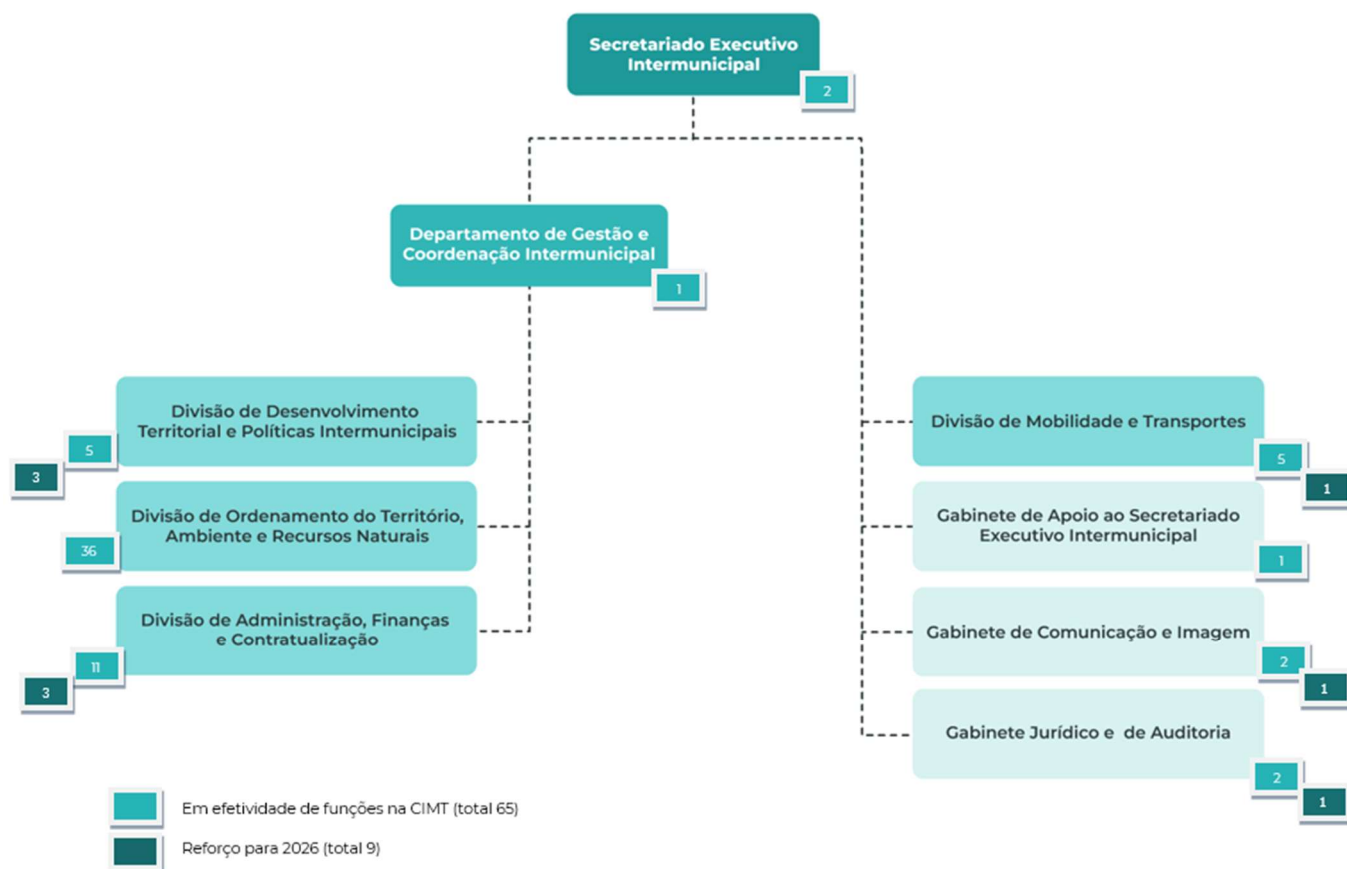
Organograma da CIM Médio Tejo

Atendendo ao fortalecimento das atribuições da CIM Médio Tejo, impulsionado por instrumentos legais, aliado à diversidade de temas sob sua responsabilidade, evidenciou a necessidade de adaptar a estrutura organizacional existente, por forma a responder não só às exigências legais e às novas competências atribuídas, mas também que contribuísse para a modernização dos processos internos.

Neste âmbito, procedeu-se à alteração da estrutura organizacional da CIM Médio Tejo, que passou a adotar um modelo de estrutura organizacional de natureza mista, conjugando uma organização hierárquica e matricial, conforme previsto no artigo 9.º da Lei n.º 77/2015, de 29 de julho, cuja alteração foi aprovada por deliberação do Conselho Intermunicipal em reunião ordinária de 10 de abril de 2025 e da Assembleia Intermunicipal de 23 de abril de 2025 - Regulamento n.º 557/2025.

Desta forma, de seguida apresenta-se o organograma da CIM Médio Tejo juntamente com os postos de trabalho providos e a prover para o ano 2026, previstos no mapa de pessoal:

Organograma da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo



A Divisão de Ordenamento do Território, Ambiente e Recursos Naturais, é a unidade orgânica nuclear com maior número de trabalhadores, tendo em conta que nela estão incluídos os trabalhadores a desempenhar funções de sapedor florestal.

Gestão e Despesas com Pessoal 2026

Em conformidade com o previsto no artigo 31º da LTFP, o orçamento deve prever os seguintes encargos relativos aos trabalhadores:

- Encargos relativos a remunerações;
- Encargos relativos aos postos de trabalho previstos nos mapas de pessoal aprovados e para os quais se preveja recrutamento;
- Encargos com alterações do posicionamento remuneratório;
- Encargos relativos a prémios de desempenho.

Em cumprimento do n.º 2 da citada disposição legal, conjugada com o n.º 2 do artigo 5º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 03 de setembro, na sua atual redação, compete ao órgão executivo decidir sobre o montante máximo de cada um dos encargos orçamentados com trabalhadores, no prazo de quinze dias após o início da execução do orçamento do ano corrente.

Nesta conformidade, em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 5º e no artigo 13º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 03 de setembro, em conjugação com o artigo 31º da LTFP, o serviço de recursos humanos da CIM Médio Tejo

elaborou informação acerca do montante máximo e das verbas orçamentais destinadas a suportar os encargos relativos aos trabalhadores, para o ano de 2026, que se encontra em anexo, no Orçamento da Receita e da Despesa.

6. Enquadramento Financeiro

6.1 Quotização

Considerando os desafios financeiros decorrentes das medidas constantes na proposta de Orçamento de Estado, da Lei das Finanças Locais, bem como da disponibilidade dos fundos comunitários e nacionais que afetam diretamente a execução orçamental dos municípios, e tendo presente o papel da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo enquanto estrutura intermédia de cooperação e racionalização de recursos, garantindo o funcionamento e a coordenação de múltiplas áreas de intervenção municipal, propõe-se, excecionalmente, a manutenção da redução de 5% do valor global aprovado nos orçamentos anteriores para a quotização dos municípios.

Em 2009, a quota anual foi fixada em 607.227,60€, mantendo-se inalterada até ao final de 2013. Em 2014, com o alargamento da CIM Médio Tejo aos Municípios da Sertã e Vila de Rei, procedeu-se à extensão do método de cálculo das quotas a estes dois municípios. Não obstante a necessidade de assegurar a sustentabilidade financeira da CIM Médio Tejo, foi aplicada uma redução de 3%, fixando-se a quota anual em 681.106,15€, valor que se manteve, sem alterações relevantes, entre 2015 e 2021.

Em 2022, atendendo aos constrangimentos financeiros resultantes das orientações do Orçamento de Estado e de outros fatores conjunturais, foi aplicada uma redução de 5% ao valor global das quotas, fixando-se o montante em 647.050,89€, valor que se manteve igualmente em 2023.

No ano de 2024, em virtude da saída dos Municípios da Sertã e de Vila de Rei da CIM Médio Tejo, e consequente ajustamento do método de cálculo, o valor global das quotas foi revisto, fixando-se em 553.466,75€.

Em 2025, manteve-se a aplicação da redução excecional de 5%, fixando-se o valor global das quotas em 559.560,22€.

Para o exercício orçamental de 2026, propõe-se a manutenção do valor global de 559.560,22€, consolidando a política de redução e racionalização dos encargos municipais. Este montante contempla os ajustamentos decorrentes das transferências previstas no Orçamento de Estado para 2025, nomeadamente o Fundo de Equilíbrio Financeiro Final, Fundo Social Municipal, Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 73/2013 e Imposto sobre o Valor Acrescentado, assegurando um modelo financeiro sustentável e equitativo para os municípios da CIM Médio Tejo.

Os métodos de cálculo, mantêm-se inalterados e são os seguintes:

QUOTA

COMPONENTE FIXA

35%

Resulta do cálculo do valor das quotas dos Municípios de forma igualitária, de modo a que a receita obtida seja aproximadamente de 35% da receita mensal a obter.

COMPONENTE VARIÁVEL

65%

Resulta da indexação dos outros 65% da receita ao somatório do FEF Final+FSM+IRS+Lei n.º 73/2013+IVA (2024).

Os valores de quotização a considerar para cada um dos Municípios são os seguintes:

Município	Quota mensal	Quota Anual
Abrantes	6 370,51 €	76 446,17 €
Alcanena	3 502,72 €	42 032,63 €
Constância	2 712,27 €	32 547,19 €
Entroncamento	3 339,61 €	40 075,38 €
Ferreira do Zêzere	3 199,13 €	38 389,52 €
Mação	3 716,41 €	44 596,90 €
Ourém	6 269,05 €	75 228,60 €
Sardoal	2 826,00 €	33 911,97 €
Tomar	6 128,62 €	73 543,49 €
Torres Novas	5 676,66 €	68 119,95 €
Vila Nova da Barquinha	2 889,03 €	34 668,41 €
Total	46 630,02 €	559 560,22 €

6.2 Projetos – Critérios de Imputação

Para a imputação da componente financeira dos projetos intermunicipais a suportar pelos Municípios, será utilizado, sempre que possível, o critério de imputação real, de acordo com os bens e serviços efetivamente prestados.

Nos casos em que não seja possível aplicar o critério de imputação real/não seja quantificável os bens e serviços correspondentes a cada um dos Municípios envolvidos, será supletivamente aplicado o critério de imputação que se aplica ao cálculo da quota anual, com uma componente fixa e com uma componente variável.

Em casos concretos, poderá ser deliberada a opção por outro critério de imputação, que se considere mais adequado em função da aquisição/projeto em questão, tal como o critério do valor das transferências do Orçamento de Estado, o critério de imputação equitativo, o critério de imputação proporcional à área de cada concelho e/ou critério de imputação proporcional à população residente em cada concelho.



Município	Critério de imputação			
	Transferência OE 2025	Área	População	Equitativo
Abrantes	14,13%	21,33%	15,00%	7,69%
Alcanena	5,84%	3,80%	5,45%	7,69%
Constância	3,55%	2,40%	1,66%	7,69%
Entroncamento	5,37%	0,41%	8,80%	7,69%
Ferreira do Zézere	4,96%	5,68%	3,41%	7,69%
Mação	6,46%	11,94%	2,80%	7,69%
Ourém	13,84%	12,44%	19,46%	7,69%
Sardoal	3,54%	2,75%	1,53%	7,69%
Sertão	8,83%	13,52%	6,45%	7,69%
Tomar	13,43%	10,48%	15,91%	7,69%
Torres Novas	12,13%	8,06%	14,90%	7,69%
Vila de Rei	3,85%	5,72%	1,43%	7,69%
Vila Nova da Barquinha	4,06%	1,48%	3,19%	7,69%
Total	100%	100%	100%	100%

6.3 Projetos – Comparticipação Financeira Solicitada aos Municípios

Município	Quota Anual	Quota Trimestral [Portugal 2030]	Educação de Excelência no Médio Tejo	Afirmação Territorial do Médio Tejo	Gestão Integrada de Proteção Civil e Florestas (meios proteção civil, vespa velutina e Brigadas de sapadores)		Melhoria da Mobilidade no Médio Tejo		Sistema Integrado de Segurança e Saúde no Trabalho no Médio Tejo (Legionella)	Total
Despesa	Corrente	Corrente	Corrente	Corrente	Corrente	Capital	Corrente	Capital	Corrente	
Abrantes	76 446,17 €	7 546,45 €	20 079,15 €	26 193,09 €	29 364,23 €	13 412,63 €	411 509,74 €	2 051,76 €	4 731,03 €	591 334,26 €
Alcanena	42 032,63 €	4 149,29 €	10 493,20 €	14 401,83 €	8 841,30 €	7 374,71 €	171 254,16 €	44 351,53 €	9 462,07 €	312 360,71 €
Constância	32 547,19 €	3 212,93 €	5 924,98 €	11 151,79 €	9 008,05 €	5 710,47 €	98 159,08 €	15 498,43 €	3 041,38 €	184 254,29 €
Entroncamento	40 075,38 €	3 956,08 €	4 636,65 €	13 731,20 €	8 429,61 €	7 031,30 €	6 043,13 €	1 815,51 €		85 718,85 €
Ferreira do Zêzere	38 389,52 €	3 789,66 €	7 038,75 €	13 153,57 €	23 911,92 €	6 735,51 €	176 928,10 €	47 967,89 €	3 041,38 €	320 956,29 €
Mação	44 596,90 €	4 402,42 €	7 076,90 €	15 280,43 €	22 704,36 €	7 824,61 €	248 118,02 €	16 052,50 €	1 351,72 €	367 407,87 €
Ourém	75 228,60 €	7 426,26 €	26 279,31 €	25 775,91 €	70 002,80 €	13 199,00 €	908 509,11 €	40 638,72 €	15 882,76 €	1 182 942,47 €
Sardoal	33 911,97 €	3 347,65 €	5 315,13 €	11 619,41 €	9 451,41 €	5 949,92 €	65 846,74 €	13 779,52 €	675,86 €	149 897,61 €
Sertão							274 268,43 €	2 100,75 €		276 369,18 €
Tomar	73 543,49 €	7 259,91 €	14 489,22 €	25 198,53 €	32 556,62 €	12 903,34 €	676 090,92 €	31 198,90 €	3 379,31 €	876 620,23 €
Torres Novas	68 119,95 €	6 724,52 €	19 773,41 €	23 340,24 €	18 105,50 €	11 951,77 €	201 464,45 €	50 230,58 €		399 710,44 €
Vila de Rei							5 811,15 €	1 313,64 €		7 124,79 €
Vila Nova da Barquinha	34 668,41 €	3 422,32 €	3 952,82 €	11 878,59 €	20 437,71 €	6 082,64 €	25 035,06 €	18 451,95 €	7 434,48 €	131 363,98 €
Total	559 560,22 €	55 237,50 €	125 059,52 €	191 724,57 €	252 813,50 €	98 175,90 €	3 269 038,08 €	285 451,68 €	49 000,00 €	4 886 060,97 €
					350 989,40 €		3 554 489,76 €			

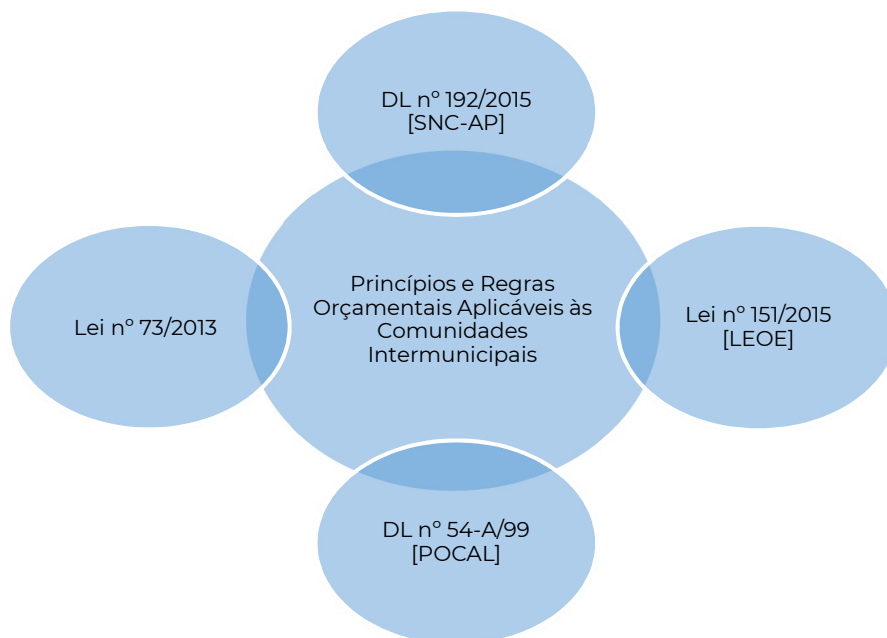
6.4 Política Orçamental

A proposta das Opções do Plano e Orçamento da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo para o ano de 2026, enquadrada no quadro plurianual 2026-2030, é elaborada em conformidade com o disposto na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais.

Este regime introduz um conjunto de regras estruturantes no processo de elaboração e execução dos documentos previsionais das entidades intermunicipais, destacando-se, entre outras:

- ✓ O novo calendário de apresentação da proposta de orçamento para o exercício económico subsequente (art.º 45.º);
- ✓ A obrigatoriedade de enquadramento dos orçamentos anuais num quadro plurianual de programação orçamental (art.º 41.º e 44.º);
- ✓ O reforço da articulação e troca de informação relevante entre a Administração Central e a Administração Local para efeitos da elaboração do Orçamento de Estado (art.º 12.º);
- ✓ A apresentação da proposta de orçamento pelo órgão executivo ao órgão deliberativo até 30 de novembro, salvo nos anos de realização de eleições autárquicas (art.º 45.º);
- ✓ A introdução de uma nova regra de equilíbrio orçamental, designadamente no que respeita ao saldo corrente.

Nestes termos, os princípios e regras orçamentais aplicáveis às autarquias locais e às entidades intermunicipais encontram-se definidos em quatro diplomas fundamentais, complementados pelas disposições constantes da Lei do Orçamento de Estado, elaborada ao abrigo do princípio da solidariedade nacional recíproca.



Entre as alterações introduzidas pelo novo regime jurídico financeiro das autarquias locais, assume especial relevância o princípio da anualidade e da plurianualidade, consagrado no artigo 44.º da Lei n.º 73/2013.

Assim, os orçamentos anuais da CIM Médio Tejo são acompanhados de uma proposta de quadro plurianual de programação orçamental, articulada com as Grandes Opções do Plano (GOP). Este quadro define, numa base móvel de quatro exercícios seguintes, os limites de despesa e as projeções de receita, assegurando uma visão integrada e sustentável da gestão financeira intermunicipal.

Nos termos do n.º 3 do referido artigo, os limites definidos são vinculativos para o ano seguinte ao do exercício económico e indicativos para os restantes. Contudo, importa salientar que, no atual contexto de incerteza e ausência de critérios uniformes para a estimativa plurianual da receita e da despesa, estes limites não deverão ter efeitos vinculativos para os exercícios posteriores a 2026.

A execução orçamental da CIM Médio Tejo para 2026 obedecerá, como habitualmente, aos princípios de legalidade, eficiência e equilíbrio financeiro, nos termos da legislação em vigor.

A utilização das dotações orçamentais deverá enquadrar-se numa lógica de fundos disponíveis, garantindo a sustentabilidade das operações financeiras e a coerência entre a execução da despesa e a evolução da receita arrecadada.

A aprovação de projetos e candidaturas será submetida à avaliação técnica e financeira da CIM Médio Tejo, através da Unidade de Apoio Financeiro aos Projetos Intermunicipais, em articulação com o Secretariado Executivo Intermunicipal.

A estratégia de desenvolvimento e investimento da CIM Médio Tejo para o período 2026-2030 está fortemente ancorada na implementação do Portugal 2030, designadamente através do Investimento Territorial Integrado / Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial do Médio Tejo (ITI/PDCT).

Este quadro financeiro plurianual permitirá o arranque e consolidação de projetos intermunicipais estruturantes, potenciando a cooperação territorial, a coesão social e económica e a dinamização da rede de governação integrada regional.

O processo de planeamento decorreu de forma participada e colaborativa, envolvendo as equipas técnicas multidisciplinares dos municípios, sob coordenação da Unidade de Apoio Financeiro e orientação do Secretariado Executivo Intermunicipal, reforçando a prática de planeamento conjunto que tem caracterizado a CIM Médio Tejo nos últimos anos.

À semelhança dos exercícios anteriores, as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2026 assentam numa situação económica e financeira equilibrada, sustentada pela gestão prudente dos recursos e pela execução rigorosa dos compromissos financeiros intermunicipais.

6.5 Análise Financeira

O Orçamento da CIM Médio Tejo para 2026 ascende a 25.296.580,00€, verificando-se um aumento significativo de cerca de 4.117.549,00€ (a diferença exata entre 2026 e 2025), face a 2025 (19.44%). O aumento verificado é justificado, essencialmente, pela execução de projetos aprovados no âmbito do Portugal 2030, cuja execução física e financeira realizou-se em 2025 ou tem início no ano de 2026.

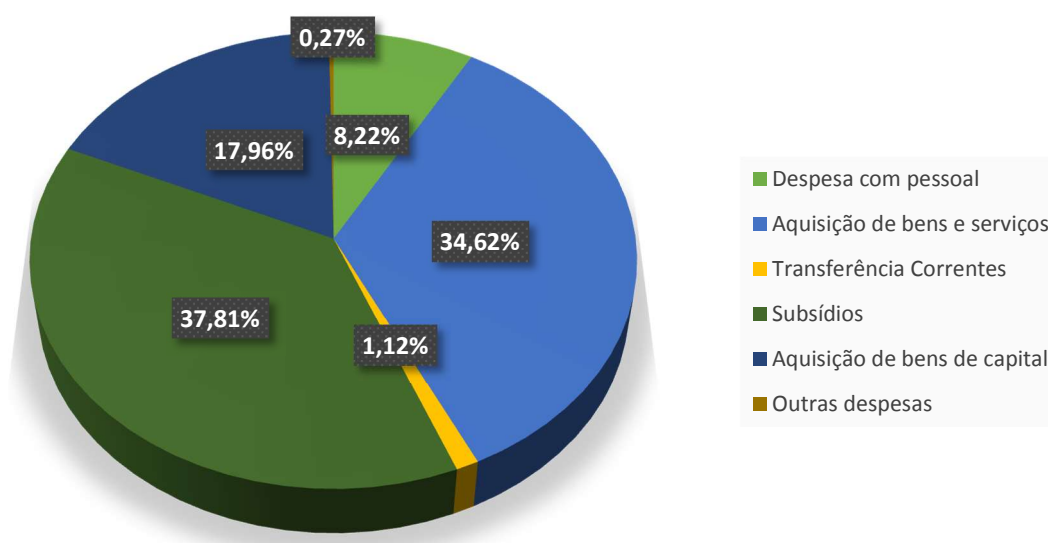
Como se poderá verificar da análise à estrutura orçamental refletida no quadro seguinte, encontra-se assegurado o cumprimento do princípio do equilíbrio orçamental estabelecido nos nº 1 do artº 40º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, segundo o qual o orçamento prevê as receitas necessárias para cobrir todas as despesas. Esta regra, de equilíbrio global, estabelece a obrigatoriedade de o orçamento prever o equilíbrio ou um saldo positivo entre o total das receitas e o total das despesas inscritas.

Receita	25 296 580,00 €	100%	Despesa	25 296 580,00 €	100%
Corrente	20 942 240,00 €	83%	Corrente	20 752 140,00 €	82%
Capital	4 354 340,00 €	17%	Capital	4 544 440,00 €	18%

A previsão efetuada aponta para que as receitas correntes continuem a apresentar um montante superior ao das despesas correntes. O saldo corrente apresenta o valor de 190.100,46€, permitindo cobrir o deficit de capital.

Relativamente à Despesa, apresenta-se com a composição descrita no gráfico abaixo.

Composição da Despesa



Constata-se que, essencialmente, a despesa é composta pelos subsídios concedidos no âmbito dos transportes (9.565.154,00€), pela aquisição de bens e serviços (8.756.934,00€) e pela aquisição de bens de capital (4.544.440,00€), que representam a parcela mais significativa do orçamento para 2026.

No que respeita à aquisição de bens e serviços correntes, para além das despesas inerentes à execução das atividades desenvolvidas pela CIM Médio Tejo, destaca-se também, com peso relevante, o financiamento de projetos estruturantes tais como Melhoria da Mobilidade no Médio Tejo, Promoção de Ecossistemas de Inovação no Médio Tejo | Ações Coletivas de Internacionalização | CR Inove | Dinamização ZLT e Energias Renováveis, Afirmação Territorial do Médio Tejo, Educação Excelência no Médio Tejo, Gestão Integrada de Proteção Civil e Florestas e Estratégia 2030 – Operacionalização e Monitorização no Médio Tejo.

No que respeita à aquisição de bens de capital, evidenciam-se igualmente investimentos significativos associados a projetos como a Gestão Integrada de Proteção Civil no Médio Tejo, a Melhoria da Mobilidade e a iniciativa Smart Region | Território Inteligente, reforçando o compromisso da CIM Médio Tejo com a modernização, inovação tecnológica e aumento da resiliência territorial.

As despesas com pessoal (2.078.431,00€) continuam também a assumir relevância no conjunto da despesa, tendo os respetivos valores sido apurados de acordo com o estabelecido no POCAL/SNC-AP e em conformidade com o Mapa de Pessoal em vigor.

Adicionalmente, registam-se ainda Transferências Correntes (282.091,00€) e Outras Despesas (69.530,00€), que, embora com expressão mais reduzida no total da despesa, são essenciais para assegurar o normal funcionamento das atividades e compromissos da CIM Médio Tejo.

Ao nível das Grandes Opções do Plano e tendo em conta os objetivos estratégicos definidos, as despesas distribuem-se da seguinte forma:

Objectivos Estratégicos		Valor	%
OB1.	Renovação do modelo competitivo regional: internacionalização, investimento e inovação	565 078 €	2,51%
OB2.	Qualidade de vida pela promoção da coesão distintiva: atratividade populacional, inclusão e inovação social	1 318 520 €	5,85%
OB3.	Qualificação dos recursos por valorização económica e sustentável: ambiente, turismo e produtos endógenos	3 656 826 €	16,23%
OB4.	Resiliência do Território e das suas Articulações: Afirmação Funcional e Equilibrada	476 936 €	2,12%
OB5.	Qualidade de acesso pela consolidação de redes: conectividade, acessibilidade e mobilidade	13 188 708 €	58,52%
OB6.	Governança eficiente e integrada: adaptação estrutural, transição digital, economia do conhecimento e eficiência coletiva	3 331 721 €	14,78%

6.6 Demonstrações Financeiras Previsionais

No âmbito do SNC-AP, a NCP 1 estabelece que as entidades públicas devem elaborar demonstrações financeiras previsionais, nomeadamente o balanço, a demonstração dos resultados por natureza e a demonstração dos fluxos de caixa, aprovadas pelos órgãos competentes. Todavia, apesar desta previsão normativa, não existe até ao momento regulamentação específica que defina o modelo, a estrutura, o horizonte temporal ou o processo de aprovação destas demonstrações no contexto da Administração Local.

Esta ausência de enquadramento regulamentar foi reforçada com a remoção do artigo 78º no Orçamento do Estado para 2025, que anteriormente poderia constituir base legal para clarificação ou imposição de obrigações específicas relativas às demonstrações financeiras previsionais das autarquias. Assim, o OE 2025 não acrescenta normas nem orientações que supram a lacuna existente, mantendo-se inalterado o quadro legal aplicável.

A Lei n.º 73/2013 continua a prever, no artigo 47.º, a necessidade de regulamentação para os elementos do orçamento, a publicar por decreto-lei — regulamentação essa que nunca chegou a ser emitida. Também o Decreto-Lei n.º 192/2015, ao aprovar o SNC-AP, manteve apenas o ponto 3.3 do POCAL relativo às regras previsionais aplicáveis ao orçamento, não abrangendo as demonstrações financeiras previsionais.

Do ponto de vista operacional, também se verificam limitações significativas: os sistemas informáticos utilizados pela generalidade dos municípios, incluindo o software disponibilizado pela AIRC, não disponibilizam modelos, funcionalidades ou automatismos que permitam a elaboração das demonstrações financeiras previsionais de forma integrada, fiável ou alinhada com o SNC-AP. As software houses confirmam aguardar orientações técnicas formais para proceder ao respetivo desenvolvimento.

Neste contexto, e em conformidade com a interpretação largamente partilhada entre os municípios e entidades intermunicipais, a CIM Médio Tejo elabora e apresenta as demonstrações financeiras previsionais apenas para cumprimento formal das obrigações atualmente comunicadas, sendo importante assinalar que:

- não existem normas que permitam uma elaboração tecnicamente consistente ou comparável;
- não é possível garantir rigor financeiro ou coerência previsional entre os diferentes mapas exigidos;
- não existe suporte aplicacional para assegurar a sua integração nos sistemas contabilísticos.

As demonstrações financeiras previsionais incluídas no presente Relatório de Gestão devem, assim, ser entendidas como documentos formais, produzidos na ausência de regulamentação específica e de condições técnicas adequadas, não representando projeções financeiros robustas nos termos previstos pelo SNC-AP. Em face da proposta do OE 2026, que não introduz novas disposições claras sobre a obrigatoriedade destas demonstrações para a administração local, reforça-se que os mapas previsionais foram elaborados apenas para cumprimento formal. Qualquer alteração legislativa futura poderá implicar a revisão deste entendimento.

Em conformidade com a organização documental adotada, os mapas previsionais encontram-se incluídos nos anexos ao presente Orçamento, nomeadamente o Balanço Previsional, a Demonstração de Resultados por Naturezas Previsional e o Mapa de Fluxos de Caixa Previsional.

Anexos

The background of the page is an abstract composition of overlapping geometric shapes in various shades of teal and light blue. The shapes are angular and layered, creating a sense of depth and movement. The overall aesthetic is modern and minimalist.

7.1 Estrutura do Mapa de Pessoal

ESTRUTURA DO MAPA DE PESSOAL DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO MÉDIO TEJO PARA O ANO DE 2026

(nos termos do art.º 29º do Anexo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho)

Unidade Orgânica	Responsabilidades Técnicas e Organizacionais	Cargo/ Carreira/ Categoria	Área de Formação Académica e/ou Profissional	Atribuições/Competências/atividades Anexo I	Postos de Trabalho				Obs.
					P	O	AP	T	
Secretariado Executivo Intermunicipal	Garantir eficácia administrativa e jurídica	1º Secretário Executivo	Direito	1	1	0	0	1	Nomeação
		Secretário Intermunicipal	Geografia	2	1	0	0	1	Nomeação
Departamento de Gestão e Coordenação Intermunicipal	Assegurar coerência estratégica e integração institucional	Diretor de Departamento (Dirigente intermédio de 1.º grau)	Gestão de Empresas	3	1	0	0	1	(a)
Divisão de Desenvolvimento Territorial e Políticas Intermunicipais	Fomentar coesão social e desenvolvimento regional	Chefe de Divisão (Dirigente intermédio de 2.º grau)	Geografia	3	1	0	0	1	
		Técnico Superior	Relações Internacionais/especialização em Turismo	4	1	0	0	1	TI
			Psicologia	5	1	0	0	1	TIc
				5	1	0	0	1	TIc
				5	1	0	0	1	TIc
			Área de Economia/Gestão de Empresas/Finanças/Administração Pública	6	0	0	1	1	TI
			Área de Turismo	4	0	0	1	1	
			Área Educação	7	0	0	1	1	TI
Divisão de Ordenamento do Território, Ambiente e Recursos Naturais	Planeamento sustentável e prevenção de riscos	Chefe de Divisão (Dirigente intermédio de 2.º grau)	Engenharia Biofísica	3	1	0	0	1	(a)
		Técnico Superior	Engenharia Biofísica	8	0	1	0	1	TI_a)
			Gestão do Território	9	1	0	0	1	TI
			Ciências da Informação	10	1	0	0	1	TI
			Engenharia Florestal e dos Recursos Naturais	11	1	0	0	1	TI
			Proteção Civil	12	1	0	0	1	TI
			Engenharia do Ambiente	13	1	0	0	1	TI
		Assistente Técnico	Técnico de Sistemas de Informação Geográfica	14	1	0	0	1	TI

		Assistente Operacional	Sapadores Florestais	15	29	0	0	29	TI
Divisão de Administração, Finanças e Contratualização	Conformidade financeira e valorização dos RH	Chefe de Divisão (Dirigente intermédio de 2.º grau)		3	0	0		0	
		Técnico Superior	Gestão de Empresas	16	0	1	0	1	TI_a)
				17	1	0	0	1	TI
				17	1	0	0	1	TI
				17	1	0	0	1	TI
			Auditoria e Fiscalidade	17	1	0	0	1	TI
				17	1	0	0	1	TI
			Administração Pública	17	1	0	0	1	TI
			Gestão e Administração Pública	18	0	1	0	1	TI
			Gestão de Empresas	19	1	0	0	1	TI (c)
			Área de Engenharia Civil	20	0	0	1	1	TI
			Gestão Recursos Humanos	21	1	0	0	1	TI (b)
			Gestão de Recursos Humanos	22	1	0	0	1	TI
		Especialista de Sistemas e Tecnologias de Informação	Informática (Especialista de Sistemas e Tecnologias de Informação)	23	1	0	0	1	TI
				23	0	0	1	1	TI
		Técnico de Sistemas e Tecnologias de Informação	Informática nível 4	24	0	0	1	1	TI
		Assistente Técnico	Curso Profissional de Contabilidade e Técnicas Administrativas	1	1	0	0	1	TI
Divisão de Transportes e Mobilidade	Assegurar mobilidade eficiente e sustentável	Chefe de Divisão (Dirigente intermédio de 2.º grau)	Engenharia do Território	3	1	0	0	1	(a)
		Técnico Superior	Engenharia do Território	25	0	1	0	1	TI_a)
			Ciências da Engenharia Civil - Especialização em Urbanismo, Transportes e Vias de Comunicação	26	1	0	0	1	TI
			Geografia e Planeamento Regional	26	1	0	0	1	TI
			Área de Mobilidade e Transportes	26	0	0	1	1	TI

		Assistente Técnico	12º ano	27	1	0	0	1	TI
				27	1	0	0	1	TI
Gabinete de Apoio ao Secretariado Executivo Intermunicipal	Assegurar fluidez administrativa e institucional	Coordenador de Gabinete (equivalente a Dirigente intermédio de 3.º grau)		3	0	0		0	
		Técnico Superior	Ciências da Comunicação - Especialização em Publicidade	28	1	0	0	1	TI (d)
Gabinete de Comunicação e Imagem	Promover visibilidade institucional e comunicação eficaz	Coordenador de Gabinete (equivalente a Dirigente intermédio de 3.º grau)		3	0	0		0	
		Técnico Superior	Comunicação Social e Educação Multimédia /jornalismo	29	1	0	0	1	TI
			Área de Comunicação	29	0	0	1	1	TI
			Área Design Gráfico	30	1	0	0	1	TI
Gabinete Jurídico e de Auditoria	Garantir legalidade e transparência	Coordenador de Gabinete (equivalente a Dirigente intermédio de 3.º grau)	Direito	3	1	0	0	1	
		Técnico Superior	Direito	31	0	1	0	1	TI_a) (b) (e)
				32	1	0	0	1	TI
				32	0	0	1	1	TI
					65	5	9	79	

Notas:

(a) Cargos dirigentes, Lei n.º 2/2004, de 15/01, conjugada com a Lei n.º 77/2015, de 29/07

(b) desempenham também as funções de tesouraria

(c) desempenha também funções no Gabinete Jurídico e de Auditoria

(d) desempenha também funções no Gabinete de Comunicação e Imagem

(e) desempenha também funções na Divisão de Administração, Finanças e Contratualização

TI_a) - Postos de trabalho ocupados por trabalhadores a exercer cargos dirigentes, atendendo a que são lugares de origem

TI - Contrato de trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado

TIc - Contrato de trabalho em Funções Públicas a Termo Resolutivo Incerto

P - Lugares Providos e em exercício efetivo de funções na CIM MÉDIO TEJO

O - Lugares Ocupados e não providos. Correspondem aos postos de origem dos trabalhadores que se encontram m mobilidade interna noutro organismo e em cargos dirigentes

AP- lugares a Prover

T- Total

**ANEXO AO MAPA DE PESSOAL DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO MÉDIO
TEJO PARA O ANO DE 2026****Atribuições/Competências/Atividades**

De acordo com o estatuído nos artigos 28 e 29º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, em cada exercício orçamental, o empregador público, deve planear as atividades de natureza permanente ou temporária, considerando a missão, as atribuições, a estratégia, os objetivos fixados, as competências das unidades orgânicas e os recursos financeiros disponíveis, devendo incluir eventuais alterações a introduzir, bem como o respetivo mapa de pessoal, devendo estes elementos acompanhar a proposta de orçamento.

Assim, deve constar do mapa de pessoal, a indicação do número de postos de trabalho de que o órgão ou serviço carece para o desenvolvimento das respetivas atividades, caracterizados em função:

- a). Da atribuição, competência ou atividade que o seu ocupante se destina a cumprir ou executar;
- b). Do cargo ou da carreira e categoria que lhes correspondam;
- c). Dentro de cada carreira e, ou, categoria, quando imprescindível, da área de formação académica ou profissional de que o seu ocupante deva ser titular;
- d). Do perfil de competências transversais da respetiva carreira ou categoria, regulamentado por portaria do membro do Governos responsável pela área da Administração Pública e complementado com as competências associadas à especificidade do posto de trabalho.

Os Postos de Trabalho pressupõem um conjunto de tarefas destinadas à concretização de um objetivo laboral pré-determinado, com aptidões, exigências e responsabilidades especialidades específicas, tendo em conta a unidade orgânica em que estão inseridos.

As funções a desempenhar pelos trabalhadores, são assim determinadas por um conjunto de tarefas integradas em postos de trabalho inseridos em unidades diferenciadas, com características semelhantes quanto a aptidões, exigências e responsabilidades inerentes à concretização das referidas tarefas, ainda que variem os meios e algumas condições gerais, ambientais ou de organização.

A atividade que cada trabalhador exerce, não prejudica o exercício de funções que lhe sejam afins ou funcionalmente ligadas, para as quais o mesmo detenha qualificação profissional adequada, mesmo que não descritas no conteúdo funcional das carreiras gerais (técnico Superior, Assistente Técnico e Assistente Operacional), que resulta do Anexo à Lei n.º 35/2014 – LTFP.

Perante o exposto e considerando que o mapa de pessoal deve refletir de forma mais exata o conteúdo funcional dos postos de trabalho, descrevem-se de forma genérica e não exaustiva, as atribuições, competências e atividades dos postos de trabalho constantes do mapa de pessoal da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo.



Secretariado Executivo Intermunicipal	
Atividade 1	Exercer a coordenação superior e global da administração da CIM Médio Tejo, assegurando a liderança estratégica da entidade, a prática dos atos jurídicos e administrativos necessários ao regular funcionamento dos serviços, a representação institucional junto dos municípios associados, da Administração Central e de outras entidades públicas ou privadas. Implementar as deliberações do Conselho Intermunicipal e da Assembleia Intermunicipal, garantindo o cumprimento dos normativos legais e regulamentares em vigor, bem como a concretização dos planos e objetivos estratégicos definidos para a ação intermunicipal.
Atividade 2	Dirigir superiormente os serviços técnicos da CIM Médio Tejo, assegurando a coerência das políticas e dos projetos intermunicipais, emitindo diretivas técnicas vinculativas para todas as unidades orgânicas. Exercer o poder hierárquico sobre os trabalhadores em funções públicas afetos aos serviços da CIM Médio Tejo, promovendo a articulação com os órgãos municipais, a Administração Central, as entidades do setor público e os organismos da União Europeia, no respeito pelo princípio da subsidiariedade e da autonomia local.
Departamento de Gestão e Coordenação Intermunicipal	
Atividade 3	Exercício das competências constantes do artigo 6º da Lei n.º 77/2015, de 29 de julho e competências constantes no Regulamento Interno dos Serviços da CIM Médio Tejo.
Divisão de Desenvolvimento Territorial e Políticas Intermunicipais	
Atividade 3	Exercício das competências constantes do artigo 6º da Lei n.º 77/2015, de 29 de julho e competências constantes no Regulamento Interno dos Serviços da CIM Médio Tejo.
Atividade 4	Apoio na elaboração de planos, programas e instrumentos de natureza estratégica bem como colaboração na respetiva implementação e no desenvolvimento de projetos intermunicipais; Apoio no exercício das atribuições e competências da CIM Médio Tejo, em particular nas áreas de valorização económica dos recursos endógenos, desenvolvimento turístico, cultural e desportivo; Assegurar as funções de estudo, planeamento e gestão técnica dos projetos intermunicipais; Apoio na elaboração e acompanhamento de candidaturas a fundos comunitários ou outras fontes de financiamento para a implementação das iniciativas e projetos intermunicipais; Apoio na articulação entre a CIM Médio Tejo, municípios, serviços da administração central, parceiros regionais e demais entidades para o adequado desenvolvimento dos projetos e iniciativas de interesse intermunicipal; Apoio no desenvolvimento dos procedimentos de contratação pública e acompanhamento na execução dos contratos na respetiva área de atuação; Apoio na realização de ações de



	<p>comunicação e iniciativas para a promoção da região a nível nacional e internacional; Assegurar a atualização e gestão de conteúdos do Portal Regional e outras plataformas desenvolvidas no âmbito dos projetos culturais e turísticos; Colaboração com os vários serviços da CIM Médio Tejo na elaboração de informações técnicas, planos e relatórios de atividades; Assegurar outras tarefas que lhe sejam superiormente cometidas em matérias da sua área de intervenção.</p>
Atividade 5	<p>Apoio psicológico e psicoterapêutico a crianças e jovens vítimas de violência doméstica; Apoio psicológico às vítimas de violência doméstica.</p> <p>Apoio à implementação do Plano Estratégico Intermunicipal da Educação, nomeadamente: Colaborar na preparação e dinamização de ações de articulação e mobilização dos municípios, Agrupamentos de Escolas / Escolas Não Agrupadas e entidades parceiras visando a estruturação, implementação e monitorização / avaliação de atividades promotoras do sucesso escolar; Colaborar na preparação, implementação e monitorização / avaliação de medidas intermunicipais. Colaborar na preparação, concertação e divulgação das ofertas formativas profissionalizantes no Médio Tejo.</p> <p>Apoio na área social: Colaborar na preparação, implementação e monitorização / avaliação de projetos em que a CIM Médio Tejo assume o papel de investidor social.</p>
Atividade 6	<p>Apoio na elaboração e submissão de candidaturas intermunicipais a apresentar no âmbito de fundos e programas comunitários e/ou a outros Programas/ Linhas de Apoio de âmbito nacional; Acompanhamento técnico e financeiro das candidaturas aprovadas, no âmbito de Fundos Comunitários e/ou a outros Programas/ Linhas de Apoio a nível nacional; Elaboração de pareceres técnicos relacionados com a análise, acompanhamento e controlo de candidaturas, nos aspetos financeiro e/ou processual (direito comunitário, fiscal, do trabalho, da contratação pública, entre outros); Utilização de aplicações informáticas específicas para a gestão processual, financeira e de controlo de candidaturas aprovadas e em execução; Gestão financeira e administrativa de projetos intermunicipais desenvolvidos no âmbito de fundos e programas comunitários e/ou programas/linhas de apoio a nível nacional, incluindo, submissão de pedidos de pagamento, controlo contabilístico das contrapartidas comunitárias e/ou nacionais, acompanhamento dos trabalhos junto dos municípios e entidades parceiras nos projetos e desenvolvimento de processos de contratação pública para aquisição de bens e serviços; Desenvolvimento de mecanismos para apoio na gestão física e financeira de controlo das atividades dos projetos intermunicipais; Apresentação de propostas de projetos intermunicipais a Fundos Comunitários e/ou a outros Programas/ Linhas de Apoio de âmbito nacional;</p>



	Apoio no desenvolvimento de serviços partilhados de compras públicas na região do Médio Tejo (Central de Compras da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo - CC-CIM Médio Tejo), nomeadamente, condução de processos negociais, apoio às Entidades Aderentes na adesão aos serviços da CC-CIM Médio Tejo e cobrança de remunerações; Apoio à gestão financeira da CIM Médio Tejo.
Atividade 7	Apoio na elaboração de planos, programas e instrumentos de natureza estratégica bem como colaboração na respetiva implementação e no desenvolvimento de projetos intermunicipais; Apoio no exercício das atribuições e competências da CIM Médio Tejo, em particular no domínio da educação; Assegurar as funções de estudo, planeamento e gestão técnica dos projetos intermunicipais; Apoio na elaboração e acompanhamento de candidaturas a fundos comunitários ou outras fontes de financiamento para a implementação das iniciativas e projetos intermunicipais; Participação em grupos de trabalho e apoio na articulação entre a CIM Médio Tejo, municípios, serviços da administração central, parceiros e demais entidades para o adequado desenvolvimento dos projetos e iniciativas de interesse intermunicipal; Apoio no desenvolvimento dos procedimentos de contratação pública e acompanhamento na execução dos contratos na respetiva área de atuação; Colaboração com os vários serviços da CIM Médio Tejo na elaboração de informações técnicas, planos e relatórios de atividades; Assegurar outras tarefas que lhe sejam superiormente cometidas em matérias da sua área de intervenção.
Divisão de Ordenamento do Território, Ambiente e Recursos Naturais	
Atividade 3	Exercício das competências constantes do artigo 6º da Lei n.º 77/2015, de 29 de julho e competências constantes no Regulamento Interno dos Serviços da CIM Médio Tejo.
Atividade 8	Elaboração e submissão de candidaturas intermunicipais a apresentar no âmbito de fundos e programas comunitários e/ou a outros Programas/ Linhas de Apoio de âmbito nacional; Acompanhamento técnico e financeiro das candidaturas aprovadas, no âmbito de Fundos Comunitários e/ou a outros Programas/ Linhas de Apoio a nível nacional; Gestão de projetos financiados por fundos comunitários (controle interno de candidaturas e apoio na elaboração de pedidos de pagamento); Apoio na análise e acompanhamento de processos de aquisição; Elaboração de relatórios de execução de projetos; Apoio na elaboração de planos, programas e instrumentos de natureza estratégica bem como colaboração na respetiva implementação e no desenvolvimento de projetos intermunicipais; Apoio na preparação dos instrumentos de operacionalização da estratégia intermunicipal e no funcionamento dos respetivos mecanismos de governação territorial integrada; Assegurar o acompanhamento dos trabalhos no domínio do Ordenamento e Gestão do Território e Recursos Naturais; Apoio à implementação

	<p>e desenvolvimento de projetos intermunicipais, em Sistemas de Informação Geográfica (SIG), no âmbito do planeamento, ordenamento do território e políticas de conservação da natureza; Assegurar o acompanhamento dos trabalhos no domínio proteção civil e florestas, incluindo a gestão das duas Brigadas de Sapadores Florestais e dinamização das atividades do Gabinete Técnico Florestal intermunicipal, nomeadamente na implementação do funcionamento do sistema nacional de gestão integrada de fogos rurais na sub-região do Médio Tejo; Apoio na gestão integrada de combate a espécies invasoras; Promover ações de gestão integrada no âmbito do ambiente, gestão hídrica e adaptação/ mitigação das alterações climáticas, bem como no domínio da promoção de uma economia circular, valorização dos resíduos; Colaboração com os vários serviços da CIM Médio Tejo na elaboração de informações técnicas, planos e relatórios de atividades.</p>
Atividade 9	<p>Gestão de serviços dos sites online, nomeadamente serviços de arcgisserver, wms, wfs, entre outras; Gestão/administração da plataforma de disponibilização de informação geográfica online; Apoio técnico externo nas plataformas partilhadas junto dos parceiros da CIM Médio Tejo; Atualização e gestão das bases de dados geográficas e alfanuméricas; Apoio na recolha e tratamento de informação geográfica e alfanumérica que a caracteriza, harmonização da informação geográfica referente aos Municípios integrantes desta CIM Médio Tejo; Validação, estruturação e integração de dados provenientes de várias fontes e de diferentes formatos; Levantamentos de campo georreferenciados com recursos a GPS submetrico; colaboração na preparação de elementos/ documentos para apoio à tomada de decisão na área de ordenamento do território de cariz intermunicipal; recorrer com frequência, a tecnologias informáticas, como no caso dos Sistemas de informação geográfica (SIG) que permitem obter, armazenar, manipular e analisar informação especialmente referenciada; Análise e interpretação da cartografia temática em ambiente SIG, como ferramenta de apoio à tomada de decisão; Integração de cartografia digital em ambiente SIG; Apoio na elaboração de Candidaturas intermunicipais, nomeadamente colaboração nas secções técnicas e memória descritiva; Apoio na Contratação pública dos procedimentos a realizar; Apoio interno a outras unidades/áreas/projetos da CIM Médio Tejo na integração de informação geográfica, controlo de qualidade e disponibilização de informação; Apoio na elaboração de relatórios e estudos na área de ordenamento do território, na área saúde, educação e transportes/mobilidade.</p>
Atividade 10	<p>Apoio na elaboração de planos, programas e instrumentos de natureza estratégica bem como colaboração na respetiva implementação e no desenvolvimento de projetos intermunicipais, designadamente pela análise e</p>

	<p>estruturação, tratamento e gestão de dados/informação, de várias fontes e de temas (e.g mobilidade, energia, economia circular, ordenamento do território), aplicando metodologias de inteligência artificial e machine learning ; Apoio na elaboração de documentação técnica na vertente de gestão de um grande volume de dados, designadamente no âmbito dos sistemas de informação geográfica (SIG); Apoio no processo de digitalização territorial ou horizontal, incluindo conceitos de smart cities/regions, de inteligência territorial e de sensorização do território; Apoio na produção, validação, estruturação e integração de informação/conteúdos georreferenciados, agregados, em ambiente SIG. Apoio na elaboração e acompanhamento de candidaturas a fundos comunitários ou outras fontes de financiamento para a implementação das iniciativas e projetos intermunicipais da unidade orgânica; Apoio na articulação entre a CIM Médio Tejo, municípios, serviços da administração central, parceiros regionais e demais entidades para o adequado desenvolvimento dos projetos e iniciativas de interesse intermunicipal; Apoio no desenvolvimento dos procedimentos técnicos inerentes à contratação pública e acompanhamento na execução dos contratos na respetiva área de atuação; Colaboração com os vários serviços da CIM Médio Tejo;</p>
Atividade 11	<p>Instalação e manutenção da rede primária de defesa da floresta contra incêndios, nas ações de consolidação e pós-fogo, bem como nas ações de estabilização de emergência; Silvicultura de carácter geral; Silvicultura preventiva no âmbito dos incêndios florestais, na vertente da gestão de combustível florestal, com recurso a técnicas manuais, moto manuais, mecânicas ou pelo uso de fogo controlado, entre outras; Manutenção e proteção de povoamentos florestais, no âmbito da gestão florestal e do controlo de agentes bióticos nocivos; Manutenção e beneficiação de infraestruturas de defesa da floresta e apoio à gestão florestal; Sensibilização das populações para as normas de conduta em matéria de proteção florestal, nomeadamente no âmbito do uso do fogo, da limpeza das florestas e da fitossanidade; Vigilância armada, ações de primeira intervenção em incêndios florestais e apoio a operações de rescaldo e vigilância ativa pós-rescaldo, no âmbito da proteção civil, sendo ainda um agente de proteção civil, nos termos da Lei de Bases da Proteção Civil, aprovada pela Lei n.º 27/2006, de 3 julho, alterada e republicada pela Lei n.º 80/2015, de 3 de agosto, com missões de intervenção de proteção civil previstas em diretivas operacionais específicas da Autoridade Nacional da Proteção Civil (ANPC); Desempenhar as ações de líder de brigada de sapadores florestais; Apoio na elaboração do plano anual de atividades da brigada de sapadores florestais, designadamente na definição da área de atuação anual e indicação das ações a desenvolver no âmbito do serviço público; Apoio na</p>



	<p>elaboração dos relatórios de atividades da brigada de sapadores florestais; Apoio na elaboração trimestral de plano de trabalhos de gestão de combustível; Comunicar a não operacionalidade do equipamento individual e coletivo, bem como a necessidade de manutenção ou substituição, no caso de perda ou deterioração grave, ou sempre que não assegure a funcionalidade e segurança da brigada de sapadores florestais; Colaboração/ concertação das atividades da brigada de sapadores florestais com as atividades promovidas no âmbito do Gabinete Técnico Florestal Intermunicipal; Apoio na elaboração das especificações técnicas dos procedimentos de Contratação pública; Apoio na elaboração de Candidaturas intermunicipais, nomeadamente colaboração nas secções técnicas e memória descritiva; Colaboração na preparação de elementos/ documentos para apoio à tomada de decisão de cariz municipal e intermunicipal.</p>
Atividade 12	<p>Apoio na elaboração de planos, programas e instrumentos de natureza estratégica bem como colaboração na respetiva implementação e no desenvolvimento de projetos intermunicipais, no âmbito da gestão dos recursos naturais, conservação da natureza, nomeadamente na gestão/reordenamento florestal, na adaptação/ mitigação das alterações climáticas e promoção de uma economia circular; Apoio no exercício das atribuições e competências da CIM MÉDIO TEJO decorrentes da lei, em particular nas áreas gestão florestal, designadamente na implementação do sistema nacional de gestão integrada de fogos rurais, nas alterações climáticas e economia circular; Apoio na elaboração de documentação técnica em matéria da gestão dos recursos naturais, gestão florestal e adaptação/ mitigação das alterações climáticas; Apoio na elaboração e acompanhamento de candidaturas a fundos comunitários ou outras fontes de financiamento para a implementação das iniciativas e projetos intermunicipais desta unidade orgânica; Apoio na articulação entre a CIM Médio Tejo, municípios, serviços da administração central, parceiros regionais e demais entidades para o adequado desenvolvimento dos projetos e iniciativas de interesse intermunicipal; Apoio na gestão integrada de combate a espécies invasoras; Apoio técnico nas atividades a promover no âmbito do gabinete técnico florestal intermunicipal; Apoiar/desempenhar as ações de líder de brigada/técnico de acompanhamento das brigadas de sapadores florestais, conforme regulamento interno da CIM Médio Tejo (regulamento nº246/2020 de 17 de março de 2020); Apoio no desenvolvimento dos procedimentos técnicos inerentes à contratação pública e acompanhamento na execução dos contratos na respetiva área de atuação; Colaboração com os vários serviços da CIM Médio Tejo; Apoio na produção, validação, estruturação e integração de informação/conteúdos georreferenciados, agregados, em ambiente SIG.</p>

Atividade 13	<p>Apoio na implementação de ações que visem a reciclagem de resíduos e subprodutos, promoção da sua valorização e sustentabilidade dos recursos; Apoio no ordenamento dos espaços; Promoção de projetos de aproveitamento de fontes renováveis de energia promovendo melhoria das políticas ambientais no quadro da economia circular; Apoio na elaboração de documentação técnica em matéria de ambiente, adaptação/ mitigação das alterações climáticas e economia circular; Apoio na produção, validação, estruturação e integração de informação/conteúdos georreferenciados, agregados, em ambiente de Sistemas de Informação Geográfica (SIG); Apoio na gestão integrada de combate a espécies invasoras; Apoio na criação de sistemas de remediação de solos, gestão de águas residuais; Apoio no desenvolvimento dos procedimentos técnicos inerentes à contratação pública e acompanhamento na execução dos contratos na respetiva área de atuação; Apoio em projetos intermunicipais na vertente ambiental, e.g. gestão do arvoredo urbano; Apoio na articulação entre a CIM Médio Tejo, municípios, serviços da administração central, parceiros regionais e demais entidades para o adequado desenvolvimento dos projetos e iniciativas de interesse intermunicipal; Colaboração com os vários serviços da CIM Médio Tejo; Apoio na elaboração e acompanhamento de candidaturas intermunicipais a apresentar no âmbito de fundos e programas comunitários e/ou a outros Programas/ Linhas de Apoio de âmbito nacional.</p>
Atividade 14	<p>Para além das competências referidas no anexo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, relativamente à caracterização das carreiras gerais – carreira de assistente técnico, constituem atividades/competências do presente posto de trabalho: Apoio na recolha e tratamento de informação geográfica e alfanumérica que a caracteriza, referente aos Municípios integrantes da CIM Médio Tejo; Colaboração na Harmonização da informação geográfica e alfanumérica dos vários Municípios; Integração da informação em ambiente SIG para posterior disponibilização no sistema WebSIG; Apoio na preparação de informação geográfica e outros conteúdos a constar no sítio regional e outras aplicações; Apoio no Controlo de qualidade de cartografia digital e redes de cadastro, elaborada mediante as normas técnicas e requisitos específicos; Apoio nos trabalhos de campo, recolha de informação e coordenação de pontos em campo; Atendimento, consolidação de reservas e resolução de constrangimentos no âmbito do projeto transporte a pedido.</p>
Atividade 15	<p>Para além das competências referidas no anexo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, relativamente à caracterização das carreiras gerais – carreira de assistente operacional, constituem atividades/competências do presente posto de trabalho: Silvicultura preventiva, na vertente da gestão de combustível florestal, com</p>

	<p>recurso a técnicas manuais, moto manuais, mecânicas ou fogo controlado, entre outras; Manutenção e proteção de povoamentos florestais, no âmbito da gestão florestal e do controlo de agentes bióticos nocivos; Silvicultura de carácter geral; Instalação, manutenção e beneficiação de infraestruturas de defesa da floresta e de apoio à gestão rural; Sensibilização das populações para as normas de conduta em matéria de proteção florestal e ambiental, nomeadamente no âmbito do uso do fogo, da gestão florestal das florestas e da fitossanidade; Vigilância, primeira intervenção e apoio ao combate a incêndios rurais, apoio a operações de rescaldo e vigilância ativa pós -rescaldo, no âmbito da proteção civil, sendo ainda um agente de proteção civil, nos termos da Lei de Bases da Proteção Civil, aprovada pela Lei n.º 27/2006, de 3 de julho, na sua redação atual, com missões de intervenção de proteção civil previstas em diretivas operacionais específicas da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC); Ações de estabilização de emergência que minimizem os danos resultantes de processo de erosão, desobstrução de rede viária e linhas de água que reduzem o impacto da perda de solo, promovendo a recuperação do potencial produtivo.</p>
Divisão de Administração, Finanças e Contratualização	
Atividade 3	Exercício das competências constantes do artigo 6º da Lei n.º 77/2015, de 29 de julho e competências constantes no Regulamento Interno dos Serviços da CIM Médio Tejo.
Atividade 16	Gestão de projetos financiados por fundos comunitários; Análise financeira de projetos; Apresentação de candidaturas; Controlo interno de candidaturas; elaboração de pedidos de pagamento; Controlo das despesas efetuadas e quitadas; Enquadramento de despesas; Preparação de orçamentos; Análise e acompanhamento de processos de aquisição; Relatórios de execução de projetos.
Atividade 17	Apoio na elaboração e submissão de candidaturas intermunicipais a apresentar no âmbito de fundos e programas comunitários e/ou a outros Programas/ Linhas de Apoio de âmbito nacional; Acompanhamento técnico e financeiro das candidaturas aprovadas, no âmbito de Fundos Comunitários e/ou a outros Programas/ Linhas de Apoio a nível nacional; Elaboração de pareceres técnicos relacionados com a análise, acompanhamento e controlo de candidaturas, nos aspetos financeiro e/ou processual (direito comunitário, fiscal, do trabalho, da contratação pública, entre outros); Utilização de aplicações informáticas específicas para a gestão processual, financeira e de controlo de candidaturas aprovadas e em execução; Gestão financeira e administrativa de projetos intermunicipais desenvolvidos no âmbito de fundos e programas comunitários e/ou programas/linhas de apoio a nível nacional, incluindo, submissão de pedidos de pagamento, controlo contabilístico das contrapartidas comunitárias e/ou nacionais, acompanhamento dos trabalhos junto dos municípios e entidades



	parceiras nos projetos e desenvolvimento de processos de contratação pública para aquisição de bens e serviços; Desenvolvimento de mecanismos para apoio na gestão física e financeira de controlo das atividades dos projetos intermunicipais; Apresentação de propostas de projetos intermunicipais a Fundos Comunitários e/ou a outros Programas/ Linhas de Apoio de âmbito nacional; Apoio no desenvolvimento de serviços partilhados de compras públicas na região do Médio Tejo (Central de Compras da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo - CC-CIM Médio Tejo), nomeadamente, condução de processos negociais, apoio às Entidades Aderentes na adesão aos serviços da CC-CIM Médio Tejo e cobrança de remunerações; Apoio à gestão financeira da CIM Médio Tejo
Atividade 18	Funções inerentes ao serviço de contabilidade de acordo com o POICAL, nomeadamente, no que respeita à proposta de elaboração da Conta de Gerência; Opções do Plano e Orçamento; Relatório de Atividades e PPI; assim como, execução do controlo orçamental por rubrica; Garantir o pagamento a fornecedores; Registo da receita e da despesa; Manutenção e atualização do Plano Económico, Patrimonial, Orçamental e Funcional; Análise e controlo das demonstrações financeiras (balanço, balancete); Inventariação do património - manter o seu registo atualizado e registo das amortizações; Apresentação de sugestões para melhoria dos serviços de gestão financeira.
Atividade 19	Elaboração, desenvolvimento e organização de processos de contratação pública para aquisição de bens e serviços; Recolha, tratamento e difusão de legislação, jurisprudência, doutrina e outra informação necessária aos serviços da CIM Médio Tejo; Assegurar a publicação no Diário do República de todos os diplomas, despachos, avisos e outros, que nele devam ser publicados; Elaboração e/ou acompanhamento de candidaturas, de âmbito municipal e/ou intermunicipal, a financiamento externo, designadamente a fundos comunitários; Recolha, preparação e tratamento de dados relativos à execução de candidaturas financiadas, designadamente por fundos comunitários, assegurando o acompanhamento e desenvolvimento das respetivas ações de formação, em conformidade com os requisitos subjacentes às regras de financiamento; Recolha, preparação e análise de dados referentes às necessidades formativas dos Municípios associados, seu enquadramento e elaboração das respetivas propostas formativas; Alinhamento das políticas de Gestão de Recursos Humanos/Gestão das pessoas com a estratégia da Comunidade Intermunicipal; Elaboração de propostas de formação, de atualização de conhecimentos e valorização dos percursos profissionais dos trabalhadores da Comunidade Intermunicipal; desenvolvimento do planeamento e promoção da formação, sua evolução e avaliação, designadamente, assegurando o contacto institucional com os/as



	<p>formadores/as para agendamento de ações de formação, promovendo a divulgação das ações de formação, seminários, workshop's ou outras iniciativas na área formativa aos municípios associados da CIM Médio Tejo; Assegurar o acompanhamento técnico-administrativo da formação organizada pela Comunidade Intermunicipal, designadamente, assegurando o numero mínimo de inscrições, os procedimentos de contratação de formadores/as, a disponibilização dos recursos pedagógicos necessários, assegurando a abertura e encerramento das ações, elaboração do dossier técnico-pedagógico e a emissão de certificados.</p>
Atividade 20	<p>Análise, acompanhamento e controlo físico e/ou no local de investimentos públicos / privados, nomeadamente de âmbito municipal e/ou intermunicipal, no âmbito de Fundos e Programas de Apoio da União Europeia e/ou nacionais, incluindo verificações à priori com vista à apreciação do enquadramento formal e físico nas regras dos respetivos fundos e programas comunitários e/ou nacionais; Análise e acompanhamento do processo de contratualização de investimentos privados, municipais e intermunicipais financiados por fundos e programas comunitários, e/ou nacionais; Elaboração de pareceres técnicos relacionados com o acompanhamento e controlo de candidaturas, nos aspetos físicos e processuais; Preparação e acompanhamento de projetos intermunicipais para a rentabilização de ações no âmbito da segurança, e higiene, transportes coletivos, energia, entre outros.</p>
Atividade 21	<p>Elaboração e proposta de instrumentos de gestão provisional de recursos humanos, mais concretamente na definição do mapa de pessoal, com análise integrada dos perfis de competências dos Postos de Trabalho; Implementar o modelo de Gestão Estratégica de Recursos Humanos na CIM Médio Tejo; Definição da Política de Gestão da Assiduidade e de Circuito de Processamento, de forma a obter eficiência, de acordo com os quadros normativos em vigor; estudar e propor medidas de racionalização e otimização de recursos humanos, com vista a contribuir para a redução de custos; identificar as necessidades em matéria de recursos humanos e propor a aplicação dos instrumentos adequados à seleção e recrutamento de trabalhadores, nomeadamente, promover e conduzir a tramitação de procedimentos concursais, nos termos legais, e diligenciar pelo recurso aos instrumentos de mobilidade interna e cedência de interesse público, previstos na Lei; Implementação e acompanhamento, enquanto instrumento gestor, o Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho (SIADAP) dos serviços, dos dirigentes e dos trabalhadores, de acordo com as regras estabelecidas na Lei; Implementação do Balanced Scorecard como metodologia estratégica de suporte à consecução da gestão por objetivos e do SIADAP na CIM</p>



	<p>MÉDIO TEJO, nomeadamente com a Elaboração do Mapa Estratégico e a sua articulação e desdobramento para os QUAR's dos Serviços da CIM Médio Tejo; Elaboração e proposta de uma estratégia de harmonização para a implementação do SIADAP, nomeadamente nas matérias relativas a objetivos, desdobramento e alinhamento estratégico e competências; Propor e impulsionar as medidas adequadas à promoção dos trabalhadores em matéria de gestão de carreiras, de acordo com o mérito e resultados alcançados no âmbito do sistema de avaliação de desempenho; Informar e formular as cláusulas contratuais relativas a contratos de trabalho, de acordo com o regime legal; analisar e elaborar propostas de decisão sobre questões formuladas pelos trabalhadores, em matérias como a acumulação de funções, atribuição de horários de trabalho especial, prestação de trabalho extraordinário, direito a férias, segurança social e outras; Desenvolvimento de programas e ações com vista à desburocratização, simplificação e racionalização do funcionamento da CIM Médio Tejo, com implementação de boas práticas gestionárias.</p>
Atividade 22	<p>Elaboração de candidaturas de formação profissional, de âmbito intermunicipal, a financiamento externo, designadamente fundos comunitários; Recolha, preparação e tratamento de dados relativos à execução de candidaturas financiadas, designadamente por fundos comunitários, assegurando o acompanhamento e desenvolvimento das respetivas ações de formação, em conformidade com os requisitos subjacentes às regras de financiamento; Recolha, preparação e análise de dados referentes às necessidades formativas dos Municípios associados, seu enquadramento e elaboração das respetivas propostas formativas; Alinhamento das políticas de Gestão de Recursos Humanos/Gestão das pessoas com a estratégia da Comunidade Intermunicipal; Preparação, execução e avaliação dos meios, programas e medidas referentes aos processos de admissão, de alteração de posicionamento remuneratório, de formação e avaliação de desempenho dos trabalhadores, do respetivo cadastro e remunerações, designadamente: Desenvolvimento e acompanhamento técnico-processual dos procedimentos de recrutamento e seleção de pessoal, nas suas diversas modalidades e em todas as suas fases; Organização e operacionalização de toda a tramitação do processo de avaliação de desempenho no âmbito do SIADAP; Elaboração de propostas de formação, de atualização de conhecimentos e valorização dos percursos profissionais dos trabalhadores da Comunidade Intermunicipal; desenvolvimento do planeamento e promoção da formação, sua evolução e avaliação, designadamente, assegurando o contacto institucional com os/as formadores/as para agendamento de ações de formação, promovendo a divulgação das ações de formação, seminários, workshop's ou outras iniciativas na</p>



	<p>área formativa aos municípios associados da CIM Médio Tejo; Assegurar o acompanhamento técnico-administrativo da formação organizada pela Comunidade Intermunicipal, designadamente, assegurando o numero mínimo de inscrições, os procedimentos de contratação de formadores/as, a disponibilização dos recursos pedagógicos necessários, assegurando a abertura e encerramento das ações, elaboração do dossier técnico-pedagógico e a emissão de certificados; Organizar e manter atualizados os processos individuais, o cadastro, os registos biográficos dos trabalhadores da Comunidade Intermunicipal, bem como o registo e controlo de assiduidade, respetivas faltas, férias e licenças; Exercer as demais funções, procedimentos, tarefas ou atribuições que lhe são cometidas por lei, pelo Regulamento de Organização dos Serviços, deliberação, despacho ou determinação superior.</p>
Atividade 23	<p>Para além das competências previstas no Decreto-Lei n.º 88/2023, de 10 de outubro, constituem atividades/competências do presente posto de trabalho: Conceção e desenvolvimento da arquitetura e acompanhamento da implementação dos sistemas e tecnologias de informação, assegurando a sua gestão e continuada adequação aos objetivos da organização; Definição dos padrões de qualidade e avaliação dos impactes, organizacional e tecnológico, dos sistemas de informação, garantindo a normalização e fiabilidade da informação, assim como normalização dos modelos de dados e estruturação dos conteúdos e fluxos informacionais da organização e definição das normas de acesso e níveis de confidencialidade da informação; Definição e desenvolvimento das medidas necessárias à segurança e integridade da informação e especificação das normas de salvaguarda e de recuperação da informação; Realização de estudos de suporte às decisões de implementação de processos e sistemas informáticos e à especificação e contratação de tecnologias de informação e comunicação (TIC) e de empresas de prestação de serviços de informática tendo em conta a realidade da CIM Médio Tejo e autarquias; planeamento e desenvolvimento de projetos de infra-estruturas tecnológicas, englobando, designadamente, sistemas servidores de dados, de aplicações e de recursos, redes e controladores de comunicações e dispositivos de segurança das instalações, assegurando a respetiva gestão e manutenção para o IDC restantes necessidades intermunicipais; configuração e instalação de peças do suporte lógico de base, englobando, designadamente, os sistemas operativos e utilitários associados, os sistemas de gestão de redes informáticas, de base de dados, e todas as aplicações e produtos de uso geral, assegurando a respetiva gestão e operacionalidade; configuração, gestão e administração dos recursos dos sistemas físicos e aplicativos instalados, de forma a otimizar a utilização e partilha das capacidades existentes e a resolver os</p>

	incidentes de exploração, e elaboração das normas e documentação técnica a que deva obedecer a respetiva operação; Assegurar a aplicação dos mecanismos de segurança, confidencialidade e integridade da informação armazenada e processada e transportada nos sistemas de processamento e redes de comunicação utilizados quer na CIM Médio Tejo quer nos projetos intermunicipais; Realização de estudos técnico-financeiros com vista à seleção e aquisição de equipamentos informáticos, sistemas de comunicação e de peças do suporte lógico de base tendo em conta a legislação de contratação pública em vigor (CCP); elaboração de rotinas e programas utilitários e definição de procedimentos de uso geral necessários a uma fácil e correta utilização dos sistemas aplicativos instalados assim como a prestação de apoio aos utilizadores na operação dos equipamentos informáticos e definição dos procedimentos de uso geral necessários a uma fácil e correta utilização de todos os sistemas instalados; desenvolvimento e gestão de projetos intermunicipais no âmbito de candidaturas de modernização administrativa.
Atividade 24	As atividades/competências do presente posto de trabalho são as previstas no Decreto-Lei n.º 88/2023, de 10 de outubro, nomeadamente: Funções de natureza essencialmente executiva, de aplicação de boas práticas, métodos e processos, com base em orientações e instruções estabelecidas, de grau médio de complexidade, na área de sistemas e tecnologias de informação; Participação em projetos de desenvolvimento, implementação ou evolução de sistemas e tecnologias de informação; Apoio à execução de atividades de gestão, administração, monitorização, manutenção, formação e apoio à utilização de sistemas e tecnologias de informação, garantindo o seu bom funcionamento e a segurança da informação tratada e armazenada por estes.
Competência 1	Para além das competências referidas no anexo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, relativamente à caracterização das carreiras gerais – carreira de assistente técnico, constituem atividades/competências do presente posto de trabalho: Prestar apoio administrativo geral à CIM Médio Tejo; Colaborar na submissão de pedidos de pagamento de projetos cofinanciados por programas nacionais e/ou comunitários; Assegurar a receção e registo, de entradas e saídas de correspondência, respetivo encaminhamento e arquivo, em conformidade com a política estabelecida para o funcionamento do sistema de gestão documental da CIM Médio Tejo; Assegurar o atendimento e encaminhamento de chamadas telefónicas; Assegurar trabalhos de processamento de texto de natureza diversa; Assegurar as tarefas relativas ao aprovisionamento; Prestar apoio na organização de reuniões e outros eventos organizados pela CIM Médio Tejo; Gerir a frota automóvel; Exercer as demais funções, procedimentos, tarefas ou atribuições que

	lhes são cometidas por lei, pelo Regulamento de Organização dos Serviços, despachos ou determinação superior.
Divisão de Mobilidade e Transportes	
Atividade 3	Exercício das competências constantes do artigo 6º da Lei n.º 77/2015, de 29 de julho e competências constantes no Regulamento Interno dos Serviços da CIM Médio Tejo.
Atividade 25	Apoio na elaboração de planos, programas e instrumentos de natureza estratégica bem como colaboração na respetiva implementação e no desenvolvimento de projetos intermunicipais; Apoio na preparação dos instrumentos de operacionalização da estratégia intermunicipal e no funcionamento dos respetivos mecanismos de governação territorial integrada; Recolha, acompanhamento e difusão pelos serviços, da informação relativa a instrumentos financeiros, comunitários ou nacionais, e oportunidades de investimento e financiamento com interesse intermunicipal; Apoio na elaboração e acompanhamento de candidaturas a fundos comunitários ou outras fontes de financiamento; Assegurar o acompanhamento dos trabalhos no domínio da Mobilidade e Transportes, incluindo a gestão técnica do serviço de Transporte a Pedido, apoio à elaboração e implementação do Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes, e apoio à atividade do Observatório da Mobilidade do Médio Tejo; Apoio ao exercício das atribuições da CIM Médio Tejo em matéria de Mobilidade e Transporte e das competências de Autoridade de Transportes no contexto da aplicação do Regime Jurídico de Serviço Público de Transporte de Passageiros; Colaboração com os vários serviços da CIM Médio Tejo na elaboração de informações técnicas, planos e relatórios de atividades.
Atividade 26	Apoio na elaboração de planos, programas e instrumentos de natureza estratégica bem como colaboração na respetiva implementação e no desenvolvimento de projetos intermunicipais; Apoio no exercício das atribuições e competências da CIM Médio Tejo, em particular nas áreas de mobilidade e transportes; Assegurar as funções de estudo, planeamento e gestão técnica dos projetos intermunicipais; Apoio na elaboração e acompanhamento de candidaturas a fundos comunitários ou outras fontes de financiamento para a implementação das iniciativas e projetos intermunicipais; Apoio na articulação entre a CIM Médio Tejo, municípios, serviços da administração central, parceiros regionais e demais entidades para o adequado desenvolvimento dos projetos e iniciativas de interesse intermunicipal; Apoio no desenvolvimento dos procedimentos de contratação pública e acompanhamento na execução dos contratos na respetiva área de atuação; Colaboração com os vários serviços da CIM Médio Tejo na elaboração de informações técnicas, planos e relatórios de

	atividades; Assegurar outras tarefas que lhe sejam superiormente cometidas em matérias da sua área de intervenção.
Atividade 27	Para além das competências referidas no anexo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, relativamente à caracterização das carreiras gerais – carreira de assistente técnico, constituem atividades/competências do presente posto de trabalho: Prestar apoio administrativo geral à CIM Médio Tejo; Assegurar a receção e registo, de entradas e saídas de correspondência, respetivo encaminhamento e arquivo, em conformidade com a política estabelecida para o funcionamento do sistema de gestão documental da CIM Médio Tejo; Assegurar o atendimento e encaminhamento de chamadas telefónicas, nomeadamente no que concerne ao serviço telefónico do Transporte a Pedido; Assegurar trabalhos de processamento de texto, excel e powerpoint de natureza diversa; Prestar apoio na organização de reuniões e outros eventos organizados pela CIM Médio Tejo; Assegurar as tarefas relativas ao aprovisionamento; Colaborar na submissão de pedidos de pagamento de projetos cofinanciados por programas nacionais e/ou comunitários; Gerir a frota automóvel; Exercer as demais funções, procedimentos, tarefas ou atribuições que lhe são cometidas por lei, pelo Regulamento de Organização dos Serviços, despachos ou determinação superior.
Gabinete de Apoio ao Secretariado Executivo Intermunicipal	
Atividade 3	Exercício das competências constantes do artigo 6º da Lei n.º 77/2015, de 29 de julho e competências constantes no Regulamento Interno dos Serviços da CIM Médio Tejo.
Atividade 28	Elaboração de Planos de Comunicação e Marketing Global de âmbito intermunicipal; Apresentação de candidaturas financiadas por fundos comunitários; Divulgação regional e local na imprensa; Compilação e elaboração das estruturas taxionómicas e suas respetivas descrições, de forma a permitir a disponibilização de serviços on-line, a promoção à cidadania eletrónica, através da disponibilização de vários portais; Preparação de orçamentos; Apoio à preparação de STAND's representativos da CIM Médio Tejo; Análise e acompanhamento de processos de aquisição de material promocional e estudo e preparação de diversos materiais de divulgação no âmbito das diferentes iniciativas conjuntas dos Municípios, de modo a criar uma imagem coesa da Região do Médio Tejo; Apoio na preparação de reuniões, nomeadamente, as reuniões dos órgãos da CIM MÉDIO TEJO; Organização da agenda e desempenho de outras tarefas que lhe tenham sido atribuídas pelo Secretário Executivo, dentro do respetivo âmbito de atuação; Promoção dos contactos com stakeholders.
Gabinete de Comunicação e Imagem	



Atividade 3	Exercício das competências constantes do artigo 6º da Lei n.º 77/2015, de 29 de julho e competências constantes no Regulamento Interno dos Serviços da CIM Médio Tejo.
Atividade 29	Apoio na realização de ações de comunicação e iniciativas para a promoção da região a nível nacional e internacional; Realização, gestão e acompanhamento de campanhas de comunicação e assessoria de imprensa dos projetos intermunicipais, nomeadamente no âmbito do Turismo; Assegurar a atualização e gestão de conteúdos do Portal Regional e outras plataformas desenvolvidas no âmbito dos projetos culturais e turísticos; Produção e gestão de conteúdos nas redes sociais da CIM Médio Tejo; Apoio à organização e realização de eventos promovidos pela CIM Médio Tejo; Apoio nas atividades de participação da CIM Médio Tejo em feiras e eventos; Apoio na elaboração de planos, programas e instrumentos de natureza estratégica bem como colaboração na respetiva implementação e no desenvolvimento de projetos intermunicipais; Apoio no exercício das atribuições e competências da CIM Médio Tejo, em particular nas áreas de valorização económica dos recursos endógenos, desenvolvimento turístico, cultural e desportivo; Apoio no desenvolvimento dos procedimentos de contratação pública e acompanhamento na execução dos contratos na respetiva área de atuação; Colaboração com os vários serviços da CIM Médio Tejo na elaboração de informações técnicas, planos, candidaturas e relatórios de atividades; Assegurar outras tarefas que lhe sejam superiormente cometidas em matérias da sua área de intervenção.
Atividade 30	Desenvolvimento e desenho dos materiais gráficos (diversos suportes) no âmbito dos programas de comunicação dos projetos intermunicipais e outras iniciativas e eventos desenvolvidos no âmbito da atividade da CIM Médio Tejo; Apoio na realização de ações de comunicação e iniciativas para a promoção da região a nível nacional e internacional; Apoio e acompanhamento de campanhas de comunicação dos projetos intermunicipais; Apoio na atualização e gestão de conteúdos de sites da CIM Médio Tejo e outras plataformas desenvolvidas no âmbito dos projetos intermunicipais; Apoio na produção e gestão de conteúdos nas redes sociais da CIM Médio Tejo; Apoio à organização e realização de eventos promovidos pela CIM Médio Tejo; Apoio nas atividades de participação da CIM Médio Tejo em feiras e eventos; Apoio na elaboração de planos, programas e instrumentos de natureza estratégica bem como colaboração na respetiva implementação e no desenvolvimento de projetos intermunicipais; Apoio no desenvolvimento dos procedimentos de contratação pública e acompanhamento na execução dos contratos na respetiva área de atuação; Colaboração com os vários serviços da CIM Médio Tejo na elaboração de informações técnicas, planos,



	candidaturas e relatórios de atividades; Assegurar outras tarefas que lhe sejam superiormente cometidas em matérias da sua área de intervenção.
Gabinete Jurídico e de Auditoria	
Atividade 3	Exercício das competências constantes do artigo 6º da Lei n.º 77/2015, de 29 de julho e competências constantes no Regulamento Interno dos Serviços da CIM Médio Tejo.
Atividade 31	Realização de estudos e outros trabalhos de natureza jurídica conducentes à definição e concretização das políticas da CIM Médio Tejo; Elaboração de pareceres e informações sobre a interpretação e aplicação da legislação inerente à administração local; Emissão de pareceres jurídicos sobre o tipo de solicitações e matérias de competência da CIM Médio Tejo; Elaboração de normas e regulamentos internos; Recolha, tratamento e difusão de legislação, jurisprudência, doutrina e outra informação necessária ao serviço; Instrução ou acompanhamento, quando solicitado de processos disciplinares; Elaboração de contratos e documentos de cariz técnico-jurídico; Elaboração e acompanhamento de procedimentos de Contratação Pública; Apoiar auditorias externas; Efetuar o tratamento das contraordenações e o suporte operacional e logístico aos entes municipais no relacionamento com os Julgados de Paz.
Atividade 32	Assessoria jurídica e técnica ao Julgados de Paz, nas diversas áreas de atuação; Realizar os procedimentos jurídicos de preparação para a tomada de decisão; Preparação e instrução dos processos, por forma a garantir a conformidade jurídica dos processos; Elaboração estudos, recomendações, notas e pareceres jurídicos sobre problemas de gestão corrente; Preparação da documentação jurídica, por forma a assegurar os procedimentos jurídicos necessários ao funcionamento dos Julgados de Paz; Analise, do ponto de vista jurídico de todas as solicitações ou dúvidas colocadas por entidades externas, de forma a apoiar os Julgados de Paz em todas as situações que exijam uma análise e uma intervenção fundamentadas do ponto de vista legal; Analisar e preparar resposta a questões e necessidades colocadas internamente no sentido de garantir respostas fundamentadas do ponto de vista jurídico-legal a todas as situações que o exijam; Manter atualizada a documentação jurídica de suporte ao trabalho desenvolvido no Julgados de Paz, no sentido de garantir a acessibilidade à informação relevante ao desempenho da atividade; Elaborar peças processuais e outra documentação técnico-jurídica; Assegurar o apoio técnico-jurídico no domínio do contencioso.

Objetivo [1]		Número do projeto [2]		Designação do projeto [3]	Rubrica orçamental [4]	Forma de realiz. [5]	Fonte de Financiamento				Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec. [12]	Realizado em períodos anteriores [13]	Estimativa de realização do per. t-1 [14]	Pagamentos						Total previsto [21] = [ND] + [13] + ... + [20]				
							RG [6]	RP [7]	UE [8]	EMPR [9]	Financiam. não definido [ND]	Início [10]				Fim [11]	Períodos seguintes									
Obj	Prog	Ano / Nº	Ação	[15]	[16]	[17]							[18]	[19]	2031 e seg. [20]											
01				Renovação do Modelo Competitivo Regional: Internaci																						
01 01				Catalisador Regional para a Inovação e Crescimento																						
01	01	2017/5		Promoção de Ecossistemas de Inovação no Médio Tejo Ações Coletivas de Internacionalização CR Inove Dinamização ZLT e Energias Renováveis																						
01	01	2017/5	1/17	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria		02	020214	O			108 449	614 544		01/2017	12/2030	0		322 993	100 000	100 000	100 000	100 000	722 993			
01	01	2017/5	2/17	Outros trabalhos especializados		02	020220	O			83 152	471 196		01/2017	12/2030	0		154 348	100 000	100 000	100 000	100 000	554 348			
01	01	2017/5	4/17	Seminários, exposições e similares		02	020216	O			375	2 125		01/2017	12/2030	0		500	500	500	500	500	2 500			
01	01	2017/5	6/17	Outros serviços		02	020225	O			3 750	21 250		01/2017	12/2030	0		5 000	5 000	5 000	5 000	5 000	25 000			
01	01	2017/5	7/17	Publicidade		02	020217	O			5 625	31 875		01/2017	12/2030	0		17 500	5 000	5 000	5 000	5 000	37 500			
01	01	2017/5	8/17	Transferencias correntes - Instituições sem fins lucrativos.		02	040701	O			17 304	98 055		01/2017	12/2030	0		35 359	20 000	20 000	20 000	20 000	115 359			
Totais do Programa 01:											218 655	1 239 045						535 700	230 500	230 500	230 500	230 500	1 457 700			
01 03				Parcerias Internacionais e Ações Centralizadas da União																						
01	03	2024/11		INTERREG EUROPE - Projecto REWARD																						
01	03	2024/11	5/24	Outros trabalhos especializados		02	020220	O			11 476	45 902		01/2024	12/2027	0		19 378	38 000				57 378			
01	03	2024/11	6/24	Outros Serviços		02	020225	O			4 000	16 000		01/2024	12/2027	0		10 000	10 000				20 000			
Totais do Programa 03:											15 476	61 902						29 378	48 000				77 378			
Totais do Objetivo 01:											0	234 131	1 300 947	0	0			0	0	565 078	278 500	230 500	230 500	230 500	0	1 535 078
02				Qualidade de Vida pela Promoção da Coesão Distintiva:																						
02 01				Educação de Excelência no Médio Tejo																						
02	01	2015/9		PEDIME - Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal da Educação do Médio Tejo																						
02	01	2015/9	1/15	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria		02	020214	O			1 660	9 410		01/2015	12/2028	3		3 690	3 690	3 690			11 070			
02	01	2015/9	5/16	Seminários, exposições e similares		02	020216	O			5 884	33 341		01/2016	12/2028	3		13 075	13 075	13 075			39 225			
02	01	2015/9	6/16	Publicidade		02	020217	O			1 107	6 273		01/2016	12/2028	0		2 460	2 460	2 460			7 380			
02	01	2015/9	7/16	Outros trabalhos especializados		02	020220	O			178 094	1 009 198		01/2016	12/2028	3		610 000	383 091	194 201			1 187 292			
02	01	2015/9	8/15	Serviços de saúde		02	020222	O			40 007	226 708		01/2015	12/2028	3		88 905	88 905	88 905			266 715			
02	01	2015/9	9/18	Material de educação, cultura e recreio		02	020120	O			135	765		01/2018	12/2028											

Orçamento Inicial - Grandes Opções do Plano do ano 2026

																						Euros		
Objetivo [1]	Número do projeto [2]			Designação do projeto [3]	Rubrica orçamental [4]	Forma de realiz. [5]	Fonte de Financiamento					Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec. [12]	Pagamentos						Total previsto [21] = [ND] + [13] + ... + [20]			
															Realizado em períodos anteriores [13]	Estimativa de realização do per. t-1 [14]	Períodos seguintes							
	Obj	Prog	Ano / Nº				Ação	RG [6]	RP [7]	UE [8]	EMPR [9]	Financiam. não definido [ND]	Início [10]				Fim [11]	2026 [15]	2027 [16]	2028 [17]		2029 [18]	2030 [19]	2031 e seg. [20]
02																						Qualidade de Vida pela Promoção da Coesão Distintiva:		
02 01																						Educação de Excelência no Médio Tejo		
02	01	2015/9	12/18	Outros serviços	02	020225	O		29 818	168 969		01/2018	12/2028	3			60 000	86 264	52 523			198 787		
								Totais do Programa 01:		258 955	1 467 414						783 430	582 785	360 154				1 726 369	
02 02																						Saúde no Médio Tejo		
02	02	2015/11		Unidades Móveis de Saúde no Médio Tejo																				
02	02	2015/11	5/17	Locação de outros bens	02	020208	O		56 100			01/2017	12/2027	3			56 100					56 100		
02	02	2025/2		Estratégia Supramunicipal de Saúde Médio Tejo 2030																				
02	02	2025/2	1/26	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	02	020214	O		50 000			01/2026	12/2030	0			10 000	10 000	10 000	10 000	10 000	50 000		
02	02	2025/2	2/26	Transferências correntes - Instituições em fins lucrativos	02	040701	O		50 000			01/2026	12/2030	0			10 000	10 000	10 000	10 000	10 000	50 000		
								Totais do Programa 02:		156 100							76 100	20 000	20 000	20 000	20 000			156 100
02 03																						Médio Tejo Inclusivo		
02	03	2018/1		Médio Tejo Inclusivo																				
02	03	2018/1	1/26	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	02	020214	O		5 000			01/2026	12/2026	3			5 000					5 000		
02	03	2018/1	3/26	Publicidade	02	020217	O		250			01/2026	12/2026	0			250					250		
02	03	2018/1	4/26	Outros trabalhos especializados	02	020220	O		30 000			01/2026	12/2026	0			30 000					30 000		
02	03	2026/2		Capacitação de Públicos Estratégicos para a Cidadania e Inclusão, com vista à Inclusão de PCDI																				
02	03	2026/2	1/26	Outros trabalhos especializados	02	020220	A		6 750	38 250		01/2026	12/2027	0			22 500	22 500				45 000		
								Totais do Programa 03:		42 000	38 250						57 750	22 500						80 250
02 04																						Estratégia Integrada de Combate à Violência Domésti		
02	04	2024/3		MARIA III - Estratégia Integrada de Intervenção para a Área da VDG no Médio Tejo e Resposta de Apoio Psicológico para Crianças e Jovens Vítimas de Violência Doméstica																				
02	04	2024/3	2/24	Pessoal em regime de tarefa ou avença	02	010107	O		4 303	24 381		01/2024	12/2029	0			28 684					28 684		
02	04	2024/3	3/24	Seminários, exposições e semilares	02	020216	O		37	213		01/2024	12/2029	0			250					250		
02	04	2024/3	4/24	Comunicações	02	020209	O		82	463		01/2024	12/2029	0			545					545		
02	04	2026/3		Formação de Públicos Estrangeiros																				
02	04	2026/3	1/26	Outros trabalhos especializados	02	020220	A		5 733	32 487		01/2026	12/2027	0			19 110	19 110				38 220		
								Totais do Programa 04:		10 155	57 544						48 589	19 110						67 699

Orçamento Inicial - Grandes Opções do Plano do ano 2026

																						Euros																					
Objetivo		Número do projeto		Designação do projeto	Rubrica orçamental		Forma de realiz.	Fonte de Financiamento					Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Pagamentos						Total previsto																					
[1]	[2]	[3]	[4]					[5]	RG [6]	RP [7]	UE [8]	EMPR [9]	Financiam. não definido [ND]	Início [10]		Fim [11]	[12]	Realizado em períodos anteriores [13]	Estimativa de realização do per. t-1 [14]	Períodos seguintes						[21] = [ND] + [13] + ... + [20]																	
																				2026 [15]	2027 [16]		2028 [17]	2029 [18]	2030 [19]		2031 e seg. [20]																
Obj	Prog.	Ano / Nº	Ação																																								
02																						Qualidade de Vida pela Promoção da Coesão Distintiva:																					
02 05																						Parcerias Internacionais e Ações Centralizadas da União																					
02 05 2024/5																						Parcerias Internacionais e Ações Centralizadas da União Europeia no Médio Tejo																					
02 05 2024/5 4/24																						Outros trabalhos especializados		02 020220		O				143 000				01/2024 12/2029		0		120 000 23 000		143 000			
02 05 2024/5 6/24																						Outros Serviços		02 020225		O				20 000				01/2024 12/2029		0		10 000 10 000		20 000			
02 05 2025/1																						Projetos de Inovação Social																					
02 05 2025/1 1/25																						Transferencias correntes para instituições sem fins lucrativos		02 040701						198 955				01/2025 12/2029				153 955 45 000		198 955			
02 05 2026/4																						ResilientES - Economia Social																					
02 05 2026/4 1/26																						Outros Serviços		02 020225		A				14 800 59 200				01/2026 05/2028		0		42 000 32 000		74 000			
02 05 2026/4 2/26																						Outros trabalhos especializados		02 020220		A				4 000 16 000				01/2026 05/2028		0		10 000 10 000		20 000			
																						Totais do Programa 05:								217 755 238 200								335 955 120 000		455 955			
02 06																						Covid-19 no Médio Tejo																					
02 06 2020/9																						Plano de Contingência COVID-19																					
02 06 2020/9 1/20																						Vestuário e artigos pessoais		02 020107		O				16 696				01/2020 12/2026		0		16 696		16 696			
																						Totais do Programa 06:								16 696								16 696		16 696			
																						Totais do Objetivo 02:						0		701 661 1 801 408		0		0				0 0		1 318 520 764 395 380 154 20 000 20 000 0		2 503 069	
03																						Qualificação dos Recursos por Valorização Económica																					
03 01																						Afirmação Territorial do Médio Tejo																					
03 01 2017/4																						Produtos Turísticos Intermunicipais																					
03 01 2017/4 6/17																						Publicidade		02 020217		O				13 770 78 030				01/2017 12/2029		3		46 800 45 000		91 800			
03 01 2017/4 7/17																						Outros trabalhos especializados		02 020220		O				230 518 1 306 270				01/2017 12/2029		3		1 084 788 452 000		1 536 788			
03 01 2017/4 9/18																						Outros serviços		02 020225		O				17 250 97 750				01/2018 12/2029		2		65 000 50 000		115 000			
03 01 2017/4 12/21																						Subsídio corrente		02 05010102		O				5 750				01/2021 12/2029		0		5 750		5 750			
03 01 2017/4 13/22																						Impostos e taxas		02 060201		O				3 000				09/2022 12/2029		0		3 000		3 000			
03 01 2017/4 14/17																						Transportes		02 020210		O				3 000 17 000				01/2017 12/2029		0		20 000		20 000			
03 01 2024/2																						Castelo do Bode 365																					
03 01 2024/2 1/24																						Outros trabalhos especializados		02 020220		O				267 972 625 268				01/2024 12/2027		0		681 680 211 560		893 240			
																						Totais do Programa 01:								541 260 2 124 318								1 907 018 758 560		2 665 578			

Orçamento Inicial - Grandes Opções do Plano do ano 2026

Euros																										
Objetivo [1]		Número do projeto [2]		Designação do projeto [3]	Rubrica orçamental [4]		Forma de realiz. [5]	Fonte de Financiamento					Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec. [12]	Pagamentos								Total previsto [21] = [ND] + [13] + ... + [20]		
Obj	Prog.	Ano / Nº	Ação					RG [6]	RP [7]	UE [8]	EMPR [9]	Financiam. não definido [ND]	Início [10]	Fim [11]		Realizado em períodos anteriores [13]	Estimativa de realização do per. t-1 [14]	Períodos seguintes								
																		2026 [15]	2027 [16]	2028 [17]	2029 [18]	2030 [19]	2031 e seg. [20]			
03				Qualificação dos Recursos por Valorização Económica																						
03 02				Médio Tejo Região de Hidrogénio																						
03 02 2019/5				Região de Hidrogénio																						
03	02	2019/5	1/19	Estudos, Pareceres, projectos e consultadoria	02	020214	O					2 000			01/2019	12/2027	0			1 000	1 000				2 000	
03	02	2019/5	2/20	Seminários, exposições e similares	02	020216	O					2 000			01/2020	12/2027	0			1 000	1 000				2 000	
03	02	2019/5	3/20	Outros trabalhos especializados	02	020220	O					5 000			01/2020	12/2027	2			2 500	2 500				5 000	
03	02	2019/5	5/19	Locação de outros bens	02	020208	O					600 000			01/2019	12/2027	0			50 000	100 000	150 000	150 000	150 000		600 000
								Totais do Programa 02:												54 500	104 500	150 000	150 000	150 000		609 000
03 03				Gestão Integrada de Proteção Civil e Florestas no Médio																						
03 03 2016/13				Gestão Integrada de Protecção Civil e Florestas no Médio Tejo																						
03	03	2016/13	2/16	Hardware	02	070107	O					3 067	17 383		01/2016	12/2030	0			18 450	500	500	500	500		20 450
03	03	2016/13	3/16	Outros investimentos	02	070115	O					16 559	93 837		01/2016	12/2030	0			107 896	1 000	500	500	500		110 396
03	03	2016/13	4/16	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	02	020214	O					5 000			01/2016	12/2030	0			1 000	1 000	1 000	1 000	1 000		5 000
03	03	2016/13	5/18	Software	02	070108	O					375	2 125		01/2018	12/2030	0			500	500	500	500	500		2 500
03	03	2016/13	6/18	Outros trabalhos especializados	02	020220	O					7 845	44 455		01/2018	12/2030	0			48 300	1 000	1 000	1 000	1 000		52 300
03	03	2016/13	7/18	Gasolina	02	02010201	O					1 400			01/2018	12/2030	0			1 000	100	100	100	100		1 400
03	03	2016/13	8/18	Gasóleo	02	02010202	O					1 400			01/2018	12/2030	0			1 000	100	100	100	100		1 400
03	03	2016/13	9/18	Vestuário e artigos pessoais	02	020107	A					21 313	120 777		01/2018	12/2030	0			134 090	5 000	1 000	1 000	1 000		142 090
03	03	2016/13	10/18	Outros bens	02	020121	O					750	4 250		01/2018	12/2030	0			1 000	1 000	1 000	1 000	1 000		5 000
03	03	2016/13	11/18	Transferências correntes	02	040701	O					3 400			01/2018	12/2030	0			3 000	100	100	100	100		3 400
03	03	2016/13	12/18	Transferências de capital	02	080701	O					500			01/2018	12/2030	0			100	100	100	100	100		500
03	03	2016/13	13/18	Equipamento básico	02	070110	O					118 743	672 877		01/2018	12/2030	0			402 460	386 160	1 000	1 000	1 000		791 620
03	03	2016/13	14/18	Ferramentas e utensílios	02	070111	O					9 225	52 275		01/2018	12/2030	0			15 000	45 000	500	500	500		61 500
03	03	2016/13	15/19	Locação de outros bens	02	020208	O					500			01/2019	12/2030	0			100	100	100	100	100		500
03	03	2016/13	16/20	Conservação de bens	02	020203	O					403 000			01/2020	12/2030	0			3 000	100 000	100 000	100 000	100 000		403 000
03	03	2016/13	17/20	Material de transporte	02	070106	O					500			01/2020	12/2030	0			100	100	100	100	100		500
03	03	2016/13	18/20	Seguros	02	020212	O					900			01/2020	12/2030	0			500	100	100	100	100		900
03	03	2016/13	20/16	Material transporte - Peças	02	020112	O					500			01/2016	12/2030	0			100	100	100	100	100		500
03	03	2016/13	22/16	Ferramentas e utensílios	02	020117	O					9 225	52 275		01/2016	12/2030	0			15 000	45 000	500	500	500		61 500

Orçamento Inicial - Grandes Opções do Plano do ano 2026

Euros																							
Objetivo [1]		Número do projeto [2]		Designação do projeto [3]	Rubrica orçamental [4]	Forma de realiz. [5]	Fonte de Financiamento					Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec. [12]	Pagamentos						Total previsto [21] = [ND] + [13] + ... + [20]		
Obj	Prog.	Ano / Nº	Ação				RG [6]	RP [7]	UE [8]	EMPR [9]	Financiam. não definido [ND]	Início [10]	Fim [11]		Realizado em períodos anteriores [13]	Estimativa de realização do per. t-1 [14]	Períodos seguintes						
																	2026 [15]	2027 [16]	2028 [17]	2029 [18]		2030 [19]	2031 e seg. [20]
03 Qualificação dos Recursos por Valorização Económica																							
03 03 Gestão Integrada de Proteção Civil e Florestas no Médio																							
03	03	2022/1		Sistemas de Informação, Planeamento, Monitorização e Comunicação no Médio Tejo	02	070115	O		5 000		01/2022	12/2030	0			1 000	1 000	1 000	1 000	1 000		5 000	
03	03	2022/1	1/22	Outros investimentos	02	020220	O		5 000		01/2022	12/2030	0			1 000	1 000	1 000	1 000	1 000		5 000	
03	03	2022/1	2/22	Outros trabalhos especializados	02	020203	O		294 890		01/2023	12/2030	2			82 978	52 978	52 978	52 978	52 978		294 890	
Deteção e Combate Vespa Velutina no Médio Tejo																							
03	03	2022/2		Outros trabalhos especializados	02	020220	O		515 000		01/2022	12/2030	0			115 000	100 000	100 000	100 000	100 000		515 000	
Brigadas de Sapadores Florestais do Médio Tejo																							
03	03	2023/5		Outros trabalhos especializados	02	020220	O		7 500		01/2023	12/2030	0			1 500	1 500	1 500	1 500	1 500		7 500	
03	03	2023/5	2/23	Gasolina	02	02010201	O		62 500		01/2023	12/2030	0			12 500	12 500	12 500	12 500	12 500		62 500	
03	03	2023/5	3/23	Gasóleo	02	02010202	O		155 000		01/2023	12/2030	0			31 000	31 000	31 000	31 000	31 000		155 000	
03	03	2023/5	4/23	Vestuário e artigos pessoais	02	020107	O		40 000		01/2023	12/2030	0			8 000	8 000	8 000	8 000	8 000		40 000	
03	03	2023/5	5/23	Outros bens	02	020121	O		110 000		01/2023	12/2030	0			22 000	22 000	22 000	22 000	22 000		110 000	
03	03	2023/5	6/23	Equipamento básico	02	070110	O		75 000		01/2023	12/2030	0			15 000	15 000	15 000	15 000	15 000		75 000	
03	03	2023/5	7/23	Ferramentas e utensílios	02	070111	O		2 500		01/2023	12/2030	0			500	500	500	500	500		2 500	
03	03	2023/5	8/23	Locação de outros bens	02	020208	O		500		01/2023	12/2030	0			100	100	100	100	100		500	
03	03	2023/5	9/23	Conservação de bens	02	020203	O		125 000		01/2023	12/2030	0			25 000	25 000	25 000	25 000	25 000		125 000	
03	03	2023/5	10/23	Seguros	02	020212	O		50 000		01/2023	12/2030	0			10 000	10 000	10 000	10 000	10 000		50 000	
03	03	2023/5	11/23	Produtos vendidos nas farmácias	02	020110	O		2 500		01/2023	12/2030	0			500	500	500	500	500		2 500	
Bem-estar animal																							
03	03	2026/5	1/26	Equipamento básico	02	070110	A		92 000		01/2026	12/2026	2			92 000						92 000	
Totais do Programa 03:								294 890	1 851 702	1 060 254						1 170 674	868 038	389 378	389 378	389 378		3 206 846	
03 04 Adaptação às Alterações Climáticas no Médio Tejo																							
Alterações Climáticas no Médio Tejo																							
03	04	2016/14		Outros investimentos	02	070115	O		600	3 400	01/2016	12/2028	0			2 000	1 000	1 000				4 000	
03	04	2016/14	2/17	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	02	020214	O		600	3 400	01/2017	12/2028	2			2 000	1 000	1 000				4 000	
03	04	2016/14	3/17	Seminários, exposições e similares	02	020216	O		450	2 550	01/2017	12/2028	0			1 000	1 000	1 000				3 000	
03	04	2016/14	4/17	Outros trabalhos especializados	02	020220	O		600	3 400	01/2017	12/2028	3			2 000	1 000	1 000				4 000	

Orçamento Inicial - Grandes Opções do Plano do ano 2026

Euros																								
Objetivo [1]	Número do projeto [2]			Designação do projeto [3]	Rubrica orçamental [4]	Forma de realiz. [5]	Fonte de Financiamento					Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec. [12]	Pagamentos							Total previsto [21] = [ND] + [13] + ... + [20]		
	RG [6]	RP [7]	UE [8]				EMPR [9]	Financiam. não definido [ND]	Início [10]	Fim [11]	Realizado em períodos anteriores [13]	Estimativa de realização do per. t-1 [14]	Períodos seguintes											
													2026 [15]		2027 [16]	2028 [17]	2029 [18]	2030 [19]	2031 e seg. [20]					
Obj	Prog	Ano / Nº	Ação																					
03				Qualificação dos Recursos por Valorização Económica																				
03 04				Adaptação às Alterações Climáticas no Médio Tejo																				
03	04	2016/14	6/19	Outros serviços	02	020225	O			450			2 550		01/2019	12/2029	0			1 000	1 000	1 000		3 000
03	04	2024/6		Arvoredo Urbano no Médio Tejo																				
03	04	2024/6	1/24	Outros Investimentos	02	070115	O			25 000				01/2024	12/2029	0			23 000	1 000	1 000		25 000	
03	04	2024/6	2/24	Outros trabalhos especializados	02	020220	O			500 000				01/2024	12/2029	0			100 000	200 000	200 000		500 000	
Totais do Programa 04:										527 700		15 300							131 000	206 000	206 000		543 000	
03 05				Parcerias Internacionais e Ações Centralizadas da União																				
03 05				RESIST no Médio Tejo																				
03	05	2023/4																						
03	05	2023/4	2/23	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	02	020214	O			50 000				01/2023	12/2027	0			50 000				50 000	
03	05	2023/4	3/23	Seminários, exposições e similares	02	020216	O			6 000				01/2023	12/2027	0			3 000	3 000			6 000	
03	05	2023/4	4/23	Outros trabalhos especializados	02	020220	O			205 000				01/2023	12/2027	0			154 500	50 500			205 000	
03	05	2023/4	5/23	Outros serviços	02	020225	O			25 000				01/2023	12/2027	0			16 000	9 000			25 000	
03	05	2023/4	9/23	Outros bens	02	020121	O			15 000				01/2023	12/2027	0			12 000	3 000			15 000	
03	05	2024/8		UNLOCK																				
03	05	2024/8	2/24	Estudos, Pareceres, projectos e consultadoria	02	020214	A			400		1 600		01/2024	12/2027	0			1 000	1 000			2 000	
03	05	2024/8	3/24	Seminários, exposições e similares	02	020216	O			400		1 600		01/2024	12/2027	0			1 000	1 000			2 000	
03	05	2024/8	4/24	Publicidade	02	020217	O			200		800		01/2024	12/2027	0			1 000				1 000	
03	05	2024/8	5/24	Outros trabalhos especializados	02	020220	O			4 800		19 200		01/2024	12/2027	0			22 000	2 000			24 000	
03	05	2024/8	8/24	Outros Serviços	02	020225	O			1 200		4 800		01/2024	12/2025	0			5 000	1 000			6 000	
03	05	2024/12		HITTS – Património, Território, Turismo e Sustentabilidade																				
03	05	2024/12	5/24	Outros trabalhos especializados	02	020220	O			12 000		48 000		01/2024	12/2027	0			50 000	10 000			60 000	
03	05	2024/12	6/24	Outros Serviços	02	020225	O			3 000		12 000		01/2024	12/2027	0			10 000	5 000			15 000	
Totais do Programa 05:										22 000		389 000							325 500	85 500			411 000	
03 06				Comunidade Energia Renovável no Médio Tejo																				
03 06				Comunidade Energia Renovável no Médio Tejo																				
03	06	2023/7																						
03	06	2023/7	1/23	Outros trabalhos especializados	02	020220	O			69 035				01/2023	12/2027	3			67 035	2 000			69 035	
03	06	2023/7	2/23	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	02	020214	O			2 000				01/2023	12/2027	0			1 000	1 000			2 000	

Orçamento Inicial - Grandes Opções do Plano do ano 2026

Objetivo		Número do projeto		Designação do projeto	Rubrica orçamental		Forma de realiz.	Fonte de Financiamento					Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Pagamentos							Total previsto			
[1]								RG	RP	UE	EMPR	Financiam. não definido [ND]	Início [10]	Fim [11]		Realizado em períodos anteriores	Estimativa de realização do per. t-1	Períodos seguintes						[21] = [ND] + [13] + ... + [20]		
Obj	Prog.	Ano / Nº	Ação					[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]		[ND]	[10]	[11]	[12]	[13]	[14]	2026		2027	2028	2029
03				Qualificação dos Recursos por Valorização Económica																						
03 06				Comunidade Energia Renovável no Médio Tejo																						
03	06	2023/7	3/23	Outros investimentos	02	070115	O		200			01/2023	12/2027	0			100	100						200		
								Totais do Programa 06:										68 135	3 100					71 235		
								Totais do Objetivo 03:										0	0	3 656 827	2 025 698	745 378	539 378	539 378	0	7 506 659
04				Resiliência do Território e das suas Articulações: Afirma																						
04 01				Estratégia 2030 - Operacionalização e Monitorização																						
04	01	2019/6		Estratégia 2030 - Operacionalização e Monitorização no Médio Tejo																						
04	01	2019/6	1/19	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	02	020214	O		131 388	744 533		01/2019	12/2030	0			275 921	150 000	150 000	150 000	150 000			875 921		
04	01	2019/6	2/21	Outros trabalhos especializados	02	020220	O		115 152	652 529		01/2021	12/2030	0			167 681	150 000	150 000	150 000	150 000			767 681		
04	01	2019/6	3/21	Transferencias correntes - Associações de Municípios	02	04050104	O		17 000	96 333		01/2021	12/2030	0			33 333	20 000	20 000	20 000	20 000			113 333		
								Totais do Programa 01:										476 935	320 000	320 000	320 000	320 000		1 756 935		
								Totais do Objetivo 04:										0	0	476 935	320 000	320 000	320 000	320 000	0	1 756 935
05				Qualidade de Acesso pela Consolidação de Redes: Con																						
05 01				Melhoria da Mobilidade no Médio Tejo																						
05	01	2015/12		Transporte a Pedido no Médio Tejo																						
05	01	2015/12	3/12	Software	02	070108	O		93 500	3 291		01/2012	12/2030	4			56 791	20 000	20 000					96 791		
05	01	2015/12	5/13	Comunicações	02	020209	O		25 152	885		01/2013	12/2030	3			8 679	8 679	8 679					26 037		
05	01	2015/12	7/12	Outros trabalhos especializados	02	020220	O	1 876 201	58 027			01/2012	12/2030	3			819 784	557 222	557 222					1 934 228		
05	01	2015/12	16/15	Material de transporte	02	070106	O		352 203	10 893		01/2015	12/2030	0			363 096							363 096		
05	01	2015/14		Estrutura Regional de Caminhos e Civi																						
05	01	2015/14	2/16	Outros investimentos	02	070115	O		225 000	216 000	459 000		01/2016	12/2030	0			900 000						900 000		
05	01	2015/14	3/18	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	02	020214	O		7 848	29 432	158 929		01/2018	12/2030	0			180 121	8 044	8 044				196 209		
05	01	2015/14	4/20	Outros trabalhos especializados	02	020220	O		991 340	30 660		01/2020	12/2030	0			372 000	325 000	325 000					1 022 000		
05	01	2015/14	7/15	Seguros	02	020212	O		45 690	1 413		01/2015	12/2025	0			15 701	15 701	15 701					47 103		
05	01	2015/14	8/26	Conservação de bens	02	020203	O		155 200																	

Euros

Emitido em: 20/11/2025 16:33:29

Orçamento Inicial - Grandes Opções do Plano do ano 2026

Euros																											
Objetivo		Número do projeto		Designação do projeto	Rubrica orçamental		Forma de realiz.	Fonte de Financiamento					Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Pagamentos							Total previsto				
[1]	[2]	[3]	[4]					[5]	RG [6]	RP [7]	UE [8]	EMPR [9]	Financiam. não definido [ND]	Início [10]		Fim [11]	[12]	Realizado em períodos anteriores [13]	Estimativa de realização do per. t-1 [14]	Períodos seguintes						[21] = [ND] + [13] + ... + [20]	
																				2026	2027	2028		2029	2030		2031 e seg.
Obj	Prog	Ano / Nº	Ação																								
06																											
Governação Eficiente e Integrada:Adapt Estrutural Trans																											
06 01																											
Sistema Integrado de Segurança e Saúde no Trabalho																											
06	01	2015/17	7/15	Produtos vendidos nas farmácia	02	020110					1 600	01/2015	12/2030	0			400	400	400	400		1 600					
							Totais do Programa 01:										72 600	102 600	102 600	102 600		380 400					
06 02																											
Gestão da Formação no Médio Tejo																											
Formação da Administração Local no Médio Tejo																											
06	02	2015/37																									
06	02	2015/37	1/15	Monitoragem	02	020225					228 815	01/2015	12/2030	0			117 935	100 800	10 080		228 815						
06	02	2015/37	3/15	Outros trabalhos especializados	02	020220					10 500	01/2015	12/2030	0			5 000	5 000	500		10 500						
06	02	2015/37	4/15	Publicidade	02	020217					1 500	01/2015	12/2030	0			500	500	500		1 500						
06	02	2015/37	5/15	Outros bens	02	020121					1 500	01/2015	12/2030	0			500	500	500		1 500						
06	02	2015/37	6/22	Locação de outros bens	02	020208					1 500	01/2022	12/2030	0			500	500	500		1 500						
06	02	2015/38		Estágios Curriculares e Profissionais no Médio Tejo																							
06	02	2015/38	1/15	Bolsa e subsídio de refeição	02	040802			37		213	01/2015	12/2026	3			250				250						
06	02	2015/38	2/20	Seguro de acidentes de trabalho	02	01030901			37		213	01/2020	12/2026	0			250				250						
06	02	2015/38	3/15	Seminários, Workshops e Reuniões Temáticas no Médio Tejo	02	020216				1 000		01/2015	12/2026	0			1 000				1 000						
							Totais do Programa 02:										125 935	107 300	12 080			245 315					
06 04																											
Smart Region Território Inteligente																											
Smart Region Território Inteligente																											
06	04	2023/6																									
06	04	2023/6	1/25	Hardware	02	070107					1 086 654	01/2025	12/2030	0			886 654	50 000	50 000	50 000	50 000	1 086 654					
06	04	2023/6	2/23	Outros investimentos	02	070115					480 000	01/2023	12/2030	0			280 000	50 000	50 000	50 000	50 000	480 000					
06	04	2023/6	3/25	Software	02	070108					1 260 154	01/2025	12/2030	0			866 154	98 500	98 500	98 500	98 500	1 260 154					
06	04	2023/6	4/23	Outros trabalhos especializados	02	020220					416 000	01/2023	12/2030	0			216 000	50 000	50 000	50 000	50 000	416 000					
06	04	2023/6	5/25	Comunicações	02	020209					300 000	01/2025	12/2030	0			60 000	60 000	60 000	60 000	60 000	300 000					
06	04	2023/6	6/23	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	02	020214					14 493	01/2023	12/2030	0			12 493	500	500	500	500	14 493					
06	04	2023/6	7/25	Apoio técnico especializado	02	020219					216 500	01/2025	12/2030	0			194 500	5 500	5 500	5 500	5 500	216 500					
							Totais do Programa 04:										2 515 801	314 500	314 500	314 500	314 500		3 773 801				
06 05																											
Parcerias Internacionais e Ações Centralizadas da União																											
Centro Cívico e Cultural de Baucau Timor-Leste																											
06	05	2026/9																									
06	05	2026/9	1/26	Outros Serviços	02	020225					10 000	01/2026	12/2028	0			5 000	5 000				10 000					

Orçamento Inicial - Grandes Opções do Plano do ano 2026

Euros																										
Objetivo		Número do projeto		Designação do projeto	Rubrica orçamental	Forma de realiz.	Fonte de Financiamento					Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Pagamentos							Total previsto				
[1]	[2]	[3]	[4]				[5]	RG [6]	RP [7]	UE [8]	EMPR [9]	Financiam. não definido [ND]	Início [10]		Fim [11]	[12]	Realizado em períodos anteriores [13]	Estimativa de realização do per. t-1 [14]	Períodos seguintes						[21] = [ND] + [13] + ... + [20]	
																			2026 [15]	2027 [16]	2028 [17]		2029 [18]	2030 [19]		2031 e seg. [20]
Obj	Prog.	Ano / Nº	Ação																							
06 Governação Eficiente e Integrada:Adapt Estrutural Trans																										
06 05		Parcerias Internacionais e Ações Centralizadas da União																								
06	05	2026/9	2/26	Outros trabalhos especializados	02	020220						01/2026	12/2028	0				1 000	5 000	5 000		11 000				
06	05	2026/9	3/26	Livros e documentação Técnica	02	020118						01/2026	12/2026	0				1 000	10 000	10 000		21 000				
06	05	2026/9	4/26	Transferências correntes - Instituições em fins lucrativos.	02	040701						01/2026	12/2026	0				45 000	37 500	37 500		120 000				
Totais do Programa 05:											162 000								52 000	57 500	52 500		162 000			
06 06		Modernização Administrativa no Médio Tejo																								
		Modernização Administrativa - CIM Médio Tejo																								
06	06	2016/7	1/17	Programa de licenciamento em volume Enterprise Ageement	02	070108						07/2017	12/2028	4				37 761	37 761	37 761		113 283				
06	06	2016/7	2/16	Hardware	02	070107						01/2016	12/2030	0				150 000	75 000	75 000	75 000	75 000	75 000	525 000		
06	06	2016/7	3/16	Software	02	070108						01/2016	12/2030	0				88 729	35 000	35 000	35 000	35 000	35 000	263 729		
06	06	2016/7	4/16	Assistência técnica	02	020219						01/2016	12/2030	3				168 214	100 000	100 000	100 000	100 000	100 000	668 214		
06	06	2016/7	5/16	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	02	020214						01/2016	12/2030	0				500	500	500	500	500	500	3 000		
06	06	2016/7	6/19	Outros investimentos	02	070115						01/2019	12/2030	0				500	500	500	500	500	500	3 000		
		Economia Circular no Médio Tejo - Compras Públicas Conjuntas																								
06	06	2019/4	1/19	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	02	020214						01/2019	12/2031	0				14 883	600	600	600	600	600	17 883		
06	06	2019/4	2/19	Outros trabalhos especializados	02	020220						01/2019	12/2031	0				500	24 000	24 000	24 000	24 000	24 000	120 500		
Totais do Programa 06:											1 462 943							461 087	273 361	273 361	235 600	235 600	235 600	1 714 609		
06 99		Investimentos Gerais da CIM Médio Tejo																								
06	99	2017/10		Aquisição de Material de Transporte	02	070106						01/2017	12/2030	0				100						100		
06	99	2017/11		Aquisição de Ferramentas e Utensílios	02	070111						01/2017	12/2020	0				100						100		
06	99	2017/12		Investimentos Incorpóreos	02	070113						01/2017	12/2020	0				100						100		
06	99	2018/5		Aquisição de Equipamento Administrativo	02	070109						01/2018	12/2020	0				2 000						2 000		
06	99	2019/8		Outros investimentos	02	070115						01/2019	12/2020	0				2 000						2 000		
06	99	2021/2		Edifícios - Instalação de serviços	02	07010301						01/2021	12/2021	0				70 000	200 000	200 000				470 000		
06	99	2024/13		Software	02	070108						01/2024	12/2024	0				5 000						5 000		
06	99	2026/7		Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	02	020214						01/2026	12/2026	0				20 000	50 000					70 000		

Orçamento Inicial - Grandes Opções do Plano do ano 2026

Euros

Objetivo [1]		Número do projeto [2]		Designação do projeto	Rubrica orçamental	Forma de realiz.	Fonte de Financiamento				Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Pagamentos						Total previsto [21] = [ND] + [13] + ... + [20]						
							RG [6]	RP [7]	UE [8]	EMPR [9]	Financiam. não definido [ND]	Início [10]		Fim [11]	Realizado em períodos anteriores [13]	Estimativa de realização do per. t-1 [14]	Períodos seguintes									
[15]	[16]	[17]	[18]	[19]	[20]																					
Obj	Prog.	Ano / Nº	Ação	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[ND]	[10]	[11]	[12]	[13]	[14]	[15]	[16]	[17]	[18]	[19]	[20]				
06				Governação Eficiente e Integrada:Adapt Estrutural Trans																						
06 99				Investimentos Gerais da CIM Médio Tejo																						
06	99	2026/8		Equipamento básico	02	070110	A			5 000			01/2026	12/2026	0			5 000					5 000			
				Totais do Programa 99:						550 000								104 300	250 000	200 000			554 300			
				Totais do Objetivo 06:						1 462 943	1 344 740	4 018 042	0	0			0	0	3 331 723	1 105 261	955 041	652 700	550 100	235 600	6 830 425	
				Total:						24 899 735	29 986 091	19 425 535	0	0		Total:		0	0	22 537 791	20 830 939	14 780 688	7 959 856	7 971 187	235 600	74 316 061

ORGÃO EXECUTIVO

Em ____ de ____ de ____

ORGÃO DELIBERATIVO

Em ____ de ____ de ____

Orçamento Inicial - Plano PluriAnual de Investimentos do ano 2026

Euros

Objetivo [1]		Número do projeto [2]		Designação do projeto [3]	Rubrica orçamental [4]		Forma de realiz. [5]	Fonte de Financiamento					Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec. [12]	Pagamentos							Total previsto [21] = [ND] + [13] + ... + [20]				
Obj	Prog.	Ano / Nº	Ação					RG [6]	RP [7]	UE [8]	EMPR [9]	Financiam. não definido [ND]	Início [10]	Fim [11]		Realizado em períodos anteriores [13]	Estimativa de realização do per. t-1 [14]	Períodos seguintes									
																		2026 [15]	2027 [16]	2028 [17]	2029 [18]	2030 [19]		2031 e seg. [20]			
03				Qualificação dos Recursos por Valorização Económica																							
03 03				Gestão Integrada de Proteção Civil e Florestas no Médio Tejo																							
03	03	2016/13		Gestão Integrada de Protecção Civil e Florestas no Médio Tejo																							
03	03	2016/13	2/16	Hardware	02	070107		O						01/2016	12/2030	0			18 450	500	500	500	500	20 450			
03	03	2016/13	3/16	Outros investimentos	02	070115		O						01/2016	12/2030	0			107 896	1 000	500	500	500	110 396			
03	03	2016/13	5/18	Software	02	070108		O						01/2018	12/2030	0			500	500	500	500	500	2 500			
03	03	2016/13	13/18	Equipamento básico	02	070110		O						01/2018	12/2030	0			402 460	386 160	1 000	1 000	1 000	791 620			
03	03	2016/13	14/18	Ferramentas e utensílios	02	070111		O						01/2018	12/2030	0			15 000	45 000	500	500	500	61 500			
03	03	2016/13	17/20	Material de transporte	02	070106		O						01/2020	12/2030	0			100	100	100	100	100	500			
03	03	2022/1		Sistemas de Informação, Planeamento, Monitorização e Comunicação no Médio Tejo																							
03	03	2022/1	1/22	Outros investimentos	02	070115		O						01/2022	12/2030	0			1 000	1 000	1 000	1 000	1 000	5 000			
03	03	2023/5		Brigadas de Sapadores Florestais do Médio Tejo																							
03	03	2023/5	6/23	Equipamento básico	02	070110		O						01/2023	12/2030	0			15 000	15 000	15 000	15 000	15 000	75 000			
03	03	2023/5	7/23	Ferramentas e utensílios	02	070111		O						01/2023	12/2030	0			500	500	500	500	500	2 500			
03	03	2026/5		Bem-estar animal																							
03	03	2026/5	1/26	Equipamento básico	02	070110		A						01/2026	12/2026	2			92 000					92 000			
					Totais do Programa 03:														652 906	449 760	19 600	19 600	19 600	1 161 466			
03 04				Adaptação às Alterações Climáticas no Médio Tejo																							
03	04	2016/14		Alterações Climáticas no Médio Tejo																							
03	04	2016/14	1/16	Outros investimentos	02	070115		O						01/2016	12/2028	0			2 000	1 000	1 000			4 000			
03	04	2024/6		Arvoredo Urbano no Médio Tejo																							
03	04	2024/6	1/24	Outros Investimentos	02	070115		O						01/2024	12/2029	0			23 000	1 000	1 000			25 000			
					Totais do Programa 04:														25 000	2 000	2 000			29 000			
03 06				Comunidade Energia Renovável no Médio Tejo																							
03	06	2023/7		Comunidade Energia Renovável no Médio Tejo																							
03	06	2023/7	3/23	Outros investimentos	02	070115		O						01/2023	12/2027	0			100	100				200			
					Totais do Programa 06:														100	100				200			
					Totais do Objetivo 03:														0	0	678 006	451 860	21 600	19 600	19 600	0	1 190 666

Orçamento Inicial - Plano PluriAnual de Investimentos do ano 2026

Euros

Objetivo		Número do projeto		Designação do projeto	Rubrica orçamental		Forma de realiz.	Fonte de Financiamento					Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Pagamentos							Total previsto		
[1]		[2]						RG	RP	UE	EMPR	Financiam. não definido	Início	Fim		Realizado em períodos anteriores	Estimativa de realização do per. t-1	Períodos seguintes						[21] = [ND] + [13] + ... + [20]	
Obj	Prog	Ano / Nº	Ação					[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]		[ND]	[10]	[11]	[12]	[13]	[14]	2026		2027	2028
05				Qualidade de Acesso pela Consolidação de Redes: Con																					
05 01				Melhoria da Mobilidade no Médio Tejo																					
05	01	2015/12		Transporte a Pedido no Médio Tejo																					
05	01	2015/12	3/12	Software	02	070108	O	93 500	3 291			01/2012	12/2030	4			56 791	20 000	20 000					96 791	
05	01	2015/12	16/15	Material de transporte	02	070106	O	352 203	10 893			01/2015	12/2030	0			363 096							363 096	
05	01	2015/14		Estrutura Regional de Caminhos e Civlovias e Promoção dos Modos Suaves no Médio Tejo																					
05	01	2015/14	2/16	Outros investimentos	02	070115	O	225 000	216 000	459 000		01/2016	12/2030	0			900 000							900 000	
05	01	2017/6		Autoridade de Transportes no Médio Tejo																					
05	01	2017/6	12/17	Outros investimentos	02	070115	O	89 483	2 767			01/2017	12/2030	0			92 250							92 250	
05	01	2025/3		Ponte Ciclo - Pedonal sobre o Rio Zêzere																					
05	01	2025/3	2/25	Infraestrutura Ponte ciclo-pedonal	02	07010401	E		360 000	2 040 000		01/2025	12/2028	0			50 000	1 350 000	1 000 000					2 400 000	
05	01	2026/6		Meio H																					
05	01	2026/6	1/26	Aquisição de Material de Transporte	02	070106	A		601 500	3 408 500		01/2026	12/2026	0			10 000	4 000 000						4 010 000	
Totais do Programa 01:								760 186	1 194 451	5 907 500							1 472 137	5 370 000	1 020 000					7 862 137	
Totais do Objetivo 05:								760 186	1 194 451	5 907 500	0	0			0	0	1 472 137	5 370 000	1 020 000	0	0	0		7 862 137	
06				Governação Eficiente e Integrada:Adapt Estrutural Trans																					
06 01				Sistema Integrado de Segurança e Saúde no Trabalho																					
06	01	2015/17		Sistema integrado de Segurança e Saúde no Trabalho no Médio Tejo																					
06	01	2015/17	6/23	Outros investimentos	02	070115	O		400			01/2023	12/2030	0			100	100	100	100				400	
Totais do Programa 01:									400								100	100	100	100				400	
06 04				Smart Region Território Inteligente																					
06	04	2023/6		Smart Region Território Inteligente																					
06	04	2023/6	1/25	Hardware	02	070107	O		1 086 654			01/2025	12/2030	0			886 654	50 000	50 000	50 000	50 000			1 086 654	
06	04	2023/6	2/23	Outros investimentos	02	070115	O		480 000			01/2023	12/2030	0			280 000	50 000	50 000	50 000	50 000			480 000	
06	04	2023/6	3/25	Software	02	070108	O		1 260 154			01/2025	12/2030	0			866 154	98 500	98 500	98 500	98 500			1 260 154	
Totais do Programa 04:										2 826 808							2 032 808	198 500	198 500	198 500	198 500			2 826 808	
06 06				Modernização Administrativa no Médio Tejo																					
06	06	2016/7		Modernização Administrativa - CIM Médio Tejo																					

Orçamento Inicial - Plano PluriAnual de Investimentos do ano 2026

Euros

Objetivo		Número do projeto		Designação do projeto	Rubrica orçamental	Forma de realiz.	Fonte de Financiamento					Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Pagamentos							Total previsto			
[1]																Realizado em períodos anteriores	Estimativa de realização do per. t-1	Períodos seguintes							
Obj	Prog.	Ano / Nº	Ação				[3]	[4]	[5]	RG [6]	RP [7]	UE [8]	EMPR [9]		Financiam. não definido [ND]			Início [10]	Fim [11]	[12]	[13]		[14]	2026	2027
06				Governação Eficiente e Integrada: Adapt Estrutural Trans																					
06 06				Modernização Administrativa no Médio Tejo																					
06	06	2016/7	1/17		02	070108	O			113 283			07/2017	12/2028	4			37 761	37 761	37 761					113 283
06	06	2016/7	2/16	Hardware	02	070107	O	525 000					01/2016	12/2030	0			150 000	75 000	75 000	75 000	75 000	75 000	75 000	525 000
06	06	2016/7	3/16	Software	02	070108	O	263 729					01/2016	12/2030	0			88 729	35 000	35 000	35 000	35 000	35 000	35 000	263 729
06	06	2016/7	6/19	Outros investimentos	02	070115	O	3 000					01/2019	12/2030	0			500	500	500	500	500	500	500	3 000
Totais do Programa 06:								791 729	113 283									276 990	148 261	148 261	110 500	110 500	110 500	905 012	
06 99				Investimentos Gerais da CIM Médio Tejo																					
06	99	2017/10		Aquisição de Material de Transporte	02	070106	O						01/2017	12/2030	0			100							100
06	99	2017/11		Aquisição de Ferramentas e Utensílios	02	070111	A						01/2017	12/2020	0			100							100
06	99	2017/12		Investimentos Incorpórios	02	070113	O						01/2017	12/2020	0			100							100
06	99	2018/5		Aquisição de Equipamento Administrativo	02	070109	O						01/2018	12/2020	0			2 000							2 000
06	99	2019/8		Outros investimentos	02	070115	O						01/2019	12/2020	0			2 000							2 000
06	99	2021/2		Edifícios - Instalação de serviços	02	07010301	O		470 000				01/2021	12/2021	0			70 000	200 000	200 000					470 000
06	99	2024/13		Software	02	070108	O		5 000				01/2024	12/2024	0			5 000							5 000
06	99	2026/8		Equipamento básico	02	070110	A		5 000				01/2026	12/2026	0			5 000							5 000
Totais do Programa 99:								480 000									84 300	200 000	200 000					484 300	
Totais do Objetivo 06:								791 729	593 683	2 826 808	0	0			0	0	2 394 198	546 861	546 861	309 100	309 000	110 500	4 216 520		
Total:								1 551 915	2 136 903	9 576 205	0	0	Total:		0	0	4 544 341	6 368 721	1 588 461	328 700	328 600	110 500	13 269 323		

Objetivo [1]		Número do projeto [2]		Designação do projeto [3]	Rubrica orçamental [4]	Forma de realiz. [5]	Fonte de Financiamento				Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec. [12]	Realizado em períodos anteriores [13]	Estimativa de realização do per. t-1 [14]	Pagamentos						Total previsto [21] = [ND] + [13] + ... + [20]	
							RG [6]	RP [7]	UE [8]	EMPR [9]	Financiam. não definido [ND]	Início [10]				Fim [11]	Períodos seguintes						
Obj	Prog	Ano / Nº	Ação	2026 [15]	2027 [16]	2028 [17]							2029 [18]	2030 [19]	2031 e seg. [20]								
01				Renovação do Modelo Competitivo Regional: Internaci																			
01 01				Catalisador Regional para a Inovação e Crescimento																			
01	01	2017/5		Promoção de Ecossistemas de Inovação no Médio Tejo Ações Coletivas de Internacionalização CR Inove Dinamização ZLT e Energias Renováveis																			
01	01	2017/5	1/17	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria		02	020214	O										322 993	100 000	100 000	100 000	100 000	722 993
01	01	2017/5	2/17	Outros trabalhos especializados		02	020220	O										154 348	100 000	100 000	100 000	100 000	554 348
01	01	2017/5	4/17	Seminários, exposições e similares		02	020216	O										500	500	500	500	500	2 500
01	01	2017/5	6/17	Outros serviços		02	020225	O										5 000	5 000	5 000	5 000	5 000	25 000
01	01	2017/5	7/17	Publicidade		02	020217	O										17 500	5 000	5 000	5 000	5 000	37 500
01	01	2017/5	8/17	Transferencias correntes - Instituições sem fins lucrativos.		02	040701	O										35 359	20 000	20 000	20 000	20 000	115 359
				Totais do Programa 01:														535 700	230 500	230 500	230 500	230 500	1 457 700
01 03				Parcerias Internacionais e Ações Centralizadas da União																			
01	03	2024/11		INTERREG EUROPE - Projecto REWARD																			
01	03	2024/11	5/24	Outros trabalhos especializados		02	020220	O										19 378	38 000				57 378
01	03	2024/11	6/24	Outros Serviços		02	020225	O										10 000	10 000				20 000
				Totais do Programa 03:														29 378	48 000				77 378
				Totais do Objetivo 01:														565 078	278 500	230 500	230 500	230 500	0 1 535 078
02				Qualidade de Vida pela Promoção da Coesão Distintiva:																			
02 01				Educação de Excelência no Médio Tejo																			
02	01	2015/9		PEDIME - Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal da Educação do Médio Tejo																			
02	01	2015/9	1/15	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria		02	020214	O										3 690	3 690	3 690			11 070
02	01	2015/9	5/16	Seminários, exposições e similares		02	020216	O										13 075	13 075	13 075			39 225
02	01	2015/9	6/16	Publicidade		02	020217	O										2 460	2 460	2 460			7 380
02	01	2015/9	7/16	Outros trabalhos especializados		02	020220	O										610 000	383 091	194 201			1 187 292
02	01	2015/9	8/15	Serviços de saúde		02	020222	O										88 905	88 905	88 905			266 715
02	01	2015/9	9/18	Material de educação, cultura e recreio		02	020120	O										300	300	300			900
02	01	2015/9	11/18	Transportes		02	020210	O										5 000	5 000	5 000			15 000

Orçamento Inicial - Atividades mais Relevantes do ano 2026

																						Euros
Objetivo [1]	Número do projeto [2]			Designação do projeto [3]	Rubrica orçamental [4]	Forma de realiz. [5]	Fonte de Financiamento					Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec. [12]	Pagamentos						Total previsto [21] = [ND] + [13] + ... + [20]	
	Realizado em períodos anteriores [13]	Estimativa de realização do per. t-1 [14]	Períodos seguintes																			
			2026 [15]				2027 [16]	2028 [17]	2029 [18]	2030 [19]	2031 e seg. [20]											
Obj	Prog	Ano / Nº	Ação				RG [6]	RP [7]	UE [8]	EMPR [9]	Financiam. não definido [ND]	Início [10]	Fim [11]									
02				Qualidade de Vida pela Promoção da Coesão Distintiva:																		
02 01				Educação de Excelência no Médio Tejo																		
02	01	2015/9	12/18	Outros serviços	02	020225	O		29 818	168 969		01/2018	12/2028	3			60 000	86 264	52 523		198 787	
								Totais do Programa 01:		258 955	1 467 414						783 430	582 785	360 154		1 726 369	
02 02				Saúde no Médio Tejo																		
02	02	2015/11		Unidades Móveis de Saúde no Médio Tejo																		
02	02	2015/11	5/17	Locação de outros bens	02	020208	O		56 100			01/2017	12/2027	3			56 100				56 100	
02	02	2025/2		Estratégia Supramunicipal de Saúde Médio Tejo 2030																		
02	02	2025/2	1/26	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	02	020214	O		50 000			01/2026	12/2030	0			10 000	10 000	10 000	10 000	10 000	50 000
02	02	2025/2	2/26	Transferências correntes - Instituições em fins lucrativos	02	040701	O		50 000			01/2026	12/2030	0			10 000	10 000	10 000	10 000	10 000	50 000
								Totais do Programa 02:		156 100							76 100	20 000	20 000	20 000	20 000	156 100
02 03				Médio Tejo Inclusivo																		
02	03	2018/1		Médio Tejo Inclusivo																		
02	03	2018/1	1/26	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	02	020214	O		5 000			01/2026	12/2026	3			5 000				5 000	
02	03	2018/1	3/26	Publicidade	02	020217	O		250			01/2026	12/2026	0			250				250	
02	03	2018/1	4/26	Outros trabalhos especializados	02	020220	O		30 000			01/2026	12/2026	0			30 000				30 000	
02	03	2026/2		Capacitação de Públicos Estratégicos para a Cidadania e Inclusão, com vista à Inclusão de PCDI																		
02	03	2026/2	1/26	Outros trabalhos especializados	02	020220	A		6 750	38 250		01/2026	12/2027	0			22 500	22 500			45 000	
								Totais do Programa 03:		42 000	38 250						57 750	22 500			80 250	
02 04				Estratégia Integrada de Combate à Violência Domésti																		
02	04	2024/3		MARIA III - Estratégia Integrada de Intervenção para a Área da VDG no Médio Tejo e Resposta de Apoio Psicológico para Crianças e Jovens Vítimas de Violência Doméstica																		
02	04	2024/3	2/24	Pessoal em regime de tarefa ou avença	02	010107	O		4 303	24 381		01/2024	12/2029	0			28 684				28 684	
02	04	2024/3	3/24	Seminários, exposições e semilares	02	020216	O		37	213		01/2024	12/2029	0			250				250	
02	04	2024/3	4/24	Comunicações	02	020209	O		82	463		01/2024	12/2029	0			545				545	
02	04	2026/3		Formação de Públicos Estrangeiros																		
02	04	2026/3	1/26	Outros trabalhos especializados	02	020220	A		5 733	32 487		01/2026	12/2027	0			19 110	19 110			38 220	
								Totais do Programa 04:		10 155	57 544						48 589	19 110			67 699	

Objetivo		Número do projeto		Designação do projeto	Rubrica orçamental		Forma de realiz.	Fonte de Financiamento					Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Pagamentos						Total previsto		
[1]	[2]	Ano / Nº	Ação					RG [6]	RP [7]	UE [8]	EMPR [9]	Financiam. não definido [ND]	Início [10]	Fim [11]		Realizado em períodos anteriores [13]	Estimativa de realização do per. t-1 [14]	Períodos seguintes					[21] = [ND] + [13] + ... + [20]	
[15]	[16]																	[17]	[18]	[19]	[20]			
Obj	Prog			[3]	[4]	[5]								[12]	[13]	[14]	[15]	[16]	[17]	[18]	[19]	[20]		
02				Qualidade de Vida pela Promoção da Coesão Distintiva:																				
02 05				Parcerias Internacionais e Ações Centralizadas da União																				
02 05 2024/5				Parcerias Internacionais e Ações Centralizadas da União Europeia no Médio Tejo																				
02 05 2024/5 4/24				Outros trabalhos especializados 02 020220 O 143 000 01/2024 12/2029 0 120 000 23 000 143 000																				
02 05 2024/5 6/24				Outros Serviços 02 020225 O 20 000 01/2024 12/2029 0 10 000 10 000 20 000																				
02 05 2025/1				Projetos de Inovação Social																				
02 05 2025/1 1/25				Transferencias correntes para instituições sem fins lucrativos 02 040701 198 955 01/2025 12/2029 153 955 45 000 198 955																				
02 05 2026/4				ResilientES - Economia Social																				
02 05 2026/4 1/26				Outros Serviços 02 020225 A 14 800 59 200 01/2026 05/2028 0 42 000 32 000 74 000																				
02 05 2026/4 2/26				Outros trabalhos especializados 02 020220 A 4 000 16 000 01/2026 05/2028 0 10 000 10 000 20 000																				
				Totais do Programa 05: 217 755 238 200 335 955 120 000 455 955																				
02 06				Covid-19 no Médio Tejo																				
02 06 2020/9				Plano de Contingência COVID-19																				
02 06 2020/9 1/20				Vestuário e artigos pessoais 02 020107 O 16 696 01/2020 12/2026 0 16 696 16 696																				
				Totais do Programa 06: 16 696 16 696																				
				Totais do Objetivo 02: 0 701 661 1 801 408 0 0 0 0 1 318 520 764 395 380 154 20 000 20 000 0 2 503 069																				
03				Qualificação dos Recursos por Valorização Económica																				
03 01				Afirmação Territorial do Médio Tejo																				
03 01 2017/4				Produtos Turísticos Intermunicipais																				
03 01 2017/4 6/17				Publicidade 02 020217 O 13 770 78 030 01/2017 12/2029 3 46 800 45 000 91 800																				
03 01 2017/4 7/17				Outros trabalhos especializados 02 020220 O 230 518 1 306 270 01/2017 12/2029 3 1 084 788 452 000 1 536 788																				
03 01 2017/4 9/18				Outros serviços 02 020225 O 17 250 97 750 01/2018 12/2029 2 65 000 50 000 115 000																				
03 01 2017/4 12/21				Subsídio corrente 02 05010102 O 5 750 01/2021 12/2029 0 5 750 5 750																				
03 01 2017/4 13/22				Impostos e taxas 02 060201 O 3 000 09/2022 12/2029 0 3 000 3 000																				
03 01 2017/4 14/17				Transportes 02 020210 O 3 000 17 000 01/2017 12/2029 0 20 000 20 000																				
03 01 2024/2				Castelo do Bode 365																				
03 01 2024/2 1/24				Outros trabalhos especializados 02 020220 O 267 972 625 268 01/2024 12/2027 0 681 680 211 560 893 240																				
				Totais do Programa 01: 541 260 2 124 318 1 907 018 758 560 2 665 578																				

Orçamento Inicial - Atividades mais Relevantes do ano 2026

																				Euros				
Objetivo [1]	Número do projeto [2]			Designação do projeto [3]	Rubrica orçamental [4]	Forma de realiz. [5]	Fonte de Financiamento					Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec. [12]	Pagamentos						Total previsto [21] = [ND] + [13] + ... + [20]			
	Obj	Prog	Ano / Nº				Ação	RG [6]	RP [7]	UE [8]	EMPR [9]	Financiam. não definido [ND]	Início [10]		Fim [11]	Realizado em períodos anteriores [13]	Estimativa de realização do per. t-1 [14]	Períodos seguintes						
																		2026 [15]	2027 [16]	2028 [17]		2029 [18]	2030 [19]	2031 e seg. [20]
03 Qualificação dos Recursos por Valorização Económica																								
03 02 Médio Tejo Região de Hidrogénio																								
03 02 2019/5 Região de Hidrogénio																								
03	02	2019/5	1/19	Estudos, Pareceres, projectos e consultadoria	02	020214	O			2 000			01/2019	12/2027	0			1 000	1 000					2 000
03	02	2019/5	2/20	Seminários, exposições e similares	02	020216	O			2 000			01/2020	12/2027	0			1 000	1 000					2 000
03	02	2019/5	3/20	Outros trabalhos especializados	02	020220	O			5 000			01/2020	12/2027	2			2 500	2 500					5 000
03	02	2019/5	5/19	Locação de outros bens	02	020208	O			600 000			01/2019	12/2027	0			50 000	100 000	150 000	150 000	150 000		600 000
Totais do Programa 02:										609 000								54 500	104 500	150 000	150 000	150 000		609 000
03 03 Gestão Integrada de Proteção Civil e Florestas no Médio																								
03 03 2016/13 Gestão Integrada de Protecção Civil e Florestas no Médio Tejo																								
03	03	2016/13	4/16	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	02	020214	O			5 000			01/2016	12/2030	0			1 000	1 000	1 000	1 000	1 000		5 000
03	03	2016/13	6/18	Outros trabalhos especializados	02	020220	O			7 845	44 455		01/2018	12/2030	0			48 300	1 000	1 000	1 000	1 000		52 300
03	03	2016/13	7/18	Gasolina	02	02010201	O			1 400			01/2018	12/2030	0			1 000	100	100	100	100		1 400
03	03	2016/13	8/18	Gasóleo	02	02010202	O			1 400			01/2018	12/2030	0			1 000	100	100	100	100		1 400
03	03	2016/13	9/18	Vestuário e artigos pessoais	02	020107	A			21 313	120 777		01/2018	12/2030	0			134 090	5 000	1 000	1 000	1 000		142 090
03	03	2016/13	10/18	Outros bens	02	020121	O			750	4 250		01/2018	12/2030	0			1 000	1 000	1 000	1 000	1 000		5 000
03	03	2016/13	11/18	Transferências correntes	02	040701	O			3 400			01/2018	12/2030	0			3 000	100	100	100	100		3 400
03	03	2016/13	12/18	Transferências de capital	02	080701	O			500			01/2018	12/2030	0			100	100	100	100	100		500
03	03	2016/13	15/19	Locação de outros bens	02	020208	O			500			01/2019	12/2030	0			100	100	100	100	100		500
03	03	2016/13	16/20	Conservação de bens	02	020203	O			403 000			01/2020	12/2030	0			3 000	100 000	100 000	100 000	100 000		403 000
03	03	2016/13	18/20	Seguros	02	020212	O			900			01/2020	12/2030	0			500	100	100	100	100		900
03	03	2016/13	20/16	Material transporte - Peças	02	020112	O			500			01/2016	12/2030	0			100	100	100	100	100		500
03	03	2016/13	22/16	Ferramentas e utensílios	02	020117	O			9 225	52 275		01/2016	12/2030	0			15 000	45 000	500	500	500		61 500
03	03	2022/1		Sistemas de Informação, Planeamento, Monitorização e Comunicação no Médio Tejo																				
03	03	2022/1	2/22	Outros trabalhos especializados	02	020220	O			5 000			01/2022	12/2030	0			1 000	1 000	1 000	1 000	1 000		5 000
03	03	2022/1	3/23	Conservação e manutenção dos sistemas informação, planeamento, monitorização e comunicação	02	020203	O			294 890			01/2023	12/2030	2			82 978	52 978	52 978	52 978	52 978		294 890
03	03	2022/2		Deteção e Combate Vespa Velutina no Médio Tejo																				
03	03	2022/2	1/22	Outros trabalhos especializados	02	020220	O			515 000			01/2022	12/2030	0			115 000	100 000	100 000	100 000	100 000		515 000
03	03	2023/5		Brigadas de Sapadores Florestais do Médio Tejo																				

Orçamento Inicial - Atividades mais Relevantes do ano 2026

Euros																											
Objetivo [1]		Número do projeto [2]		Designação do projeto [3]	Rubrica orçamental [4]	Forma de realiz. [5]	Fonte de Financiamento					Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec. [12]	Pagamentos						Total previsto [21] = [ND] + [13] + ... + [20]						
Obj	Prog.	Ano / Nº	Ação				RG [6]	RP [7]	UE [8]	EMPR [9]	Financiam. não definido [ND]	Início [10]	Fim [11]		Realizado em períodos anteriores [13]	Estimativa de realização do per. t-1 [14]	Períodos seguintes										
																	2026 [15]	2027 [16]	2028 [17]	2029 [18]		2030 [19]	2031 e seg. [20]				
03				Qualificação dos Recursos por Valorização Económica																							
03 03				Gestão Integrada de Proteção Civil e Florestas no Médio																							
03	03	2023/5	1/23	Outros trabalhos especializados	02	020220	O					01/2023	12/2030	0			1 500	1 500	1 500	1 500	1 500	7 500					
03	03	2023/5	2/23	Gasolina	02	02010201	O					01/2023	12/2030	0			12 500	12 500	12 500	12 500	12 500	62 500					
03	03	2023/5	3/23	Gasóleo	02	02010202	O					01/2023	12/2030	0			31 000	31 000	31 000	31 000	31 000	155 000					
03	03	2023/5	4/23	Vestuário e artigos pessoais	02	020107	O					01/2023	12/2030	0			8 000	8 000	8 000	8 000	8 000	40 000					
03	03	2023/5	5/23	Outros bens	02	020121	O					01/2023	12/2030	0			22 000	22 000	22 000	22 000	22 000	110 000					
03	03	2023/5	8/23	Locação de outros bens	02	020208	O					01/2023	12/2030	0			100	100	100	100	100	500					
03	03	2023/5	9/23	Conservação de bens	02	020203	O					01/2023	12/2030	0			25 000	25 000	25 000	25 000	25 000	125 000					
03	03	2023/5	10/23	Seguros	02	020212	O					01/2023	12/2030	0			10 000	10 000	10 000	10 000	10 000	50 000					
03	03	2023/5	11/23	Produtos vendidos nas farmácias	02	020110	O					01/2023	12/2030	0			500	500	500	500	500	2 500					
Totais do Programa 03:								294 890	1 528 733	221 757												517 768	418 278	369 778	369 778	369 778	2 045 380
03 04				Adaptação às Alterações Climáticas no Médio Tejo																							
03	04	2016/14		Alterações Climáticas no Médio Tejo																							
03	04	2016/14	2/17	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	02	020214	O			600	3 400		01/2017	12/2028	2			2 000	1 000	1 000			4 000				
03	04	2016/14	3/17	Seminários, exposições e similares	02	020216	O			450	2 550		01/2017	12/2028	0			1 000	1 000	1 000			3 000				
03	04	2016/14	4/17	Outros trabalhos especializados	02	020220	O			600	3 400		01/2017	12/2028	3			2 000	1 000	1 000			4 000				
03	04	2016/14	6/19	Outros serviços	02	020225	O			450	2 550		01/2019	12/2029	0			1 000	1 000	1 000			3 000				
03	04	2024/6		Arvoredo Urbano no Médio Tejo																							
03	04	2024/6	2/24	Outros trabalhos especializados	02	020220	O			500 000			01/2024	12/2029	0			100 000	200 000	200 000			500 000				
Totais do Programa 04:								502 100	11 900												106 000	204 000	204 000	514 000			
03 05				Parcerias Internacionais e Ações Centralizadas da União																							
RESIST no Médio Tejo																											
03	05	2023/4																									
03	05	2023/4	2/23	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	02	020214	O			50 000			01/2023	12/2027	0			50 000					50 000				
03	05	2023/4	3/23	Seminários, exposições e similares	02	020216	O			6 000			01/2023	12/2027	0			3 000	3 000				6 000				
03	05	2023/4	4/23	Outros trabalhos especializados	02	020220	O			205 000			01/2023	12/2027	0			154 500	50 500				205 000				
03	05	2023/4	5/23	Outros serviços	02	020225	O			25 000			01/2023	12/2027	0			16 000	9 000				25 000				
03	05	2023/4	9/23	Outros bens	02	020121	O			15 000			01/2023	12/2027	0			12 000	3 000				15 000				
03	05	2024/8		UNLOCK																							

Orçamento Inicial - Atividades mais Relevantes do ano 2026

																							Euros
Objetivo [1]	Número do projeto [2]			Designação do projeto [3]	Rubrica orçamental [4]	Forma de realiz. [5]	Fonte de Financiamento					Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec. [12]	Pagamentos							Total previsto [21] = [ND] + [13] + ... + [20]	
	RG [6]	RP [7]	UE [8]				EMPR [9]	Financiam. não definido [ND]	Início [10]	Fim [11]	Realizado em períodos anteriores [13]	Estimativa de realização do per. t-1 [14]	Períodos seguintes										
													2026 [15]		2027 [16]	2028 [17]	2029 [18]	2030 [19]	2031 e seg. [20]				
Obj	Prog	Ano / Nº	Ação																				
03				Qualificação dos Recursos por Valorização Económica																			
03 05				Parcerias Internacionais e Ações Centralizadas da União																			
03	05	2024/8	2/24	Estudos, Pareceres, projectos e consultadoria	02	020214	A		400	1 600			01/2024	12/2027	0		1 000	1 000				2 000	
03	05	2024/8	3/24	Seminários, exposições e similares	02	020216	O		400	1 600			01/2024	12/2027	0		1 000	1 000				2 000	
03	05	2024/8	4/24	Publicidade	02	020217	O		200	800			01/2024	12/2027	0		1 000					1 000	
03	05	2024/8	5/24	Outros trabalhos especializados	02	020220	O		4 800	19 200			01/2024	12/2027	0		22 000	2 000				24 000	
03	05	2024/8	8/24	Outros Serviços	02	020225	O		1 200	4 800			01/2024	12/2025	0		5 000	1 000				6 000	
03	05	2024/12		HITTS – Património, Território, Turismo e Sustentabilidade																			
03	05	2024/12	5/24	Outros trabalhos especializados	02	020220	O		12 000	48 000			01/2024	12/2027	0		50 000	10 000				60 000	
03	05	2024/12	6/24	Outros Serviços	02	020225	O		3 000	12 000			01/2024	12/2027	0		10 000	5 000				15 000	
Totais do Programa 05:									22 000	389 000						325 500	85 500				411 000		
03 06				Comunidade Energia Renovável no Médio Tejo																			
03 06				Comunidade Energia Renovável no Médio Tejo																			
03	06	2023/7	1/23	Outros trabalhos especializados	02	020220	O		69 035				01/2023	12/2027	3		67 035	2 000				69 035	
03	06	2023/7	2/23	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	02	020214	O		2 000				01/2023	12/2027	0		1 000	1 000				2 000	
Totais do Programa 06:									71 035							68 035	3 000				71 035		
Totais do Objetivo 03:								294 890	3 274 128	2 746 975	0	0			0	0	2 978 821	1 573 838	723 778	519 778	519 778	0	6 315 993
04				Resiliência do Território e das suas Articulações: Afirma																			
04 01				Estratégia 2030 - Operacionalização e Monitorização																			
04 01				Estratégia 2030 - Operacionalização e Monitorização no Médio Tejo																			
04	01	2019/6	1/19	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	02	020214	O		131 388	744 533			01/2019	12/2030	0		275 921	150 000	150 000	150 000	150 000	875 921	
04	01	2019/6	2/21	Outros trabalhos especializados	02	020220	O		115 152	652 529			01/2021	12/2030	0		167 681	150 000	150 000	150 000	150 000	767 681	
04	01	2019/6	3/21	Transferencias correntes - Associações de Municípios	02	04050104	O		17 000	96 333			01/2021	12/2030	0		33 333	20 000	20 000	20 000	20 000	113 333	
Totais do Programa 01:									263 540	1 493 395						476 935	320 000	320 000	320 000	320 000		1 756 935	
Totais do Objetivo 04:								0	263 540	1 493 395	0	0			0	0	476 935	320 000	320 000	320 000	320 000	0	1 756 935
05				Qualidade de Acesso pela Consolidação de Redes: Con																			
05 01				Melhoria da Mobilidade no Médio Tejo																			
05	01	2015/12		Transporte a Pedido no Médio Tejo																			

Orçamento Inicial - Atividades mais Relevantes do ano 2026

Euros																							
Objetivo [1]	Número do projeto [2]			Designação do projeto [3]	Rubrica orçamental [4]	Forma de realiz. [5]	Fonte de Financiamento					Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec. [12]	Pagamentos							Total previsto [21] = [ND] + [13] + ... + [20]	
	Realizado em períodos anteriores [13]	Estimativa de realização do per. t-1 [14]	Períodos seguintes																				
			2026 [15]				2027 [16]	2028 [17]	2029 [18]	2030 [19]	2031 e seg. [20]												
Obj	Prog	Ano / Nº	Ação				RG [6]	RP [7]	UE [8]	EMPR [9]	Financiam. não definido [ND]	Início [10]	Fim [11]										
05																							
Qualidade de Acesso pela Consolidação de Redes: Con																							
05 01																							
Melhoria da Mobilidade no Médio Tejo																							
05	01	2015/12	5/13	Comunicações	02	020209	O	25 152	885			01/2013	12/2030	3			8 679	8 679	8 679			26 037	
05	01	2015/12	7/12	Outros trabalhos especializados	02	020220	O	1 876 201	58 027			01/2012	12/2030	3			819 784	557 222	557 222			1 934 228	
05	01	2015/14		Estrutura Regional de Caminhos e Civlovias e Promoção dos Modos Suaves no Médio Tejo																			
05	01	2015/14	3/18	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	02	020214	O	7 848	29 432	158 929		01/2018	12/2030	0			180 121	8 044	8 044			196 209	
05	01	2015/14	4/20	Outros trabalhos especializados	02	020220	O	991 340	30 660			01/2020	12/2030	0			372 000	325 000	325 000			1 022 000	
05	01	2015/14	7/15	Seguros	02	020212	O	45 690	1 413			01/2015	12/2025	0			15 701	15 701	15 701			47 103	
05	01	2015/14	8/26	Conservação de bens	02	020203	O	155 200	4 800			01/2026	12/2029	0			40 000	40 000	40 000	40 000		160 000	
05	01	2017/6		Autoridade de Transportes no Médio Tejo																			
05	01	2017/6	2/17	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	02	020214	O	216 986	57 680			01/2017	12/2030	3			138 172	68 247	68 247			274 666	
05	01	2017/6	3/17	Outros trabalhos especializados	02	020220	O		28 028	772 772		01/2017	12/2030	3			318 200	241 300	241 300			800 800	
05	01	2017/6	5/18	Publicidade	02	020217	O		5 166	142 434		01/2018	12/2030	0			49 200	49 200	49 200			147 600	
05	01	2017/6	6/19	Compensações Programa Incentiva+TP & Portaria 7-A - Entidades privadas	02	050103	O	4 957 990	5 820 249			04/2019	12/2030	0			3 521 840	3 592 277	3 664 122			10 778 239	
05	01	2017/6	8/19	Compensações Programa Incentiva+TP - Entidades públicas	02	05010102	O	200 330	235 170			01/2019	12/2030	0			145 500	145 000	145 000			435 500	
05	01	2017/6	9/17	Concessão do Serviço Público Transporte Passageiros	02	050103	O	13 904 979	16 323 237			01/2017	12/2030	0			5 892 044	5 860 585	6 007 100	6 157 278	6 311 209	30 228 216	
05	01	2020/7		Estratégia Aeroporto Regional no Médio Tejo																			
05	01	2020/7	1/20	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	02	020214	O		2 460			01/2020	12/2030	0			1 230	1 230				2 460	
05	01	2025/3		Ponte Ciclo - Pedonal sobre o Rio Zêzere																			
05	01	2025/3	1/25	Estudos, Pareceres, projectos e consultadoria	02	020214	O		18 450	104 550		01/2025	12/2029	0			123 000					123 000	
05	01	2025/3	3/25	Outros trabalhos especializados	02	020220	A		5 250	29 750		01/2025	12/2027	0			5 000	30 000				35 000	
05	01	2026/1		Mobilidade Partilhada																			
05	01	2026/1	1/26	Estudos, Pareceres, projectos e consultadoria	02	020214	A		2 091	59 409		01/2026	12/2026	0			61 500					61 500	
05	01	2026/1	2/26	Outros trabalhos especializados	02	020220	A		1 673	47 527		01/2026	12/2027	0			24 600	24 600				49 200	
Totais do Programa 01:							22 381 716	22 624 671	1 315 371								11 716 571	10 967 085	11 129 615	6 197 278	6 311 209	46 321 758	
Totais do Objetivo 05:							22 381 716	22 624 671	1 315 371	0	0				0	0	11 716 571	10 967 085	11 129 615	6 197 278	6 311 209	0	46 321 758

Orçamento Inicial - Atividades mais Relevantes do ano 2026

Euros																						
Objetivo [1]	Número do projeto [2]			Designação do projeto [3]	Rubrica orçamental [4]	Forma de realiz. [5]	Fonte de Financiamento					Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec. [12]	Pagamentos							Total previsto [21] = [ND] + [13] + ... + [20]
																Realizado em períodos anteriores [13]	Estimativa de realização do per. t-1 [14]	Períodos seguintes				
Obj	Prog	Ano / Nº	Ação				RG [6]	RP [7]	UE [8]	EMPR [9]	Financiam. não definido [ND]	Início [10]	Fim [11]									
06																						
Governação Eficiente e Integrada:Adapt Estrutural Trans																						
06 01																						
Sistema Integrado de Segurança e Saúde no Trabalho																						
Sistema integrado de Segurança e Saúde no Trabalho no Médio Tejo																						
06	01	2015/17										01/2015	12/2030	2			1 500	1 500	1 500	1 500		6 000
06	01	2015/17	1/15	Saúde no trabalho	02	020222			6 000													
06	01	2015/17	2/18	Segurança e higiene no trabalho	02	020222			2 000			10/2018	12/2030	2			500	500	500	500		2 000
06	01	2015/17	4/17	Outros trabalhos especializados	02	020220			370 000			01/2017	12/2030	3			70 000	100 000	100 000	100 000		370 000
06	01	2015/17	5/18	Outros bens	02	020121						01/2018	12/2030	0			100	100	100	100		400
06	01	2015/17	7/15	Produtos vendidos nas farmácia	02	020110			1 600			01/2015	12/2030	0			400	400	400	400		1 600
Totais do Programa 01:									379 600								72 500	102 500	102 500	102 500		380 000
06 02																						
Gestão da Formação no Médio Tejo																						
Formação da Administração Local no Médio Tejo																						
06	02	2015/37										01/2015	12/2030	0			117 935	100 800	10 080		228 815	
06	02	2015/37	1/15	Monitoragem	02	020225			228 815													
06	02	2015/37	3/15	Outros trabalhos especializados	02	020220			10 500			01/2015	12/2030	0			5 000	5 000	500		10 500	
06	02	2015/37	4/15	Publicidade	02	020217			1 500			01/2015	12/2030	0			500	500	500		1 500	
06	02	2015/37	5/15	Outros bens	02	020121			1 500			01/2015	12/2030	0			500	500	500		1 500	
06	02	2015/37	6/22	Locação de outros bens	02	020208			1 500			01/2022	12/2030	0			500	500	500		1 500	
Estágios Curriculares e Profissionais no Médio Tejo																						
06	02	2015/38	1/15	Bolsa e subsídio de refeição	02	040802			37	213		01/2015	12/2026	3			250				250	
06	02	2015/38	2/20	Seguro de acidentes de trabalho	02	01030901			37	213		01/2020	12/2026	0			250				250	
06	02	2015/38	3/15	Seminários, Workshops e Reuniões Temáticas no Médio Tejo	02	020216			1 000			01/2015	12/2026	0			1 000				1 000	
Totais do Programa 02:									1 074	244 241							125 935	107 300	12 080		245 315	
06 04																						
Smart Region Território Inteligente																						
Smart Region Território Inteligente																						
06	04	2023/6	4/23	Outros trabalhos especializados	02	020220			416 000			01/2023	12/2030	0			216 000	50 000	50 000	50 000	50 000	416 000
06	04	2023/6	5/25	Comunicações	02	020209			300 000			01/2025	12/2030	0			60 000	60 000	60 000	60 000	60 000	300 000
06	04	2023/6	6/23	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	02	020214			14 493			01/2023	12/2030	0			12 493	500	500	500	500	14 493
06	04	2023/6	7/25	Apoio técnico especializado	02	020219			216 500			01/2025	12/2030	0			194 500	5 500	5 500	5 500	5 500	216 500
Totais do Programa 04:									946 993								482 993	116 000	116 000	116 000	116 000	946 993

Orçamento Inicial - Atividades mais Relevantes do ano 2026

Euros																										
Objetivo		Número do projeto		Designação do projeto	Rubrica orçamental	Forma de realiz.	Fonte de Financiamento					Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Pagamentos							Total previsto				
[1]			[2]														Realizado em períodos anteriores	Estimativa de realização do per. t-1	Períodos seguintes						[21] = [ND] + [13] + ... + [20]	
Obj	Prog.	Ano / Nº	Ação				[3]	[4]	[5]	RG [6]	RP [7]	UE [8]	EMPR [9]		Financiam. não definido [ND]	Início [10]			Fim [11]	[12]	[13]		[14]	2026 [15]		2027 [16]
06																										
Governação Eficiente e Integrada:Adapt Estrutural Trans																										
06 05																										
Parcerias Internacionais e Ações Centralizadas da União																										
Centro Cívico e Cultural de Baucau Timor-Leste																										
06	05	2026/9															5 000	5 000					10 000			
06	05	2026/9	1/26		Outros Serviços	02	020225						01/2026	12/2028	0											
06	05	2026/9	2/26		Outros trabalhos especializados	02	020220						01/2026	12/2028	0			1 000	5 000	5 000				11 000		
06	05	2026/9	3/26		Livros e documentação Técnica	02	020118						01/2026	12/2026	0			1 000	10 000	10 000				21 000		
06	05	2026/9	4/26		Transferências correntes - Instituições em fins lucrativos.	02	040701						01/2026	12/2026	0			45 000	37 500	37 500				120 000		
Totais do Programa 05:								162 000									52 000	57 500	52 500				162 000			
06 06																										
Modernização Administrativa no Médio Tejo																										
Modernização Administrativa - CIM Médio Tejo																										
06	06	2016/7																								
06	06	2016/7	4/16		Assistência técnica	02	020219						01/2016	12/2030	3			168 214	100 000	100 000	100 000	100 000	100 000	668 214		
06	06	2016/7	5/16		Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	02	020214						01/2016	12/2030	0			500	500	500	500	500	500	3 000		
06	06	2019/4			Economia Circular no Médio Tejo - Compras Públicas Conjuntas																					
06	06	2019/4	1/19		Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	02	020214						01/2019	12/2031	0			14 883	600	600	600	600	600	17 883		
06	06	2019/4	2/19		Outros trabalhos especializados	02	020220						01/2019	12/2031	0			500	24 000	24 000	24 000	24 000	24 000	120 500		
Totais do Programa 06:							671 214	138 383									184 097	125 100	125 100	125 100	125 100	125 100	809 597			
06 99																										
Investimentos Gerais da CIM Médio Tejo																										
06	99	2026/7			Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	02	020214						01/2026	12/2026	0			20 000	50 000					70 000		
Totais do Programa 99:								70 000									20 000	50 000					70 000			
Totais do Objetivo 06:							671 214	751 057	1 191 234	0	0						0	0	937 525	558 400	408 180	343 600	241 100	125 100	2 613 905	
Total:							23 347 820	27 849 188	9 849 330	0	0		Total:				0	0	17 993 450	14 462 218	13 192 227	7 631 156	7 642 587	125 100	61 046 738	

ORGÃO EXECUTIVO

Em _____ de _____ de _____

ORGÃO DELIBERATIVO

Em _____ de _____ de _____

RESUMO DO ORÇAMENTO PARA O ANO 2026

Receitas	Montante (€)		Despesas	Montante (€)	
Correntes	20 942 240		Correntes	20 752 140	
Capital	4 354 340		Capital	4 544 440	
Total:		25 296 580	Total:		25 296 580
Efetivas	25 296 580		Efetivas	25 296 580	
Não efetivas.....			Não efetivas.....	0	
Total:		25 296 580	Total:		25 296 580
Serviços Municipalizados		0	Serviços Municipalizados		0
Total Geral:		25 296 580	Total Geral:		25 296 580

ORGÃO EXECUTIVO

Em de de

.....

ORGÃO DELIBERATIVO

Em de de

.....

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

ORÇAMENTO PARA O ANO 2026 - Receita

Código	Designação	Montante
Class. Económica		€
04	Taxas, multas e outras penalidades	
0402	Multas e outras penalidades	
040204	Coimas e penalidades por contra-ordenações	1
05	Rendimentos da propriedade	
0501	Juros-Sociedades e quase-socied.não financeiras	
050101	Públicas	100
0502	Juros-Sociedades financeiras	
050201	Bancos e outras instituições financeiras	128 000
06	Transferências correntes	
0603	Administração central	
060301	Estado	
06030106	Fundo Eficiência Energética	100
06030107	Fundo Ambiental	8 728 370
06030198	Duodécimo	384 538
06030199	Outras	100
060306	Estado - Particip.comunit.projectos co-financiados	
06030601	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional [FEDER]	3 469 558
06030602	Fundo Social Europeu +	1 417 772
06030603	Fundo de Coesão	100
06030604	Plano de Recuperação e Resiliência	100
06030605	Fundo Asilo, Migração e Integração (FAMI)	100
06030699	Outros Fundos	1 494 970
060307	Serviços e fundos autónomos	100
0605	Administração local	
060501	Continente - Autarquias	5 117 231
07	Venda de bens e serviços correntes	
0701	Venda de bens	
070103	Publicações e impressos	100
070199	Outros	100
0702	Serviços	
070201	Aluguer de espaços e equipamentos	100
070209	Serviços específicos das autarquias	
07020909	Central de compras	150 000
07020999	Outros	500
08	Outras receitas correntes	
0801	Outras	

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

ORÇAMENTO PARA O ANO 2026 - Receita

Código	Designação	Montante
Class. Económica		€
080199	Outras	
08019901	Indemniz.por deterior,roubo extravio bens patrim.	50
08019902	Indem.estrag.prov.outrém viat.outr.equip.aut.local	50
08019903	IVA reembolsado	100
08019904	IVA Inversão da liquidação	100
08019999	Diversas	50 000
Total das Receitas Correntes:		20 942 240
10	Transferências de capital	
1003	Administração central	
100301	Estado	
10030106	Fundo Eficiência Energética	100
10030107	Fundo Ambiental	405 688
10030108	Fundo para o Serviço Público de Transportes	100
10030109	Fundo Flurestal Permanente	100
10030199	Outras	100
100307	Estado-Particip.comunitária project.co-financiados	
10030701	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional [FEDER]	3 241 618
10030702	Fundo Social Europeu	100
10030703	Fundo de Coesão	100
10030704	Plano de Recuperação e Resiliência	100
10030799	Outros Fundos	320 706
1005	Administração local	
100501	Continente - Autarquias	383 628
15	Reposições não abatidas nos pagamentos	
1501	Reposições não abatidas nos pagamentos	

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

ORÇAMENTO PARA O ANO 2026 - Receita

Código	Designação	Montante €
Class. Económica		
150101	Reposições não abatidas nos pagamentos	2 000
	Total das Receitas de Capital:	4 354 340

Total das Receitas Correntes:	20 942 240
Total das Receitas de Capital:	4 354 340
Total das Receitas Efetivas:	25 296 580
Total das Receitas Não Efetivas:	0
Total do Orçamento da Receita:	25 296 580

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

ORÇAMENTO PARA O ANO 2026 - Despesa

Código		Designação	Montante €
Class. Orgânica/Económica			
01		Assembleia Intermunicipal	
01	01	Despesas com o pessoal	
01	0102	Abonos variáveis ou eventuais	
01	010213	Outros suplementos e prémios	5 000
01	02	Aquisição de bens e serviços	
01	0202	Aquisição de serviços	
01	020213	Deslocações e estadas	100
Total das Despesas Correntes Orgânica 01:			5 100
Total do Capítulo Orgânico 01:			5 100
02		Comunidade Intermunicipal	
02	01	Despesas com o pessoal	
02	0101	Remunerações certas e permanentes	
02	010104	Pessoal quadros-Regime contrato individ. trabalho	
02	01010401	Pessoal em Funções	810 555
02	01010402	Alterações obrigatórias posicionamen remuneratório	100
02	01010403	Alterações facultativas posicionamen remuneratório	100
02	01010404	Recrutamento pessoal para novos postos de trabalho	144 953
02	010106	Pessoal contratado a termo	
02	01010601	Pessoal em funções	54 193
02	01010604	Recrutamento pessoal para novos postos de trabalho	100
02	010107	Pessoal em regime de tarefa ou avença	28 684
02	010109	Pessoal em qualquer outra situação	
02	01010901	Nomeação	260 425
02	01010902	Outros	1 326
02	010111	Representação	37 141
02	010112	Suplementos e prémios	100
02	010113	Subsidio de refeição	
02	01011301	Pessoal dos quadros	92 000
02	01011302	Pessoal contratado a termo	4 356
02	01011303	Pessoal em qualquer outra situação	11 880
02	010114	Subsídio de férias e de Natal	
02	01011401	Pessoal dos quadros	161 000
02	01011402	Pessoal contratado a termo	9 116
02	01011403	Pessoal em qualquer outra situação	43 403

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

ORÇAMENTO PARA O ANO 2026 - Despesa

Código		Designação	Montante
Class. Orgânica/Económica			€
02	010115	Remunerações por doença e maternidade/paternidade	2 500
02	0102	Abonos variáveis ou eventuais	
02	010202	Horas extraordinárias	4 000
02	010204	Ajudas de custo	10 000
02	010205	Abono para falhas	1 080
02	010212	Indemnizações por cessação de funções	500
02	010213	Outros suplementos e prémios	100
02	010214	Outros abonos em numerário ou espécie	1 326
02	0103	Segurança social	
02	010301	Encargos com a saúde	50
02	010303	Subsídio familiar a criança e jovens	840
02	010305	Contribuições para a segurança social	
02	01030501	Assistência na doença dos funcionários públicos	200
02	01030502	Segurança social dos funcionários públicos	
02	0103050201	Caixa Geral de Aposentações	33 323
02	0103050202	Regime Geral	328 000
02	010309	Seguros	
02	01030901	Seguros acidentes trabalho doenças profissionais	30 250
02	01030902	Seguros acidentes pessoais	200
02	010310	Outras despesas de segurança social	
02	01031001	Eventualidade, maternidade, paternidade e adopção	1 500
02	02	Aquisição de bens e serviços	
02	0201	Aquisição de bens	
02	020102	Combustíveis e lubrificantes	
02	02010201	Gasolina	19 000
02	02010202	Gasóleo	42 000
02	02010299	Outros	50
02	020103	Munições, explosivos e artifícios	50
02	020104	Limpeza e higiene	50
02	020105	Alimentação-Refeições confeccionadas	50
02	020106	Alimentação-Géneros para confeccionar	50
02	020107	Vestuário e artigos pessoais	158 836
02	020108	Material de escritório	2 000
02	020109	Produtos químicos e farmacêuticos	50
02	020110	Produtos vendidos nas farmácias	1 300
02	020111	Material de consumo clínico	200

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

ORÇAMENTO PARA O ANO 2026 - Despesa

Código		Designação	Montante
Class. Orgânica/Económica			€
02	020112	Material de transporte-Peças	150
02	020113	Material de consumo hoteleiro	50
02	020114	Outro material-Peças	50
02	020115	Prémios, condecorações e ofertas	1 000
02	020116	Mercadorias para venda	
02	02011601	Água	50
02	02011602	Electricidade	50
02	02011603	Outras	50
02	020117	Ferramentas e utensílios	15 050
02	020118	Livros e documentação técnica	1 100
02	020119	Artigos honoríficos e de decoração	50
02	020120	Material de educação, cultura e recreio	300
02	020121	Outros bens	45 100
02	0202	Aquisição de serviços	
02	020201	Encargos das instalações	80 000
02	020202	Limpeza e higiene	15 000
02	020203	Conservação de bens	160 978
02	020204	Locação de edifícios	100
02	020205	Locação de material de informática	50
02	020206	Locação de material de transporte	2 800
02	020208	Locação de outros bens	109 800
02	020209	Comunicações	94 224
02	020210	Transportes	28 000
02	020211	Representação dos serviços	100
02	020212	Seguros	126 201
02	020213	Deslocações e estadas	100 000
02	020214	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	1 255 503
02	020215	Formação	1 000
02	020216	Seminários, exposições e similares	20 825
02	020217	Publicidade	142 710
02	020218	Vigilância e segurança	2 000
02	020219	Assistência técnica	377 714
02	020220	Outros trabalhos especializados	5 465 403
02	020222	Serviços de saúde	90 905
02	020224	Encargos de cobrança de receitas	50
02	020225	Outros serviços	396 935

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

ORÇAMENTO PARA O ANO 2026 - Despesa

Código		Designação	Montante
Class. Orgânica/Económica			€
02	03	Juros e outros encargos	
02	0303	Juros de locação financeira	
02	030305	Material de transporte	10
02	030306	Material de informática	10
02	0305	Outros juros	
02	030502	Outros	10
02	04	Transferências correntes	
02	0401	Sociedades e quase sociedades não financeiras	
02	040102	Privadas	10
02	0403	Administração central	
02	040301	Estado	10
02	040305	Serviços e fundos autónomos	10
02	0405	Administração local	
02	040501	Continente	
02	04050101	Municípios	10
02	04050102	Freguesias	10
02	04050103	Serviços autónomos da administração local	10
02	04050104	Associações de municípios	33 343
02	04050105	Associações de freguesias	10
02	04050106	Regiões de turismo	10
02	04050107	Assembleias distritais	10
02	04050108	Outros	10
02	0406	Segurança social	
02	040601	Sistemas de solidariedade e segurança social	10
02	040602	Outras transferências	10
02	0407	Instituições sem fins lucrativos	
02	040701	Instituições sem fins lucrativos	247 314
02	0408	Famílias	
02	040802	Outras	1 294
02	0409	Resto do mundo	
02	040902	União Europeia-Países membros	10
02	040903	Países terceiros e organizações internacionais	10
02	05	Subsídios	
02	0501	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	
02	050101	Públicas	
02	05010101	Empresas públicas municipais e intermunicipais	10

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

ORÇAMENTO PARA O ANO 2026 - Despesa

Código		Designação	Montante
Class. Orgânica/Económica			€
02	05010102	Outras	151 250
02	050103	Privadas	9 413 894
02	06	Outras despesas correntes	
02	0602	Diversas	
02	060201	Impostos e taxas	38 000
02	060202	Activos incorpóreos	10
02	060203	Outras	
02	06020301	Outras restituições	10
02	06020302	IVA pago	20 000
02	06020303	Diferenças de câmbio	10
02	06020304	Serviços bancários	10 000
02	06020305	Outras	1 500
Total das Despesas Correntes Orgânica 02:			20 747 040
02	07	Aquisição de bens de capital	
02	0701	Investimentos	
02	070103	Edifícios	
02	07010301	Instalações de serviços	70 000
02	070104	Construções diversas	
02	07010401	Viadutos, arruamentos e obras complementares	50 000
02	070106	Material de transporte	373 296
02	070107	Equipamento de informática	1 055 104
02	070108	Software informático	1 054 934
02	070109	Equipamento administrativo	2 000
02	070110	Equipamento básico	514 460
02	070111	Ferramentas e utensílios	15 600
02	070113	Investimentos incorpóreos	100
02	070115	Outros investimentos	1 408 846
02	08	Transferências de capital	
02	0807	Instituições sem fins lucrativos	

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

ORÇAMENTO PARA O ANO 2026 - Despesa

Código		Designação	Montante
Class. Orgânica/Económica			€
02	080701	Instituições sem fins lucrativos	100
Total das Despesas de Capital Orgânica 02:			4 544 440
Total do Capítulo Orgânico 02:			25 291 480
Total das Despesas Correntes:			20 752 140
Total das Despesas de Capital:			4 544 440
Total das Despesas Efetivas:			25 296 580
Total das Despesas Não Efetivas:			0
Total do Orçamento da Despesa:			25 296 580

ORGÃO EXECUTIVO

Em de de

.....

ORGÃO DELIBERATIVO

Em de de

.....

7.7 Orçamento - Resumo por Capítulo

Resumo do orçamento por Capítulo para 2026

Receitas	Montante
01 Impostos directos	
02 Impostos indirectos	
03 Contribuições para Seg.Social,Cx.G.Aposent. e ADSE	
04 Taxas, multas e outras penalidades	1
05 Rendimentos da propriedade	128 100
06 Transferências correntes	20 613 039
07 Venda de bens e serviços correntes	150 800
08 Outras receitas correntes	50 300
Total das Receitas Correntes:	20 942 240
09 Venda de bens de investimento	
10 Transferências de capital	4 352 340
13 Outras receitas de capital	
15 Reposições não abatidas nos pagamentos	2 000
Total das Receitas de Capital:	4 354 340
Total das Receitas Efetivas:	25 296 580
11 Activos financeiros	
12 Passivos financeiros	
14 Recursos próprios comunitários	
16 Saldo da gerência anterior	
17 Operações extra-orçamentais	
Total das Receitas não Efetivas:	0

Total das Receitas: 25 296 580

<p>ORGÃO EXECUTIVO</p> <p>Em de de</p> <p>.....</p>

Despesas	Montante
01 Despesas com o pessoal	2 078 301
02 Aquisição de bens e serviços	8 757 034
03 Juros e outros encargos	30
04 Transferências correntes	282 091
05 Subsídios	9 565 154
06 Outras despesas correntes	69 530
Total das Despesas Correntes:	20 752 140
07 Aquisição de bens de capital	4 544 340
08 Transferências de capital	100
11 Outras despesas de capital	0
Total das Despesas de Capital:	4 544 440
Total das Despesas Efetivas:	25 296 580
09 Activos financeiros	0
10 Passivos financeiros	0
12 Operações extra-orçamentais	
17 Operações extra-orçamentais	0
Total das Despesas Não Efetivas:	0

Total das Despesas: 25 296 580

<p>ORGÃO DELIBERATIVO</p> <p>Em de de</p> <p>.....</p>
--

7.8 Orçamento - Resumo por Classificação Económica

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo
Resumo da Despesa por Classificação Económica (2026)

Económica	Designação	Dotação
01	Despesas com o pessoal	2 078 300,71
0101	Remunerações certas e permanentes	1 661 931,71
010104	Pessoal quadros-Regime contrato individ. trabalho	955 708,12
01010401	Pessoal em Funções	810 555,00
01010402	Alterações obrigatórias posicionamen remuneratório	100,00
01010403	Alterações facultativas posicionamen remuneratório	100,00
01010404	Recrutamento pessoal para novos postos de trabalho	144 953,12
010106	Pessoal contratado a termo	54 293,00
01010601	Pessoal em funções	54 193,00
01010604	Recrutamento pessoal para novos postos de trabalho	100,00
010107	Pessoal em regime de tarefa ou avença	28 683,59
010109	Pessoal em qualquer outra situação	261 751,00
01010901	Nomeação	260 425,00
01010902	Outros	1 326,00
010111	Representação	37 141,00
010112	Suplementos e prémios	100,00
010113	Subsidio de refeição	108 236,00
01011301	Pessoal dos quadros	92 000,00
01011302	Pessoal contratado a termo	4 356,00
01011303	Pessoal em qualquer outra situação	11 880,00
010114	Subsídio de férias e de Natal	213 519,00
01011401	Pessoal dos quadros	161 000,00
01011402	Pessoal contratado a termo	9 116,00
01011403	Pessoal em qualquer outra situação	43 403,00
010115	Remunerações por doença e maternidade/paternidade	2 500,00
0102	Abonos variáveis ou eventuais	22 006,00
010202	Horas extraordinárias	4 000,00
010204	Ajudas de custo	10 000,00
010205	Abono para falhas	1 080,00
010212	Indemnizações por cessação de funções	500,00
010213	Outros suplementos e prémios	5 100,00
010214	Outros abonos em numerário ou espécie	1 326,00
0103	Segurança social	394 363,00
010301	Encargos com a saúde	50,00
010303	Subsídio familiar a criança e jovens	840,00
010305	Contribuições para a segurança social	361 523,00
01030501	Assistência na doença dos funcionários públicos	200,00
01030502	Segurança social dos funcionários públicos	361 323,00
0103050201	Caixa Geral de Aposentações	33 323,00
0103050202	Regime Geral	328 000,00
010309	Seguros	30 450,00
01030901	Seguros acidentes trabalho doenças profissionais	30 250,00
01030902	Seguros acidentes pessoais	200,00
010310	Outras despesas de segurança social	1 500,00
01031001	Eventualidade, maternidade, paternidade e adopção	1 500,00
02	Aquisição de bens e serviços	8 757 033,54
0201	Aquisição de bens	286 636,00

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo
Resumo da Despesa por Classificação Económica (2026)

Económica	Designação	Dotação
020102	Combustíveis e lubrificantes	61 050,00
02010201	Gasolina	19 000,00
02010202	Gasóleo	42 000,00
02010299	Outros	50,00
020103	Munições, explosivos e artifícios	50,00
020104	Limpeza e higiene	50,00
020105	Alimentação-Refeições confeccionadas	50,00
020106	Alimentação-Géneros para confeccionar	50,00
020107	Vestuário e artigos pessoais	158 836,00
020108	Material de escritório	2 000,00
020109	Produtos químicos e farmacêuticos	50,00
020110	Produtos vendidos nas farmácias	1 300,00
020111	Material de consumo clínico	200,00
020112	Material de transporte-Peças	150,00
020113	Material de consumo hoteleiro	50,00
020114	Outro material-Peças	50,00
020115	Prémios, condecorações e ofertas	1 000,00
020116	Mercadorias para venda	150,00
02011601	Água	50,00
02011602	Electricidade	50,00
02011603	Outras	50,00
020117	Ferramentas e utensílios	15 050,00
020118	Livros e documentação técnica	1 100,00
020119	Artigos honoríficos e de decoração	50,00
020120	Material de educação, cultura e recreio	300,00
020121	Outros bens	45 100,00
0202	Aquisição de serviços	8 470 397,54
020201	Encargos das instalações	80 000,00
020202	Limpeza e higiene	15 000,00
020203	Conservação de bens	160 978,00
020204	Locação de edifícios	100,00
020205	Locação de material de informática	50,00
020206	Locação de material de transporte	2 800,00
020208	Locação de outros bens	109 800,00
020209	Comunicações	94 224,08
020210	Transportes	28 000,00
020211	Representação dos serviços	100,00
020212	Seguros	126 200,93
020213	Deslocações e estadas	100 100,00
020214	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	1 255 503,06
020215	Formação	1 000,00
020216	Seminários, exposições e similares	20 825,00
020217	Publicidade	142 710,00
020218	Vigilância e segurança	2 000,00
020219	Assistência técnica	377 713,82
020220	Outros trabalhos especializados	5 465 403,13
020222	Serviços de saúde	90 905,00

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo
Resumo da Despesa por Classificação Económica (2026)

Económica	Designação	Dotação
020224	Encargos de cobrança de receitas	50,00
020225	Outros serviços	396 934,52
03	Juros e outros encargos	30,00
0303	Juros de locação financeira	20,00
030305	Material de transporte	10,00
030306	Material de informática	10,00
0305	Outros juros	10,00
030502	Outros	10,00
04	Transferências correntes	282 091,00
0401	Sociedades e quase sociedades não financeiras	10,00
040102	Privadas	10,00
0403	Administração central	20,00
040301	Estado	10,00
040305	Serviços e fundos autónomos	10,00
0405	Administração local	33 413,33
040501	Continente	33 413,33
04050101	Municípios	10,00
04050102	Freguesias	10,00
04050103	Serviços autónomos da administração local	10,00
04050104	Associações de municípios	33 343,33
04050105	Associações de freguesias	10,00
04050106	Regiões de turismo	10,00
04050107	Assembleias distritais	10,00
04050108	Outros	10,00
0406	Segurança social	20,00
040601	Sistemas de solidariedade e segurança social	10,00
040602	Outras transferências	10,00
0407	Instituições sem fins lucrativos	247 313,67
040701	Instituições sem fins lucrativos	247 313,67
0408	Famílias	1 294,00
040802	Outras	1 294,00
0409	Resto do mundo	20,00
040902	União Europeia-Países membros	10,00
040903	Países terceiros e organizações internacionais	10,00
05	Subsídios	9 565 154,29
0501	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	9 565 154,29
050101	Públicas	151 260,00
05010101	Empresas públicas municipais e intermunicipais	10,00
05010102	Outras	151 250,00
050103	Privadas	9 413 894,29
06	Outras despesas correntes	69 530,00
0602	Diversas	69 530,00
060201	Impostos e taxas	38 000,00
060202	Activos incorpóreos	10,00
060203	Outras	31 520,00
06020301	Outras restituições	10,00
06020302	IVA pago	20 000,00

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo
Resumo da Despesa por Classificação Económica (2026)

Económica	Designação	Dotação
06020303	Diferenças de câmbio	10,00
06020304	Serviços bancários	10 000,00
06020305	Outras	1 500,00
Total das Despesas Correntes:		20 752 139,54
07	Aquisição de bens de capital	4 544 340,46
0701	Investimentos	4 544 340,46
070103	Edifícios	70 000,00
07010301	Instalações de serviços	70 000,00
070104	Construções diversas	50 000,00
07010401	Viadutos, arruamentos e obras complementares	50 000,00
070106	Material de transporte	373 296,00
070107	Equipamento de informática	1 055 104,06
070108	Software informático	1 054 934,40
070109	Equipamento administrativo	2 000,00
070110	Equipamento básico	514 460,00
070111	Ferramentas e utensílios	15 600,00
070113	Investimentos incorpóreos	100,00
070115	Outros investimentos	1 408 846,00
08	Transferências de capital	100,00
0807	Instituições sem fins lucrativos	100,00
080701	Instituições sem fins lucrativos	100,00
Total das Despesas de Capital:		4 544 440,46
Total das Despesas Efetivas:		25 296 580,00
Total do Orçamento da Despesa:		25 296 580,00

7.9 Orçamento - Resumo por Classificação Orgânica

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo
Resumo da Despesa por Classificação Orgânica (2026)

Orgânica		Correntes	Capital	Efetivas	Não Efetivas	Total
01	Assembleia Intermunicipal	5 100,00	0,00	5 100,00	0,00	5 100,00
02	Comunidade Intermunicipal	20 747 039,54	4 544 440,46	25 291 480,00	0,00	25 291 480,00
Total Geral:		20 752 139,54	4 544 440,46	25 296 580,00	0,00	25 296 580,00

7.10 Orçamento (Valor em GOP e EXTRA-GOP)

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

ORÇAMENTO INICIAL PARA O ANO 2026

Orgânica	Económica	Designação	Valor Extra-Plano	Valor em Plano	Total
01		Assembleia Intermunicipal	5 100,00	0,00	5 100,00
01		DESPESAS CORRENTES	5 100,00	0,00	5 100,00
01	01	Despesas com o pessoal	5 000,00	0,00	5 000,00
01	0102	Abonos variáveis ou eventuais	5 000,00	0,00	5 000,00
01	010213	Outros suplementos e prémios	5 000,00	0,00	5 000,00
01	02	Aquisição de bens e serviços	100,00	0,00	100,00
01	0202	Aquisição de serviços	100,00	0,00	100,00
01	020213	Deslocações e estadas	100,00	0,00	100,00
02		Comunidade Intermunicipal	2 753 691,12	22 537 788,88	25 291 480,00
02		DESPESAS CORRENTES	2 753 691,12	17 993 348,42	20 747 039,54
02	01	Despesas com o pessoal	2 044 367,12	28 933,59	2 073 300,71
02	0101	Remunerações certas e permanentes	1 633 248,12	28 683,59	1 661 931,71
02	010104	Pessoal quadros-Regime contrato individ. trabalho	955 708,12	0,00	955 708,12
02	01010401	Pessoal em Funções	810 555,00	0,00	810 555,00
02	01010402	Alterações obrigatórias posicionamen remuneratório	100,00	0,00	100,00
02	01010403	Alterações facultativas posicionamen remuneratório	100,00	0,00	100,00
02	01010404	Recrutamento pessoal para novos postos de trabalho	144 953,12	0,00	144 953,12
02	010106	Pessoal contratado a termo	54 293,00	0,00	54 293,00
02	01010601	Pessoal em funções	54 193,00	0,00	54 193,00
02	01010604	Recrutamento pessoal para novos postos de trabalho	100,00	0,00	100,00
02	010107	Pessoal em regime de tarefa ou avença	0,00	28 683,59	28 683,59
02	010109	Pessoal em qualquer outra situação	261 751,00	0,00	261 751,00
02	01010901	Nomeação	260 425,00	0,00	260 425,00
02	01010902	Outros	1 326,00	0,00	1 326,00
02	010111	Representação	37 141,00	0,00	37 141,00
02	010112	Suplementos e prémios	100,00	0,00	100,00
02	010113	Subsidio de refeição	108 236,00	0,00	108 236,00
02	01011301	Pessoal dos quadros	92 000,00	0,00	92 000,00
02	01011302	Pessoal contratado a termo	4 356,00	0,00	4 356,00
02	01011303	Pessoal em qualquer outra situação	11 880,00	0,00	11 880,00
02	010114	Subsídio de férias e de Natal	213 519,00	0,00	213 519,00
02	01011401	Pessoal dos quadros	161 000,00	0,00	161 000,00
02	01011402	Pessoal contratado a termo	9 116,00	0,00	9 116,00
02	01011403	Pessoal em qualquer outra situação	43 403,00	0,00	43 403,00
02	010115	Remunerações por doença e maternidade/paternidade	2 500,00	0,00	2 500,00
02	0102	Abonos variáveis ou eventuais	17 006,00	0,00	17 006,00
02	010202	Horas extraordinárias	4 000,00	0,00	4 000,00
02	010204	Ajudas de custo	10 000,00	0,00	10 000,00
02	010205	Abono para falhas	1 080,00	0,00	1 080,00
02	010212	Indemnizações por cessação de funções	500,00	0,00	500,00
02	010213	Outros suplementos e prémios	100,00	0,00	100,00
02	010214	Outros abonos em numerário ou espécie	1 326,00	0,00	1 326,00
02	0103	Segurança social	394 113,00	250,00	394 363,00
02	010301	Encargos com a saúde	50,00	0,00	50,00
02	010303	Subsídio familiar a criança e jovens	840,00	0,00	840,00
02	010305	Contribuições para a segurança social	361 523,00	0,00	361 523,00
02	01030501	Assistência na doença dos funcionários públicos	200,00	0,00	200,00
02	01030502	Segurança social dos funcionários públicos	361 323,00	0,00	361 323,00
02	0103050201	Caixa Geral de Aposentações	33 323,00	0,00	33 323,00
02	0103050202	Regime Geral	328 000,00	0,00	328 000,00
02	010309	Seguros	30 200,00	250,00	30 450,00
02	01030901	Seguros acidentes trabalho doenças profissionais	30 000,00	250,00	30 250,00
02	01030902	Seguros acidentes pessoais	200,00	0,00	200,00
02	010310	Outras despesas de segurança social	1 500,00	0,00	1 500,00

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

ORÇAMENTO INICIAL PARA O ANO 2026

Orgânica	Económica	Designação	Valor Extra-Plano	Valor em Plano	Total
02	01031001	Eventualidade, maternidade, paternidade e adopção	1 500,00	0,00	1 500,00
02	02	Aquisição de bens e serviços	641 550,00	8 115 383,54	8 756 933,54
02	0201	Aquisição de bens	29 450,00	257 186,00	286 636,00
02	020102	Combustíveis e lubrificantes	15 550,00	45 500,00	61 050,00
02	02010201	Gasolina	5 500,00	13 500,00	19 000,00
02	02010202	Gasóleo	10 000,00	32 000,00	42 000,00
02	02010299	Outros	50,00	0,00	50,00
02	020103	Munições, explosivos e artifícios	50,00	0,00	50,00
02	020104	Limpeza e higiene	50,00	0,00	50,00
02	020105	Alimentação-Refeições confeccionadas	50,00	0,00	50,00
02	020106	Alimentação-Géneros para confeccionar	50,00	0,00	50,00
02	020107	Vestuário e artigos pessoais	50,00	158 786,00	158 836,00
02	020108	Material de escritório	2 000,00	0,00	2 000,00
02	020109	Produtos químicos e farmacêuticos	50,00	0,00	50,00
02	020110	Produtos vendidos nas farmácias	400,00	900,00	1 300,00
02	020111	Material de consumo clínico	200,00	0,00	200,00
02	020112	Material de transporte-Peças	50,00	100,00	150,00
02	020113	Material de consumo hoteleiro	50,00	0,00	50,00
02	020114	Outro material-Peças	50,00	0,00	50,00
02	020115	Prémios, condecorações e ofertas	1 000,00	0,00	1 000,00
02	020116	Mercadorias para venda	150,00	0,00	150,00
02	02011601	Água	50,00	0,00	50,00
02	02011602	Electricidade	50,00	0,00	50,00
02	02011603	Outras	50,00	0,00	50,00
02	020117	Ferramentas e utensílios	50,00	15 000,00	15 050,00
02	020118	Livros e documentação técnica	100,00	1 000,00	1 100,00
02	020119	Artigos honoríficos e de decoração	50,00	0,00	50,00
02	020120	Material de educação, cultura e recreio	0,00	300,00	300,00
02	020121	Outros bens	9 500,00	35 600,00	45 100,00
02	0202	Aquisição de serviços	612 100,00	7 858 197,54	8 470 297,54
02	020201	Encargos das instalações	80 000,00	0,00	80 000,00
02	020202	Limpeza e higiene	15 000,00	0,00	15 000,00
02	020203	Conservação de bens	10 000,00	150 978,00	160 978,00
02	020204	Locação de edifícios	100,00	0,00	100,00
02	020205	Locação de material de informática	50,00	0,00	50,00
02	020206	Locação de material de transporte	2 800,00	0,00	2 800,00
02	020208	Locação de outros bens	3 000,00	106 800,00	109 800,00
02	020209	Comunicações	25 000,00	69 224,08	94 224,08
02	020210	Transportes	3 000,00	25 000,00	28 000,00
02	020211	Representação dos serviços	100,00	0,00	100,00
02	020212	Seguros	100 000,00	26 200,93	126 200,93
02	020213	Deslocações e estadas	100 000,00	0,00	100 000,00
02	020214	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	30 000,00	1 225 503,06	1 255 503,06
02	020215	Formação	1 000,00	0,00	1 000,00
02	020216	Seminários, exposições e similares	0,00	20 825,00	20 825,00
02	020217	Publicidade	25 000,00	117 710,00	142 710,00
02	020218	Vigilância e segurança	2 000,00	0,00	2 000,00
02	020219	Assistência técnica	15 000,00	362 713,82	377 713,82
02	020220	Outros trabalhos especializados	150 000,00	5 315 403,13	5 465 403,13
02	020222	Serviços de saúde	0,00	90 905,00	90 905,00
02	020224	Encargos de cobrança de receitas	50,00	0,00	50,00
02	020225	Outros serviços	50 000,00	346 934,52	396 934,52
02	03	Juros e outros encargos	30,00	0,00	30,00
02	0303	Juros de locação financeira	20,00	0,00	20,00

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

ORÇAMENTO INICIAL PARA O ANO 2026

Orgânica	Económica	Designação	Valor Extra-Plano	Valor em Plano	Total
02	030305	Material de transporte	10,00	0,00	10,00
02	030306	Material de informática	10,00	0,00	10,00
02	0305	Outros juros	10,00	0,00	10,00
02	030502	Outros	10,00	0,00	10,00
02	04	Transferências correntes	1 194,00	280 897,00	282 091,00
02	0401	Sociedades e quase sociedades não financeiras	10,00	0,00	10,00
02	040102	Privadas	10,00	0,00	10,00
02	0403	Administração central	20,00	0,00	20,00
02	040301	Estado	10,00	0,00	10,00
02	040305	Serviços e fundos autónomos	10,00	0,00	10,00
02	0405	Administração local	80,00	33 333,33	33 413,33
02	040501	Continente	80,00	33 333,33	33 413,33
02	04050101	Municípios	10,00	0,00	10,00
02	04050102	Freguesias	10,00	0,00	10,00
02	04050103	Serviços autónomos da administração local	10,00	0,00	10,00
02	04050104	Associações de municípios	10,00	33 333,33	33 343,33
02	04050105	Associações de freguesias	10,00	0,00	10,00
02	04050106	Regiões de turismo	10,00	0,00	10,00
02	04050107	Assembleias distritais	10,00	0,00	10,00
02	04050108	Outros	10,00	0,00	10,00
02	0406	Segurança social	20,00	0,00	20,00
02	040601	Sistemas de solidariedade e segurança social	10,00	0,00	10,00
02	040602	Outras transferências	10,00	0,00	10,00
02	0407	Instituições sem fins lucrativos	0,00	247 313,67	247 313,67
02	040701	Instituições sem fins lucrativos	0,00	247 313,67	247 313,67
02	0408	Famílias	1 044,00	250,00	1 294,00
02	040802	Outras	1 044,00	250,00	1 294,00
02	0409	Resto do mundo	20,00	0,00	20,00
02	040902	União Europeia-Países membros	10,00	0,00	10,00
02	040903	Países terceiros e organizações internacionais	10,00	0,00	10,00
02	05	Subsídios	20,00	9 565 134,29	9 565 154,29
02	0501	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	20,00	9 565 134,29	9 565 154,29
02	050101	Públicas	10,00	151 250,00	151 260,00
02	05010101	Empresas públicas municipais e intermunicipais	10,00	0,00	10,00
02	05010102	Outras	0,00	151 250,00	151 250,00
02	050103	Privadas	10,00	9 413 884,29	9 413 894,29
02	06	Outras despesas correntes	66 530,00	3 000,00	69 530,00
02	0602	Diversas	66 530,00	3 000,00	69 530,00
02	060201	Impostos e taxas	35 000,00	3 000,00	38 000,00
02	060202	Activos incorpóreos	10,00	0,00	10,00
02	060203	Outras	31 520,00	0,00	31 520,00
02	06020301	Outras restituições	10,00	0,00	10,00
02	06020302	IVA pago	20 000,00	0,00	20 000,00
02	06020303	Diferenças de câmbio	10,00	0,00	10,00
02	06020304	Serviços bancários	10 000,00	0,00	10 000,00
02	06020305	Outras	1 500,00	0,00	1 500,00
02		DESPESAS DE CAPITAL	0,00	4 544 440,46	4 544 440,46
02	07	Aquisição de bens de capital	0,00	4 544 340,46	4 544 340,46
02	0701	Investimentos	0,00	4 544 340,46	4 544 340,46
02	070103	Edifícios	0,00	70 000,00	70 000,00
02	07010301	Instalações de serviços	0,00	70 000,00	70 000,00
02	070104	Construções diversas	0,00	50 000,00	50 000,00
02	07010401	Viadutos, arruamentos e obras complementares	0,00	50 000,00	50 000,00
02	070106	Material de transporte	0,00	373 296,00	373 296,00

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo
ORÇAMENTO INICIAL PARA O ANO 2026

Orgânica	Económica	Designação	Valor Extra-Plano	Valor em Plano	Total
02	070107	Equipamento de informática	0,00	1 055 104,06	1 055 104,06
02	070108	Software informático	0,00	1 054 934,40	1 054 934,40
02	070109	Equipamento administrativo	0,00	2 000,00	2 000,00
02	070110	Equipamento básico	0,00	514 460,00	514 460,00
02	070111	Ferramentas e utensílios	0,00	15 600,00	15 600,00
02	070113	Investimentos incorpóreos	0,00	100,00	100,00
02	070115	Outros investimentos	0,00	1 408 846,00	1 408 846,00
02	08	Transferências de capital	0,00	100,00	100,00
02	0807	Instituições sem fins lucrativos	0,00	100,00	100,00
02	080701	Instituições sem fins lucrativos	0,00	100,00	100,00
Total geral:			2 758 791,12	22 537 788,88	25 296 580,00

ORGÃO EXECUTIVO

Em de de

.....

ORGÃO DELIBERATIVO

Em de de

.....

7.11 Mapas - Demonstrações Financeiras Previsionais

BALANÇO PREVISIONAL

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

Rúbricas	Notas	31/12/2026
ATIVO		
Ativo não corrente		6 741 305,24 €
Ativos Fixos Tangíveis		5 355 630,47 €
Propriedades de Investimento		0,00 €
Ativos Intangíveis		1 385 674,78 €
Participações Financeiras		0,00 €
Outros Ativos Financeiros		0,00 €
Ativo corrente		11 363 276,71 €
Inventários		0,00 €
Ativos biológicos		0,00 €
Devedores por transferencias e subsídios		1 170 389,18 €
Devedores por empréstimos bonificados		0,00 €
Clientes, contribuintes e utentes		13 086,51 €
Estado e outros entes públicos		5 543,37 €
Outras contas a receber		101 986,88 €
Diferimentos		13 912,23 €
Ativos financeiros detidos para negociação		0,00 €
Outros ativos financeiros		0,00 €
Caixa e depósitos		10 058 358,54 €
Total do Ativo		18 104 581,95 €
PATRIMÓNIO LÍQUIDO		
Património/Capital		2 366 137,12 €
Outros instrumentos de capital próprio		0,00 €
Prémios de emissão		0,00 €
Reservas		382 625,10 €
Resultados transitados		7 400 130,56 €
Ajustamentos em ativos financeiros		0,00 €
Excedentes de revalorização		0,00 €
Outras variações no Património Líquido		3 810 693,75 €
Resultado líquido do período		475 439,68 €
Interesses que não controlam		0,00 €
Total do Património Líquido		14 435 026,22 €
PASSIVO		
Passivo não corrente		0,00 €
Provisões		0,00 €
Financiamentos obtidos		0,00 €
Fornecedores de investimentos		0,00 €
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		0,00 €
Outras contas a pagar		0,00 €
Passivo corrente		3 669 555,73 €
Credores por transferências e subsídios concedidos		127 992,99 €
Fornecedores		55 898,91 €
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		0,00 €
Estado e outros entes públicos		0,00 €
Financiamentos obtidos		0,00 €
Fornecedores de investimentos		0,00 €
Outras contas a pagar		3 485 663,83 €
Diferimentos		0,00 €
Passivos financeiros detidos para negociação		0,00 €
Outros passivos financeiros		0,00 €
Total do Passivo		3 669 555,73 €
Total do Património Líquido e Passivo		18 104 581,95 €

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PREVISIONAL

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

Rúbricas	Notas	31/12/2026
RENDIMENTOS E GASTOS		
Impostos, contribuições e taxas		1,00 €
Vendas		0,00 €
Prestações de serviços		150 800,00 €
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos		20 613 039,00 €
Variações nos inventários da produção		0,00 €
Trabalhos para a própria entidade		0,00 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0,00 €
Fornecimentos e serviços externos		8 756 933,54 €
Gastos com pessoal		2 078 430,71 €
Transferências e subsídios concedidos		9 847 345,29 €
Prestações sociais		0,00 €
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0,00 €
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00 €
Provisões (aumentos/reduções)		0,00 €
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00 €
Aumentos/reduções de justo valor		0,00 €
Outros rendimentos e ganhos		2 469 038,77 €
Outros gastos e perdas		69 530,00 €
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		2 480 639,23 €
Gastos/reversões de depreciação e amortização		2 133 299,54 €
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00 €
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		347 339,68 €
Juros e rendimentos similares obtidos		128 100,00 €
Juros e gastos similares suportados		0,00 €
Resultado antes de impostos		475 439,68 €
Imposto sobre o rendimento		0,00 €
Resultado líquido do período		475 439,68 €

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA PREVISIONAL

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

Rúbricas	Notas	31/12/2026
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Recebimentos de clientes		150 800,00 €
Recebimentos de contribuintes		0,00 €
Recebimentos de utentes		1,00 €
Pagamentos a fornecedores		8 756 933,54 €
Pagamentos ao pessoal		2 078 430,71 €
Caixa gerada pelas operações		-10 684 563,25 €
Outros recebimentos/pagamentos		11 538 479,71 €
Fluxos de caixa das actividades operacionais (a)		853 916,46 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis		2 980 560,06 €
Ativos intangíveis		1 563 780,40 €
Propriedades de Investimento		0,00 €
Investimentos financeiros		0,00 €
Outros ativos		0,00 €
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis		0,00 €
Ativos intangíveis		0,00 €
Propriedades de Investimento		0,00 €
Investimentos financeiros		0,00 €
Outros ativos		0,00 €
Subsídios ao investimento		3 562 324,00 €
Transferências de capital		0,00 €
Juros e rendimentos similares		128 100,00 €
Dividendos		0,00 €
Fluxos de caixa das actividades de investimento (b)		-853 916,46 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos		0,00 €
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital		0,00 €
Cobertura de prejuízos		0,00 €
Doações		0,00 €
Outras operações de financiamento		0,00 €
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos		0,00 €
Juros e gastos similares		0,00 €
Dividendos		0,00 €
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital		0,00 €
Outras operações de financiamento		0,00 €
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (C)		0,00 €
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		0,00 €
Efeito das diferenças de câmbio		0,00 €
Caixa e seus equivalentes no início do período		10 058 358,54 €
Caixa e seus equivalentes no fim do período		10 058 358,54 €
Conciliação entre Caixa e seus equivalentes e Saldo de Gerência		
Caixa e seus equivalentes no início do período		10 058 358,54 €
- Equivalentes a caixa no início do período		10 058 358,54 €
- Variações cambiais de caixa no início do período		0,00 €
= Saldo da gerência anterior		10 058 358,54 €
De execução orçamental		9 250 766,63 €
De operações de tesouraria		807 591,91 €
Caixa e seus equivalentes no fim do período		10 058 358,54 €
- Equivalentes a caixa no fim do período		10 058 358,54 €
- Variações cambiais de caixa no fim do período		0,00 €
= Saldo da gerência seguinte		10 058 358,54 €
De execução orçamental		9 250 766,63 €
De operações de tesouraria		807 591,91 €

Aprovado em reunião do Conselho Intermunicipal da CIM Médio Tejo, realizada em 27/11/2025.

O Conselho Intermunicipal da CIM Médio Tejo

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo
Manuel Jorge Valamatós

Município de Mação
José Fernando Mendes Martins

Município Abrantes
Manuel Jorge Valamatós

Município de Ourém
Luís Miguel Albuquerque

Município de Alcanena
Rui Fernando Anastácio Henriques

Município do Sardoal
Pedro Manuel dos Santos Rosa

Município de Constância
Sérgio Miguel Santos Pereira de Oliveira

Município de Tomar
Tiago Manuel Henriques Ferreira Carrão

Município do Entroncamento
Nelson José Estrela Lopes Cunha

Município de Torres Novas
José Manuel Paulo Trincão Marques

Município de Ferreira do Zêzere
Bruno José da Graça Gomes

Município de Vila Nova da Barquinha
Manuel José Coimbra Mourato

Aprovado em reunião da Assembleia Intermunicipal da CIM Médio Tejo, realizada em 11/12/2025.

A Mesa da Assembleia Intermunicipal da CIM Médio Tejo
